

A ÁGUA, O PLANETA E VOCÊ

Jesse Ribeiro da Silva

Água, o planeta na UTI, este o tema de evento comemorativo em um dos nossos hospitais. Expressivo, sobretudo, pelos notáveis conferencistas convidados, em que, sem citar os companheiros da casa, destacaríamos personalidades da mídia, como André Trigueiros, jornalista estudioso e defensor incansável da ecologia e do meio ambiente; a Engenheira Luiza Krau, de Furnas; e os Oficiais de Marinha “hibernados”, na Estação Comandante Ferraz, na **Antártica**, por meio de teleconferência, em tempo real, via satélite, que, empenhados em múltiplas pesquisas, preservam a maior reserva de água doce do planeta, a calota congelada, com seus 2.700m de espessura. O aproveitamento desse manancial ainda é incerto, eis que grande parte se tem perdido pelo desmoronamento progressivo em face do aquecimento global, ao mesmo tempo em que tem provocado a **elevação do nível do oceano**, que já avança e invade a orla de algumas de nossas cidades litorâneas. Aqui no Rio de Janeiro, os moradores de Leblon e Ipanema já projetam para as próximas décadas ensaios de como salvar os prédios mais próximos da praia, evidentemente de maior valor de mercado. Paradoxalmente, vimos nos últimos anos a “seca” em alguns afluentes do Amazonas, impedindo a navegabilidade e isolando as populações ribeirinhas, algo inimaginável tempos atrás. Nossos ecologistas já defendem o aproveitamento inteligente do Aquífero Guarani como reserva estratégica, e empresas desenvolvem tecnologias viáveis de dessalinização da água do mar por osmose reversa, como se processa nos transatlânticos modernos. Vemos com frequência em alguns noticiários muitas regiões do mundo onde já não há água suficiente para consumo humano. No semiárido nordestino, há décadas nossos irmãos sofrem, sem que os políticos se empenhem na solução do problema, ainda que conheçamos as técnicas empregadas nos países do Oriente Médio, verdadeiro deserto, onde é possível plantar e produzir em clima artificial satisfatório.

Há poucos meses, em Londres, ecologistas e estudiosos do clima reuniram-se em evento internacional para avaliar as condições atuais sobre o aquecimento global e suas pertinentes consequências. A conclusão desanimadora foi que os 400 representantes afirmaram que se medidas efetivas e rigorosas não forem tomadas de imediato, incluindo a anuência por todos os países das recomendações do Protocolo de Kyoto, a Terra não teria mais do que quarenta anos de sobrevida. Pretendemos uma análise abrangente sobre a água e o meio ambiente no que nos concerne individualmente. Como temos nos cuidado em relação à água? Entendemos que o nosso organismo é formado com quase 70% de água; todas as funções orgânicas dependem de água para se processarem a contento, mas a maioria das pessoas tem uma ingesta desse precioso líquido aquém de suas necessidades ideais. Como resultado, alguns processos degenerativos se iniciam, lenta, mas progressivamente, e a gente vai se acostumando com os sintomas. Por experiência própria, na avaliação dos tripulantes que são checados no Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL), ao longo de quatro anos observei que a partir dos 40 anos de idade, aproximadamente 15 anos de atividade em Aviação Comercial, esses pacientes passavam a apresentar indícios de hipertensão arterial. Comentei com o Comandante Koehler e, considerando sua opinião, confirmei que normalmente os pilotos, por disporem de pouco tempo para irem aos toaletes (quase sempre

ocupados por passageiros), sobretudo em rotas domésticas, tomavam poucos líquidos para evitarem desconforto durante a pilotagem. Debates com os companheiros médicos das empresas e o *feedback* foi afirmativo. Sugerimos medidas que atenuassem os problemas e, hoje, nos projetos de novas aeronaves, já se destinam WC exclusivos para os pilotos e comissários, anexos aos “sarcófagos” de descanso.

Reafirmando que o nosso corpo é formado essencialmente de água, isso mesmo, H²O, sua reposição contínua e em quantidade e qualidade é essencial à manutenção de todas as funções, para que tenhamos boa qualidade de vida, prevenção de doenças e longevidade. Daí, como exercício de memória consideremos como a água atua nesse complicado processo, afirmando desde logo ser a ingestão de pelo menos oito copos ou dois litros/dia o ideal, ainda que pela simples sensação de sede não sejamos induzidos a beber esse volume. Satisfeita a demanda de água e tendo uma dieta balanceada, garantiremos o *turn-over* ideal dos nossos tecidos e a sinérgica harmonia dos sistemas, evitando a oxidação tissular e o envelhecimento precoce. Ilustremos na prática como isso funciona, comparando nosso corpo ao de uma máquina, por exemplo, uma caldeira rudimentar: para produzir energia, calor e vapor, ela pode queimar lenha, óleo combustível, gás ou matriz energética compatível, que configuraremos como os alimentos que ingerimos. Haverá, todavia, os resíduos a eliminar, como gases e fumaça, que no caso será o gás carbônico eliminado pelos pulmões. Como cinzas consideremos todas as escórias que eliminamos por meio do suor, dos dejetos e da urina. Passemos a focar especificamente a água e o sistema renal. Este sofisticado sistema é tão eficiente quanto delicado. Manipulando quantidade surpreendente de substâncias complexas, desempenha múltiplas funções, como por exemplo: eliminar continuamente os resíduos do metabolismo protéico que estão concentrados na urina, os quais são conduzidos para fora de cada rim pelo ureter até à bexiga. Lá, a urina é acumulada de modo a ser evacuada do corpo à vontade por um único tubo, a uretra. Cabe aqui algo a considerar: a vontade de urinar dá-se por mecanismo reflexo, nem sempre obedecido com a frequência desejável, eis que às vezes retardamos essa eliminação por circunstâncias limitativas ou mesmo por negligência, o que é prejudicial à saúde, pois sendo rica em cristais, sua retenção produzirá eventualmente sedimentação e provável formação de cálculos renais, com sintomatologia extremamente dolorosa e tratamento às vezes invasivo (cirúrgico), quando tratamento alternativo, a litotripsia (choque de ondas), se mostrar ineficiente. Função ainda mais importante é a capacidade que os rins têm de poder variar e compensar a quantidade de água que é perdida através da urina para estabelecer o equilíbrio hídrico do corpo. De igual maneira, o sistema renal regula os teores e as espécies de eletrólitos, propiciando o balanceamento salino adequado no sangue e líquido tecidual, como creatinina, uréia, potássio etc. Evidenciando a importância desses elementos, basta lembrar que é através da análise de seus valores que se estabelecem os parâmetros para a avaliação de nosso estado geral de saúde, quer nos “check-up” de rotina quer nos pré-operatórios etc. Cumprindo adequadamente suas funções, para que tudo isso aconteça, é necessário que todo o volume sanguíneo circule pelo sistema renal, em média a cada cinco ou seis minutos. Isto representa 1.700 litros em cada 24 horas. Processando esses 1.700 litros, os rins produzem 170 litros de líquido tissular chamado filtrado glomerular, dos quais 169 litros são devolvidos à corrente circulatória, sendo a diferença (um litro) aquilo que excretamos sob forma de urina.

Como manifestação tardia de um aporte insuficiente de água, poderemos ter a hipertensão arterial. Revela o paciente renal crônico, em que os sintomas se apresentam de modo lento, mas evolutivo, e sem se aperceber que algo considerável está ocorrendo, ou por acostumar-se com os sintomas. Isso ocorre com frequência nas populações do interior, de menor acesso a acompanhamento médico regular. Lamentavelmente, também por insuficiência de recursos e demanda elevada de pacientes, o profissional limita-se à queixa principal do paciente, tratando da hipertensão sem investigar a etiologia (causa) principal do sintoma, tendo o paciente seu quadro agravado, evoluindo às vezes para o inevitável. Tivemos a oportunidade de observar que essa ocorrência era prevalente em Alcântara (MA), quando da implantação do Núcleo para a construção do Centro de Lançamento Espacial, em 1986. Alertamos os médicos do pequeno e único hospital da cidade, conseguimos sua reforma e ampliação, bem como a dotação de equipamentos e infraestrutura compatível. Passamos a examinar os familiares dos militares e trabalhadores convocados e nos surpreendeu o fato da prevalência de hipertensão mesmo em pessoas relativamente jovens. Diagnosticada a origem do problema e estabelecido o tratamento adequado, eliminamos uma condição antes considerada endêmica. Os serviços especializados em hemodiálises registram aumento significativo de pacientes com síndromes renais, o que implica em tratamentos prolongados em situações quase sempre irreversíveis.

Optamos por concluir com ilustração prática, informando que em Alcântara os nativos dispunham de farta alimentação de frutos do mar, predominantemente camarão e crustáceos em geral, elevado aporte de cálcio, quase nenhuma verdura. Não valorizavam a agricultura, no que foram orientados pelo “staff” multidisciplinar do nosso efetivo, tendo encaminhado os interessados a fazerem estágio na Escola Técnica de Agricultura, em São Luís. Provenos as fontes de água potável, noções de higiene e orientação de princípios de hábitos saudáveis, tendo o cuidado de fazer o acompanhamento periódico com nossas assistentes sociais. Hoje, aquela população se apresenta saudável, produtiva e em plena atividade, absorvida pelo desenvolvimento do turismo, o que tem incrementado a economia local.

De resto, diremos que a longevidade somente é válida com boa qualidade de vida. É nossa, de cada um, a preocupação de melhorar a “saúde do planeta”. Juntemo-nos aos que se dedicam em prol desse “affair”

A CULTURA POPULAR E O CARÁTER NACIONAL

Frederico José Bérghamo de Andrade

A questão da identidade, componente do caráter nacional, estaria estreitamente vinculada à cultura popular? Essa e outras questões, que relacionam a cultura popular com o caráter nacional, serão objeto deste artigo.

A cultura popular seria o conjunto de criações imateriais providas do povo – ou seja, daquela camada mais pobre e menos instruída, ainda predominante na população brasileira – expresso através da Música, do Cordel (Literatura, Xilogravura, Poesia), de “Causos”, da Dança, de Folguedos, do Artesanato.

O caráter, segundo conceituação do “Aurélio”, é *“o conjunto de traços particulares, o modo de ser de um indivíduo ou de um grupo; índole, natureza, temperamento”*. Seriam, então, componentes do caráter: a identidade (conjunto de traços particulares), o comportamento (modo de ser de um indivíduo ou de um grupo) e o temperamento. A identidade seria configurada pelos traços plasmadores da nacionalidade; o comportamento, a parte mais dinâmica do caráter; o temperamento, o seu lado mais emotivo.

A cultura popular brasileira busca, por vezes, sua inspiração em seu rico e diversificado folclore, o qual se manifesta através de cantos, danças, festejos. Conta com um mundo de personagens: Mateus, Diana Pastora, o Negrinho do Pastoreio, Catirina, o Saci Pererê e muitas outras. O encontro com ele se dá muito cedo, ainda no colo materno. São os acalantos ou canções de ninar de que são exemplos o Sapo Cururú e o Boi da Cara Preta. Seguem-se, ainda na infância, as cantigas de roda: “Terezinha de Jesus”, “O Cravo Brigou com a Rosa”, “Nesta Rua Tem um Bosque que se Chama Solidão”.

Ao alfabetizar-se, é dada ao jovem a oportunidade de penetrar no mundo encantado de Monteiro Lobato, animado por brasileiríssimas personagens, tais como Narizinho, Emília, Dona Benta e Visconde de Sabugosa. São as “catirinas”, os “sapos cururus”, as “terezinhas de Jesus”, as “donas bentas”, que, agindo no nosso subconsciente, à medida que crescemos, vão modelando a nossa alma e a tornando cada vez mais brasileira.

É por meio da música, uma das principais representantes da arte popular, que um povo manifesta suas alegrias, suas tristezas. São as reações emocionais do caráter, ou seja, o seu temperamento, o que mais transparece na música. Seus versos, quando cantados, o que é uma constante no gênero popular, nos permitem melhor identificar a que povo ou grupo social se associam. Ao ouvirmos um samba, o associamos ao elemento negro, às classes populares, às favelas. O samba carioca é gênero musical popular construído cerca de 400 anos após a descoberta do Brasil. Reconhece no maxixe, explorado por Donga e Sinhô, uma de suas origens.

A arte popular não tem hora para ser construída. Surge como resposta a um apelo cultural, partido, em determinado momento, das camadas populares. Frequentemente ocorre sob a forma de uma mera recriação, espécie de adequação do já existente às exigências de um novo tempo. Outras vezes ocorre sob a forma mais transformadora da renovação. Fato é que o processo cultural, sujeito às mais diversas influências, é dinâmico e evolutivo.

Vejamos o que podemos retirar da relação entre a música popular e o caráter de um povo. Começamos pelo fado, por ser gênero musical de um dos povos formadores de nossa nacionalidade, canção popular portuguesa, de forte influência mourisca, triste, fatalista. Não será o fado um reflexo da alma portuguesa? E se assim for, não seria válido admitir-se que o lado melancólico, nostálgico, de nosso temperamento coletivo, provém do português?

E quanto às etnias negras que vieram para o Brasil? O que a nossa música popular nos ensina a respeito? Que praticamente todos os gêneros musicais populares nos quais o negro exerceu algum tipo de influência, seja o maxixe, o frevo ou o samba, têm a marca da alegria, o sentido da festa. Abro aspas para Zé Keti: “Eu sou o samba / A voz do morro sou eu mesmo sim senhor / (...) Sou eu que levo a alegria para milhões de corações brasileiros”, e que, ao concluir, ainda reafirma ser “O samba, esta melodia de um país feliz”. E não é só a alegria; ao se intitular a voz do morro, o samba se apresenta como veículo de afirmação de uma classe excluída, pobre, mestiça, que habita os subúrbios e os morros do Rio de Janeiro.

O caráter nacional costuma também ser alvo de apreciação no campo literário. Escrito por Ariano Suassuna, autor de elevado grau de erudição, mas que cujas criações são inspiradas na cultura popular, especialmente nos folhetos da literatura de cordel, “O Auto da Compadecida” tem suas personagens julgadas por um Cristo negro. Uma das principais, João Grilo, ardilosa, esperta, mentirosa, mesmo assim é perdoada por intercessão da Compadecida, a Virgem Maria. Ponderou-se que sua astúcia, se porventura foi mal usada, o foi como instrumento de sobrevivência a um ambiente físico e socialmente hostil.

A exemplo de João Grilo, em cada personagem presente em nossa literatura, bem como nos versos de nossas canções populares, encontramos elementos que nos permitem interpretar a alma brasileira, seus defeitos, suas virtudes, suas frustrações, suas motivações.

A cultura popular, que é fonte permanente de inspiração para o imaginário dos habitantes deste rico e imenso mundo mítico chamado Brasil, continua sendo um dos mais fortes instrumentos de preservação da identidade brasileira, componente matriz do caráter nacional.

Para tanto, a dinâmica da cultura brasileira, que se manifesta a cada instante em atos de recriação, de recodificação, de reinvenção do imaterial, deve caminhar em absoluta sintonia com as nossas mais caras tradições – ou seja, aquelas que poderão vir a contribuir efetivamente para o processo civilizatório e não as marcadas pela discriminação e pelo preconceito. A cultura popular brasileira estará contribuindo, dessa forma, para assegurar a eternidade do Brasil como nação justa, soberana, solidária e, ainda, como expressão singular de um povo plural.

No dizer de Ariano Suassuna, em palestra realizada na antiga sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro: “Uma nação só se torna alma pela cultura”

A PERCEPÇÃO BRASILEIRA DO MUNDO

Marcos Henrique Camilo Cortês

A noção de “percepção” acarreta, por si só, um vasto leque de dificuldades. Assim sendo, considero indispensável estabelecer *abinitio* os elementos com que orientarei minha exposição do tema.

1. Introdução

Evidentemente, antes de buscar perceber o mundo, o observador precisa perceber a si mesmo. Ora, de modo geral, os brasileiros não se preocupam em fazer o seu autorretrato, pois desfrutam da felicidade de não terem dúvidas sobre sua identidade nacional. O Diplomata brasileiro, porém, sem pretender desenvolver complexas teses sociológicas, precisa empreender esse trabalho de exegese da “brasilianidade” para tentar ajudar estrangeiros a melhor se entenderem conosco. Rebuscando prazerosamente na memória esses esforços a que a profissão me obrigava, vou ousar apresentar algumas ideias sobre esse tema desafiante.

2. Premissas conceituais

Biologicamente o ser humano é um “predador” e, por essa circunstância, guarda uma tendência atávica a atribuir um valor positivo ou negativo a tudo que é diferente. O analista do cenário internacional, entre outros, necessita conter essa tendência através de um esforço consciente de condicionamento intelectual para perceber o que é diferente como apenas isto: ser diferente. Por princípio, ele deverá abster-se de fazer aquele instintivo juízo de valor nesse estágio inicial de percepção. A avaliação qualitativa do diferente terá de aguardar uma etapa posterior da análise.

Penso que, antes de formar uma percepção do mundo, o indivíduo – e, por extensão, o grupo social (a “maioria”) – terá como base, ainda que subconscientemente, a percepção de si próprio, que se pode considerar como a identidade coletiva (ou nacional, tratando-se do país todo). Evidentemente, essa autopercepção resultará de uma soma algébrica de fatores “genéticos” e de fatores “ambientais”. Em outras palavras, trata-se das percepções herdadas e daquelas adquiridas no processo de crescimento e amadurecimento naturais no meio social.

Além disso, quem busca identificar a percepção brasileira do Mundo tenderá naturalmente a dar-lhe a sua interpretação pessoal. Ou seja, deverá dizer que “esta é a minha percepção da percepção brasileira”. Talvez fosse mais acertado fazer um esforço de pesquisa objetiva para tentar chegar à percepção da maioria da Sociedade brasileira. Finalmente, é preciso, para completar o levantamento, tratar de identificar a percepção do que se pode denominar de “minorias intelectualizadas”, entendendo-se por esse rótulo a categoria de cidadãos que – por diversos motivos – busca de forma deliberada colher e analisar informação sobre o “mundo”.

Quando se atingir a fase de buscar definir a percepção do mundo, será necessário levar em conta as dimensões desse “mundo” ao longo do tempo. Essas molduras cronológicas asseguram uma avaliação mais adequada aos respectivos contextos históricos. Dentro de cada uma dessas etapas, será, também, indispensável considerar os âmbitos geográfico, geopolítico e geoestratégico que delimitaram nesses espaços físicos o “mundo” percebido.

A percepção está, inevitavelmente, sujeita a diversos vetores de influência, que podem atuar de forma automática ou serem adrede direcionados. Sem pretender exaurir a lista desses vetores, considero que os principais são: o meio social, tanto o de origem, como outros por que se tenha passado até chegar ao atual; a formação em todos os níveis de ensino; o(s) ambiente(s) profissional(is) em que se tenha trabalhado; a dimensão de conhecimentos adquiridos ou absorvidos fora do contexto de ensino e de trabalho; a chamada “mídia”, acrescentando-se aqui o cinema; a Internet, nas suas múltiplas variedades de acesso a informações e de veiculação de notícias, dados e opiniões.

Prefiro separar o Governo desse elenco de vetores de influência porque, naturalmente, ele tem uma dupla função, tanto numa sociedade autenticamente democrática como num regime ostensiva ou dissimuladamente autocrático.

A primeira é de buscar ser o intérprete objetivo da percepção predominante, bem como da minoria “intelectualizada”. O governante pode empenhar-se nesse sentido por um louvável espírito de bem servir à Nação ou simplesmente por uma necessidade de autopreservação no poder.

A segunda é de indutor criativo da Vontade Nacional. Essa função, na realidade, se segue à primeira. Num contexto desejável, o governo, consciente dos autênticos Objetivos Nacionais, cuida de a eles adequar os seus próprios Objetivos de Governo. Se, ao interpretar as ideias generalizadas na Sociedade que o elegeu, constata que elas não contribuem para a consecução daqueles Objetivos, procura promover a formação de uma percepção coletiva que facilite a tarefa governamental. Num sentido negativo, mormente quando se trata de governo autocrático, o governo procura egoisticamente levar a Vontade Nacional a apoiar seus objetivos próprios, mesmo que eles não se coadunem com os Objetivos Nacionais.

A percepção da Sociedade, inevitavelmente, é alvo de diversas influências exógenas. A atuação dos governos de outros países afetará essa percepção, positiva ou negativamente. O mesmo pode ser dito de empresas estrangeiras que tenham interesses diretos no país ou que desejem evitar reflexos negativos para seus interesses alhures. Num terceiro nível, há uma variedade de entidades internacionais – desde ONGs a organismos multilaterais – que influirão na percepção do mundo exterior.

Finalmente, é preciso considerar os seis Fundamentos do Relacionamento Internacional, a saber: o Espaço Geopolítico, o Espaço Geoestratégico, o Poder Nacional, os Objetivos Nacionais, o Substrato Moral e a Expectativa Cominatória. De todos eles, estes dois últimos são os que mais diretamente incidem sobre a maneira como a Sociedade percebe o resto do mundo.

O Substrato Moral é o conjunto de concepções filosóficas, crenças, costumes e tradições que se foram desenvolvendo desde o surgimento da Nação e que a induz a adotar, muitas vezes de forma subconsciente, certo tipo de conduta no Campo Externo. Em outras palavras, ele constitui o que se poderia comparar à personalidade de um indivíduo, abrangendo seus valores, suas

crenças, suas preferências, suas aspirações e seu modo de se relacionar com os demais.

A Expectativa Cominatória é a percepção que a Nação tem dos ônus de todo tipo com que terá de arcar no Campo Externo para a busca, a consecução e a manutenção de seus Objetivos. Ressalte-se que a palavra-chave nessa definição é percepção. É ela que distingue a Expectativa Cominatória do conceito mais conhecido de custo-benefício, porque este é resultado de um cálculo baseado em dados concretos, enquanto aquela depende de uma avaliação que, esteja certa ou equivocada em relação à realidade, vai induzir a Nação à determinada conduta.

3. Evolução histórica

Partindo dessas premissas, pode-se acompanhar a evolução da postura geopolítica do Brasil dos tempos coloniais até hoje e, através dela, das percepções “naturais” e “induzidas” da Sociedade brasileira sobre o “mundo”. De modo esquemático, essa evolução pode ser sintetizada nas etapas a seguir. Em cada uma delas está indicada a percepção “favorável” ou “hostil” em relação a países e/ou regiões mais relevantes. Porém, é preciso ressaltar que nem sempre essa qualificação se aplica a toda a etapa respectiva e que, em algumas delas, o mesmo país terá sido percebido – sucessiva ou simultaneamente – de modo hostil e/ou favorável. Além disso, a menção a uma região ou grupo de países pode ser feita com exclusão de um ou mais países, que devem ser colocados na outra categoria.

1ª etapa: Expansão ultramarina portuguesa

[Século XVI]

Interesse territorial muito limitado. Miscigenação “induzida”. Busca de autossustentação econômica.

Percepção:

favorável Portugal/“Índias”.

hostil Espanha/França.

2ª etapa: Início da colonização

[Séculos XVI - XVIII]

Ciclos econômicos de autossustentação, evoluindo para fonte adicional de receita da metrópole. Expansão territorial requerida pelo objetivo precedente. Ampliação da capacidade defensiva local.

Percepção:

favorável Portugal/“Índias”/“África”.

hostil Espanha (América espanhola)
/França/Holanda/Inglaterra.

3ª etapa: Corte Temporária/Reino Unido

[1808 - 1822]

Vinculação econômica do Brasil com a Europa Ocidental. Aliança defensiva com potência europeia ocidental.

Percepção:

favorável Portugal/“África”/Áustria/
EUA/Inglaterra.

hostil Espanha (América espanhola)
/França.

4ª etapa: Monarquia/“I República”

[1822 -1930]

Consolidação física e jurídica das fronteiras [ação do Itamaraty: Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Joaquim Caetano da Silva, Visconde do Rio Branco e, em especial, Barão do Rio Branco]. Desinteresse hemisférico [exceto na defesa da integridade territorial – guerras subregionais]. “Aliança militar tácita” com grande potência europeia. Programa de “relação especial” com os EUA. Maiores vínculos econômicos com a Europa Ocidental.

Percepção:

favorável Portugal/Áustria/“África”/EUA/Inglaterra/França/Japão/Alemanha/Itália.
hostil Repúblicas hispano-americanas/EUA/Inglaterra.

5ª etapa: “II República”

[1930 - 1945]

Vinculação econômica com os EUA. Aliança militar formal com os EUA (II Guerra Mundial). Ampliação do interesse “diplomático” pelo hemisfério.

Percepção:

favorável EUA/França/Inglaterra/Repúblicas hispano-americanas.
hostil Argentina/Alemanha/Itália/Japão.

6ª etapa: “III República”

[1945 - 1964]

“Aliança semiformal” com os EUA [ameaças da Guerra Fria]. Vinculação econômica com os EUA. Restabelecimento da vinculação econômica com a Europa Ocidental. Ampliação e diversificação do “interesse diplomático” por outras áreas do mundo. Perspectivas de “hegemonia tácita” na América do Sul e na América Latina.

Percepção:

favorável EUA/Europa Ocidental/Oceania/Ásia Oriental/Repúblicas hispano-americanas.
hostil Argentina/Bloco soviético (Cuba)/China.

7ª etapa: “IV República”

[1964 - 1988]

Vinculação econômica com EUA, Europa Ocidental e Japão. Gradual abandono de quaisquer alianças “semiformais” ou “tácitas”. Maior desenvoltura na atuação diplomática. Altos e baixos na “preeminência” regional.

Percepção:

favorável EUA/Europa Ocidental/Japão/Repúblicas hispano-americanas/Oceania.
hostil Argentina/Bloco soviético (Cuba)/China.

8ª etapa (em andamento): “V República”

[1988 - ...]

Globalização e Regionalização. 3ª e 4ª “Revoluções Industriais” / Internet. Fim da Guerra Fria / A Superpotência e os CPEs. Proliferação de conflitos armados. O “complicador” islâmico. Crescente “esquerdização” política. Novas “alianças”. Gramscismo e Bolivarianismo.

Percepção:

favorável (ver item 4).
hostil (ver item 4).

Não creio que seja possível identificar com razoável grau de precisão qual é, atualmente, a percepção que a Sociedade brasileira tem do seu próprio País e menos ainda do mundo em seu conjunto.

Assim sendo, passarei a expor a minha percepção de qual deveria ser a atual percepção brasileira. Acredito que essa percepção é compartilhada por muitos compatriotas e será contestada por outros. De qualquer modo, o importante é que essas ideias sejam orientadas pela maior objetividade possível e tenham sempre como finalidade o bem do Brasil.

Nas apreciações que se seguem terei como pressuposto básico que, no relacionamento internacional, não há amigos nem inimigos; existem apenas – e sempre – interesses conciliáveis ou conflituosos.

A conjuntura mundial que se inicia com o encerramento da Guerra Fria tem algumas características novas:

1 - Nova estrutura mundial de Poder, com uma Superpotência (EUA) e duas Megapotências (União Europeia e Japão), que são, além disso, os três principais Centros de Poder Econômico.

2 - O “complicador” islâmico, expressão que reflete as dificuldades que o mundo muçulmano apresenta à análise prospectiva do relacionamento internacional.

3 - A “Terceira Revolução Industrial”, iniciada antes mesmo do fim da Guerra Fria, e a “Quarta Revolução Industrial”, com desdobramentos revolucionários no campo da ciência aplicada.

4 - A dinâmica econômica mundial, tumultuada por comportamentos inusitados de diversos países, pela ineficácia dos mecanismos supostamente criados para promover a liberalização do comércio internacional e pelas crises que expõem as vulnerabilidades dos sistemas financeiros de vários países.

5 - O multilateralismo desvirtuado, com os principais organismos internacionais deixando de efetivar os seus objetivos declarados, e a crescente proliferação de agentes peculiares, em especial as organizações não governamentais (ONGs).

6 - A prática exacerbada da “diplomacia presidencial”, impedindo que a formulação e a execução da atuação externa de muitos países sejam – como deveriam sempre ser – conduzidas de modo profissional pelos respectivos serviços diplomáticos. Um dos maiores malefícios dessa prática é a primazia dos objetivos pessoais e político-partidários desses dirigentes sobre os objetivos nacionais.

7 - O deplorável crepúsculo jurídico e diplomático, com inúmeros exemplos de desrespeito a princípios consagrados do Direito Internacional Público.

8 - A proliferação de conflitos armados decorrente do desaparecimento dos controles exercidos pelos dois grandes blocos contrapostos no contexto da Guerra Fria.

9 - A Revolução em Assuntos Militares (RAM) e o Pós-Modernismo Militar (PMM) dela surgido, induzindo à tendência do emprego de meios bélicos para a resolução de conflitos e contribuindo para substituir, no âmbito internacional, a força da Lei pela lei da Força.

10 - O crescimento da “Ação Terrorista Internacional”, rótulo com que de forma generalizada se consideram as atividades de grupos e de indivíduos que recorrem ao terrorismo como instrumento válido para atingir seus objetivos.

11 - As redes de narcotráfico, de lavagem de dinheiro e outras formas criminosas de enriquecimento fabuloso em escala global.

12 - A “Crise” de 2008/2009, que abalou os sistemas financeiros de numerosos países em todo o mundo, com desdobramentos assimétricos e cuja superação ainda não é previsível.

Para completar esse quadro ameaçador, convém mencionar as áreas críticas da insegurança mundial, a saber:

□ Iraque. □ Afeganistão. □ Israel X Palestina. □ Paquistão/Índia – neonucleares. □ Coreia do Norte (em processo de obter armas nucleares e vetores de lançamento). □ Irã (em processo de obter armas nucleares e vetores de lançamento). □ O “cinturão de segurança” da Rússia: Europa Oriental, Cáucaso e Ásia Central; □ África subsaariana: violência generalizada. □ América Latina: crescimento do neopopulismo, do gramscismo e do bolivarianismo.

Uma análise objetiva da história recente de nossa região revela a circunstância – pouco apreciada – de que, no decurso do século XX e especialmente em comparação com o resto do mundo, foi na América do Sul que houve a menor incidência de conflitos armados entre países limítrofes. Não é fácil encontrar explicação convincente para esse fato insólito, pois o principal fator desse ambiente predominante de paz é, por sua natureza, muito pouco perceptível: a tradicional atuação do Itamaraty, profissionalmente discreta e silenciosa. Esse desempenho pode ser emblematicamente representado pela figura extraordinária do Barão do Rio Branco e por aquele que, na minha opinião profissional, foi o mais notável de todos os seus sucessores: o Embaixador Mario Gibson Barboza, Chanceler de 1969 a 1974.

Infelizmente, ao longo dos últimos vinte anos, a prática crescente da chamada “diplomacia presidencial” pelos governantes brasileiros impediu que o Itamaraty continuasse a desempenhar aquele papel eficiente. Em consequência, numerosos fatores vêm aumentando consideravelmente o risco de conflitos armados na região, como se constata numa lista sucinta e não exaustiva:

□ Erosão da autoridade nacional + banditismo organizado (Peru/Colômbia/Bolívia/Equador/Guiana/Suriname). □ Caudilhismo crescente (Venezuela/Bolívia/Equador). □ Linhas de fracionamento nacional por motivação racial (Bolívia/Equador/Peru). □ Expansionismo “ideológico” (Venezuela). □ Reivindicações territoriais (quase todos). □ Armamentismo, em diferentes graus (exceto Guiana, Suriname e Uruguai). □ Crescente desprezo pelo Direito Internacional e desrespeito a Tratados e contratos (quase todos).

Graças à secular atuação do Itamaraty, que soube assimilar e modernizar a habilidade da diplomacia portuguesa, culminando com a obra gigantesca do Barão do Rio Branco, desde 1909 o Brasil tem todas as suas fronteiras jurídicas solidamente definidas através da negociação bilateral ou pela via do laudo arbitral. Com base no princípio de *pacta sunt servanda* (os tratados têm de ser respeitados), pode-se afirmar que o Brasil não tem quaisquer questões NA fronteira, mas pode ter – tem e terá – problemas DE fronteira.

Dentre esses, convém assinalar como possíveis fontes de problemas as reivindicações territoriais entre vários dos demais países sul-americanos, que podem ter implicações para a política externa do Brasil na sua região próxima.

Parece-me válido considerar que nosso País não se defronta com ameaça militar imediata, embora seja preocupante a grande defasagem em termos de equipamento de nossas forças armadas.

Por outro lado, é inegável que existe uma ameaça armada decorrente de atividades subversivas em áreas de nossa vizinhança, bem como da intensa atuação criminosa de grupos dedicados à produção e ao tráfico internacional de drogas.

Por fim, cumpre mencionar diversas modalidades de atividades ilícitas que violam nossas fronteiras jurídicas, tais como o contrabando, a imigração ilegal e a pesca não autorizada.

Quando se trata da tipologia de fronteiras, a percepção comum se limita à concepção jurídica, segundo a qual a fronteira nacional é o limite legal entre as jurisdições soberanas de dois Estados.

Entretanto, existe outra tipificação, pouco conhecida e estudada: a concepção metafísica, segundo a qual a fronteira nacional é a linha de defrontação entre interesses de dois Estados. Essa modalidade é extremamente importante, sobretudo porque geralmente não é percebida pela maioria da Nação.

Há várias fronteiras metafísicas, inclusive algumas em âmbitos nos quais prevalece a noção de total inexistência de fronteiras, como a espacial e a cibernética, de grande significação para o Brasil.

Na atual conjuntura, porém, duas fronteiras metafísicas merecem atenção prioritária: a Extralimites e a Institucional.

A Fronteira Extralimites é aquela em que os direitos de cidadãos, empresas e/ou investimentos de um Estado no território de outro Estado são diretamente afetados por ação ilegítima ou ilegal deste Estado. Por conseguinte, embora essas violações ocorram fora do espaço em que o Estado afetado exerce plenamente sua autoridade, pode-se considerar que elas de fato ferem sua soberania.

Nos últimos oito anos, ocorreram graves danos e surgiram novas ameaças a interesses do Brasil em fronteiras extralimites (metafísicas). Basta recordar medidas, que se encaixam na definição acima, adotadas nesse período pelos governos da Venezuela, da Bolívia, do Equador e do Paraguai.

A Fronteira Institucional (metafísica) é aquela em que, por qualquer tipo de pressão, coação ou indução ilegítima ou ilegal – por desvio ideológico ou com origem em outro Estado – adotam-se decisões executivas, acordos internacionais e/ou legislação, altamente lesivos ao Estado afetado. Caso se

deseje situar geograficamente o *locus* dessa fronteira, ele estará na capital desse Estado.

No caso do nosso País, nos últimos vinte anos, a maior vulnerabilidade do Brasil esteve e persiste na Fronteira Institucional, obviamente situada em Brasília. Nela já se registraram grandes perdas e existem numerosas ameaças aos lícitos interesses nacionais, como a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, a assinatura da Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas e as demarcações (várias em áreas contínuas) das chamadas “terras indígenas”, inclusive em numerosas faixas da nossa fronteira terrestre.

5. Conclusão

A análise do Substrato Moral de uma Nação é uma tarefa diplomática necessária e sempre difícil. Caso se procurasse identificar o Substrato Moral da Nação brasileira o texto resultante provavelmente se estenderia por duas centenas de páginas ou mais. Assim sendo, transcrevo a seguir, sob a forma de itens sintéticos, o que seria um pequeníssimo extrato exemplificativo de tal estudo:

(...)

□□nacionalismo sem arroubos e desprovido de xenofobia; □□desinteresse por liderança ou primazia (exceto futebol, voleibol etc.); □□sensação de inexistência de reais ameaças externas; □□aversão ao emprego da força nas questões internacionais; □□busca da solução diplomática das controvérsias (o “legado de Rio Branco”); e □□crença no papel dos Organismos Internacionais.

(...)

Em complemento da identificação do Substrato Moral, para que possa ter uma percepção correta do país e do mundo, a Sociedade brasileira não pode deixar de levar em consideração, entre outros, os seguintes Fatores negativos que incidem sobre o Poder Nacional:

□□Inexistência de verdadeiro Plano Nacional de Governo. □ “Política Externa” dissociada dos Objetivos Nacionais, servindo a designios partidários e ideológicos. □Perdas e ameaças crescentes no Campo Externo. □Desnacionalização de setores estratégicos da economia e investimentos estrangeiros que não criam riqueza real (serviços e especulação em Bolsa). □Comprometimento da integridade territorial e da soberania nacional (segurança e desenvolvimento). □Degradação continuada das instituições nacionais (civis e militares) nos últimos vinte anos. □Sistema de ensino insuficiente em todos os níveis. □Infraestrutura deficiente e em deterioração continuada. □Descrédito crescente quanto às classes dirigentes (políticos, magistrados, professores etc.) e à mídia. □Impunidade ostensiva, agravando a perda e a deturpação de valores éticos, tanto cívicos como familiares [“ética da corrupção”].

Contudo, esse quadro extremamente nocivo pode ser invertido pela própria Sociedade brasileira, pois nela continuam existindo importantes Fatores positivos:

□□Amplios recursos naturais, vastidão territorial, e grande contingente populacional. □□Índole da sociedade brasileira. □□Coesão nacional (inclusive sem preconceitos raciais ou antagonismos regionais). □□Dinamismo do setor produtivo nacional. □□Instituições nacionais historicamente respeitadas, “resgatáveis”. □ “Janela de oportunidade” geoestratégica (na atualidade).

Para encerrar esta exposição, considero de extrema relevância recordar uma máxima que deve sempre orientar o pensamento predominante da Sociedade:

“A Nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra.”

A PERMANÊNCIA DO PENSAMENTO DE EUCLIDES DA CUNHA

Manoel Soriano Neto

Senhoras e Senhores:

Faz 100 anos. Já passados 100 anos da morte de Euclides da Cunha, ocorrida em 15 de agosto de 1909, o infausto episódio ainda ecoa nos dias atuais. O escritor Monteiro Lobato em um de seus escritos, de título "Uma Tragédia de Ésquilo", afirmou: "Tivemos aqui entre nós, em 1909, um perfeito caso de "tragédia grega", isto é, de tragédia caracterizada pela presença invisível da deusa Fatalidade. Os protagonistas – Dilermando, Euclides pai e filho e uma mulher – agiram todos como pedras de xadrez em movimento cego no tabuleiro. Euclides era o Rei, Dilermando o pequeno Peão. No tumulto do drama tecido pela fatalidade, o Rei enlouqueceu e forçou o Peão a matá-lo. E a vida desse Peão passou a ser um inenarrável martírio".

No entrechoque das razões ainda muito se discute sobre aquela "Tragédia de Ésquilo". "Maktub" – "estava escrito", dizem os fatalistas, pelas teias e linhas difusas do que conhecemos pelo nome de Destino...

Senhoras e Senhores:

Acreditamos que os Homens é que fazem a História, como prelecionava Thomas Carlyle.

Destarte, mister se faz para bem entendermos a perenidade do pensamento de Euclides da Cunha, que apresentemos, em largas pinceladas, a moldura histórica da época em que ele viveu.

Euclides ingressou na Escola Militar do Brasil, em 1886, permanecendo no Exército por nove anos, menos em 1889, pois no ano anterior fora expulso da dita Escola, sediada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O Ministro da Guerra, Benjamin Constant, o reintegra à Força Terrestre, matriculando-o, em 1890, na Escola Superior de Guerra, um estabelecimento de formação de Oficiais. Nesta Escola, ele se formou oficial engenheiro e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Traçaremos, a seguir, um epítome da conjuntura nacional que ele vivenciou, com os reflexos desse período, prenhe de historicidade, quando se deu a proclamação da República. Disse o acadêmico José Murilo de Carvalho: "Apesar das estreitas relações com militares, nem Euclides gostava do Exército nem o Exército gostava dele. Aos militares não agradaram em nada as duras críticas feitas à Corporação, em "Os Sertões".

A Escola Militar onde Euclides inicia a sua curta vida castrense formava Oficiais, mas de forma totalmente inadequada para as finalidades de uma Instituição que se queria adestrada para a defesa da Pátria e, o mais importante, com base nos primados da disciplina, da hierarquia e da autoridade. O regime da Escola era o de externato, aberração que inviabilizava o robustecimento de um lídimo espírito de corpo, da sã camaradagem, da união e, mais do que isso, da imprescindível coesão militar. Inquinada de ideias humanistas e pacifistas, com espeque na ideologia positivista de Augusto Comte, Pierre Laffite e Emile Littré, a Escola relegava a plano secundário, a instrução militar básica e fundamental. Isso "apaisanou o Exército", segundo o saudoso General Severino Sombra, sendo que, àquela época, o Exército Brasileiro encontrava-se dividido, ideologizado e assaz desprestigiado pelos últimos Gabinetes do Império e preterido pela Guarda Nacional. O Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o "Dr. Benjamin", como

gostava de ser anunciado, era o Mestre mais carismático e querido pelos alunos (fora abolido o título de Cadete). Várias Turmas de Oficiais passaram pelas mãos desse patriota, brilhante e notável Lente que muito pugnou pela queda da Monarquia, sendo oficialmente consagrado como "O Benemérito Fundador da República".

O positivismo surgiu na França e teve fundamental influência na evolução histórica de países como o México, o Chile e o Brasil, principalmente, bastando ver-se o lema positivista de nossa Bandeira.

Tal ideologia ancorava-se em princípios agnósticos da ciência pura, segundo o que foi chamado de "Religião da Humanidade", com a sua "Deusa Razão". Em estreita síntese, diríamos que o positivismo era cientificista – só era verdadeiro o que pudesse ser comprovado cientificamente, segundo ensinava Descartes; era pacifista, humanista, cosmopolita, anticlerical, propugnador da "ditadura republicana", sendo um de seus epígonos, o ditador do Paraguai, Dr. Francia, e adepto da extinção dos Exércitos permanentes que deveriam ser substituídos pelas gendarmarias, formadas por "cidadãos-soldados". Nossos jovens Oficiais faziam questão de ser chamados de "doutores" ao invés de Alferes, Tenentes ou Capitães, como se pejassem de seus postos na hierarquia militar. A politização do Exército, primeiro, a mentalidade dos oficiais positivistas, em segundo lugar, e a Revolução Federalista de 1893 e concomitante Revolta da Armada, por final, foram as causas alistadas por Tasso Fragoso para justificar o que chamou de "a estagnação das Forças Armadas", nos albores da República, tudo muito pernicioso para a atividade-fim das Instituições Militares, o que veio a se refletir nos "quase fiascos de Canudos e Contestado". E continuava o grande historiador militar, após abjurar o positivismo, ele que fora um de seus mais ardorosos profítes: "Por seu turno, a Revolta da Armada, com íntimas ligações com a Revolução de 1893, quebrou a coesão da Marinha e a isolou do Exército, pelo que a novel República seria presa fácil de qualquer aventureiro alienígena".

Para bem evidenciar-se o que se passava na Escola Militar, vejamos o depoimento do líder federalista, Senador Gaspar da Silveira Martins que, da tribuna do Senado, iterativamente, condenava o "bacharelismo militar". Disse o valoroso Chefe "maragato", que bem conhecia a metodologia da Escola, pois um de seus filhos era aluno da mesma: "Em vez, porém, da têmpera forte que convém dar ao Exército, o que se vê em nossas Escolas Militares? A mocidade imbuída das doutrinas de Augusto Comte e Laffite e professando uma "Religião da Humanidade" que visa ao cosmopolitismo. Pode ser que sejam boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de tudo é feito para empunhar armas em defesa da Pátria. Alguns diretores dessas Escolas Militares chamam, filosoficamente, os grandes Generais, de "assassinos dos povos". Singular maneira, aliás, de encarar a questão em uma Escola de Soldados".

A dicotomia entre oficiais ditos "práticos-tarimbeiros" e "teóricos-bacharéis" acentuou-se, sobremaneira, com a reforma de ensino promovida por Benjamin Constant, quando Ministro da Guerra. Benjamin matriculou Euclides da Cunha, em 1890, na Escola Superior de Guerra, pois ele fora expulso da Escola Militar do Brasil, em 1888.

A Escola Superior de Guerra destinava-se a formar oficiais artilheiros e engenheiros, cursos de maior duração, e o de Estado-Maior. Tal Escola seguia

as diretrizes de Benjamin Constant, voltadas para uma formação eminentemente bacharelesca, o que potencializava o divisionismo entre as duas correntes anteriormente referidas. E isso veio a se exacerbar, agudamente, quando foram publicados trabalhos de alunos positivistas, que condenavam a Guerra do Paraguai e depreciavam, acerbamente, nossos Comandantes, como o Duque de Caxias, teses que foram aprovadas, "*cum laude*", pelo Ministro Benjamin. Os alunos afirmavam que a dita guerra fora "um grande rolo", de três contra um, atentatória aos princípios humanitários e pacifistas empalmados pelos seguidores da "Religião da Humanidade". A atitude do Ministro desagradou profundamente a Deodoro e Floriano, ambos, assim como Benjamin Constant, partícipes daquele conflito. "Rompemos com a Coroa, mas não rompemos com o passado!", bradou Deodoro em um acesso de fúria, quando de uma reunião do Ministério, rasgando, com violência, alguns dos ditos trabalhos. Iniciava-se uma grave crise política que redundou, posteriormente, no rompimento definitivo entre o Presidente e Benjamin Constant, que permaneceu na Pasta da Guerra por apenas quatro meses. Àquela época, tudo o que se relacionasse ao Império, como os seus gloriosos feitos marciais, era propositadamente esquecido e/ou depreciado pelos "bacharéis fardados", não, porém, pelos militares mais idosos, a começar por Deodoro da Fonseca. Os velhos combatentes da Tríplice Aliança eram vaiados pela mocidade militar, como nos relata Tasso Fragoso em "Advertência Preliminar", no seu livro "A Batalha do Passo do Rosário". A propósito ainda, diga-se que o Marechal José Pessoa registrou em suas memórias, a estranheza que sentiu, quando iniciava como aluno a sua formação castrense, no ano de 1903, o do centenário de nascimento do Duque de Caxias, quando sequer o augusto nome de nosso "Soldado Maior" foi lembrado em sua Escola. Aduza-se que somente em 1925, a memória do impoluto Duque, "O Pacificador", Patrono do Exército e "Patrono da Anistia" – epíteto que lhe deu o saudoso acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, foi resgatada de um injusto anonimato, não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, na paz e na guerra. Naquele 1925, o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, instituiu o "Dia do Soldado" a ser comemorado a cada 25 de agosto, data de nascimento do "Duque Invicto".

A "ditadura republicana", apregoada pelos prosélitos do positivismo, foi, na prática, implantada pela Constituição de Júlio de Castilhos, no RS, a qual foi resguardada, por vários anos, pelo ultra-positivista Borges de Medeiros.

No período em comento, a grave situação das Forças Armadas, sem um *minimum minimorum* de espírito militar, teria de ser modificada. Essa passou a ser a grande motivação, a prioridade militar de número primo, após a morte de Benjamin Constant, em 1891. Diga-se que muitos dos jovens militares se desencantaram com o Mestre Benjamin, quando Ministro, "sempre subserviente e contido pela figura hercúlea de Deodoro da Fonseca". Tal aconteceu com Euclides da Cunha, que, em carta a seu pai, de 1890, excerta de seu Epistolário, como nos dá conta a escritora Walnice Galvão, em certo trecho da missiva, escreveu: "Imagine o senhor que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado".

O Governo fecha a Escola Militar da Praia Vermelha, onde Euclides se iniciou na vida militar, em face de uma sublevação coletiva, em 1904, contra a

vacina obrigatória, ocasião em que os alunos saíram às ruas e praticaram atos vandálicos, como a quebra de inúmeros lampiões.

A reação àquele estado de coisas ocorreu no Exército e na Marinha. Quatro nomes avultam na cruzada em prol do soerguimento do espírito militar e da operacionalidade nas Forças Armadas: o Barão do Rio Branco, nosso Chanceler, que propugnou “à outrance” pelo reaparelhamento da Marinha e do Exército; Olavo Bilac, que desencadeou memorável apostolado cívico por todo o País, em defesa do Serviço Militar Obrigatório, do qual, aliás, é o Patrono; o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra que encetou a dita "Reforma Hermes", cujo lema era "Rumo à Tropa" e o Almirante Alexandrino de Alencar que promoveu campanha semelhante na Marinha, cujo mote era "Rumo ao Mar". E no bojo dessas reformas, uma plêiade de Oficiais foi estagiar na Alemanha; foi criada, em 1919, a Missão Indígena" para a instrução na Escola Militar do Realengo e trazida da França uma Missão Militar que atuou no Exército, de 1920 a 1940.

Assim, saiu vitoriosa a corrente dos “tarimbeiros”, “troupiers” ou “combatentes”. Em pouco tempo, os “bacharéis fardados”, também apodados, pejorativamente, de “filhotes de Benjamin”, “desapareceram”, pois foram sistematicamente preteridos nas promoções e movimentados para longe do Rio de Janeiro, tendo a grande maioria, muitos deles ainda bem jovens, solicitado transferência para a Reserva.

Anos depois, outros jovens Oficiais, já formados sob rígidos regulamentos, na Escola Militar do Realengo, criada em 1913, vão deflagrar um período de bernardas, chamado de "Tenentismo", na década de 1920, para, diziam, “regenerar a Pátria”: em 1922, em 1924, com a intrusão da Revolução Libertadora, de 1923, no RS, epílogo, digamos assim, da Revolução Federalista ou "Da Degola", de 1893/95, e, finalmente, a Revolução de 1930. São os enigmas da História...

Finda essa perfunctória recorrência, a fim de melhor compreendermos Euclides, sob um pano de fundo histórico, passaremos a discorrer, de escantilhão, acerca de sua produção “gutenberguiana”, com o visio de aferir a permanência de seu pensamento.

A obra de Euclides, elaborada em 12 anos, é volvida, essencialmente, para o Brasil e seu povo, daí a sua relevância, hoje, quando o patriotismo se estiola, amolecendo cada vez mais, máxime por causa do que é chamado de “colonialismo” ou “satelitismo” cultural.

Euclides nos deixou cartas, poesias, ensaios, artigos, reportagens, relatórios técnicos e prefaciou “Inferno Verde” de Alberto Rangel. Acendrado patriota, assim se dirigiu aos jovens, em uma de suas conferências: “Seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade”.

Escreveu, em 1907, “Contrastes e Confrontos” e “Peru versus Bolívia” (a respeito de um “diferendo” internacional que envolvia interesses brasileiros no Acre). “À Margem da História”, escrito em 1909, é o segundo livro em importância da produção euclidiana, publicado postumamente, com mais de dez edições. Tal magnífica obra traz a lume assuntos amazônicos. Dizia o venerável escritor que “a Amazônia deve ser conquistada, senão mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil”, brado de alerta bem atual, posto que a NOSSA Amazônia é, como consabido, alvo da cobiça internacional,

especialmente da parte das nações hegemônicas. Euclides tencionava escrever um livro sobre a Hiléia Amazônica, de título "Paraíso Perdido". Pretendia estudar a Amazônia como estudou o Nordeste, mas não conseguiu em vista de sua morte prematura; vários artigos que comporiam a publicação foram transcritos, posteriormente, em "À Margem da História".

Todavia, a exponencial notoriedade literária de Euclides da Cunha se deveu à sua magistral obra "Os Sertões", que lhe propiciou o ingresso, em 1903, nos dois maiores sodalícios de então: a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Os Sertões", obra-prima de Euclides, contabiliza mais de quarenta edições em português, seis em inglês e nove em outras línguas. O livro é um verdadeiro painel do Brasil e descreve a guerra travada em Canudos, mostrando à nação o abandono dos sertões e de sua gente. Daí poderemos lóbrigar, acrescente-se por oportuno, o que foi a grande manobra geopolítica da criação de Brasília no Planalto Central Brasileiro. A respeito de "Os Sertões", gostaríamos de trazer à colação, as considerações do notável acadêmico Afrânio Coutinho. – Citação. "Livro único, sem igual em outras literaturas, escrito entre 1896 e 1902, nos vagares da vida nômade do engenheiro. A crítica tomada de surpresa ante a grandeza e originalidade da obra, viu nela um trabalho de cientista, de geógrafo, de historiador, de etnógrafo, de sociólogo, de filósofo, de artista". Fim da Citação.

"Os Sertões" é dividido em três partes: "A Terra", "O Homem" e "A Luta". Teses esposadas na segunda parte – "O Homem" –, não são hoje aceitas, pois a moderna genética não mais admite o conceito de raça. Porém, a definição do sertanejo, embutida nesta parte, tomou-se antológica: "O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista, revela o contrário". O Professor Jarbas Silva Marques bem nos explica essa faceta do escritor, porquanto ele foi formado, como demonstramos à sociedade ao longo dessa parlenda, à luz do racionalismo, quando as ciências físicas, naturais, biológicas, a matemática e as nascentes teorias evolucionistas de Charles Darwin traçavam as balizas do pensamento dos maiores intelectuais de então, que acreditavam em falsos estereótipos do determinismo genético ou naturalista. Contudo, tal posicionamento em nada empana a grandiosidade da monumental obra.

E trazendo o tema para a área da literatura épica, diríamos que o fantástico livro ombreia-se com as lendárias narrativas da Antiguidade Clássica e com os escritos que contam as mais famosas epopeias nacionais e internacionais. A História é recheada de relatos épicos, como os dos legendários heróis da Grécia Antiga: Leônidas, Ulisses, Aquiles, Heitor, para não falarmos dos romanos e de Cervantes e Camões, com "Dom Quixote de la Mancha" e "Os Lusíadas". E bem nossos conhecidos são o poema "O Uruguai", de Basílio da Gama e o clássico "A Retirada da Laguna", do Visconde de Taunay. A esses superlativos épicos veio a se juntar "Os Sertões", em que o herói não é singular, personalizado, mas sim, coletivo – o rude sertanejo nordestino, cheio de heroicidade e estoicismo da Guerra de Canudos.

"Os Sertões" é considerado "A Bíblia da Nacionalidade", pois bem retrata a "saga brasileira" e a isso se reportou o escritor peruano Mário Vargas Llosa, um século depois da publicação de Euclides, no romance "A Guerra do Fim do Mundo", evidenciando-se, pois, à larga, a universalidade e a permanência do pensamento euclidiano.

A obra apresenta os contrastes entre o Brasil litorâneo, citadino, e o Brasil profundo, do interior, atrasado, sem perspectivas. Cabe aos cientistas sociais, a reflexão percuciente a respeito dessa ferrenha contradição, sabendo-se que os centros urbanos incham cada vez mais e sendo certo que a população brasileira envelhece a passos largos e declinará a partir de 2030, consoante tabulações estatísticas.

No ano do centenário da morte de Euclides da Cunha, na relembração de seu perpétuo legado cultural para a Nação Brasileira, encerremos essas despretensiosas achegas alusivas à perenidade de seu pensamento, com o fecho do portentoso "Os Sertões": "No dia 2 (era outubro de 1897) entregaram-se os velhos, mulheres e crianças que ainda sobreviviam. Ficaram 20 lutadores numa trincheira ao lado da igreja, famintos e sedentos, decididos ao sacrifício. Preferiam morrer lutando do que sentir no pescoço a lâmina fria dos degoladores. Ali já estavam no túmulo, cavado por eles mesmos. No dia 5, tombaram os últimos defensores – eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam cinco mil soldados".

Por derradeiro, neste ano cognominado pela Academia Brasileira de Letras, de "Ano Euclides da Cunha", pedimos vênias a fim de parafrasear esse poço de sesquipedal cultura que é o Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, quando se referiu a Rui Barbosa. Assim, afirmamos para este colendo e fraternal cenáculo, que certa e recerta é a intemporalidade do pensamento e das lições que nos deixou Euclides da Cunha.

A todos, o meu muito, muitíssimo obrigado!
Eu disse.
Manoel Soriano Neto

A REPÚBLICA E OS MILITARES

Tarso Magnus da Cunha Frota

Relata a história que a atividade castrense em solo pátrio confundiu-se com o povoamento, independência e a liberal democracia. Com enfoque nesse patamar e com respaldo nas análises de consagrados historiadores, tentaremos nos colocar no ritmo de uma avaliação que, partindo da Conflagração Paraguaia, nos leve ao roldão dos acontecimentos que marcaram o comportamento do soldado na vida nacional.

Os militares envolvidos nos embates no Paraguai regressaram desiludidos não só com a monarquia, mas com a liderança militar do Conde D'eu, genro do Imperador.

O espírito republicano que envolvia a tropa vitoriosa da nossa primeira luta armada, em aqui chegando, encontrou um forte aliado – o positivismo. Esse pensamento amplamente difundido pelo Coronel-Professor Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, começou a ocupar o espírito dos cadetes de então, que se alinharam às posições científicas de Auguste Comte. As ideias Comtianas ocuparam as mentes da mocidade militar, que somadas aos anseios de um jacente “Espírito Republicano” moldaram uma interessante equação: “pertinácia do soldado e o civilismo republicano”.

A proclamação da República já estava praticamente dedilhada. O espírito liberal há muito arraigado numa parcela importante da sociedade, via no liberalismo jacobino a razão de ser da nação, encantada com a Independência Americana que, ao lado da Queda da Bastilha, legou ao mundo uma nova visão de organização política, pautada nos sonhos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o grande viés dos amotinados franceses.

Numa avaliação inicial das peculiaridades da vida do soldado no seio da nação, elegemos a famosa “questiúncula” que envolveu Caxias, comandante das tropas em ação contra Lopes e o Senador Zacarias Góes, do Gabinete Liberal do Império. O Senador exigia explicações relativas à “condução das operações militares”, pergunta esta que resultou numa dura resposta de Caxias, evento que levou à derrubada do Senador Liberal, redundando o episódio como a primeira confrontação com os fardados de então, que passaram a merecer a confiança do Governo Imperial.

O historiador Buarque de Holanda considera este episódio como o primeiro mote circunstancial de reconhecimento do Exército Brasileiro na vida nacional. Como se vê, as armas começaram a ter influência não só junto à corte, mas na concepção da nação, que viu, na vitória das guerras sulinas, uma marca da potencialidade dos nossos soldados.

Com a morte de Caxias, o Exército buscou uma liderança nos seus quadros, o que não foi muito difícil, uma vez que o comandante das Armas no sul do país, Deodoro, exercia uma firme liderança no seio da oficialidade. O General das tropas sulinas embora não fosse um teórico positivista, representava uma tropa jacobina. Havia uma crença nos moldes do positivismo de que o país iria se associar às grandes nações encimados pelos sucessos “franco-americanos”.

Assim, nasceu a sonhada República em 15 de novembro de 1889, pelas mãos de Deodoro, respaldado pelo exército e a intelectualidade republicana,

esta liderada por Rui Barbosa o ícone civilista do movimento. E não fomos muito longe: a Constituição de 1891 consolidou os sonhos civilistas e positivistas, todavia, faz-se mister referir que a chama republicana começou a evidenciar as suas primeiras “mazelas”. Circunstâncias inesperadas fizeram o governo de Deodoro relativamente curto, não só por problemas de saúde, mas por contingências políticas inesperadas. Emergiu uma interessante nuance no contexto nacional: “os ricos Cafeeiros Paulistas”.

Estes produtores, em face de as facilidades em conduzir o eleitorado circundante, firmaram-se como oligarcas, dominaram as campanhas eleitorais, preocupando o todo social, com manobras políticas eleitorais distantes da ética e dos bons costumes. Estes comedimentos chegaram ao seio do governo, configurando a primeira crise na cúpula dirigente. Como relatam historiadores, Deodoro, fraco de saúde e politicamente abalado, viu-se na contingência transferir o poder ao seu vice, Floriano Peixoto.

Floriano, na sua nova posição, buscou governar dentro de uma característica que ficou conhecida como “ultranacionalista”, pautada numa programação considerada modernizadora, enfrentando severas críticas do mundo paulistano que, aliando-se aos grandes pecuaristas e usineiros do nordeste, formalizaram uma nova e inesperada forma de vivência política – O CORONELISMO. Este comportamento acirrou o repúdio dos homens honrados que se surpreenderam com o radicalismo dos “coronéis oligárquicos”, que definiam eleições, distribuíam cargos públicos e benesses aos seus partidários. O CORONELISMO passou a incomodar. E, nesta contingência, fomos buscar na Tese de Doutorado de Sergio Murillo Pinto, “Exército e Política” (UFF-2005)”, estudo voltado às realidades, sonhos e perspectivas militares para uma interessante afirmação: “REPUBLICANIZAR A REPÚBLICA”. No entendimento de Sergio Murillo, este ousado jargão foi utilizado por jovens militares, inconformados com os condutores do Poder, que ansiavam por mudanças políticas, administrativas, orçamentárias e eleitorais. Mantendo-se longe das ideologias, consideravam-se fiadores da seriedade e honestidade de que tanto a pátria necessitava.

Neste compasso emergiu o movimento conhecido como TENENTISTA, dentro de uma plataforma ressentida com os vícios do sistema, falta de liderança e o atraso do país. É, ainda, importante salientar que estes soldados não se identificavam com os seus Chefes Militares, ligados a políticos corruptos, distantes das acepções positivistas da Proclamação. Nesse passo, os “meninos militares” entraram na História, organizados e consubstanciados no TENENTISMO.

Qual a explicação para melhor entender o movimento “jovial militar”?

É neste ponto da presente avaliação que vamos nos valer de uma posição do Barão do Rio Branco. O Barão, com a sua incontestada liderança, aconselhou Floriano Peixoto a aprimorar a profissionalização dos nossos militares, lembrando que, na Europa, as tropas prussianas orgulhavam-se dos seus militares, ligados e orientados pelos princípios do grande estrategista prussiano Clausewitz. O governo, seguindo a orientação do Chefe das Relações Exteriores, de comum acordo com o Ministro da Guerra determinou que brasileiros estagiassem na Escola Militar Alemã.

No rol destes inquietos militares, treinados na Alemanha, encontramos cadetes como Góes Monteiro, Felinto Muller, Euclides de Oliveira Figueiredo,

Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger, João Alberto, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes e outros. Fluiu claro, desta relação, que o Brasil mudou na atuação desses determinados soldados que, nos movimentos políticos em que se envolveram, ajudaram a traçar novos caminhos, que exercem influências até os dias presentes. O espírito de contestação destes homens consubstanciou-se em operação armada no dia 5 de julho de 1924, quando ocorreu a primeira ação armada, conhecida como os “18 do Forte”. Tenentes, do efetivo do Forte Copacabana, liderados por Eduardo Gomes, acompanhados por alguns soldados e um civil, sublevaram-se, enfrentando as tropas governistas, sob a legenda de “...morrer em nome dos ideais...”. As forças legais dominaram os revoltosos, mas a chama TENENTISTA acendeu, e não demorou muito, eclodiu uma nova insurreição, a “Coluna Prestes”. A Coluna enfrentou forças legais, percorreu vinte e cinco mil quilômetros do sul ao nordeste infiltrando-se, finalmente, na Bolívia, sem resultados plausíveis no todo nacional.

O TENENTISMO sonhava com um estado forte, produtivo, com excelências nos campos econômicos, sociais e desenvolvimentistas. A Coluna Prestes, na palavra de historiadores, era inebriada por conceitos e planejamentos, muitas vezes difusos, deixando um legado utópico e sonhador. O misticismo dos TENENTES finalmente encontrou, na Revolução de 1930, a grande oportunidade de usar suas posições nas atividades governamentais. A influência de Góes. Juarez, Cordeiro de Farias, Felinto Muller sempre foi grande no movimento. Com a eclosão da Revolução de 1930 o TENENTISMO encontrou a sua realização, posicionando seus mais importantes membros em importantes posições políticas. O presidente Vargas encontrou no TENENTISMO a concretização de princípios que a revolução pregava – centralismo, autoritarismo e desenvolvimento. Partindo do movimento de 1930, o TENENTISMO entrou na rotina da vida política brasileira, passando pela ESG, chegando a 1964. Julgo por demais importante que se traga a lume as palavras do grande estadista Barão do Rio Branco que, em suas memórias, recentemente postas a público e comentadas por Merval Pereira em sua coluna jornalística, dentre outras afirmações, escreveu:

“Minha aspiração – sem pretender chocar os que lerem essas minhas memórias desabusadas, algumas décadas para frente – é que o Brasil possa dispor, no futuro, de homens políticos mais bem preparados, tribunos competentes e educados, estadistas comprometidos com a dignidade das causas nacionais, sem nódoas de corrupção, sem o peso da ignorância abissal que, infelizmente, ainda marcam muitos dos aventureiros e oportunistas que se alheiam de cargos públicos, muitas vezes, por razões inconfessáveis”.

Como fecho da presente análise da vida política no período Republicano, encontramos, no Barão do Rio Branco, a síntese profética que, lamentavelmente “PREOCUPA A NAÇÃO POR ALGUMAS CALENDAS”

AFONSOS E O PENSAMENTO CASTRENSE

Tarso Magnus da Cunha Frota

O Campo dos Afonsos é o ninho da Aviação Brasileira. Lá se iniciaram as primeiras atividades aéreas sob o respaldo do Exército Brasileiro que, a exemplo das nações envolvidas na I Grande Guerra, julgou quanto da necessidade em ativar a nova Arma Aérea revelada de vital importância no desenrolar das táticas e estratégias das Forças envolvidas na conflagração.

Realmente a escolha não poderia ter sido melhor, dada a invejável posição geográfica da Fazenda dos Afonsos que, à época, era isolada da área urbana com pastagens facilmente transformáveis em pistas de pouso, condições que fizeram dos Afonsos o “grande ninho” das iniciações aéreas na vida nacional.

Crescendo em termos de aquartelamento, com a construção de hangares para os serviços de manutenção e abrigo das aeronaves, a tradição Aeronáutica foi se firmando na formação dos nossos pioneiros, caracterizando o “espírito aviatório” que perdura até os dias de hoje, dando aos Afonsos a moldura de centro pioneiro das Asas no Brasil.

Nós, soldados aviadores, fomos criados sob a égide da “missão cumprida”, e independentemente das circunstâncias, adversas ou não, somos conscientes que todas as determinações no campo da atividade castrense têm um cunho altamente relevante.

Encimado por essa afirmação e na pauta de se manter acesa a chama do patriotismo, há de se comentar que determinados comportamentos emanados de responsáveis pela condução da vida nacional, são muitas vezes, motivos de preocupação. Foram muitos os jovens que assentaram nas plagas do “lendário e tradicional Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira”, onde, mercê do aprimoramento na técnica de voar, receberam, também, o legado de manter a PÁTRIA INCÓLUME não só nos limites das suas fronteiras, arduamente desenhadas, mas, também, dentro dos parâmetros da moralidade pública.

O Campo dos Afonsos, para orgulho dos aeronautas, é o caldeamento que integrou o homem e o avião.

Podemos dizer que neste AMBIENTE NOSTÁLGICO a Força Aérea Brasileira iniciou a formação dos seus Aviadores, que lá aportaram cheios de sonhos, trazendo n’alma o mais belo de todos os ideais: VOAR!

Com uma visão desenvolvimentista o Governo brasileiro criou o Ministério da Aeronáutica em 1941, congregando Aviação Militar e Naval, dando à Escola de Aeronáutica nos Afonsos a missão de formação dos Aviadores Militares.

Considerando as assertivas acima como um exórdio aos comentários que julgamos pertinentes nas presentes avaliações, vamos mais uma vez fazer justiça aos antigos docentes da Escola de Aeronáutica, onde, na pauta da formação dos Cadetes de então, mestres como Ayrton Lobo, Maurílio Cunha, Liberato Bitencourt e todo o Corpo de Oficiais e Instrutores de Vôo, que fizeram

chegar aos jovens cadetes uma dimensão do pensamento Castrense. A concepção de velhos comandantes como Fontenelle e dos mestres da antiga Escola merece uma avaliação mais acurada visto que, no roldão da História Militar Pátria, as atuações dos fardados no Império e República merecem estudo analítico específico, frente os aspectos políticos e ideológicos que envolveram a vida brasileira.

Torna-se interessante ressaltar que o ínclito historiador e professor Leonardo Trevisan, em sua obra o “Pensamento Militar Brasileiro” (Global- 2ª Edição -1987) afirma que as “.idéias dos militares foram muito importantes para a História contemporânea brasileira”. Na pauta da posição de Trevisan passamos a entender a dinâmica evolutiva da nação, considerando-se o Império como início deste desdobramento.

A chegada da Família Real em 1808 passou a ser um marco importante na novel Monarquia abaixo do Equador, em pleno tropicalismo, como relatam historiadores, adiantando que a monarquia tinha no seu cerne o sangue de tradicionalíssimas famílias da nobreza européia, outorgando ao nosso torrão o pomposo nome de “O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES”.

Ousamos, assim, afirmar, que o pensamento militar aportou ao novo mundo, visto que as fronteiras exaustivamente conquistadas pelo mundo lusitano tornaram-se reféns dos fardados de então, sempre envolvidos nas escaramuças com os castelhanos que, vez por outra, bafejavam maiores limites nas suas posses ao longo dos pampas, nos talvegues que nos separavam do norte ao sul e nos contrafortes andinos.

Faz-se mister trazer essa assertiva visto que, com a Monarquia, arribaram para o Rio de Janeiro as mais tradicionais organizações lusitanas, como a famosa Escola de Sagres, aqui aportando com a designação de Academia Real dos Guarda-Marinhas, famoso centro responsável pelas grandes navegações, juntamente com outras unidades militares para guarda e proteção da Casa Real. Há de se destacar neste contexto a vinda de eméritos professores e mestres em múltiplas atividades curriculares, fato este que ensejou a formação dos nossos náutas em Villegagnon, nunca esquecendo a Academia Real Militar, no Largo de São Francisco, onde matemáticos, físicos e outros homens do saber deram início à formação de Oficiais para as tropas e os primeiros Engenheiros do novo Império. O espírito desenvolvimentista do Imperador, criando a Academia Real Militar, ensejou com este ato a primeira Escola de Ensino Superior no Brasil. A preocupação da Corte seria a formação de militares em condições de manter as Fortificações que se distribuía pelas fronteiras e defendiam a integração da nova nação.

Como sói acontecer com as nações politicamente organizadas, a história assegura que nenhum país pode prescindir de Forças Armadas bem treinadas e com quadros de elevado nível profissional, visto que nos homens de farda não existem só armas e navios, mas soldados intelectualizados preocupados com a vida da nação.

Podemos afirmar que o Brasil deixando de ser colônia e tendo ao lado hispânicos não muito pacifistas, o Exército e a Marinha ocuparam os espaços importantes de garantia à desenvoltura da Monarquia, no campo interno e nas

relações com nossos irrequietos vizinhos. O Império sentia que os soldados eram imprescindíveis, não só nas faixas de fronteiras ainda muito discutidas, mas na manutenção da ordem e a própria integração territorial, vez por outra maculada por anseios regionais, como o Movimento Farroupilha e a Confederação do Equador que, para gáudio da monarquia, foram resolvidos nas dimensões dos interesses da nação.

Dom João VI retornou à terra Lusa após quinze anos, atendendo motivos monárquicos e políticos, entregando o Reino ao seu filho Dom Pedro, na posição de Príncipe Regente.

Não tardou muito e o jovem Príncipe cerceado por múltiplos fatores aderiu à causa da Independência, ensejando com sua atitude uma nova dimensão política no país. Em consequência, a monarquia deu início à organização política e administrativa que se fazia imperiosa à pátria jacente.

Assim, com a promulgação da primeira Constituição, iniciaram-se as atividades da nação, respaldada pela Carta Magna, no contexto dos povos Americanos.

A vida militar passou a ter seus contornos e, sempre soou muito claro, que a exemplo das Casas Reais do Velho Mundo, a Marinha de Guerra mostrava suas tradições, era mais aristocrática e gozava dos favores da coroa. O novel exército, sob a ótica política dominante, buscava sua afirmação como tropa regular, sem grandes respaldos dos monarquistas de então. Os descendentes das famílias de maior posse já contavam com postos hierárquicos permanentes na Guarda Nacional, criada com a finalidade precípua de manter uma tradição já arraigada de prestigiar fazendeiros, cafeeiros e grandes proprietários, nos postos de coronéis, majores, capitães e tenentes, como estatuiu a Lei de Criação da Guarda Nacional, sancionada em 1831. Nesse compasso, pessoas gradas engalanavam-se com “títulos militares”, sem o respaldo das qualificações indispensáveis à atividade militar. Torna-se imperioso comentar, o que era público e notório nos cadernos da imprensa, que o Senado Imperial, na pessoa de José de Alencar, não concordava com gastos militares para compra de armamento, alegando que não “havia clima de confrontação” que justificasse despesas com material bélico no contexto da nação.

Não demorou muito e a monarquia sentiu-se obrigada a dar resposta ao Ditador Lopez do Paraguai, que desencadeou um ataque às fronteiras brasileiras, fato que motivou uma resposta da tropa que, apesar da falta de armamento e equipamento, mostrou-se digna, combativa, cobrindo-se de glórias em vários eventos da Guerra conhecida como da Tríplice Aliança. As lutas no Paraguai dimensionaram o Exército Imperial, que voltou melhor estruturado, orgulhoso das vitórias na campanha, consagrando o soldado brasileiro, que mostrou uma invulgar capacidade militar, onde surgiram os primeiros heróis como Caxias, Osório, Sampaio, Tamandaré, Greenghald, Marcílio Dias e muitos outros.

Após o embate nos campos do Paraguai, os militares retornaram com uma preocupação: o emprego de tropa no campo da estratégia e

planejamentos no nível de Estado Maior. O engajamento do Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel, nas lutas com Solano Lopez, substituindo Caxias no final das operações na conquista de Assunção, causou mal estar no seio da oficialidade, que o considerava petulante, portador de um sotaque com forte acento gálico, que o distanciava da tropa. Visconde de Taunay, historiador e comentarista do embate Paraguaio, relatava nos seus cadernos que o Príncipe Consorte não atendia às condições indispensáveis a um oficial de Estado Maior. A formação dos nossos oficiais ficava circunscrita às heranças de Sagres e o Exército mantinha os seus cadetes do Largo de São Francisco, como já referido nos presentes comentários. Todavia, não há como esquecer a Escola Militar de Rio Pardo, que posteriormente se transferiu para Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul, que de 1848 até 1911 foram centros de preparação na região sulina, graduando os antigos Alferes, posto inicial da carreira das armas. É interessante adiantar que muitos dos formandos da Escola Sulina lutaram no Paraguai e ascenderam a elevados postos na vida militar.

O livro "Santa Catarina no Exercito" de autoria do Almirante Henrique Boiteaux (vol I,pg141,Ed. Bedeschi, 1942), relata comportamentos de militares no correr das lutas no Império, buscando caracterizar o espírito do soldado brasileiro face às "realidades" que cercavam a Monarquia. Nesse passo vamos encontrar em Boiteaux uma interessante avaliação das contingências militares Imperiais, que falam por si só: o "descaso que tiveram os homens do Governo pelo aparelhamento das nossas forças armadas, tornou-se patente em todos os tempos" (pg 350). Como se vê, o soldado relativamente acuado nas suas atividades passou a viver outras preocupações, fato este que acendeu manifestações na Escola Militar da Praia Vermelha, centro de excelência na formação de oficiais, onde, o Coronel Professor Benjamin Constant, conhecido como um ardoroso seguidor das idéias positivistas de Augusto Comte, alardeava suas convicções Republicanas no seio dos jovens Cadetes. Recorrendo às notas de Trevisan, que na sua obra (já referida, pg 8), afirmava "...que dos quartéis não saem apenas fuzis, canhões etc... saem, também, idéias que têm inegável importância na vida da nação".

Observa-se que o Positivismo capitaneado por Benjamin Constant, passou a ser o "mote" da propaganda Republicana, no ponto mais sensível da formação militar: a Escola Militar. Outro ponto que Trevisan insiste em suas avaliações é que, após a Guerra do Paraguai, os militares sentiam-se mal pagos, recebiam os vencimentos atrasados, condicionantes estas que de muito facilitaram a adesão aos cantos positivistas. Os homens de farda não se consideravam corruptos e, traziam no seio, um aferrado patriotismo, publicamente testado nos campos de batalha.

As idéias de Comte passaram a ser um ingrediente de cunho cultural que se identificava com a Consciência Republicana em alta ebulição. O Brasil monárquico era reconhecido como o berço do bacharelismo, caracterizado por uma abundante cultura jurídica, consentimento este típico da nossa latinidade, onde o intelectual se afogava nas dimensões filosóficas dos clássicos gregoromanos. A Escola Filosófica da Faculdade de Direito do Recife florescia na monarquia com o seu Culturalismo, pautado em Tobias Barreto, Silvio Romero e outros, cativando os jovens bacharéis, que não só faziam restrições ao

soldado de carreira, mas entendiam que o militar não era ligado ao HUMANISMO. Essas posições acirraram a pregação de Augusto Comte, e os fardados ressentidos com a monarquia abraçaram definitivamente a bandeira Republicana. Sob a égide desse compasso a República nasceu a 15 de Novembro de 1889, proclamada por Deodoro da Fonseca, concretizando definitivamente o sonho de soldados monárquicos e os dos culturalistas, que seguiam as posições do liberalismo de Ruy Barbosa e Rousseau.

Flui claro na obra de Boiteux, prementes histórico de militares Catarinenses com bons serviços prestados à nação, onde, pinçamos o nome do General Julio Anacleto Falcão da Frota, soldado que se cobriu de glórias nos embates da Tríplice Aliança como engenheiro militar, planejando e construído obras nas áreas sensíveis dos embates, com realizações em pontes, redutos, entrincheiramentos e fortificações que de muito facilitaram o emprego da tropa. O importante na vida deste militar, razão do presente comentário, é que Falcão da Frota recebeu o maior prêmio de um soldado: foi o primeiro Coronel de carreira a receber os bordados de General na nova República.

Ao lado dos seus merecidos galões, honrou-se, também, com outro acontecimento: a sua designação para governador do Rio Grande do Sul, prova inequívoca da confiança do Governo constituído ao heróico engenheiro de sapadores. Relembrando nossa formação como Cadete do Ar na sempre lembrada e saudosa Escola de Aeronáutica nos Afonsos recordamos as aulas de Ayrton Lobo, mestre erudito e fluente que nas suas exposições, além de uma extraordinária retórica, inebriava pela sua verve de jurista, publicista e historiador, nas desenvolturas da cátedra que ministrava. As considerações deste “Velho Coronel Professor” ecoaram na nossa intelectualidade, levando-nos a buscar nas ciências humanas e sociais uma melhor diretriz para conviver com as realidades que buscávamos entender. O presente comentário nos conduz ainda a Liberato Bitencourt, gênio matemático, que no correr das aulas de Descritiva confessava-se Positivista e, vez por outra soltava o seu “bordão”:

“A República é prescrita pela política científica e pela moral”.

A nova República nasceu e o militar passou a sentir a responsabilidade de fazer parte da uma grande nação, escorada na realidade do espírito de Rousseau:

Igualdade, Liberdade e Fraternidade

Todavia, a realidade republicana começou a apresentar dificuldades na sua desenvoltura, preocupando os “sonhadores republicanos”.

Sombreada por estas avaliações, há de se afirmar que os governos eleitos no início do século XX envolveram-se em atividades “conhecidas como questionáveis”, alertando os jovens militares nos postos iniciais da carreira que, inconformados com a condução da vida nacional, passaram a clamar por melhorias e mais seriedade na condução da novíssima casa Republicana. Começa a surgir no meio militar o recrudescimento de insatisfações quanto à honestidade e a moralidade das autoridades constituídas. E a história, sempre presente nas suas avaliações, encontrou uma terminologia própria para estas

“inquietações no seio militar”, conhecidas na vida política como: Tenentismo, Coluna Prestes e os Dezoito do Forte.

Estes movimentos evidenciaram as preocupações do soldado republicano e fogem da essência do presente trabalho, merecendo na espécie um estudo específico, distante dos propósitos deste comentarista, que buscou, tão só, a essência e o espírito do Soldado Imperial, magnetizado que foi pelos anseios Republicanos.

Como ementa da gênese do presente estudo segue o concretismo das nossas intenções:

O SOLDADO IMPERIAL FOI O MENTOR DA VIDA REPUBLICANA!

Uma das dificuldades que pode ser percebida na historiografia brasileira, desde os primeiros grandes trabalhos, como os de Sauthey, passando por Varnhagen e Capistrano no século XIX, para chegar ao moderno século XX e mesmo aos dias atuais, é a de não se considerar a questão de “quando”, sob o ponto de vista de nosso imaginário e de nossa psicologia coletiva, já se pode falar de “Brasil” e de “brasileiro”.

A questão parece não interessar a ninguém. Aceita-se passivamente que o Brasil nasce em 1500 e o brasileiro é o derivado natural desta nova nação que aparecia com as descobertas portuguesas.

Lamento não concordar com os grandes mestres, mas não me parece que seja assim. A nosso ver o “Brasil” entendido como “nação”, demorou a surgir e o “brasileiro” entendido como “povo” específico, em sentido antropológico, mais ainda. Vejamos por que julgo a questão fundamental.

Analisando o processo de ocupação e ulterior colonização da nova terra, podemos, e até devemos, dividi-lo em três momentos historicamente diferenciados:

a) O primeiro caracteriza o século inicial e parte do segundo, quando, claramente, não havia nem Brasil nem brasileiro, e sim uma região selvagem a ser colonizada. Os primeiros portugueses foram náufragos, degredados ou fugitivos. Uns poucos aventureiros fizeram parte destas levas modestas de gente desclassificada, com alguns poucos aventureiros em busca de fortuna e sexo fácil com as índias. O nome “Brasil”, usado para a região, não foi privilégio português. Também espanhóis, franceses e holandeses assim a designavam, nela não vendo nenhum indício de vida civilizada e sim povos estranhos, os “brasis”, como seus habitantes naturais. Dela se iniciou um sistema elementar de abate e transporte da valiosa madeira de pau de tinta, excelente para dar cor aos produtos da indústria têxtil que ganhava corpo na Europa. Tampouco foi aceita como portuguesa, por mais que D. Manoel tentasse arrendá-la, com exclusividade, a alguns cristãos novos, donos dos capitais necessários, com a visível intenção de dar a Portugal a posse da terra como fato consumado. O território estava em aberto, era entendido como terra mais ou menos disponível, provocando incursões de piratas ingleses, navegantes espanhóis e, principalmente, grupos de franceses, na exploração, corte e transporte da madeira. Durante cerca de um século, a contar das primeiras navegações portuguesas, foi objeto de disputas entre os poderes europeus. O fenômeno não cessou, ao contrário, aumentou, depois que a Corte enviou uma forte e bem equipada armada, com objetivos ostensivos de iniciar o processo colonizador, sob o comando de um conceituado navegador português, ligado à Corte até por laços familiares, Martim Afonso de Souza. Portugal tentava dar mostras evidentes de ser o dono da região. As coisas não pareciam tão simples. Francisco I, rei de França, jamais reconheceu o Tratado de Tordesilhas, que concedia a terra imensa, descoberta ao oeste do Atlântico a Portugal. Ironicamente, este poderoso rei francês, pedia que lhe mostrassem o testamento de Adão, em que tal cláusula deveria estar escrita. Por isto, os franceses tentaram instalar por aqui a França Antártica, e mais ao norte, a França Equinocial. O projeto só não foi adiante devido às dificuldades internas da política francesa, envolvida numa complicada luta religiosa. Por isto, a

resposta militar portuguesa teve êxito nos dois casos, pois não seria possível a Portugal enfrentar o poderio militar e naval francês se por lá houvesse coesão, paz interna e firmeza de objetivos orientados para a criação de uma colônia nos trópicos.

Mais adiante, os holandeses, chegados um século depois dos franceses, tampouco reconheciam o Tratado. O historiador Barléus, no início de sua obra sobre a ocupação holandesa do Nordeste, é bem claro em dizer que o Papa não podia conceder a ninguém a posse de algo que não lhe pertencia. O papado não era dono do mundo e dele não podia dispor. Desta forma se legitimava a expansão da guerra dos holandeses contra os espanhóis nas chamadas “Índias Ocidentais”, incluindo as ilhas do Caribe e a Costa do Brasil, ambas atacadas no mesmo período histórico pelas forças das “Repúblicas Unidas”.

O nome “Brasil” surgia, sem dúvida, e o próprio Barléus o usa, mas servia apenas para indicar a nova região por um lado e, entre os portugueses, para com ele batizar “sua” nova província. Ou talvez, como insinua Varnhagen, em função da predominância econômica do “pau Brasil” o nome de “brasileiro” se aplicava para designar quem se dedicava a esta profissão. Como canoeiro, carpinteiro ou tanoeiro. Ninguém concebia o “brasileiro” como produto cultural e nacional típico de uma região dotada de certa autonomia.

b) O segundo momento surge, especialmente, a partir de fins do segundo século, penetrando pelo terceiro, o século XVIII de nossa Era. Tomou corpo na região que se transformara em Colônia, submetida a um Governo Geral, adaptada a instituições jurídicas portuguesas, com povoamentos estáveis, consolidando um processo já em pleno curso formativo.

A diferença entre “província” e “colônia”! Pode ser sutil, mas é importante porque, neste caso, “Brasil” já não era mais considerado parte de “Portugal”. A província integra o Reino, a colônia não. Podemos ver a diferença ao meditarmos sobre as diversas “províncias” brasileiras que constituíram o Império nos anos 1920 do século XIX. Eram parte de um Todo. “Província” não é objeto de exploração de fora para dentro. “Colônia” por outro lado, é entendida como algo à parte do Reino. Não o integra. Como tal tem tratamento específico, seu valor reduzindo-se ao fato de ser o alvo econômico de um processo de exploração;

c) Nosso terceiro momento é quando, finalmente, este sentimento da diferença se firma, sedimenta a personalidade coletiva do português aqui nascido, filho de muitas gerações firmadas na colônia, dando a este “português” meio complexado por sua origem “brasileira” a consciência plena da diferença. Já possuía interesses específicos, o que veio a provocar o antagonismo com as autoridades do Reino, geradoras do movimento da Independência.

Sintetizemos então. No primeiro caso, “Brasil” não significava coisa alguma além de uma região “vazia”. Seus primeiros colonizadores e suas famílias consideravam-se “portugueses” emigrados. Não tinham como considerar-se de outra forma. Não era pelo fato de atravessar o Atlântico que João Ramalho, Caramuru, Braz Cubas, Duarte Coelho, mais adiante Tomé de Souza e Garcia D' Ávila iriam perder sua nacionalidade.

O mínimo que se pode dizer é que, em todo este período, de pelo menos um século e meio, não se cogitava de “brasileiro”. O nome “brasileiro” começa

a ganhar circulação para designar o português que aqui chegava para fazer fortuna e regressar anos depois ou o português que por aqui ia ficando por haver nascido na terra. “Brasileiro”, portanto, surgia para designar um tipo de português de segunda classe. Os privilégios eram concedidos aos reinóis. No segundo momento, este português aqui nascido já se torna consciente da diferença. Percebe-se como “brasileiro”, não mais português, objeto de um processo de exploração e discriminação administrativa. Toma consciência de sua condição. Consciência que vai ganhando corpo com o tempo. Afinal eram nativos, filhos de gerações sucessivas de um tipo humano com valores e gostos próprios, fala, hábitos e alimentação diferentes. É perceptível, nesta fase, a lenta geração de um sentimento de unidade colonial, diferente do que caracteriza uma província do Reino. Sendo colônia era submetida a restrições. Integrava-se à economia da Metrópole em regime de monopólio comercial por laços econômicos sedimentados pelo regime de monocultura de exportação com base no trabalho escravo.

No terceiro momento, amadurece definitivamente este sentimento. Sedições surgem em Minas, na Bahia, no Rio, em fins do século XVIII, e em Pernambuco logo na virada do novo século, ainda com a Corte portuguesa instalada no Brasil, num desafio claro pela independência, isto em 1817. Desestrutura-se o relacionamento e seu grau de compactação começa velozmente a diluir-se para ruir totalmente no início dos anos 1920.

Creio possível falar de Brasil e de brasileiro a partir do segundo momento de nossa história, não antes. Assim mesmo com sérias restrições. Haja vista que a grande História do Brasil escrita por Rocha Pita no século XVIII não tem o nome de história do Brasil e sim de “História da América Portuguesa”.

Por outro lado, na virada do século, a apoteótica recepção à corte de D. João VI quando de sua chegada ao Brasil, tanto em Salvador quanto especialmente no Rio, ainda demonstra o orgulho humilde deste povo reconhecendo num rei português, o “seu” soberano. O fato encheu os “brasileiros” de orgulho. Evidentemente este povo ainda nutria linha divisória meio opaca entre ser “brasileiro” e ser “português vivendo em colônia”.

Por tudo isto, creio ser importante definir a fase de nossa história em que já se pode falar de “brasileiro”. Não só por ser um impulso na direção da verdade histórico-cultural, senão, também, porque o fato vai influir em nossa ulterior e ansiosa busca de uma identidade nacional bem definida pela psicologia da desconfiança. Desconfiança em nosso potencial. A lentidão e os percalços do processo vieram marcar evidente complexo de inferioridade que atravessou toda a vida do Império, nutrindo, no silêncio de nós mesmos, e até em certas manifestações literárias, sociais e políticas explícitas, o sentimento que nutríamos quando nos comparávamos com o europeu, especialmente o francês e o inglês. Não me parece sensato retirar o tema de nossa agenda de pesquisas, se pretendermos nos entender e captar nossa especificidade como povo.

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: NAÇÃO IMAGINADA

Melissa de Mello Souza

Texto compilado do livro Brasil e Estados Unidos: Nação Imaginada

O seguinte estudo propõe a comparar a visão de identidade nacional de dois autores: Frederick Jackson Turner, historiador norte-americano, e Oliveira Lima, historiador-diplomata brasileiro. Trata-se de comparação que transcende as ideias específicas dos dois autores a fim de estabelecer uma conexão – e um contraste – entre os dois grandes países continentais das Américas: os Estados Unidos e o Brasil.

As duas nações possuem dimensões e riquezas similares, além de padrões de imigração parecidos e a tortuosa experiência da escravidão. Ambas foram colonizadas por europeus na costa do Oceano Atlântico e estenderam-se continente adentro pela ação de movimentos de povoamento e conquista. O domínio do território foi caracterizado por fortes embates, não só com a natureza virgem desbravada, mas também, com a população indígena nativa da região.

A questão da conquista territorial é uma das chaves na análise das obras de Jackson Turner e Oliveira Lima. A preocupação central é a seguinte: como construir um sentimento de nacionalidade em territórios tão extensos, gigantescos, povoados por imigrantes de diversas partes do mundo? Em outras palavras, como dar um sentido de identidade a nações novas, tão distantes das referências culturais e institucionais que constituem a civilização europeia?

A resposta elaborada pelos dois historiadores diverge em múltiplos aspectos. Não obstante, o ponto de partida para seus questionamentos é o mesmo: ambos realizaram suas obras na virada do século XIX para o século XX, momento de profundas transformações e importantes definições para o destino de suas respectivas sociedades.

Em momentos históricos marcados por tensões e forças de desintegração, Jackson Turner e Oliveira Lima vão se preocupar com a união nacional. Em meio a rachaduras sociais e econômicas ameaçadoras, irão buscar um princípio unificador, um elo comum que possa atrair a comunidade maior ao redor de um símbolo, uma ideia, em suma, um sentimento de pertença.

A principal motivação de suas obras é a noção de identidade nacional, que aqui será analisada fazendo-se uso do conceito de “comunidade imaginada”. Este último é pensado a partir dos trabalhos de Benedict Anderson¹, e bem se aplica às propostas dos dois historiadores do século XIX. Ambos vão se guiar pela História como *magistra vitae*. Buscando no passado orientações para a conduta futura, irão utilizar símbolos, mitos, alegorias, figuras heroicas, arte e literatura. Em suma, todos os elementos do imaginário que possam estabelecer elos para consolidar o sentimento de identidade nacional em construção.

Na “comunidade imaginada”, nos diz Anderson, os indivíduos não conhecem todos aqueles que integram o grupo mais extenso. Os membros da sociedade se sentem unidos por experiências, símbolos, referências comuns, mesmo sem ter contato direto uns com os outros. É um sentimento de comunhão privilegiando a imaginação em vez da interação pessoal.

Jackson Turner vai buscar a sua “comunidade imaginada” no passado americano dos pioneiros, na conquista do território americano de costa a costa e na marcha de leste a oeste. Sua tese trata da experiência da Fronteira americana, isto é, do limite entre território ocupado e natureza selvagem. À medida que o pioneiro avança na conquista da terra, a Fronteira também se move para frente. Quando a fronteira territorial se fecha – no momento em que o povoamento do continente se completa -, a nova Fronteira passa para o plano da imaginação, no sentido em que as experiências e os atributos do pioneiro passam a servir de modelos de conduta futura, onde quer que esteja.

Assim como a conquista da natureza foi caracterizada pelo desafio, pela busca, pela promessa, pelo movimento contraste, a conquista de outros territórios – políticos, econômicos ou culturais – será propulsionada pela ideia de Fronteira. O *frontierman*, pioneiro, irá se transformar no símbolo universal do ser americano em todas as esferas da atividade humana.

Para Turner, a construção da nacionalidade é feita pela base da sociedade. É a experiência de homens livres e comuns – desvinculados de qualquer instituição ou poder maior – na sua interação com a natureza, que irá formar a “comunidade imaginada” americana. Este novo tipo humano – que transforma e é transformado pela natureza – criará determinadas características que irão influenciar, *a posteriori*, a formação das instituições nacionais.

É uma ideia baseada no sincretismo com o meio ambiente natural e na ruptura com os traços e instituições da Europa. Turner busca “originalidade” na

sua tese, criando o tipo “exclusivamente americano”, produto inédito de solo novo. É uma visão insular, que olha para o “sertão” como inspiração da nacionalidade. É um olhar de baixo para cima, centrado na terra, longe do céu e do mar.

Trata-se de um contraste profundo com a proposta de Oliveira Lima para o Brasil. O historiador brasileiro apresenta uma visão panorâmica ultramarina associada à sua ideia de identidade nacional brasileira. O Brasil é analisado no contexto internacional, em perspectiva comparada, em relação às grandes potências imperiais da época e ao resto da América Latina. O fato mais importante é a ligação das duas costas Atlântico, a brasileira e a europeia.

Para Oliveira Lima, o essencial na construção da nacionalidade brasileira é a continuidade das instituições e das ideias advindas da Europa. Por esse motivo, a sua proposta de identidade nacional se baseia na Monarquia, como formadora de uma “comunidade imaginada”. O Estado-Monarquia, portador de toda civilização e grandeza europeias, terá a missão de integrar o Brasil selvagem e desconhecido ao “mundo civilizado”. Implantará em solo nativo uma extensa matriz de novas instituições artísticas, culturais, científicas e econômicas. Serão instituições nacionais e servirão de veículo para que o Brasil possa ser entendido, estudado, pensado e sentido.

O Estado-Monarquia terá, sobretudo, um papel centralizador: unirá um território retalhado por lealdades regionais em torno do “símbolo unificador” da Casa Imperial e manterá a integridade territorial brasileira em face de forças separatistas de movimentos regionalistas. Contrariamente a visão de Turner, Oliveira Lima se posiciona de cima para baixo, considerado a construção da nacionalidade a partir do topo, ou seja, do Estado e das instituições.

Esta é igualmente uma visão sincrética, no sentido em que há uma fusão entre os elementos que compõem a civilização europeia e os elementos nativos. A Monarquia civilizadora não criará uma réplica da Europa no Brasil, mas, tornará possível ao Brasil o autoentendimento como Nação provida de identidade própria, através das instituições europeias. Deste modo, as artes e a ciência serão essenciais na representação e no estudo da Nação brasileira.

Como afirma Oliveira Lima, anteriormente à vinda da Monarquia o “Brasil havia sido percorrido, mas não estudado” – e aí está o marco divisor com Jackson Turner. Se, de um lado, o historiador americano acredita que a “comunidade imaginada” se forma através da experiência do que é *percorrido*, de outro, o historiador brasileiro crê que isto se processa pelo que é *pensado e analisado* através do intelecto humano. Para um, o importante é a ação física; para outro, a reflexão.

Neste sentido, as diferentes propostas dos historiadores refletem suas origens culturais bem como suas experiências de vida. Turner era um “sertanejo” de classe média, nascido e criado no interior dos Estados Unidos, formado por instituições públicas. Era também um inovador, pois sua obra introduz, pela primeira vez na historiografia americana, a ideia do interior (*hinterland*), da conquista do espaço continental americano, como explicado para o desenvolvimento de sua Nação. Pouco escreveu, mas sua obra causou enorme impacto na vida intelectual americana.

Oliveira Lima, por sua vez, era um cosmopolita, filho de rico comerciante português e mãe fidalga da antiga aristocracia açucareira de Pernambuco. Praticamente, toda sua formação educacional foi feita na Europa. Ingressou na carreira diplomática, servindo o Brasil nos Estados Unidos, Inglaterra e Japão, entre outros países. Foi um escritor prolixo, deixando uma obra riquíssima e abrangente, sendo ainda pouco conhecido no Brasil em relação a outros pensadores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre (que foi seu amigo). Também foi inovador, pois, escreveu em perspectiva comparada, algo inédito na sua época.

Apenas dois anos separam as datas de nascimento de Jackson Turner e Oliveira Lima. Nascido em 1861, no Estado de Wisconsin, interior dos Estados Unidos, Jackson Turner vem ao mundo num momento definitivo na história americana: a Guerra Civil. O período formativo do historiador se dá durante a Reconstrução. A união nacional americana está sacramentada. A época será marcada por uma explosão de crescimento populacional e econômico e por profundas transformações sociais.

A conquista territorial de costa a costa é completada. A sociedade rural se transforma na sociedade urbana. A economia descentralizada, composta por pequenos comerciantes e fazendeiros, é substituída por grandes conglomerados industriais chefiados por capitães de indústria, numa concentração de poder econômico sem precedentes. A manufatura leve cede espaço à indústria pesada, baseada em capital intensivo com mão de obra especializada. As comunidades rurais são invadidas por ferrovias. Pequenos comerciantes são engolidos pelas novas grandes indústrias. O momento é de medo, instabilidade e incerteza.

Em 1863, no Estado de Pernambuco, nasce Manoel de Oliveira Lima. Seu período formativo também é marcado pela guerra e pelo fim de uma era. São as últimas décadas do Império e o Brasil se engaja na Guerra do Paraguai. As fronteiras do território brasileiro, já definidas em sua maioria, se fecham no Sul

ao fim da guerra. A elite militar se consolida e ganha novos poderes e prestígio. Dará impulso ao movimento que irá derrubar a Monarquia e proclamar uma República no Brasil, em 1890.

A revolução republicana praticamente coincide com a abolição da escravidão, efetuada dois anos antes, que libera uma massa de escravos sem educação, vistos como incapacitados para se integrar à sociedade. Os primeiros instantes da nova República são marcados pelo autoritarismo dos militares que a lideram e, logo a seguir, pela consolidação de uma política que favorece a descentralização e o fortalecimento de lealdades regionais: inicia-se a era da política dos governos dos Estados e a modernização atrelada à agroindústria de exportação. Trata-se, também, de uma época de incertezas e instabilidade social.

Eis o grande desafio desses dois destacados autores: procurar no passado um princípio unificador – um símbolo – que pudesse servir de referência no apaziguamento dos ânimos e dar sentido à existência tumultuada de seus respectivos povos. Apesar dos oceanos e continentes que os separam (físicos e culturais), Jackson Turner e Oliveira Lima estão unidos em sua preocupação central. Chegam a respostas similares por caminhos divergentes: a união se faz menos pelo território ou pela força e mais pela imaginação.

CRISTIANISMO: UMA REFLEXÃO PARA O PENSAMENTO OCIDENTAL

João Geraldo Machado Bellocchio

Vivemos em uma sociedade com referenciais de um secularismo remanescente, em que o sagrado ficou ofuscado pela presença de diferentes expressões do pensamento moderno, gerando conceitos como relativismo, positivismo, materialismo, indiferentismo... Esses “ismos” é que desafiam a religião na atualidade. Outrora, uma sociedade fortemente religiosa começa a perder o seu expoente com o surgimento do Renascimento no início do século XVI, acentuando-se com o ateísmo iluminista do século XVIII e o relativismo religioso que irá ocorrer no início do século XX, permeando por uma subjetividade na fé depois de cair em crise o domínio da razão. A decadência deste reinado racional é observada a partir da segunda metade do século passado, após as desastrosas investidas das duas guerras mundiais. A crença na razão, até então rainha da nova configuração mundial hasteada pelos iluministas, sente o seu enfraquecimento quando o homem percebe que ela também não dava sentido à sua vida. Fé e razão estavam, portanto, à beira da vida mundana. Em quem ou em quê acreditar?

Começa a partir daí uma nova orientação nesta conjectura da sociedade moderna. O ser humano, dirão os deístas, por sua própria natureza, tem o caráter irrevogável do conhecimento da divindade, o “*capax dei*”. Mesmo distante do seu Deus, a essência do homem exige o reconhecimento do criador, razão pela qual sempre buscará uma definição religiosa para a sua existência. Não considerando mais os paradigmas que regeram a humanidade durante milênios, o homem moderno torna-se cético, agnóstico, mergulhando em uma sociedade com o ranço dos dois últimos séculos. Ao mesmo tempo em que o homem não pode negar a sua racionalidade, ele também não pode negar a sua fé. O ateísmo hodierno é diferente do ateísmo do século das luzes, pois é menos agressivo, é mais tolerante e poderíamos ainda acrescentar menos confiável pelo sujeito. Não existe uma convicção clara, da mesma forma como o crente não o terá sobre a sua fé. Se antes os dois tinham um discurso encomiástico, hoje eles buscam uma linguagem dialógica. Contudo, as Instituições religiosas permaneciam com um discurso ultrapassado e, conseqüentemente, perderam a oportunidade de revitalizar a fé religiosa nestes homens. As gerações posteriores virão divididas entre a fé e a razão, com repulsão aos seus históricos do passado. Preferem ficar ora com um pé na linha da fé, ora com o outro no da razão. Esta desconfiança acaba gerando o relativismo religioso a caminho de uma subjetividade na fé. Esse relativismo determina que todas as expressões religiosas são dignas e credíveis, não importando mais qual o Deus que vamos adorar. A revelação não está mais nesta ou naquela religião especificamente, mas em todas. O silogismo é claro: se todas as religiões são boas, todas são praticáveis. Este processo permite ao homem buscar ora em uma, ora em outra, sem definir-se por nenhuma propriamente, os anseios de sua alma, muitas vezes criando uma terceira religião, a particular e própria do indivíduo. Este subjetivismo é vivido, dentro deste contexto religioso, em uma confortável sociedade formada por caixotes deste mercado da religião. A maior tentação desta proposta é julgar que o simples fato de ser bom é suficiente para a salvação do homem diante de Deus. Ser bom deve ser a fundamentação ética de todo ser humano, não precisa ser religioso para isto. É um dever social, meramente. A religião, por

sua vez, deve fortalecer o que já existe no ente. Seria o mesmo se disséssemos que a ética só existe com a religião. Com este sofisma, excluiríamos o ateu e diríamos que todo ateu não tem ética. O ateu tem ética e é bondoso. Logo, entenda-se que bondade e ética não são elementos suficientes para adquirir o reino divino; a conduta do crente deve ir muito mais além. A transcendência será o passo decisivo para o homem viver a dimensão da sua fé.

O despontar do novo milênio trouxe nova luz a esta emblemática situação moderna. Razão e fé não são inimigas, mas são companheiras de longa data. Na verdade, foi o próprio homem o pior inimigo delas e as separou diabolicamente como se fossem avessas uma à outra. O encontro dessas amigas se dá novamente a partir do final do século XX, e só então se percebe que elas precisam andar juntas, lado a lado, para ajudar a sociedade humana. João Paulo II, na introdução do seu livro “No Limiar da Esperança”, por ocasião do jubileu do ano 2000, afirmava que a religião deveria ser amparada pela fé e razão, como duas asas que sustentam o alçar do voo de uma pomba. Alguns autores preferem dizer que a ciência é filha da religião. Talvez elas tenham surgido juntas, já que são inseparáveis. É provável que o homo primitivo, sem ter ainda condições de formular explicações racionais para os eventos da natureza, afirmasse através dos seus mitos explicações razoáveis que lhe permitissem entender até então o desconhecido. Mas mesmo para formular tais conceitos, utilizou-se da razão. Até que ponto poderemos dizer que uma gerou a outra?

A fé cristã trouxe para nós um entendimento singular de Deus. A encarnação de Deus anunciada no cristianismo é um desafio para os historiadores ateístas, pois ela ocorre dentro de uma cultura que não tinha antecedentes históricos na sua conduta religiosa. Tivesse ocorrido na Grécia ou mesmo no Egito, ou talvez em outra, seria possível levantar suspeitas sobre esta questão. Mas, ela ocorre dentro de uma cultura que se relaciona com o seu Deus com determinado distanciamento, sendo inclusive inominável, ao mesmo tempo em que se coloca como juiz da humanidade e exige fiel cumprimento das leis estabelecidas por Ele. Ainda devemos levar em consideração que a comunidade composta pelos apóstolos de Jesus, anunciadores da boa nova, o evangelho, são homens incultos e despreparados para esta novidade. Se para um judeu seria inimaginável falar no nome do seu Deus, longe estaria a possibilidade dele se fazer presente na figura humana e poder tocar nele, inclusive levando-o à morte terrena. Pela lógica judaica esse sistema foge completamente das elucubrações teológicas desenvolvidas em seus conceitos tradicionais no decorrer dos quase vinte séculos que antecedem a vinda de Cristo. Muito mais extraordinário ainda é que este conceito tenha surgido em uma comunidade atípica dos reformadores religiosos, sempre na instância do grupo farisaico. Importante é ressaltar que neste contexto de liderança religiosa, o homem de formação humilde, o que significa neste caso analfabeto, dificilmente discutiria a doutrina com os versados nas leituras da Torah. Esta é a diferença que o cristianismo traz: Deus está dentro da história dos homens, não vive à margem da história a exemplo do complexo mundo religioso da antiguidade. O que era distante, eterno, está temporalizado neste mundo. É uma afirmação desafiadora para os conceitos da época e continua sendo até hoje, quando afirma que este Deus agora está dentro de cada um de nós. Este reducionismo de Deus continua sendo o espinho do cristianismo no decorrer destes milênios. Certamente seria mais fácil presenciar um Deus na sua grandeza criadora olhando o céu e o

mundo criado, do que um Deus que se faz homem, fragilizado pela humanidade, tornando inoperante sua capacidade de onipotência. Na contramão desta religiosidade, o cristianismo nos apresenta um Deus oculto-eterno. Na atual concepção moderna é mais fácil crer em um Deus distante, a exemplo das religiões asiáticas, do que neste Deus que se oculta misteriosamente na imagem do homem. O mais difícil ainda é que, nesta redução que se dá dentro da história humana, este Deus encarnado se torne como referência de salvação para toda humanidade. Ironicamente, aquilo que a religião cristã combaterá no futuro como inimiga da compreensão deste paradoxo será apresentado na abertura dos evangelhos, através da palavra de Deus que se faz carne, como o positivismo cristão que, através da humanidade de Cristo, Deus deixa ser tocado e nos toca sensivelmente. Este será o anúncio da fé cristã, o outro será a negação da encarnação. O que deveria tangenciar a compreensão da revelação divina acaba se tornando divergente e inconciliável. Mas, estes são os paradoxos do cristianismo, que não foram feitos para serem entendidos pela razão somente, mas vivenciados na ordem do dia a dia. Só se compreende o cristianismo a partir da experiência e da práxis religiosa.

O grande problema do positivismo racional é que ele busca resposta apenas no factível. Diante da pessoa do homem Jesus de Nazaré, esta concepção se permanecerá sem respostas, apenas contemplando o extraordinário homem que ele foi, a exemplo daqueles que estão nas galerias de outros personagens históricos. O homem é um ser com capacidade do transcendente. Ele vê e contempla, consegue ir mais além da sua objetividade. O fato para ele não se limita apenas no efeito material, mas é capaz de transpor o físico. Não fosse essa capacidade do homem, ele estaria até hoje contemplando o pássaro voar, o peixe mergulhar nas profundezas do oceano, as estrelas ficarem suspensas no firmamento e a lua seria apenas uma idílica manifestação para os eternos amantes. Exatamente porque o homem é capaz de ir mais além é que consegue hoje voar pelo infinito, mergulhar o oceano, atravessar o espaço além do seu habitat natural. A contemplação não permaneceu apenas no espaço material. Ora, se o homem pode transpor essas limitações, porque não pode, então, conseguir ir mais além, atingindo aquilo que lhe parece ser natural? A religiosidade não é algo recente, está presente desde o momento em que o homem começou a ter concepção de si mesmo. Há relatos da crença da continuidade da vida na forma como o aborígine enterrava os seus mortos. Eles eram enterrados em pé, simbolizando que a vida ainda estava presente naquele ser. Enterrar os seus mortos também é um sinal da crença de uma vida pós-morte. O sentimento religioso é nato, próprio do ser humano. Esta é a razão pela qual os padres da patrística alegavam que o homem é um ser capaz de Deus. Se nos estendermos no conceito judaico, em que se dá a revelação por primeiro, o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, então será compreensível que trazemos conosco elementos ou traços do criador.

A palavra “fé” exprime uma entrega ao fundamento do mundo, como sentido que franqueia a liberdade do fazer. Isto é ir ao encontro da própria verdade. No encontro da limitação do conhecimento do factível, a fé eterniza a resposta. Enquanto factível, a verdade só é franqueada como sendo conhecimento calculável, enquanto pela fé a verdade foge do conhecimento baseado no cálculo, razão de continuar transpondo outras épocas. A fé cristã encontra o fundamento que lhe dá sentido no *logos*, em que nos firmamos e tem como sentido a verdade. É a partir deste conceito que se dá a visão de

mundo. Por esta razão é que o conhecimento do mundo e do ser só pode nascer da fé e não do conhecimento científico.

A fé cristã é o encontro com este homem chamado Jesus e assim experimenta o sentido do mundo como pessoa. Jesus é a testemunha de Deus, e por intermédio dele o intocável tornou-se tocável e o distante tornou-se próximo. Ele é a presença do próprio eterno neste mundo. Quando falamos da fé cristã entendemos que a pessoa de Jesus de Nazaré é imprescindível ao conhecimento de Deus. Não existe cristianismo sem a presença kerigmática de Cristo. Negar a sua existência dentro do cristianismo é negar a própria religião. É um fenômeno singular no mundo religioso, todos os arquétipos divinos estão presentes em uma divindade ou divindades. O cristianismo é a única religião em que o arquétipo é o próprio homem oriundo de Nazaré que dá origem a esta religião. É possível distanciar os profetas das demais religiões, mas não será possível distanciar o homem Jesus da religião cristã. Ele é o centro, o alicerce desta concepção cristã. Como consequência deste fato, o cristianismo torna-se religião revelada, plenamente realizada na pessoa de Jesus conforme promessa do Deus que se apresentou para Abraão, referência para as religiões monoteístas. Foi com este anúncio que a nova religião proveniente da Palestina saiu pelo mundo. Ao chegar ao ocidente trouxe consigo a novidade do velho mundo. O novo, que ainda deveria ser civilizado pela nova ordem conquistada na Ásia, se modela dentro dos conceitos cristãos. A nova sociedade na jovem Europa será formada nos alicerces do cristianismo e, conseqüentemente, chegará à futura América. Todo o ocidente traz consigo estes fundamentos basilares da moral e ética cristã. Hoje, quando vozes destoantes se insurgem no ocidente acusando o cristianismo é o mesmo que negar a sua própria história. O que é o ocidente nos dias atuais é em função da religião cristã, que foi mestra e pedagoga durante todos esses séculos. Na maioria das vezes, as críticas se dão a partir dos conceitos da atualidade e se esquece de todo um passado de conquista, permitindo que gerasse a sociedade moderna. É no cristianismo que vamos encontrar a solução de muitos problemas sociais, pois foi ele que gerou hospitais, creches, asilos, escolas, universidades, incentivou a arte e até mesmo a ciência. Quando se fala nos dias atuais em se retirar o símbolo religioso das repartições do Estado e das escolas, se esquece de que foi justamente a partir deste que foi construída toda sociedade. Então, deveríamos retirar também dos livros didáticos e da história toda referência àqueles que honraram sua pátria e que são declarados heróis. Se nós preservamos a memória, é justo que se honre também o instrumento da educação que gerou uma civilização. Se há uma conotação religiosa, é inegável que há também uma conotação histórica. E só por isso já mereceria a continuidade do símbolo cristão, para lembrar as gerações futuras o que representa o cristianismo para o ocidente. Ao cair na negação dessas premissas, o homem corre o perigo de esquecer-se da reflexão sobre si mesmo e sobre o sentido do seu ser. Ele reduz a história somente à sua história. Esta é uma tendência mundial, pois negando o conhecimento adquirido universalmente, o individualismo penetra a nossa sociedade, mitigando os conhecimentos dos seus ancestrais e banalizando o passado. A fé faz parte das decisões fundamentais do ser humano. Existe uma área que não admite uma resposta que não seja a fé. No marxismo é possível encontrar a maior tentativa de associar a fé ao conhecimento factível. Com a queda do regime, o homem fica suspenso, sem destino. A fé sustenta o homem para que ele tenha forças para calcular e agir. O sentido da nossa existência não pode ser somente através da produção. No conceito cristão de definir a fé, é confiar-se no sentido que sustenta o ser e o mundo, reconhecendo-o como a

base firme sobre a qual se pode se firmar sem receio. A fé cristã coloca o aceitar antes do produzir, sem desprezar este último conceito. Só se pode fazer porque se recebe algo. Só se pode ser o que se é porque recebemos de alguém. Só temos a sociedade atual porque outros a cultivaram para nós. E esta cultura aparentemente hoje fragilizada foi conquistada através da cruz.

CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO NO MINISTÉRIO DA DEFESA

Araken Hipolito da Costa

O pensamento humano tem várias esferas de atuação, as quais, por meio do ensino, podem ser otimizadas. O presente trabalho visa incorporar no Ensino Aeronáutico uma destas esferas do pensamento, mais propriamente como modelo de compreensão da importância dessa nova inserção no Ministério da Defesa.

Como exemplo, apresentamos os dois gráficos abaixo. O primeiro trata dos Cursos de Carreira dos Oficiais da Aeronáutica; no segundo, visualizaremos a inclusão da nova proposta.

No curso atual da AFA foi incluído o bacharelado em Administração. Além disso, devemos considerar as grandes transformações na área de informação tecnológica e a velocidade das trocas de conhecimento. Assim, deduzimos que o Curso de Aperfeiçoamento deve ser cancelado.

No entanto, neste mesmo momento da carreira, o oficial faria o Curso de Comando e Estado-Maior.

A antecipação do Curso de Comando e Estado-Maior no plano de carreira proporcionaria aos oficiais mais jovens capacidades que melhorariam a operacionalidade da Força, caracterizada pela Fase Estratégica.

Dando prosseguimento ao entendimento acerca do gráfico 2, no exato momento da chegada do Oficial à Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), ele seria incluído no Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais (CEPEA), também antecipando estas qualificações e permitindo a atuação na Fase Política.

Chegamos, então, ao último curso da carreira, que seria a coroação da preparação, através da aplicação daquela outra esfera do pensamento, citada no início deste trabalho, isto é, o Curso do Pensamento Brasileiro, caracterizado pela fase criativa.

Não obstante o Ensino Aeronáutico ser utilizado como paradigma, podemos correlacioná-lo aos da Marinha e do Exército, guardando as suas próprias especificidades.

No entanto, este estudo não pretende fechar-se nas Forças Singulares, mas ampliá-lo, também, aos interesses do Ministério da Defesa, até porque, só com a integração de todos aqueles que compõem o Sistema de Defesa Nacional, seu aproveitamento seria verdadeiro e completo.

O Ministério da Defesa poderá aproveitar os cursos das Forças Singulares para incluir os elementos civis do Ministério que necessitam de aprimoramento no nível adequado.

Outro fator fundamental é a participação da Escola Superior de Guerra (ESG), visto que o curso por ela ministrado guarda semelhança com o Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais (CEPEA), o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX) e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM). No caso em tela, seria uma revolução curricular na ESG, obrigando-a a adaptar-se a um novo conteúdo com a inclusão do Curso do Pensamento Brasileiro em seu seio. O primeiro choque de aceitação será a concepção do curso, visto que não tem o caráter doutrinário e nem aplicação de uma metodologia. A ESG nasceu em um período autoritário, necessário na época, mas sem sentido hoje, onde os valores da democracia e da sociedade brasileira permitem consolidar uma nação sem divisões ideológicas.

Urge, perceber o crescimento econômico, político e social do Brasil no contexto das nações, para, então, compreender e aceitar a necessidade de aprofundamento pelo estudo do Pensamento Brasileiro, a fim de servir de orientação ao destino nacional.

Elaboramos uma síntese sobre o Pensamento Brasileiro com objetivo de entendê-lo, bem como iluminar a base do conteúdo do curso em questão.

Expressar a essência do pensamento brasileiro não é, certamente, uma tarefa simples, mas a presente tentativa tem por objetivo servir como uma aproximação ao tema, como um meio para facilitar e estimular seu aprofundamento.

Em poucas linhas, é possível dizer que o pensamento brasileiro nasce, propriamente, no século XVIII, com as ideias do Marquês de Pombal, que procurava transformar o chamado “saber de salvação”, no ensino da Universidade de Coimbra, em um saber, de fato, científico. Estes primeiros parâmetros acabaram por orientar o desenvolvimento das instruções estratégicas do “Novo Mundo”.

Outro aspecto relevante a ser destacado foi o encontro de culturas em nosso território. Chegando nestas terras, o conquistador português já encontrou o povo indígena, incorporando ao território, logo depois, o trabalho escravo do negro africano. As peculiaridades de cada um destes povos, somadas, gerou uma verdadeira “miscigenação cultural”, que hoje perfaz concretamente a nossa cultura brasileira.

Além desta experiência singular e bela da miscigenação, dois fatores muito importantes alicerçaram as bases da nascente civilização: o primeiro foi a determinação de se manter um território indiviso; o segundo, a necessidade de se preservar a unidade da língua trazida pelo colonizador.

A partir da Escola do Recife (século XIX), inicia-se, com Tobias Barreto, uma corrente filosófica nitidamente brasileira, o “culturalismo”. Esta corrente sugere que o homem, através das potencialidades da cultura, viabilize a necessária integração com o mundo científico. Tal pensamento permeou a construção do pensamento brasileiro, unindo matizes do positivismo, do liberalismo e do idealismo kantiano ao âmbito da moralidade, alicerçada, por sua

vez, a partir de fundamentos oriundos do Cristianismo. Desta interrelação de correntes nasceu o pensamento filosófico brasileiro.

Tal pensamento perpassa, na História do Brasil, o Império, a República, a Guerra do Paraguai, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, A Semana de Arte Moderna e tantos outros momentos históricos, marcados pela superação de conflitos. Essa superação delineou, também, a formação do espírito do brasileiro, tão bem sintetizado por Cassiano Ricardo, como sendo o espírito do “homem cordial”.

O pensamento nacional é, em suma, erigido pelo seu valor universal. Nisto reside sua força e sua presença junto aos outros povos. Assim sendo, a alma cordial de nosso povo tem sido, no transcurso do tempo, um exemplo de diplomacia, tolerância e entendimento para todas as culturas, credos e povos.

Estudar o pensamento brasileiro nos permite tomar consciência gradativamente do que é de fato “ser brasileiro”, além de nos estimular a preservar a cultura e os valores nacionais, partes singulares da nossa brasilidade, daquilo que nos constitui como nação.

Este entendimento conduz, naturalmente, à prevalência da ideia de Nação sobre a ideia de Estado, porque nos encaminha para um sentido existencial nacional, impedindo que o Estado queira, porventura, tentar destruir, dividir ou esfacelar a nossa brasilidade.

Após essa síntese, podemos destacar que o curso vai se estruturar para atender a complexidade inerente ao conteúdo, em princípio, tendo um currículo mínimo, com os seguintes campos/áreas:

Filosofia (Geral, Política, Metafísica, Civilização Brasileira), Religião (Filosofia da Religião, Ética), Artes (Ópera, Folclore, Literatura, Cinema, Música, Artes Plásticas, Teatro), Ciência (Diplomacia, Antropologia, Geopolítica, Comunicação, Economia, História, Direito, Sociologia, Física) e Guerras (II Guerra Mundial e a presença brasileira, Guerra do Paraguai).

O curso teria a finalidade de ressaltar a tomada de consciência de ser brasileiro e a preservação da cultura brasileira, alicerçada pela unidade da língua e da miscigenação racial, cujo sentido de brasilidade harmoniza povos e credos e mantém a integração nacional.

Os objetivos gerais do curso seriam proporcionar aos alunos condições de aprendizagem que lhes permitam:

- Aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica e/ou profissional;
- Estimular a participação na sociedade e a capacidade de comunicação oral e escrita; e
- Compreender a prevalência da Nação sobre o Estado.

O curso terá um arcabouço não dogmático, com uma posição livre aos temas abordados e, ao mesmo tempo, não será implementada nenhuma metodologia, visto que o nível dos participantes já pressupõe uma capacidade de ordenação do seu pensamento e de seus trabalhos.

A produção intelectual do corpo discente será cobrada em artigos, publicações e palestras.

Creio que esta proposição mantém a nossa tradição do Ensino Militar, incorpora os civis ao Ministério da Defesa e nos une ao pensamento nacional

DA COR DO BRASIL

(Um estudo sobre o frevo)

Frederico José Bérghamo de Andrade

“A minha gente sofrida despediu-se da dor ao ver a banda passar...”

Chico Buarque de Hollanda

A cultura popular brasileira, fonte permanente de inspiração para o imaginário deste rico e imenso mundo mítico chamado Brasil, continua sendo um dos mais fortes instrumentos de preservação da identidade brasileira. No campo musical e também coreográfico, uma das suas mais vibrantes manifestações é o frevo pernambucano, hoje considerado patrimônio cultural da humanidade.

Envolto em uma atmosfera abolicionista, surgiram os primeiros clubes carnavalescos do Recife, compostos, majoritariamente, por negros e mulatos, sob a forma de corporações profissionais: o Clube das Pás, que congregava os carvoeiros; o Vassourinhas, os lixeiros, e assim por diante. Em tempo anterior, não muito distante, meados do século XIX, teria sido gerado o frevo pernambucano, a partir dos dobrados e das polca-marchas interpretadas pelas bandas militares do 4º Batalhão da Artilharia e da Guarda Nacional, popularmente denominadas de Bandas do “Quarto” e de “Espanha”. Esta última tinha como regente um espanhol, motivo de sua denominação popular.

Acompanhados pelos escravos, ditos capoeiras de Angola, os passos destes, as suas evoluções, acabaram por provocar um andamento mais rápido para a música, transformando-a inicialmente em marcha frevo e, posteriormente, em frevo de rua, no compasso musical em que hoje é executado.

Sobre os capoeiras e a capoeira, assim se manifesta Luís da Câmara Cascudo: “Capoeira: jogo atlético de origem negra introduzido no Brasil pelos escravos bantos de Angola, defensivo e ofensivo, espalhado pelo território e tradicional no Recife, cidade de Salvador e Rio de Janeiro [...]. Desde o princípio foi reprimido pela polícia [...] tornando, nas festas populares, um perigo de vida assistir à passagem das bandas de música [...]”.

No Recife, os capoeiras seguidores da Banda de sua predileção, armados de cacetes e facas de ponta, ao encontro das duas, partiam para um confronto quase sempre sangrento.

Viva o Quarto
Morra a Espanha
Cabeça Seca (o escravo)
É quem apanha

Ainda jovem, fui instado por uma socióloga americana, a quem muito deve a cultura popular pernambucana, a comparecer a um ensaio de uma

orquestra de frevo em distante e pobre subúrbio do Recife. Lá chegando, deparei-me com um quadro verdadeiramente desolador. Os músicos, pobrementemente vestidos, aglomeravam-se em um estreito mocambo, onde em pequena mesa de canto se viam copos de papel e duas garrafas de pinga. Seus instrumentos, espalhados pelo chão de terra batida ou pelos cantos das paredes, se assim podem ser chamadas, disputavam espaço com eles. Um sargento da polícia militar de Pernambuco, mal fardado, com a túnica desabotoada, foi-me indicado como o condutor da orquestra. Mais do que um mero condutor de orquestra, o sargento representava para aquele povo humilde, a presença de uma “autoridade protetora do Estado”, costumeiramente ausente daquele distante e miserável logradouro, até então esquecido pelo poder público. Mesmo na penumbra era possível avistar, nas circunvizinhanças, os manguezais, presença natural constante na paisagem física das regiões mais pobres do Recife. Era o início da noite e o silêncio dominava aquele miserável ambiente. Eis que, ao apito do sargento, os músicos prontamente tomaram seus instrumentos e saíram para o relento, estruturando-se musicalmente para a execução do frevo: metais à frente, tubas à retaguarda.

Os primeiros acordes do frevo me soaram como as trombetas da ressurreição. As pessoas, em grande número, acorreram rapidamente. E a partir daí, era só alegria, muita alegria. Uma explosão de alegria! “A minha gente sofrida despediu-se da dor”.

Poucos gêneros musicais têm a capacidade de transmitir maior explosão de alegria do que o ritmo contagiante do frevo, a qual se manifesta principalmente através da dança. Na expressão de Capiba, grande compositor pernambucano, “quando a gente entra na dança” (no frevo), não se lembra de ninguém.

Nas orquestras de frevo, os metais, tais como os pistões, os trompetes e os trombones de vara, costumam dialogar musicalmente com as palhetas, clarinetes ou saxofones, ficando a marcação por conta das tubas em um verdadeiro concerto sinfônico no qual a prima dona, quando presente, é a requinta.

Música popular de um nível mais elevado de complexidade para sua elaboração, levou o maestro Guerra Peixe a considerar que só alguém possuidor de sólida formação musical, preferentemente de regência, teria a capacidade para compor um frevo.

O branco europeu predomina na sua origem musical. O negro africano na sua rica coreografia. Assim sendo, o frevo é mulato, a cor do Brasil.

O frevo, nas suas expressões musical e coreográfica, reflete o espírito libertário do povo pernambucano. Sua dança nos remete a alguns dos traços delineadores do caráter nacional, tais como: a criatividade, o individualismo e a capacidade de improvisação.

DA PINDORAMA AO ESTADO DE DIREITO

Tarso Magnus da Cunha Frota

Os dias que correm nos levam a uma dimensão da vida brasileira que se estende pela dinâmica histórica, consubstanciando a trilogia da nacionalidade, a qual percorreu os caminhos de uma Pindorama Colônia, passou por um Império, culminando na República, realidade que nos cerca até à atualidade. É a partir dessa mensurável trilogia que nos aventuramos a comentar, numa simples sinopse, um pouco da tríade tida como desenvolvimentista pelos avaliadores da nossa História e, também, pelos geopolíticos, que nos dias que correm fazem suas pautas analíticas na grade midiática e nos encontros universitários. Sem buscar cansar o leitor com a presente apreciação, ousamos discorrer na essência da matéria, na certeza de que os comentários adiante, com um pouco da roupagem didática são evidentemente acervo do conhecimento do grande público.

E, posto assim, torna-se um tanto fácil gizar um pouco das verdades da nossa História.

A imensidão do território pátrio não nos foi outorgada pela bondade do Criador, mas pela tenacidade dos nautas portugueses que, dominando os mares com a sua acurada formação em Sagres e orientados pelo Astrolábio, singraram os oceanos e aportaram no Brasil. Há de se afirmar que houve um contestado – o Tratado de Tordesilhas, responsável pela distribuição das novéis terras, consubstanciado na égide de uma Bula Papal, que dividiu o Novo Mundo tão-somente entre os reinos da Lusitânia e Castela.

Avulta, assim, por demais claro, que Portugal manteve no correr dos anos os maiores cometimentos na determinação de fazer das terras do Novo Mundo uma extensão dos seus domínios.

Dentro das possibilidades das suas Naus, os lusitanos enfrentaram dificuldades, visto que o novo território se distribuía por uma grande faixa litorânea que representava, na verdade, a quase totalidade da orla do Continente sul-americano. Essas glebas são a nossa terra, a qual, na sua dimensão, passou a ser o maior aglomerado ao sul do Equador, fazendo dos lusos os grandes conquistadores das rotas ditas como do “Descobrimento”.

As rivalidades luso-hispânicas foram dimensionadas pelas “grandes navegações”, e pautaram-se nos limites das determinações do Pontífice Romano.

Como é fácil observar, as atividades de povoamento enfrentaram as ciumeiras dos hispânicos, e os limites da Bula sofreram múltiplas alterações, uma vez que o colonizador conseguiu levar as fronteiras muito além das limitações determinadas.

Visado nessas referências sentimo-nos à vontade em trazer a lume as posições que a História nos legou e, numa simples olhada nos limites territoriais pátrios, percebe-se que as pautas “Tordesilhanas” foram ultrapassadas pelo braço forte do Bandeirante, na corrida para oeste, paralelamente ao povoamento lento e persistente no “rumo sul”, responsável pela fronteira nos pampas. No que tange ao mundo amazônico, a persistência do colonizador nos legou a Hiléia com o maior curso fluvial do planeta, dando-nos a invejável posição de locatários da maior floresta tropical do mundo.

Emoldurado por essas afirmações, há de se fazer justiça àqueles que no correr da História foram os grandes artífices da nossa territorialidade.

Cabe aqui comentar as preocupações do Marquês de Pombal, o homem forte junto ao Monarca de então, que, em pleno século XVIII, com uma visão admirável para sua época, preocupou-se em determinar a construção de fortalezas em pontos estratégicos, estabelecendo com essas medidas um “bastião militar no território”, sempre providos de tropas lusas, com a determinação de construção dos Fortes: São Joaquim, em Roraima; São José, no Amapá; Forte Príncipe da Beira, em Rondônia; Forte São Francisco Xavier, em Tabatinga; e Fortificações de menor porte que se distribuíram pelas malhas dos cursos navegáveis. Essas instalações militares são reconhecidas até aos dias de hoje, como a marca inicial das fronteiras brasileiras que, no correr da História, estatuíram o baluarte da presença do descobridor.

Emoldurado pelas presentes considerações, pode-se afirmar que a extensão do território lusitano ocupou o maior espaço na gleba sul-americana, e o Tratado de Tordesilhas foi “esquecido” pela habilidade portuguesa, que não somente adentrou, mas consolidou a sua presença, configurando abaixo da Linha do Equador um “verdadeiro continente, dentro de um continente”: o Brasil.

A Colônia prosperou, as riquezas do solo, da floresta e das águas legaram à Lusitânia uma posição invulgar no seio do mundo quinhentista. Os movimentos napoleônicos ensejaram a transferência da Corte Portuguesa nos alvares do século XIX, evento histórico que representou no seio internacional a nossa maturidade como nação. O novo Império, nos confins do Atlântico, marcou o surgimento de um novo polo desenvolvimentista, com uma Monarquia de clã tradicionalmente europeu, em moldes diferenciados dos potentados de então, com a vastidão do território e as riquezas latentes, determinantes de uma prosperidade invulgar, consubstanciando a noção de Pátria, dando o início à formação daquilo que podemos hoje afirmar com orgulho – a Nacionalidade.

Assim, sentimo-nos ousados em afirmar que o Pensamento Político brasileiro amadureceu com a chegada da Corte em 1808, nunca esquecendo a primeira vítima dos nossos sonhos de nação, o sacrifício do grande mártir da nacionalidade: Tiradentes!

O pensamento político da nova Monarquia começou a se dimensionar, e a primeira e grande confrontação surgiu com a ambição do ditador Paraguai Solano Lopes que, nos seus devaneios, sonhava com o “Grande Reino do Prata”,

com a pretensão de juntar aos seus domínios o território argentino, a Banda Oriental, a área dos Povos das Missões e as glebas sulinas do Império.

O Brasil se realizou como potência, o Exército e a Marinha Imperiais foram vitoriosos e a Guerra conhecida como da Trílice Aliança determinou um forte sentimento patriótico no seio do nascente Império. As ideias do pensamento social de Montesquieu e Rousseau aportaram no Brasil, o espírito republicano se fortaleceu, chegando ao ápice com a Proclamação liderada por Deodoro, e que marcou o fim da Casa Real.

Com esta breve análise da dinâmica histórica brasileira – uma modesta sinopse da realidade nacional, sentimo-nos em condições de comentar preocupações que rondam o dia a dia da vida republicana.

Após essas considerações e observando-se a realidade da vida institucional, em que políticas de atendimento público, batizadas como sociais, eivadas de paternalismo, maculam a vida republicana e a Democracia, trago a público as atividades desenvolvidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), um verdadeiro aglomerado de paramilitares que invade propriedades privadas e órgãos públicos, numa verdadeira insurreição, com a quebra dos valores institucionais que, com pertinácia e patriotismo, foram conquistados nestes quinhentos anos de Brasil. O que preocupa a índole democrática é a falta de resposta do Poder Público, por demais leniente nas medidas jurídicas de reintegração das áreas invadidas e a ausência de punição aos depredadores. Torna-se visível uma tentativa de conquista da massa popular, que poderá ser motivada a aceitar o MST como uma “premente necessidade de socorro aos menos favorecidos”.

Ao lado dessa problemática está vivo na memória nacional o recente caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde uma nova postulação comportamental estabeleceu um *sui generis* aglomerado de silvícolas na fronteira norte da nossa Hiléia, com uma nova concepção estapafúrdia de “aglomerado indígena” em território contínuo, contestada pelo tradicionalismo dos amazonenses regionalizados e por intelectuais de comprovada competência que, solidariamente, entendem que a medida soa como um verdadeiro “ato discriminatório”. Esse comportamento sectário encontra respaldo nas metas dos antropólogos, ambientalistas, religiosos e organismos internacionais que, longe de uma preocupação com a potencialidade do torrão pátrio, se envolvem com organizações alienígenas, com sérias implicações no campo da integração nacional. Faz-se mister entender que, na atualidade, os nossos índios estão hierarquizados, mestiçados e, muitas vezes, sombreados por grupos adventícios, num caldeamento que absorve interesses múltiplos na pauta de madeireiros, mineradores, contrabandistas e o que é lamentável, ingênuos políticos.

Configurou-se assim uma preocupação que, reconhecidamente, nasceu sob a égide de políticas engendradas pela cúpula governamental. Não há como contestar que o Poder Executivo, capeado pelo Partido Político que venceu a eleição, traz no seu cerne, incontestavelmente, um “viés ideológico sindicalista”,

em que comportamentos de cunho “reconhecidamente populistas” emolduram as realizações no Executivo. O caso indígena tem repercutido na vida nacional, e figuras exponenciais vieram a público emitir opiniões. Pensadores como Hélio Peregrino, Ives Gandra e o General Augusto Heleno externaram suas preocupações com a problemática surgida com a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. A área militar que secularmente viveu e sempre se preocupou com a manutenção das faixas de fronteira, sentiu que algo teria de ser feito em nome da Segurança e da Nacionalidade. Na espécie, o decisório ficou nas mãos do excelso pretório, o Supremo Tribunal Federal que, acionado pelo Governo de Roraima e por interesses de outras organizações ditas filantrópicas, julgou à luz da Lei Maior, a intrincada questão. O Supremo Tribunal Federal, no julgado em plenário, entendeu por manter a “Área Contínua” na sua decisão final. Ao decisório não cabe mais recurso. É pacífico que decisões judiciais “têm que ser cumpridas”; todavia a ingenuidade deste comentarista leva à percepção de que a decisão final dos Togados da Alta Corte fugiu de preceitos pétreos inseridos na Carta Magna, como consta na “alínea XI, parágrafo 2º, do Artigo 20”, que doutrina: “A FAIXA DE ATÉ 150 QUILOMETROS DE LARGURA, AO LONGO DAS FRONTEIRAS TERRESTRES, DESIGNADA COMO FAIXA DE FRONTEIRA, É CONSIDERADA FUNDAMENTAL PARA A DEFESA DO TERITÓRIO NACIONAL, E SUA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO SERÃO REGULADAS EM LEI.”

Assim, sob a égide desse compasso de percepção da Lei Magna, como “brasileiro e patriota” arrego-me o direito de criticar e não entender a decisória “da área contínua na Reserva Serra do Sol”. Ocorre que o maior alerta das dificuldades de vivência na Amazônia partiu de uma palestra no auditório do Clube Militar, em data não muito distante, proferida pelo Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno, que em causa alinhavou dificuldades no campo da Segurança Nacional, nas pretensas posições aventadas na distribuição de espaços indígenas em área contínua, no mundo amazônico. Cabe aqui ressaltar que não há neste País organização com maior autoridade em Segurança Nacional do que as nossas Forças Armadas. E quando se fala em Amazônia, a secular presença dos militares na região é o mais forte argumento opinativo em qualquer tipo de temática relativa à Hiléia. Como já referido, o pleito foi acolhido pela Alta Corte em memorável julgamento, e a Reserva Raposa Serra do Sol em “área contínua”, passou a ocupar 43% do território de Roraima, advindo, assim, sérios problemas para o desenvolvimento da potencialidade da nova unidade federativa, recentemente elevado a Estado. Todavia torna-se imperioso ressaltar que, nas “Recomendações” da Decisão do colegiado da Alta Corte, foram inseridas posições apresentadas e consideradas como de vital importância pelo Comandante da Amazônia, no seu pronunciamento no Clube Militar. Fluiu claro que as “Recomendações constantes do Decisório da mais Alta Corte”, plenas de “Preocupações de Segurança”, usufruíram e reeditaram as preocupações anteriormente aventadas pelo General, na Conferência in comento. As palavras de Heleno, como se vê, passaram a ser parte da letra do Decisório, representando parte

do pensamento do Grande Pretório, embora tenha sido o General amazônida frontalmente contrário à “Área Contínua”.

Tornou-se manifesto e inequívoco que os comentários presentes buscam a percepção de uma verdade institucional: a Nacionalidade! Na concepção de Nacionalidade vamos buscar as palavras de Roberto Campos, ex-Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido que, na Chancelaria em Londres, brindou os alunos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica em visita à cidade, em 1980, com uma palestra referente à vida política nacional, discorrendo sobre o Movimento de 1964, com enfoque específico na consolidação democrática e na harmonia no campo dos poderes republicanos. Nas palavras seguras de Roberto Campos ficou clara a índole nacional de liberdade, conquistada “passo a passo”, no correr dos anos, recordando que a SOBERANIA sempre acompanhou os passos da trajetória política brasileira, reconhecida internacionalmente como uma nação de índole democrática que, historicamente, sempre “perseguir, persegue e perseguirá a Democracia”, visto que é uma luta constante, e parafraseando o grande Winston Churchill, repetiu palavras do condutor da Vitória da Segunda Guerra Mundial, que afirmava, repetidamente, com muita propriedade “(...) que até hoje não inventaram nada melhor que a Democracia (...)”.

Como aditivo ao pensamento aqui desenvolvido, vamos uma vez mais nos socorrer na Constituição, onde, no Item IV, do Artigo 3º, reza:

“PROMOVER O BEM DE TODOS, SEM PREENCONCEITO DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, IDADE E QUAISQUER OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO.”

Como êmulo do fulcro das posições apresentadas, emerge uma liturgia no campo do Pensamento Político, encimada pelo pragmatismo republicano, longe do populismo, em que a Soberania está diretamente associada à realização da Democracia, nos moldes das liberdades individuais, associadas ao Estado de Direito, no espírito da Revolução Francesa, que legou ao mundo o exemplo da organização política, levando-nos a afirmar:

“A HUMANIDADE DISCUTE, O TEMPO PASSA E AS IDEIAS CONTINUARÃO SEMPRE NA DINÂMICA DESENVOLVIMENTISTA ATÉ QUE O SONHO DA PERFEIÇÃO E DO CONVÍVIO ENCONTRE NO CONTURBADO MUNDO DOS MORTAIS A PLENA VIVÊNCIA DEMOCRÁTICA!”

ESTADO X SOCIEDADE

Ives Gandra da Silva Martins

Outra questão jurídica que se coloca para o Direito moderno, em que as Cartas Constitucionais de todo o mundo democrático reconhecem, como direitos fundamentais, os direitos individuais, é verificar quais os limites dos direitos do Estado e quais aqueles do cidadão. Em outras palavras, onde o direito do cidadão deve prevalecer sobre o direito do Estado, representado pelos governantes, e onde o direito dos governantes, enquanto representantes do cidadão, deve prevalecer sobre os direitos individuais, que não aqueles de primeira geração reconhecidos na Constituição francesa, pós-revolução de 1789.

Todo o Direito romano foi conformado a partir do direito civil, sendo o *jus gentium*, isto é, o direito das gentes, uma decorrência da internacionalização do domínio de Roma, à luz do *jus civile*. O Estado pós-civilização grega, isto é, o Estado a partir de Roma é um Estado nitidamente de direito, mas um direito que privilegia a classe dominante, lembrando-se de que o próprio fortalecimento do tribunato da plebe deu-se no momento maior da República Romana, e foi perdendo força democrática pelas lutas com o Senado e com seus cônsules até o advento do Império. E, a partir desta perda de força, o direito já consolidado e assim evoluído, passou, de mais em mais, a exteriorizar a força da classe dominante. É um direito patrimonialista e de cidadania superior aos dos povos que o antecederam, mas, ainda assim, elitista.

A classe dominante é que gera o direito, apenas tangencialmente dedicado à classe servil.

E de Roma Ocidental e Oriental, dos reinados da Idade Média – exceção feita a Portugal, que formulou, com as Ordenações Afonsinas, um novo sistema jurídico europeu – às monarquias absolutas, que geraram um Direito autoritário, os institutos já não se afastavam, de conceitos oriundos de Roma.

A ruptura ocorre com a Revolução Francesa e com o reconhecimento de que há direitos fundamentais que ultrapassam os interesses e a concepção *pro domo sua* da classe dominante. E, em face dessa quebra do sistema jurídico clássico, que levaria inclusive Napoleão a formatar uma nova legislação civil francesa, a consideração dos direitos individuais é crescente, a culminar como a experiência constitucional norte-americana ofertada pelos “pais fundadores” em 1787.

Ora, o crescimento da discussão sobre os direitos essenciais do cidadão implicou, necessariamente, a discussão dos limites do Estado ao gerar sua ordem. Considerou-se que tal ordem deveria contemplar meios de submeter o Poder do Estado a um duplo controle, ou seja, o de autocontrole, como Locke e Montesquieu desejavam, e o do povo, através dos mecanismos de representação.

Colocado o dilema, a grande discussão filosófica, jurídica, política e sociológica que se coloca, ainda hoje, é a definição destes limites, pois se o Estado representa a sociedade, não pode ser contra a sociedade, e se o Estado é contra a sociedade é porque não a representa, mas representa, apenas, os detentores do Poder, resumindo-se, como dizia Helmut Kuhn, em frase que repito, a “uma mera estrutura do Poder”.

À luz deste dilema, os dois séculos pós-Revolução Francesa têm exacerbado o embate entre sociedade e Estado, isto é, entre liberdade e autoridade. Povo e governo são os personagens permanentes na definição de uma fronteira ainda nebulosa, qual seja, a de saber quando termina o direito de um e começa o de outro.

Ratzinger instiga bastante o problema da definição de tais fronteiras, ou seja, o de saber até que ponto a falta de uma consciência moral, que é perceptível no respeito aos direitos fundamentais do ser humano, pode gerar um subjetivismo dela desrelacionado. Argumenta com a Rússia pós-queda do Muro de Berlim, em que há falta de uma consciência moral do cidadão fundada em direitos individuais, gerou uma falta de consciência moral coletiva, visto que o Poder justificava-se por si só e as teses marxistas estavam dissociadas de sua aplicação. O resultado fez com que a derrubada do sistema gerasse um vácuo, tornando o povo russo sujeito às máfias, à corrupção e à descrença em valores, por não ter sido preparado para o respeito aos direitos fundamentais, exteriorizadores de uma consciência moral.

Questão, portanto, de relevância entre os desafios e contradições do século XXI é a definição de uma área delimitadora dos dois direitos, a fim de que se saiba onde começam e onde terminam os direitos do indivíduo e do Estado.

IDEIAS PARA UMA REFORMA TRIBUTÁRIA

Ives Gandra da Silva Martins

A primeira revolução tributária no Brasil deu-se com a edição da E.C. n. 18/65, do Código Tributário Nacional em 1966 e da Constituição de 1967. Sistematizou-se o novo ramo do direito, com normas hierarquizadas. Assim é que à maior explicitação do sistema pela Constituição (E.C. 18/65, CF 67 e EC n. 1/69) correspondeu a criação de uma lei – com eficácia de lei complementar – destinada a ordenar a legislação dos diversos entes federativos.

Em 1988, a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro, conformou de vez uma ordem tributária – dividida em seis partes, cinco no sistema tributário propriamente dito (arts. 145 a 156) e uma na ordem social (art. 195) – com princípios gerais (145 a 149), limitações constitucionais ao poder de tributar (arts. 150/152), impostos federais (153 e 154), estaduais (155), municipais (156) e contribuições sociais (195).

Tão logo promulgada a lei suprema, já começaram as críticas, não à parte principiológica, mas à dos tributos em espécie, diversos projetos tendo sido apresentados pelos governos Collor, Itamar, FHC e Lula, mas nenhum deles logrou êxito.

Atribuo esses fracassos ao fato de tais projetos trazerem conformações globais do sistema, gerando uma “cadeia de anticorpos”, no Parlamento, contrária à sua aprovação, visto que os grupos de parlamentares opositores se autoapoiavam e se revezavam no torpedeamento destas reformas.

Os principais problemas, então, detectados, disseram respeito ao princípio da não cumulatividade, complexidade fiscal, guerra fiscal entre Estados e Municípios (ICMS e ISS), a superposição de incidências (IPI, ICMS, ISS, Cofins, Pis e CIDE), além de outros de menor magnitude.

O fracasso de todos os presidentes em reformar em profundidade a ordem tributária está levando a presidente Dilma Rousseff a pretender promover uma reforma segmentada, no que faz bem, pois evitará a formação de blocos contrários, que se autoestimulam e autoapoiam para não deixar nenhuma delas avançar.

Tenho para mim que o maior problema reside na guerra fiscal entre os Estados. Um imposto de vocação nacional, como é o caso do ICMS, não poderia ter sido regionalizado, como foi, desde o antigo IVC, eis que, pelo princípio da não cumulatividade, incentivos dados em um Estado terminam refletindo, nas operações interestaduais, em outros.

Como consequência, o Estado que os concede, oferta melhores condições de competitividade às empresas estabelecidas em seu território, em detrimento das que se encontram sediadas em outros Estados. Imagine-se uma empresa que não pague ICMS em sua unidade federativa, mas gere direito a crédito no outro. O ICMS incidente sobre o produto será apenas aquele do acréscimo cobrado pelo outro Estado, com o que seus

produtos ficarão mais baratos do que os produzidos na unidade não incentivada.

Propus, em audiência pública no Congresso Nacional, para terminar de vez com a guerra fiscal de ICMS, a introdução de apenas dois dispositivos: uma alíquota única para todo o Brasil, com o que se evitaria o “turismo de notas fiscais”; e a proibição absoluta de incentivos fiscais no âmbito do ICMS, o que eliminaria a descompetitividade empresarial, por força da concessão de incentivos em um Estado, sem correspondência em outro. Como os Estados NÃO DESEJAVAM ACABAR COM A GUERRA FISCAL, a proposta foi rejeitada.

Outro problema é a acumulação de incidências. A União Europeia adota um único tributo circulatório sobre bens e serviços para todos os Estados que a compõem, ou seja, o IVA (imposto sobre o valor agregado). No Brasil, temos, sobre a circulação de bens e serviços, a incidência de variados tributos (IPI, ICMS, ISS, COFINS, PIS, CIDE) além dos impostos regulatórios de importação e exportação.

Uma simplificação neste sentido seria interessante. Talvez a criação de um IVA nacional pertencente à Federação, com a incorporação do IPI, ICMS e ISS – como propus ao tempo da revisão constitucional de 1993 – e partilhado entre União, Estados e Municípios pudesse ser a solução.

Alemanha e Portugal têm no IVA, no Imposto de Renda e no tributo das corporações, mais de 90% de sua receita. Nada justifica no Brasil tal complexidade, com 12 impostos, no sistema, com esferas de tributação autônomas (União, Estados e Municípios) e, muitas vezes, superposição de incidências, como no IPI, ICMS, COFINS, PIS, estes últimos tributos incidentes também sobre operações sujeitas ao ISS.

Desoneração da folha de pagamentos é, além disso, outro caminho relevante, visto que o Brasil, em encargos sociais, bate todos os emergentes e a maior parte dos países desenvolvidos.

Não é possível concorrer com a China, Rússia ou Índia, onde os encargos sociais e a carga tributária são quase a metade do Brasil, se considerarmos a média dos três países em conjunto (visto que é maior na Rússia e menor na China e na Índia).

Por fim, descomplicar a legislação e simplificar o sistema é fundamental, para que não se perca tanto tempo para cumprir obrigações tributárias. Basta dizer que a média do tempo perdido pelo empresário brasileiro por ano para cumpri-las é de 2.600 horas, sendo pouco mais de 100 horas na Alemanha, 300 horas nos Estados Unidos e, no mundo, em torno de 400 horas. Enfim, são estes alguns dos pontos que, a meu ver, devem merecer reflexão, para uma futura reforma.

MINISTÉRIO DA DEFESA: A MUDANÇA DE PARADIGMA

Antonio Luiz Rodrigues Dias

“Tudo tem seu tempo, há um momento oportuno para cada empreendimento debaixo do céu.”Ecl 3,1

Muita polêmica aconteceu quando da criação do Ministério da Defesa (MD) e da extinção do antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e dos Ministérios Militares. Hoje, apesar do passar do tempo sob a nova estrutura, ainda há quem defenda o retorno à condição passada, analisando o problema sob a ótica exclusivamente política.

Seria interessante, contudo, pensar sob o enfoque do preparo e emprego das Forças Armadas, de acordo com a finalidade prevista na Constituição Federal. As Forças Armadas existem, na essência, para “fazer a guerra” em defesa dos lícitos interesses da Pátria, não importando qual seja o inimigo enfocado pelos poderes constituídos. É mister que, quando acionadas, atuem de maneira coordenada e sinérgica de modo a alcançar o sucesso na empreitada, ou seja, as campanhas aérea, naval e terrestre necessariamente deverão ser concebidas em conjunto e executadas em sintonia. A adoção de premissas diferentes desta resultará em fracasso imperdoável.

Uma análise concisa do relacionamento entre as Forças Singulares antes do surgimento do MD, pois, aplica-se ao tema com bastante propriedade.

Depois de campanha empolgante e exitosa, desenvolvida pelos meios de comunicação, com grande aceitação popular, criou-se, em 1941, o Ministério da Aeronáutica, com ascendência sobre os meios aéreos civis e militares, seguindo a premissa de que o Poder Aéreo deveria ser uno e indivisível. Nascia, em consequência, a Força Aérea Brasileira (FAB), braço armado da Aeronáutica, resultante da união dos recursos materiais e humanos das extintas Aviação Naval e Aviação do Exército. De imediato, a nova Força foi testada em combate, nos céus italianos, durante a 2ª Guerra Mundial, com a participação do 1º Grupo de Aviação de Caça. Em consequência desse engajamento, a doutrina de emprego da FAB, durante muito tempo, refletiu os padrões incorporados na campanha da Itália na II Guerra Mundial, quando o seu papel, destacado pela excelência dos resultados obtidos, foi eminentemente de apoio às ações de superfície.

A modificação estrutural de 1941, cujas bases estavam fincadas em terra, somada à vivência européia, não podiam ter consequência diferente para a convivência entre as Forças: a FAB incorporou a condição de ser a aviação das Forças de Superfície e estas passaram a vê-la como arma de apoio, embora reagissem de maneiras diversas ao fato de não contarem com meios aéreos próprios, condição com a qual nunca se conformaram. Esse paradigma gerou crises diversas no nível político, além de influenciar as concepções estratégicas militares, o planejamento estratégico militar de alto nível, a concepção da

Estrutura Militar de Guerra, a alocação de meios aéreos de asas fixas ou rotativas, o planejamento e a execução de exercícios conjuntos e combinados, com resultados negativos para a desejada integração em situações de emprego reais ou simuladas. Ainda que de maneira suavizada, o imbróglio perdurou ao longo de todo o Século XX, mesmo com o advento da Aviação de Defesa Aérea e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e de Controle do Espaço Aéreo (SISDACTA), da reativação das aviações suprimidas com a criação do Ministério da Aeronáutica e apesar dos esforços de integração da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica junto às congêneres da Marinha e do Exército. Na prática, os planejamentos dos exercícios maiores das Forças de Superfície, em suas fases iniciais, concebiam-se nos seus Estados-Maiores ou Grandes Comandos, sem a participação da Aeronáutica para tratar das particularidades concernentes ao emprego do Poder Aéreo, ficando a FAB a reboque das decisões tomadas por aqueles escalões nas fases posteriores.

Que fazer para superar as idiosincrasias?

A criação do Ministério da Defesa, a meu ver, foi a resposta adequada à questão, vindo a constituir marco fundamental de uma nova etapa para o Poder Militar Brasileiro.

É recompensante perceber que, atualmente, a despeito das críticas dos saudosistas, a cada dia que passa, ficam mais distantes os tempos em que cada Força Singular, por mais que participasse de eventos com as demais, agia de acordo com os seus interesses, sem que o órgão outrora encarregado de integrá-las, o Estado-Maior das Forças Armadas, conseguisse mudar aquele *status-quo*. O exemplo maior a comprovar a afirmação era a antiga Estrutura Militar de Guerra, testada em diversos exercícios na carta e no terreno, a qual se mostrava de difícil aceitação, pelo menos no tocante à FAB, já que implicava na dispersão dos meios aéreos disponíveis sob comandos distintos e acabava refletindo negativamente nas ações de preparo e emprego do Poder Militar como um todo.

O Ministério da Defesa é um órgão que vem se consolidando como primordial para a integração das Forças Singulares, ao atualizar a própria estrutura, ao determinar objetivos comuns e ao estabelecer procedimentos de coordenação, tanto em termos logísticos, como operacionais, com a finalidade maior de propiciar-lhes a necessária prontidão para agir com efetividade em caso de conflitos. Age, de fato, como catalisador das diferenças.

É evidente, contudo, que ainda há muitos acertos pendentes para que o MD atinja a condição adequada ao cumprimento da sua missão, até mesmo porque a conjuntura muda constantemente, cabendo aos seus integrantes, em coordenação com os demais atores envolvidos no trato com os temas de Defesa, a implementação dos ajustes convenientes para que o Poder Militar seja aplicado de maneira transparente, econômica e eficaz. Por se tratar de órgão que lida com problemas vitais para o Estado brasileiro, a blindagem contra a influência de correntes ideológicas distintas, por exemplo, é fator que

não deve ser desprezado ao se burilarem estruturas, normas e procedimentos, sob pena de graves prejuízos à segurança e à integridade nacionais. Outros aspectos a evitar são a duplicidade de meios, organizações e tarefas, bem como o desbalanceamento entre os objetivos traçados pela Política e os recursos disponibilizados pela Estratégia, sejam eles orçamentários ou de qualquer natureza.

Concluindo: a consolidação do Ministério da Defesa, analisada do ponto de vista operacional da Força Aérea Brasileira, é condição essencial à atuação coordenada e integrada das Forças Armadas em situações de possíveis conflitos externos, como na garantia da lei e da ordem, quando acionada pelos poderes constituídos. Representa, também, oportunidade única para que a FAB corte definitivamente o cordão umbilical com as Forças de origem, rompendo o antigo paradigma, porém consciente da importância do perfeito entendimento com elas, sempre que o emprego do Poder Militar se torne imprescindível. Com o aval do já não tão novo Ministério da Defesa, a execução dos exercícios patrocinados pelo Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), os quais contam com a participação de Forças Aéreas de países amigos das Américas e da Europa, dentro de concepções modernas de emprego, debaixo de estruturas de comando combinado, comprova o acerto das mudanças em curso.

NÃO CABE AO ESTADO DIZER COMO CADA UM DEVE SER

Em uma verdadeira democracia, o Estado representa o direito da sociedade e do cidadão, permitindo que a liberdade de ser, pensar e agir do indivíduo não seja sufocada pela imposição de um pensamento coletivo do povo ou do governo.

Ives Gandra da Silva Martins

“A imprensa tem a tendência de separar o joio do trigo e publicar o joio.”

Mark Twain

Em meus livros *Uma breve introdução ao direito* e *Uma breve teoria do poder* (Editora Revista dos Tribunais) procurei focar o direito nos Estados democráticos como uma forma de o povo dizer o que gostaria que o Estado fizesse a favor da sociedade, tanto em relação às liberdades individuais quanto ao equilíbrio social, propiciando, também, o desenvolvimento econômico à luz da iniciativa privada. Quanto aos direitos individuais, o ordenamento estabelece as regras destinadas a controlar o exercício do poder por aqueles que o detêm – que, mais do que representar a sociedade, tendem, sempre, a considerar que possuem um direito superior ao dos comuns mortais e, por serem “autoridades”, são cidadãos de primeira categoria.

Já no livro *O estado de direito e o direito do Estado* (Editora Lex/Magister) procurei mostrar a absoluta inconfiabilidade do homem no poder e a fragilidade das sociedades em enfrentar aqueles que as governam, pois estamos, ainda, nos primeiros passos da verdadeira democracia no Brasil e no mundo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi uma conquista decorrente, de um lado, dos crimes da Segunda Guerra Mundial e, de outro, da percepção jurídica além do direito escrito, que permitiu a condenação de criminosos nazistas sem que houvesse norma internacional sancionatória, visto que a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) só surgiu em 10 de dezembro de 1948, enquanto o primeiro e mais importante dos julgamentos daquela Corte especial é de 1º de outubro de 1946.

O grande dilema da atualidade reside em saber quais os limites que balizam o poder da sociedade de intervir na formulação de políticas do Estado, do Estado em relação à sociedade, assim como os limites do coletivo em relação ao individual, cujos direitos devem ser respeitados numa democracia, no legítimo exercício da liberdade de ser, de expressão e de convivência.

John Rawls, no seu famoso *Uma teoria da justiça* (Martins Editora), declara que o equilíbrio para que sociedade e Estado convivam, em uma democracia respeitadora de direitos individuais e da liberdade de ser, pensar e agir, decorre das denominadas teorias “não abrangentes”, isto é, daquelas teorias que terminam por coexistir com outras, sem a busca de imposição.

Considera nada mais prejudicial a uma teoria da Justiça e a um Estado democrático do que as teorias abrangentes, aquelas absolutistas que impõem ao cidadão uma determinada maneira de pensar e que terminam por gerar ditaduras, como se viu com os comunistas de Stalin, os nazistas de Hitler, os fascistas de Mussolini ou os socialistas de Fidel Castro. Essas quatro ditaduras do século XX mataram a individualidade e impuseram uma maneira equivocada

e coletiva de agir.

Na célebre série *Star Trek*, o gênio cinematográfico Gene Roddenberry criou os “Borgs”, um povo que pretendia impor a sua maneira coletiva de agir aos outros. Eram, os Borgs, controlados por uma rainha que centralizava o domínio completo de um povo meio máquina, meio ser humano e que só raciocinava a partir do coletivo. Não tinham nomes, mas números. E todos pensavam da mesma forma. E os povos que conquistavam tinham de ser “assimilados”, isto é, passavam por um processo de reeducação e robotização, senão seriam “eliminados”. Roddenberry pretendeu, na sua série, criticar as ditaduras ideológicas, que excluem a liberdade de pensar, condenando aqueles que ousam discordar.

À evidência, a evolução política do ser humano leva-nos a outra dimensão: a da busca dos ideais democráticos, em que as liberdades individuais, o direito de representação e de eleger seus representantes terminam por gerar a possibilidade do povo de interferir no comando que deseja para suas aspirações.

Neste particular, o ceticismo de Thomas Hobbes (*Leviatã*, Ícone Editora), não compartilhado por John Locke (*Dois tratados sobre o governo*, Martins Editora), que via a possibilidade de uma participação real do povo na condução dos governantes, desemboca em Charles-Louis de Montesquieu que, conhecendo a natureza humana no poder, termina por sistematizar a divisão dos poderes (*Do espírito das leis*, Editora Edipro). Na época, criticado, porque diziam que o poder dividido não é poder, contrabalançou com a assertiva de que o homem, no poder, jamais é confiável, razão pela qual havia necessidade de o Poder controlar o poder. O direito de legislar, dado a totalidade da nação, seria exercido pelo Parlamento (onde se encontram representadas tanto a situação, quanto a oposição); o de governar, executando as leis, seria exercitado pelo Poder Executivo, constituído pela maioria da nação (a oposição não participa do Executivo) e o poder de julgar, outorgado a um poder técnico, que não é político.

Em outras palavras, Montesquieu percebe, com particular acuidade, que a identificação do homem com o poder torna-o um representante inconfiável. E que deve mais ser controlado por outros poderes do que pelo próprio povo que, mesmo nas democracias, tem instrumental de controle reduzido sobre o poder e pode ser manipulado, facilmente, por aquilo que Rawls denominou de o “véu de ignorância” pertinente à grande maioria da sociedade que não tem uma visão de conjunto do Estado.

Neste quadro, é de compreender, como procurei mostrar no livro *Uma breve teoria do poder*, que são as oposições fortes que garantem a democracia. Oposições fracas levam os detentores do poder a enfraquecer as instituições para seu domínio, como ocorreu na Venezuela, na Bolívia e no Equador, em que os maiores instrumentos de controle e repressão são dados aos presidentes da República, como o de derrubar o Congresso, convocar plebiscitos etc.

O amadurecimento social, todavia, com uma presença cada vez maior da imprensa como fiscalizadora dos atos de governo, facilita a tomada de consciência pelo povo de suas responsabilidades e direitos perante os governantes, com o que seus integrantes podem exercer melhor a cidadania,

sempre com o risco de serem facilmente manipulados pela própria imprensa, que, como ironizava Mark Twain (pseudônimo de Samuel Langhorne Clemens, que é autor de *As aventuras de Tom Sawyer*, tem a tendência de separar o joio do trigo e publicar o joio.

Com todas as deficiências, os preconceitos e os equívocos, a imprensa exerce, contudo, um papel profilático no desventrar a podridão dos porões governamentais, em todo o mundo, o que é bom para fortalecimento da democracia.

Não haverá, todavia, jamais, uma democracia forte se, paralelamente aos direitos da coletividade como um todo, não houver respeito aos direitos individuais, que não devem “ser superados pelos direitos coletivos”, como apregoam diversas correntes socialistas ou comunistas. Mas, devem “conviver em condições de igualdade com aquele complexo de direitos que cabe à pessoa exercer independentemente da autorização do Estado ou da sociedade”. Não sem razão, o constituinte ressalva os direitos individuais como cláusulas pétreas, imodificáveis, mas não os coletivos ou sociais, estando assim redigido o § 4º do artigo 60 da Constituição:

“ART. 60 [...]

§ 4º NÃO SERÁ OBJETO DE DELIBERAÇÃO A PROPOSTA DE EMENDA TENDENTE A ABOLIR:

I - A FORMA FEDERATIVA DE ESTADO;

II - O VOTO DIRETO, SECRETO, UNIVERSAL E PERIÓDICO;

III - A SEPARAÇÃO DOS PODERES;

IV - OS DIREITOS E AS GARANTIAS INDIVIDUAIS”.

É que há direitos naturais que o Estado não deve criar, como procurei esclarecer no livro *Uma breve introdução ao direito*, mas apenas reconhecer como é, por exemplo, o direito à vida. O Estado não o cria. Pode criar a melhor forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), mas não pode criar o direito à vida de quem quer que seja, pois este direito lhe é inato.

René Cassin, relator principal da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, declarou que os direitos, nela contemplados, não foram ali incluídos por terem sido considerados bons, no correr do tempo, “mas porque eram inerentes e próprios do ser humano, que com eles nasciam”.

O grande desafio, portanto, do século XXI em que vivemos, como diz Norberto Bobbio em *A era dos direitos* (Editora Campus), não é declarar quais são os direitos, o que já fizemos no século XX, mas “assegurá-los”.

Ora, nessa busca de um equilíbrio entre o direito do Estado, o direito da sociedade e o direito do indivíduo – todos os três devendo ser respeitados, numa autêntica democracia – reside o grande desafio do século XXI, para todas as nações e todos os sistemas jurídicos dominantes.

Não deve um Estado, nem a sociedade, dizer o que é bom para o exercício da individualidade de cada um (ser), da sua maneira de se expressar (pensar) e de como deve agir (família, trabalho e relações sociais).

Deve o Estado, enquanto seus governos são representantes do povo, dizer quais as obrigações do cidadão para com a pátria e de que forma exercer

os direitos próprios de uma democracia (vida, segurança, propriedade e liberdade, art. 5º da Constituição Federal), na busca de uma igualdade assimétrica. Não deve, todavia, dizer como educar os filhos – a não ser na grade curricular das escolas –, ou seja, não deve interferir nos valores que os pais pretendem que seus filhos tenham, inclusive de natureza religiosa.

É que o Estado laico não é o Estado ateu, mas o Estado em que o governo não é dirigido pela religião. De resto, é de lembrar que a religião católica não é religião oficial de nenhum Estado, embora o anglicanismo seja a religião oficial da Inglaterra; o judaísmo, de Israel; o islamismo, dos Estados do Oriente Próximo e o protestantismo, dos Estados nórdicos. O Estado laico não deve, todavia, desconhecer a opinião de seu povo e da maioria que o constitui, pois, caso contrário, terminaria por excluir todos os que acreditam em Deus como ocorreu com os países comunistas, em suas constituições, antes da queda do muro de Berlim.

Enfim, para concluir, o correto equilíbrio entre o direito do Estado, da sociedade e dos indivíduos é que constitui a verdadeira democracia, em que a política do Estado deve respeitar o pensamento da sociedade, o direito do indivíduo de ser, pensar e agir, desde que não ponha em risco as instituições, nem agride direitos de terceiros.

NOTAS SOBRE A CULTURA BRASILEIRA

Nelson Mello e Souza

Nossa história cultural não diverge, em seu trajeto formativo, de nenhuma outra. Todas se constituem em fenômeno histórico-social complexo. Difícil captá-lo.

No caso do Brasil, a complexidade aumenta porque, sendo muitas as formas que nossos intérpretes dão a seus estudos, cria-se uma babel de conceitos, um atropelo de visões diferenciadas. Por tudo isto, qualquer esforço de introdução racional a seu estudo, mesmo simples, mas que logre ordenar as categorias dentro das quais é possível dar alguma ordem ao tumulto das coisas, toma-se válido.

Tentemos este caminho. Esquematizemos conceitos válidos eliminando preconceitos inválidos.

Primeiro o termo "Cultura". Tem sido usado de forma pouco precisa. Não pode ser restrito ao exame de nossa maior ou menor sofisticação artística e literária, de nosso folclore apenas ou de nosso nível educacional. "Cultura", no sentido aceito pelas ciências sociais, refere-se ao estudo da formação típica dos valores, idiomas, éticas sociais, costumes, visões de mundo, tipos de identidade que separam o "EU" do "Outro" estrangeiro, modelos de comportamento aceitos consensualmente etc...

Segundo, afastemos qualquer tipo de análise pré-conceitual. São numerosos os estudos realizados dentro da lógica do preconceito, obedientes às perspectivas deterministas. Por exemplo, aceitamos passivamente sermos produto de raça miscigenada, por isto somaticamente inferior, ou ainda vitimados por clima difícil, paralisados por uma geologia ingrata que não nos brindou com o carvão quando este combustível fóssil era estratégico para mover a indústria nascente. Em seu conjunto, estas circunstâncias de raça, de clima e de geologia culminaram nas interpretações igualmente deterministas que, desde Manoel Bomfim, afirmam a fatalidade de uma organização colonial que nos impôs uma herança impossível de romper.

Visões comparativas vão mostrar que nenhuma destas variáveis pode ser entendida como causa de nossa especificidade. E de nosso atraso relativo. Basta um olhar bem rápido para a História. Nos séculos XIII a XVII pode-se ver como a pequena Veneza, formada por raças mescladas entre o Ocidente e o Oriente, iniciando sua vida sobre palafitas construídas em cima de um pântano, pressionada pelo poderio de Bizâncio de um lado e das sociedades germânicas de outro, logrou criar uma cultura própria e tornar-se a maior potência do mundo nestes séculos. Ou para a pequena Holanda que se fez império a partir de sua expansão no século XVII com sua consolidação no XVIII. Dispunha, para todo este esforço, da precariedade de uma região conquistada ao mar, totalmente carente em recursos naturais. São apenas dois exemplos. Qualquer estudioso da história comparativa pode multiplicá-los.

Mais dramático ainda é a resultante desta distorção. Gerou a assertiva consensual, dominante por todo o século XIX e princípios do XX de ser impossível ao Brasil tornar-se diferente do que sempre fora, agrário, produtor

de “commodities” para os mercados industriais. Seria a nossa vocação. Culpemos alguém, alguma coisa, a raça, o clima, a geologia, o português que nos colonizou, culpemos qualquer coisa ou qualquer um por este destino cruel, menos a total incapacidade decisória de nossas elites dirigentes, nossa obstinada sustentação conservadora do mesmo. Como não há espaço para maiores esclarecimentos fiquemos numa síntese conclusiva.

A cultura brasileira formou-se a partir da portuguesa quinhentista, com seu misticismo religioso e sua visão aristocrática do trabalho. Somos um braço da cultura ocidental cristã. Os primeiros portugueses migrantes foram se adaptando às circunstâncias da selva e dos trópicos, mesclando-se com os indígenas. Deste processo fomos construindo, desde a origem, uma cultura nova, embora ocidental cristã. Herdamos certos hábitos como o dormir em rede, o banho diário, os cabelos penteados, além de formas de alimentação típica com base na mandioca e no milho, nas frutas e peixes existentes na região, não mais na cevada, no trigo, no bacalhau e na sardinha.

A miscigenação foi inevitável. Dela surgiu o tipo mestiço do mameluco, como mais adiante com o regime escravo e a importação de negros africanos, os cafuzos e os mulatos. O regime escravo tornou imensa as influências das múltiplas culturas africanas em nossa religião popular, em nosso vocabulário, música, dança, gostos, preferências. O próprio idioma que se falava foi enriquecido com vocábulos novos, inexistentes em Portugal, sem deixar de ser o português. Um rico folclore foi surgindo da alma do povo.

Particularmente importante foi a resultante da estruturação econômica. Monocultora e escravocrata, induziu formas de hierarquização social rígida, com grande “distância” entre as classes, além de reduzida aceitação do valor do trabalho. Mais importante que tudo isto, foi o processo de articulação do Todo com as partes componentes através da atitude de submissão e aceitação passiva do destino, formas de “Ser” exigidas pela dependência do desempregado, do colono pobre e sem terra, do artífice sem clientela, do tropeiro que padecia pelos matos para levar suas mercadorias onde havia consumo para elas, dos capangas, dos protegidos, dos agregados, moleques e mucamas, dos libertos que não tinham como viver. Foram sendo criados, no bojo do sistema, valores dominados pela psicologia da inferioridade e da servidão passiva. Além de aceitarmos como legítimo o uso patrimonial do Estado por parte dos poderosos. O Estado que se foi gerando, desde os primeiros tempos, foi posto a serviço das elites do poder e não do bem comum.

O fenômeno induziu a formação de nossa maneira de ver o mundo, a nós e aos outros. Nosso complexo de inferioridade, expresso no desejo de imitar os europeus em ostentação superficial de ilusões tornou-se um modelo de ser social.

Não éramos franceses. Nunca o fomos. Somos brasileiros e como brasileiros poderíamos ter aproveitado o processo industrial incipiente no século XIX, para acompanhar o progresso material do Ocidente. Se nossos valores fossem outros. Se nossas lideranças fossem capazes de romper a ossatura do processo secular de dominação.

Quando nos tornamos independentes era perfeitamente possível fazê-lo tão logo, com a Lei Euzébio de Queiroz os capitais aplicados no tráfico negreiro tomaram-se ociosos. Mas, não o fizemos. Nosso complexo de inferioridade nos

impediu. Teríamos de ser clientes da indústria europeia, do saber europeu, dos modos e modas da Europa. Teríamos de seguir nossa vocação como, desde Cairu, estava sendo posto. Esta forma de pensar entrou pela República adentro com as propostas de Joaquim Murinho, nosso Ministro da Fazenda. Ir além da monocultura de exportação era tentar o impossível para um povo sem maiores qualidades.

Quando, finalmente, demos a grande arrancada industrial dos anos 1950 o fizemos carregando conosco o estigma da inferioridade assumida. Passamos a importar tecnologias. Nossa incapacidade admitida como fato real tornava impossível criar produtos novos, “assimilando” as tecnologias importadas. Por isto, adotamos o modelo mais fácil e mais subserviente da “substituição de importações”. O que ensinara o Japão do século XIX, país com muito menos recursos que o Brasil, recentemente à Coreia do Sul com recursos naturais ainda menores foi considerado “missão impossível”. Não acreditávamos em nós.

O ESTADO E A ECONOMIA

Caos tributário, burocracia esclerosada e pesados encargos trabalhistas são as três barreiras que o Brasil precisa superar para equacionar o problema do baixo PIB e da alta inflação.

Ives Gandra da Silva Martins

O Estado é sempre um mau empresário. A empresa estatal é, normalmente, um cabide de empregos para justificar salários mais elevados e acomodar aliados. Os burocratas e políticos do Executivo, via de regra, complementam seus vencimentos com cargos que assumem em conselhos criados para este fim e aquilo o que menos importa é a qualificação técnica dos que venham a ocupar as vagas de conselheiros.

Por essa razão, a empresa estatal raramente é eficiente e, quando o é, não poucas vezes, os detentores do poder de ocasião procuram retirar-lhe eficiência para projetos pessoais ou de política econômico-financeira, quando não como mera forma de conquistar aliados e alargar aspirações políticas.

A Petrobras e a Eletrobras são típicos exemplos de empresas que deixaram de lado seu objetivo empresarial, que, sem ser brilhante, era razoavelmente administrado, para se tornarem instrumentos de política financeira de governo no intento de controlar a inflação pelo equivocado caminho do ajuste de preços.

Desde o Código de Hamurabi que a repressão de preços para conter a inflação é um fracasso. O Édito Máximo, do imperador Caio Diocleciano em 301, ostentou monumental insucesso dessa forma de inibir a deterioração do valor da moeda pelo controle de preços. Alguns historiadores admitem que esse tenha sido um dos fatores que o levaram à renúncia.

Argentina e Venezuela pagam o preço pelo caminho errado do controle de preços como forma de combater a inflação. Por essa razão, amargam-na na casa dos 25% ao ano, pelo menos.

Uma das formas de se combater a inflação é pelo controle da demanda. Com aumento dos juros. Na “Teoria do Juro”, de Irving Fischer, dizia ele que a melhor forma de se conter a impaciência de gastar é gerar a oportunidade de investir. Juros negativos geram a impaciência de consumo. Guardar dinheiro que se nivele ou ficar abaixo da inflação é a melhor alavanca para o gasto. Embora a inflação de demanda seja consequência, não poucas vezes, de um mercado comprador maior que o vendedor. Dá-se, também, quando estão nivelados os dois pólos, mas, a avalanche consumista está em alta.

A outra forma de combate à inflação é reduzir o custo da máquina administrativa. Steven Benjamin Webb, no livro *Hyperinflation and Stabilization in Weimar Germany* (Oxford University Press, 1989), mostra que a pressão do Estado como gerador da inflação é que levou, mais do que os outros fatos, à hiperinflação alemã, estancada apenas pelo plano de marco forte, em 15 de novembro de 1923.

No Brasil, nenhum dos dois instrumentos tem sido utilizado na era Dilma. O relaxamento das contas públicas, com maquiagem naquelas de 2012, para

se ter a ilusão de que se atingira a meta fiscal, e a discussão, para 2013, de novas regras para flexibilizar o conjunto de metas que foram obtidas nos governos anteriores são elementos que sinalizam ao mercado que a inflação não está sob controle como apregoam os arautos do governo.

Acresce-se, na realidade brasileira, certa antipatia da presidente à palavra “lucro”, que a levou, nos dois primeiros anos, a limitar a rentabilidade das empresas nas licitações federais, com desistência das mais conceituadas em participar dos certames, e a simpatia inequívoca aos governos do polo bolivariano, ao ponto de suportar, estoicamente, todas as ofensas e injúrias econômicas, sem reação.

Em vez de o Brasil negociar com as grandes potências, no nível de potência que adquiriu, prefere continuar a sofrer os agravos de seus parceiros, que são tanto mais agressivos, quanto mais passivas sentem as autoridades brasileiras. É de lembrar que, enquanto todos os países tentam nos tratados bilaterais implementar o comércio exterior, o Brasil, pela autopunição que se impôs ao aderir ao MERCOSUL – de resto não respeitado por seus parceiros –, firmou apenas três acordos insignificantes, estando a perder, vergonhosamente, a maratona da competitividade mundial por escassez de vontade e competência e excesso de decisões equivocadas.

Não sem razão, os dois primeiros anos do governo Dilma se caracterizaram por um baixíssimo PIB e por uma altíssima inflação, que, no mês de março, superou o teto da meta estabelecida em 6,5% ante um ponto de equilíbrio de 4,5%.

Não deve ser esquecida, por outro lado, a face negra do império brasileiro, em que, dos 32 partidos existentes no Brasil, a presidente necessita do apoio da maioria para governar, o que a obriga a concessões políticas cada vez maiores, reduzindo a eficiência do Estado a um aparelhamento para acomodação dos aliados e seus apaniguados. Não encontrei em nenhum filósofo a existência de 32 modelos políticos distintos na sua concepção global.

Deve-se lembrar, também, o custo Brasil provocado pelo caos tributário e pela demagogia trabalhista, que gera, nos superencargos às empresas, desestímulo à produção e a busca de outros mercados para investidores nacionais e estrangeiros.

Diziam os jornais da época, quando Marx fixou-se em Londres, já conhecido pelo seu mau humor contra as empresas e pelas suas teses revolucionárias de liquidação dos capitalistas e do capital, que era “um bom cidadão para qualquer outro país que não aquele que no momento estivesse vivendo” (John Kenneth Galbraith, em *A era da incerteza*, Editora Thomson Pioneira, 1998).

Muitos se desinteressam de aqui investir, pois seus interesses são preservados de melhor forma em qualquer outro país que não o Brasil, apesar de toda nossa potencialidade.

O caos tributário está na superposição de tributos sob o mesmo ou semelhante fato gerador (circulação de bens), como: IPI, ICMS, ISS, Cofins, PIS, Cides, Imposto de Importação e Imposto de Exportação, muito embora os

dois últimos sejam típicos tributos regulatórios de mercado e de alavancagem à proteção da produção nacional.

A regionalização do ICMS, desde 1967, gerando uma guerra fratricida entre os Estados, que nem o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), ao considerá-la inconstitucional, conseguiu atalhar até agora, foi um desastre. A proposta que levei, nas diversas audiências públicas no Congresso Nacional para federalizá-lo, com partilha da receita entre as entidades federativas, compactação com o IPI e ISS, deixando a arrecadação por conta dos Estados para que a redistribuam por ter melhor máquina de arrecadação, foi sempre rejeitada. Aos Estados interessa esse caos fiscal, em que a fraqueza do STF e a inoperância da União em políticas regionais permitem que, há 25 anos, incentivos ilegais sejam concedidos, gerando uma fantástica descompetitividade entre as entidades federativas.

E as soluções apresentadas, mesmo aquelas que circulam no Parlamento, são insuficientes para equacionar o problema, sendo que as 12 propostas de emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e resoluções que a nossa comissão, nomeada pelo Senado, apresentou no dia 30 de outubro de 2012, continuam repousando, serenamente, nas gavetas do Senado!!! Foi completamente desperdiçado o trabalho dos 13 – Nelson Jobim (presidente), Everardo Maciel (relator), Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Fernando Rezende, Ives Gandra Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marrafon, Michal Gartenkraut, Paulo Barros Carvalho e Sergio Roberto Rios do Prado –, que, *pro bono*, apresentaram vetores para uma solução.

Os encargos trabalhistas, cada vez mais pesados, impedem que ganhem poder de concorrência em relação aos países com encargos inferiores e, principalmente, perante aos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em que são menores e, muitas vezes, bem menores.

Por fim, essa visão de que cabe ao Estado controlar a economia, e não apenas dar condições de expansão para quem sabe atuar, que é a sociedade, toma o engessamento de suas virtualidades uma realidade negativa, como poder atuando mal e prejudicando mais do que auxiliando a “performance” dos agentes econômicos.

Na economia, quando o Estado não atrapalha, já desempenha um excepcional papel. Quando atrapalha pouco, o país pode crescer. Quando atrapalha muito, os resultados são os dois anos de baixo PIB e a alta inflação. Num país em que a política do ministro da Fazenda resume-se em baixar o IPI, Cofins e PIS para controlar a inflação e mexer no IOF visando intervir na política cambial, sem, todavia, haver um planejamento em curto, médio e longo prazos para ganharmos competitividade empresarial, tecnológica e logística, a posição do Brasil é de retrocesso e de afastamento das demais nações, como alertou Christine Lagarde, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse particular, o governo Lula, que seguiu rigorosamente a política do governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à economia, com o tríptico controle (metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário), foi muito mais pragmático do que o governo Dilma, que, de rigor, sem o dizer expressamente, começa a abandonar os três fundamentos bem-sucedidos da economia de 1994 a 2010.

Comparado ao pragmatismo de Lula, menos culto, mas, mais sensível à realidade brasileira e mundial, o ideologismo de Dilma, mais culta, mas menos pragmática – e, neste particular, menos humilde que Lula –, tem estrangulado os caminhos que o Brasil seguiu e que outros países como México, Índia, China, Rússia, Chile e Colômbia têm seguido, apesar da crise mundial. Estamos assemelhando-nos aos modelos malsucedidos de Venezuela e Argentina e perdendo terreno para os países retrocitados que apesar de terem menos condições de desenvolvimento que o Brasil dão saltos de qualidade e adaptação aos desafios da modernidade, que o estamento estatal brasileiro não permite dar com as suas três fantásticas barreiras: caos tributário e carga superior à de nossos concorrentes; burocracia esclerosada e geradora de obrigações inúteis que entravam o desenvolvimento e encargos trabalhistas maiores do que os de países emergentes que conosco concorrem.

Todas essas considerações objetivam mostrar que, se não houver alteração do rumo da política governamental – parece haver alguma sinalização nesse sentido, como aumento da margem de lucro nas licitações federais –, certamente, asseguraremos mais um ano de baixo PIB e volta da inflação, com o inconveniente de que o modelo de estímulo ao consumo parece dar sinais de esgotamento.

Creio que uma reforma tributária simplificadora e uma desburocratização das exigências sobre o cidadão, com redução da máquina administrativa, seria um bom começo para recuperar o poder de competitividade das empresas brasileiras, de mais a mais sufocadas pela complexidade de uma legislação tributária tão caótica, que termina por gerar autos de infração fantasmagóricos, e uma assustadora insegurança jurídica para qualquer que seja a operação de fortalecimento das empresas com fusões, incorporações, cisões ou criação de novas tecnologias, empreendimentos ou produtos.

Se não começarmos por cortar, significativamente, os nós górdios da nossa insuficiência governamental, da nossa burocracia, do nosso confuso sistema tributário e do peso da nossa legislação trabalhista – mais ideológica do que voltada ao interesse dos trabalhadores –, certamente veremos outros países passando-nos à frente, pois estaremos caminhando, a passos largos, para o avanço do retrocesso.

O NORDESTE E O CANGAÇO

Joselauro Justa de Almeida Simões

Há momentos nos quais a realidade da vida se apresenta com bastante complexidade. Vamos nos deter em períodos históricos que envolveram a política regionalista do Nordeste, tão ignorada pelo grande público.

Seu conhecimento é básico para o entendimento da importante participação desta região na formação da nacionalidade brasileira.

Os fatos se reportam aos episódios repletos de heroísmo e valentia por parte de homens que se destacaram como verdadeiros líderes do seu povo.

Iniciamos pela chamada “Insurreição Pernambucana”, que culminou com a expulsão dos holandeses (1624 – 1654) nas batalhas dos Guararapes, quando surgiu uma consciência patriótica desencadeada por este movimento nativista. Cabe lembrar que a Holanda era uma potência de primeiro mundo. Sendo assim, era preciso criar, para a luta, uma nova modalidade de guerra – “A GUERRA BRASÍLICA” –, com o emprego de companhias de emboscadas. Destacaram-se as figuras de Matias de Albuquerque, de João Fernandes Vieira, de Antônio Felipe Camarão – o índio Poti – do negro Henrique Dias e do estrategista em guerrilhas o paraibano André Vidal de Negreiros.

Anos mais tarde o movimento nativista frutificou, chegando a vez dos portugueses, com a eclosão da revolução pernambucana em 1817, onde surgem outros atores, como o padre Miguelinho, o padre Roma, o frei Caneca, José de Barros Lima – “O Leão Coroado” – e o jovem paraibano José Peregrino Xavier de Carvalho.

A Maçonaria e a Igreja tiveram uma participação exemplar pela suas lideranças tanto em 1817 quando na revolução nativista de 1824.

Logo após a independência do Brasil (1822), D.Pedro I teve de enfrentar a revolta das províncias nordestinas em 1824, desta vez republicana e separatista.

Pernambuco contava com a adesão da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, na formação da “Confederação do Equador”, cuja bandeira tinha os seguintes dizeres: “Independência, União, Liberdade e Religião”.

Agora vamos ao sertão, região de difícil sobrevivência e com péssimas condições econômicas e sociais do homem, provocadas pelo clima e ausência do poder do Estado.

Surgia, em consequência, no sertão, nos idos de 1897, um andarilho que arrastava por onde passava grande quantidade de seguidores. Um homem de muita religiosidade e carisma e possuidor de um enorme poder místico era Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, por distribuir conselhos a um povo simples, rústico e ignorante. Quis o destino que esse

homem formasse o império do Belo Monte, na região do arraial de Canudos, às margens do rio Vaza Barris, no nordeste da Bahia.

Conselheiro, em seu movimento messiânico, pregava contra os pecados da república, que criara o casamento civil, separava a igreja do estado e cobrava impostos de uma população miserável.

O povo que seguia Conselheiro era constituído pelos excluídos da sociedade, pelos santarrões rezadores e até por cangaceiros convertidos às suas ideias. Não se podia prever que a pacata e conformada alma sertaneja partisse para a violência, enfrentando as forças policiais baianas e quatro expedições do Exército Nacional, em lutas sangüinárias, que durariam dois anos.

As dificuldades em derrotá-los consistiam no desconhecimento do terreno pela tropa, dificuldades de logística e o descrédito em relação ao valor dos jagunços. Nas investidas das forças governamentais, em vez de deprimidos, os sertanejos se tornavam cada vez mais fortes e determinados, sustentados por uma fé religiosa que chegava às raias do fanatismo.

Outra personagem muito referenciada no Nordeste é a do Padre Cícero Romão Batista (1844 – 1934) pela dedicação prestada a sua gente bastante sofrida em razão das secas, fenômeno climático cíclico que atingiu o sertão nos anos de 1877/78/79 e 1915.

O Padre Cícero foi perseguido e até excomungado pela sua Igreja, o que não impediu que, até os dias de hoje, o povo, nas romarias à Juazeiro do Norte, considerada a “Meca do Nordeste”, grite em alto e bom som – “VIVA MEU PADIM CIÇO”.

Mais recentemente (1930), grave turbulência acontece, desta vez, na Parahyba do Norte. João Pessoa, Presidente do Estado, na formação da chapa para senadores e deputados, sacrifica a candidatura de João Suassuna, ocasionando a ruptura das oligarquias políticas contra o seu governo. O Coronel José Pereira Lima, deputado estadual por quatro vezes, comerciante e fazendeiro, era um líder na região da cidade de Princesa, no alto sertão paraibano e distante 400 km da capital. Zé Pereira rompe com João Pessoa e proclama o “território livre de Princesa”, criando uma constituição, jornal, bandeira e hino, enfrentando a Polícia Estadual com o emprego de tática de guerrilhas durante cinco meses.

No pretexto da procura de armas, a polícia invade a residência de João Dantas, de prestigiosa família da cidade de Teixeira e amigo de Zé Pereira.

João Dantas que possuía um temperamento corajoso e aguerrido não aceita passivamente a violação do seu escritório na Capital.

João Pessoa não rezava por cartilha diferente, sendo um homem de grande teimosia e coragem.

João Dantas por se julgar atingido em sua honra assassina a tiros, na Confeitaria Glória no Recife, o Presidente do Estado da Parahyba. A desavença leva, além das razões políticas, um cunho de crime passional, por estar envolvida a pessoa da sua companheira, Ana Beiriz, cuja vida particular foi escancarada publicamente.

A morte do político João Pessoa serve de estopim para a eclosão da revolução de 1930, unindo a Parahyba ao Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que culminou na deposição do Presidente Washington Luiz, em 24 de outubro de 1930.

A Assembleia Legislativa da Parahyba, reunida em convenção revolucionária, troca a bandeira do Estado e o nome da Capital de Parahyba para João Pessoa.

João Dantas é morto ou se suicidou na cadeia pública do Recife, gerando essas versões muitas controvérsias. Zé Pereira após a morte de João Pessoa sai de Princesa e João Suassuna é assassinado no Rio de Janeiro.

Outra anormalidade que marcou o sertão nordestino foi o Cangaço, cuja duração atravessou os séculos XVIII, XIX e XX.

No dizer de João Lelis de Luna Freire – “O cangaceiro é o produto da falta de justiça e da nossa viciada educação política feita em gerações sucessivas”.

O princípio básico de atuação do cangaceiro era a ofensiva e a surpresa, aliadas ao seu hábil espírito de improvisação na prática das tocaias e das emboscadas. Mascando o seu fumo de rolo e mastigando a sua rapadura, surge o sertanejo tenaz, homem danado, paciente e silencioso, sempre a procura da oportunidade certa de apertar o gatilho.

O termo cangaço deriva da palavra “canga”, peça de madeira ajustada ao pescoço do boi, como suporte para tração da carga. Isto era pela comparação com o volumoso equipamento que os bandoleiros transportavam nas marchas forçadas através da caatinga.

Eram os cangaceiros perseguidos pelas “volantes”, realizando nos combates ataques, recuos, emboscadas, tocaias e negaças, características de operações de guerrilhas.

Fizeram escola no cangaço, entre outros, Antônio Silvino, Chico Pereira, Cassimiro Honório, Jesuíno Brilhante e Virgulino Ferreira da Silva – “O Lampião” –.

Lampião possuía um talento tático e estratégico, empregando o reconhecimento do terreno, o largo uso das informações, além de dividir os seus homens em grupos e subgrupos, para obter maior mobilidade, mascarando os deslocamentos.

Virgulino tinha uma destreza fora do comum no manuseio do seu rifle de repetição, dando o dobro de tiros de um atirador normal, daí vem o seu apelido de “Lampião”, pelo clarão provocado à noite pela sua arma.

Enquanto os também célebres cangaceiros Luiz Padre, Sinhô Pereira e Antônio Silvino usavam roupas normais. O bando de Lampião, ao contrário, usava trajes ornamentais, estéticos, com chapéu de couro, bornais, cartucheiras, coldres e bandoleiras enfeitadas em ouro e prata, com signos de Salomão, flor de lis, cruz de malta e estrelas de seis pontas. O armamento que usavam era o rifle *Winchester* 1892, cal 44, o fuzil *Mauser*, cal 7mm, pistola, revolver e o famoso punhal de 80 cm, para uso em sangramentos e outros fins. Calçavam alpercatas e bornais cruzados ao corpo, em vez de mochilas.

O cangaço deixou lembranças na literatura de cordel, na música, na dança e até hoje nos desafios dos cantadores de emboladas e cegos rabequeiros, nas feiras do Nordeste. Cabe lembrar a participação das mulheres no cangaço com destaque de Maria Bonita, Sila e Dadá, a mulher de Corisco, o vingador de Lampião, morto em 1940.

Os jovens que ingressavam no cangaço em sua maioria eram provenientes da Ribeira do Pajeú (PE), verdadeira universidade da violência. Pertenciam à classe média local, e, como sertanejos eram indiferentes à morte e insensíveis ao trato com o sangue, próprio daqueles que convivem com a natureza cruenta da atividade pecuária.

Os desvios de comportamento que os levavam para a criminalidade faziam com que buscassem um refúgio, em face de delitos praticados, desejos de vingança e a adoção de um novo meio de vida com total liberdade.

Lampião foi convocado para integrar os Batalhões Patrióticos no combate à coluna Prestes, mediante apelo do padre Cícero, recebendo para isso o título de Capitão. .

O período do cangaço no Nordeste foi longo, terminando com o declínio da vida de Lampião, no insucesso da tomada da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Vítima de traição, Lampião foi morto na Grota do Angico (SE), em um cerco da polícia alagoana comandada pelo Tenente João Bezerra, sendo degolado juntamente com sua companheira Maria Bonita e mais oito dos seus cabras. Assim desaparece um vencedor de desafios, chefe de autoridade jamais discutida, apesar da convivência de duas décadas com os homens mais perigosos do sertão. No dizer do cangaceiro Medalha, o seu chefe tinha, “o pensamento adiante da palavra”, de par com a autoridade moral de quem “só comia e bebia depois que todos tivessem comido e bebido; só montava depois que todos tivessem montado”.

O mundo dá voltas e, por incrível que pareça, Lampião é hoje admirado em todo o Nordeste, tendo se transformado em verdadeiro mito. Considerado por alguns, um bandido e, por outros, um justiceiro, por ter vivido em um tempo

em que não se esperava a morosidade da justiça para se rebater uma afronta, resolver casos de honra, rixas entre famílias e disputas de propriedades.

O público que esse artigo pretende atingir é aquele constituído por compatriotas desconhedores das histórias regionais do seu país, tão cheias de ensinamentos e atos de bravura. Sintetizamos alguns fatos no qual surgiram cidadãos brasileiros, cujo senso de liderança e coragem na tomada de atitudes era calcado no calor de suas veias, em razão da lenta evolução das estruturas políticas e sociais de uma época.

O PENSAMENTO BRASILEIRO NO BERÇO PORTUGUÊS

João Victorino

Há pouco mais de sete anos, um grupo de civis e militares vem se dedicando com afinco a desvencilhar todo o emaranhado de informações que têm procurado constituir a verdadeira imagem da formação de um ser tipicamente nacional, de um pensamento nitidamente brasileiro.

Após se debruçar sobre as questões filosóficas, o grupo começou uma caminhada pela Região Amazônica para aprofundar tudo aquilo que os filósofos transmitiram. E também vivenciar, *in loco*, a miscigenação de povos, costumes e culturas que foram importantes na composição dos brasileiros. Não há quem não tenha saído de lá engrandecido, impactado.

Desta vez, a viagem foi ao continente europeu. Há muito, Portugal vinha sendo cobiçado. Do Tejo partiram as naus de Pedro Álvares Cabral, que aportaram na Terra de Santa Cruz, em 1500, dando início a uma nova civilização, de origem lusitana, na América do Sul. Penetrar nas entranhas da história de nossos descobridores, de quem nos permitiu dar os primeiros passos, era um sonho há muito acalentado.

Para que isso fosse possível, além do incentivo e encorajamento oferecido pela Força Aérea Brasileira, o grupo contou com o incansável apoio do Cel Av Roberto Ferreira Pitrez, Adido do Exército e da Aeronáutica, credenciado junto à nossa embaixada em Portugal. E a turma não hesitou em custear as suas próprias despesas, da passagem aérea – em conceituada companhia internacional – à estadia. Afinal, cultura e saber não têm preço.

Antes de entrar no âmago propriamente dito da alma portuguesa, o grupo esteve reunido com o nosso representante diplomático em solo português. O Embaixador Mario Vilalva traçou um minucioso quadro das relações bilaterais e da real importância do trabalho diplomático desenvolvido.

Além de mostrar o trabalho que vem sendo realizado, no sentido de ampliar, cada vez mais, a presença do Brasil no continente europeu a partir de Portugal, dentro de uma política fortalecida pelo ecumenismo diplomático, o embaixador também vem sendo um importante defensor do nosso idioma.

Por isso mesmo, nos encontros com representantes de outros países, radicados em Portugal, mesmo que seja questionado pelo interlocutor num outro idioma sempre responde em português, pois não admite que seja de outra maneira.

Também considera ser muito importante para a expansão e a consolidação da língua portuguesa, que ela não se restrinja à cultura, à

literatura, mas que seja utilizada pelos engenheiros e homens de negócio, por exemplo. Assim, acredita que o sexto idioma mais falado no mundo tenha o destaque que lhe é devido, no âmbito mundial.

Essa defesa pelas raízes portuguesas, ganhou ainda mais realce, pois aconteceram na nossa chancelaria, que ocupa um belíssimo prédio do séc. XVII, a "Quinta de Mil Flores", que guarda um acervo histórico, arquitetônico e artístico de valor inestimável, como os painéis de azulejaria azul e branca e a capela dedicada a N^a. S^a da Rocha. O Brasil não poderia estar mais bem instalado.

ONTEM, HOJE E AMANHÃ

O Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa ofereceu ao grupo uma ampla e detalhada perspectiva da sua atuação na defesa aérea do espaço nacional. O Major-General Piloto Aviador Antonio Afonso dos Santos Allen Revez e o Cel Alberto Francisco apresentaram o projeto de expansão da área da plataforma continental, prevista até 2015, indo bem além do continente e englobando a área da Madeira e Açores.

Após tomar conhecimento do hoje e do amanhã, o grupo foi conhecer um pouco do passado. O Palácio Nacional de Queluz, residência de D. Maria I e Dom Pedro III, o responsável pela construção do prédio, foi o primeiro passo.

Sintra veio a seguir. Uma região com marcas da passagem de celtas, romanos e mouros foi reconhecida pela Unesco, em 1995, como Patrimônio da Humanidade. Era o refúgio dos monarcas portugueses do século XIII até o final do XIX. O Palácio da Pena, construído em meados do séc. XVIII por Dom Fernando II, o consorte alemão de D. Maria II, mostra um pouco da arquitetura romântica alemã. Anteriormente, esse prédio foi o Mosteiro de N^a. S^a da Pena, ocupado pelos monges Jerônimos, e datado de 1503.

Um pouco mais de história em Tomar, reconhecida como cidade templária, que começou a se estruturar a partir da construção do Castelo, em 1160, por decisão do Grão-Mestre da Ordem do Templo, D. Gualdim Pais. O espaço passou a ser a sede dos cavaleiros-monges em Portugal.

Tendo o General da Força Aérea Portuguesa, José Armando Vizela Cardoso como guia e anfitrião, ao lado de João Victor da Silva Pereira, um templário residente em Coimbra, o Grupo de Estudos tomou conhecimento da história que cerca toda a região, nos mínimos detalhes, tais como: a Torre Templária da Quinta da Cardiga; a Igreja de Santa Maria dos Olivais e a de São João Baptista; o Convento de Cristo e as muralhas do Castelo.

AO ENCONTRO DA ARTE E DA CULTURA

O primeiro contato com o Porto, ao norte de Portugal, foi através do Quartel de Santo Ovídeo, cujo prédio foi erguido a 20 de fevereiro de 1790, por Aviso Régio de D. Maria I, e, atualmente, é a sede do Comando do Pessoal do Exército, bem próximo à Igreja da Lapa, onde repousa o coração de Dom Pedro I (Dom Pedro IV, em Portugal), desde 1835, por decisão testamentária dele. O corpo ficou no Panteão dos Braganças, na Igreja de São Vicente de Fora, até ser trasladado para o Monumento do Ipiranga, em São Paulo, aqui no Brasil.

O Ten Gen Luís Miguel Negreiros Morais de Medeiros ofereceu uma ampla explanação sobre as características históricas do prédio, ressaltando que o Porto tinha uma ligação histórica, arquitetônica e visual com o Brasil. E que o prédio onde o Comando estava instalado apresentava murais e telas em que se podiam notar a presença de Dom Pedro IV (o nosso Dom Pedro I).

Para marcar a presença do Grupo de Estudos naquele prédio, fez questão de solicitar ao Ten Brig Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Diretor do INCAER, que deixasse registrada uma mensagem no Livro de Ouro do Comando, seguida pela assinatura de todos os integrantes do grupo. E, também, entregou ao Grupo, através do 2º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes e o Cel Av Araken Hipólito da Costa, Diretor Cultural, uma placa lembrando a passagem por ali.

Após esse contato com um pouco da história, do passado, o grupo foi conhecer a Fundação Serralves, um projeto idealizado para abrigar um museu de arte contemporânea, a partir de um prédio *Art Déco*, dos anos 1930, obra do francês Charles Sicilis, que foi residência do Conde Carlos Alberto Cabral, Segundo Conde de Vizela, e contou com a participação de René Lalique, Jacques Émile Ruhlmann, Edgar Brandt e Marques da Silva. O projeto do espaço físico do museu ficou a cargo do arquiteto Álvaro Siza.

A diretora Odete Patrício não escondeu a alegria de estar à frente desse espaço, pois admite que a Fundação tem contribuído com a cultura portuguesa com o que há de melhor em arte contemporânea internacional, inclusive, com constantes exposições de artistas brasileiros, como Beatriz Milhazes e Adriana Varejão.

Nessa visita, o grupo acabou desfrutando da companhia do Embaixador Gelson Fonseca, recém-indicado para o comando do Consulado Geral no Porto, que trocou uma visita protocolar por algo mais descontraído.

A seguir, a turma seguiu para a Casa da Música, um prédio de 12 andares, com requintadas salas de concerto, dentro dos mais modernos padrões de acústica e conforto, bem como pequenas salas para ensaio, num projeto do arquiteto Rem Koolhaas, e cuja abertura ocorreu em 2005. Esse prédio é considerado como um dos cartões-postais da cidade.

ÉVORA NAS ASAS DA EMBRAER

Atravessando a Ponte 25 de Abril, o grupo foi a Évora, no Alentejo, conhecer sobre a presença de romanos e outros povos naquela região, e, também, tomar conhecimento de um empreendimento, um marco, com a instalação da Embraer.

Primeiramente, o grupo fez um reconhecimento táctico da cidade, incluindo a Catedral dedicada à N^a. S^a do Ó (séc. XIII/XIV); a Igreja Real de São Francisco (séc. XV/XVI), tendo ao lado a Capela dos Ossos (XVII), com as paredes e o teto incrustados de ossos humanos; o Largo Conde Vila Flor, com as Ruínas do templo romano (séc. I) e a histórica Praça de Giraldo.

Finda essa visita de muita história e cultura, o grupo foi conhecer as instalações da Embraer, recebidos pelo diretor João Taborda, que se deslocou de Villepinte, na França, especialmente para mostrar a empresa e comentar a respeito do grande poder que vem exercendo nas relações comerciais de seus produtos, a partir dessa porta de entrada no continente europeu.

O diretor não poupou elogios a quem deu início à Embraer. Disse que: .

Ocupando uma área global de 69 mil metros quadrados, com os mais modernos recursos técnicos e empresariais, inclusive optando pela luz natural, teve seu começo sendo edificado em 2008, para dar início às atividades em 2010. Dedicar-se à fabricação de estruturas metálicas usinadas (como asas) e conjuntos em materiais compostos (como estabilizadores de cauda).

Sem esconder a sua satisfação em pertencer à Embraer, Taborda comentou que um dos objetivos é levar tecnologia para fora do Brasil e globalizar a empresa. Aliás, esse também é o objetivo do governo português, que imagina transformar aquela região, que atualmente tem uma baixa intensidade industrial, em um polo aeronáutico.

Para finalizar esse périplo em terras d'Além Mar, o Grupo de Estudos retornou um pouco à história dos dois países, visitando o Museu Militar de Lisboa, no Largo do Museu da Artilharia, dirigido pelo Cel Infanteria Luiz Paulo Correia Sodré de Albuquerque, visivelmente apaixonado pelo acervo que está sob a sua guarda.

Esse é o mais antigo museu de Lisboa, um dos mais emblemáticos. Começou a ser organizado em 1842, no “Arsenal Real do Exército” (escrita da época), pelo Barão de Monte Pedral, com o objetivo de guardar máquinas, aparelhos e objetos raros e curiosos, sancionado por decreto a 10 de dezembro de 1851, por D. Maria I.

Tem no seu acervo peças de artilharia em bronze dos séculos XVI a XIX, considerada uma das mais completas a nível mundial. Além disso, tem um pátio rodeado de painéis de azulejos, que vão do século XVIII aos primórdios do século XX, inclusive os que retratam os descobrimentos marítimos.

Ao final da viagem, o grupo pôde fazer um balanço sobre esse imenso aprendizado para enriquecer as pesquisas que vem fazendo para traçar um verdadeiro perfil do que vem a ser o Pensamento Brasileiro: a formação de um povo nitidamente brasileiro.

O SENTIDO DA VIDA

Geraldo Bellocchio

A primeira pergunta que o homem dirige a si mesmo é sobre quem é ele, qual o senso da sua vida, qual o fim e o valor da própria vida. Com este questionamento, ele descobre que a vida não foi uma escolha sua, mas que ela lhe foi dada. É a partir dessa reflexão que vem a primeira questão: *de onde venho?* A segunda será uma projeção de si para o futuro: *para onde vou?* Nesta tensão entre a vida dada e o futuro possível, a pessoa experimenta uma limitação do seu próprio ser e dos seus atos. Como no homem existe uma ilimitada expectativa de esperança e de contínua necessidade de superar-se, surge à terceira pergunta: *que coisa devo fazer?* Ou em paralelo: *que coisa posso esperar? Qual o meu destino?*

Esses interrogativos são decisivos na realização do homem, pois se referem à sua origem, fim, passado, presente, futuro, senso, significado e valor de tudo: pessoa, coisa, humanidade, universo inteiro. Na verdade, perguntar a si próprio se a vida tem um sentido significa perguntar se em si existe uma estrutura ontológica que lhe dê condições inteligível, compreensível, dotada de uma finalidade. A esta altura, os questionamentos virão de forma mais íntima e direta: *Quem sou eu? Que sentido tem a minha vida?* O problema do senso da vida é a estrutura ontológica permanente, presente no mesmo ato da nossa existência, que existe em cada homem e que não pode ser destruído. Esse questionamento sobre si não exige apenas inteligência e razão, mas envolve a vontade, liberdade, responsabilidade e sensibilidade. Desde a antiguidade até a modernidade clássica, a primeira resposta é cercada, ante de tudo, pelo real intramundano: mundo, história e humanidade. O mundo aparece como uma realidade anterior em que o homem é apenas um processo evolutivo da matéria.

O problema aqui é que o mundo não conhece a realidade das coisas, mas o homem não só tem a capacidade de conhecer a realidade do mundo, como a si mesmo também. Isto caracteriza uma diversidade infinita entre eles. O homem é consciente de si e da realidade, enquanto que o mundo não. O homem, servindo-se da sua própria natureza, pode operar livremente sobre ela e modificar a realidade em base ao seu projeto de liberdade e vontade.

Com a sua consciência, liberdade, corporeidade, pode transformar a natureza em outro processo imanente. Com seu trabalho pode transformar, humanizar, fazer progredir o mundo e a si próprio, crescendo também como homem. Com isso, descobre a própria interioridade e subjetividade, que pensa, escolhe, decide e opera. Conhece não somente as coisas externas, mas a si mesmo, como centro unificado e contínuo: sujeito, pessoa, o eu permanente no seu ser, modificado pelos seus atos e ainda capaz de continuar modificando-os, mas não deixando de ser a si próprio.

Esse eu consciente constitui o núcleo essencial da sua existência. A originalidade da consciência consiste na experiência interior, autocompreensiva do sujeito, como sujeito dos seus atos. Como realidade, experiência e conhecimento totalmente interior não é quantitativo nem verificável empiricamente, porque transcende a coordenada do tempo e espaço. Essa inacessibilidade em verificar empiricamente as coisas, impede de explicar a origem, limitando-se somente ao processo da matéria. Somente o elemento liberdade é que torna possível o elemento novo e descontínuo. Isso não diz respeito somente aos atos externos, mas prioritariamente ao eu e a sua suprema interioridade. Outrossim, os atos livres não explicados somente através da liberdade, porque a liberdade para transcender o seu próprio sujeito, evidencia o grande paradoxo do homem que é o seu incessante transcendecer-se. Existência e liberdade não são criadas por ele e tão pouco se lhe é dado por si, mas o recebe como dom que deve responder (responsabilidade). Por isso a liberdade é indissolúvelmente dada com responsabilidade, mas, *por quem e para quem?* Não pode ser para a natureza e o mundo que são inferiores ao homem. Não pode ser para si ou para outro, pois são seres iguais. A responsabilidade só pode existir para alguém com princípio, transcendente, pessoal, absoluto, superior ao homem.

Esta alteridade é de comunhão e não de subordinação. Isto diferencia o homem das coisas. A presença de outro (pessoa) interpela incondicionalmente a liberdade pessoal, porque o eu sai de si mesmo, abrindo-se ao outro, aceitando-o, propõe e pergunta, sem pretender impor qualquer coisa. Somente deste modo se pode reconhecer o valor incondicional e inviolável do outro, como pessoa, ou seja, expressão de amor. A suprema proclamação de valor do outro está na oferta da própria vida para salvar o outro. Como autotranscendência, essa é mais pura e elevada atuação da liberdade. Este é o vínculo ontológico que une solidariamente cada homem na humanidade.

O princípio e o fim da liberdade humana coincidem na idêntica realidade transcendente. O fundamento último, princípio e centro comum das relações interpessoais da solidariedade comum, não deve ser outro que não o amor originário, absoluto, transcendente, pessoal e livre, ou seja, Deus. É a abertura do homem à Revelação.

Outro problema, anterior ainda a esta questão, é a interrupção da vida, destruição do projeto e do futuro do homem, que se dá através da morte. Essa reduz a vida a um simplesmente viver-morrer. Contradiz a vida como essencial querer-viver, como viver de e para o futuro e como projetar-se adiante. A morte é a negação absoluta e certa. É uma contingência insuperável. A experiência desse não-viver, do nada, do aniquilamento, próprio da morte, faz com que a vida do homem se torne enigmática. O homem deixa de ser a si próprio. A angústia do não viver contrasta o fundamental desejo de viver. Surge aqui o problema da “qualidade da vida”. Mas qual vida? O lento e inexorável fluir da morte absurda? O dilema é entre o aniquilamento definitivo ou nova vida.

Mas se a morte é o verdadeiro aniquilamento do homem, a vida torna-se um absurdo definitivo e total. A falta de senso é absoluta e insanável. Por isso que, a esperança, depois da morte, é o tema verdadeiramente significativo, que não pode fundamentar-se sobre nenhuma realidade mundana ou histórica, mas somente no transcendente. O homem não pode dispor em absoluto, mas pode se aproximar, se abandonar, invocar. Não há alternativa: ou esperar uma vida após a morte ou fechar-se neste mundo sem esperança. Por isso, a esperança depois da morte representa não só o referimento significativo, mas a mesma estrutura constitutiva do homem. Ela deve se fundar e uma realidade autêntica, transcendente e absoluta, da qual nenhum dispõe e que a linguagem humana e religiosa chama de Deus.

PENSAMENTO BRASILEIRO

Ricardo Vélez

Há uma filosofia brasileira e qual seria a sua originalidade? Poderíamos responder a esta pergunta afirmativamente, indicando que a sua originalidade decorre da situação inédita em que os nossos pensadores apreendem e discutem os grandes problemas da existência, à luz da tradição filosófica ocidental. Quais seriam, então, os grandes problemas aos quais os pensadores brasileiros tentaram dar uma resposta?

No século XVIII, o problema fundamental era se havia um saber que garantisse a salvação de indígenas e colonizadores europeus. Exemplo deste tipo de preocupação foi a obra de Nuno Marques Pereira, publicada várias vezes ao longo do século XVIII e que se intitulava: Peregrino da América. Na segunda parte desse mesmo século, ao ensejo das reformas efetivadas pelo marquês de Pombal no terreno educacional, o problema que preocupava aos pensadores era o do tipo de filosofia que deveria ser ensinado para garantir a modernização da sociedade; tal preocupação constituiu o cerne da obra de Luiz António Verney, intitulada: Verdadeiro método de estudar, à luz da qual se estruturou a corrente denominada de empirismo mitigado.

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, muda o foco das preocupações dos nossos pensadores. Tratava-se de dar alma ao esforço em prol de construir uma nova Nação, integrada por colonizadores, silvícolas e os primeiros descendentes da mistura dos portugueses com as raças ameríndias. Surgiu, numa primeira instância, uma resposta de inspiração espiritualista, que centrava a atenção nas questões da consciência e da liberdade: tal foi o motivo inspirador da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulada: Preleções filosóficas, publicada pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1813. No terreno da filosofia política, esse mesmo autor deitou as bases para a prática da representação política como forma de superar os conflitos civis, nas suas Cartas sobre a revolução brasileira e, ulteriormente, no seu Manual do cidadão num governo representativo.

A preocupação com a consolidação das instituições imperiais, ao redor do Poder Moderador, num contexto liberal que garantisse a liberdade e a representação política, motivou ao maior filósofo do Império, Domingos Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, em meados do século XIX, a escrever a sua obra intitulada: Fatos do espírito humano, com a qual se consolidou a escola do ecletismo espiritualista. Já no final do século, as novas tendências da filosofia européia, bem como a crítica às instituições imperiais, deram ensejo ao surgimento da corrente denominada de Escola do Recife, solidamente ancorada, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, na herança neokantiana. Paralelamente, a crítica ao liberalismo imperial foi efetivada na retomada da tradição cientificista (que vinha da era pombalina), desta vez à luz da filosofia positivista de Augusto Comte, cultivada na Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (com Luiz Pereira Barreto à testa), no Rio Grande do Sul (pelo líder republicano Júlio de Castilhos) e no Apostolado Positivista (sob a direção de Miguel Lemos e Teixeira Mendes). A República foi

proclamada em 1889, sob a inspiração do positivismo que, no meio militar, teve como figura de proa Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

No início do século XX, a grande questão discutida pelos nossos pensadores foi a do espiritualismo, em face das correntes científicas e materialistas herdadas do século XIX. A obra de Farias Brito brilhou como resposta metafísica a essa problemática. Do ponto de vista da nova metodologia que deveria guiar ao conhecimento científico, a fim de superar o dogmatismo comteano, dois pensadores, Otto de Alencar e Amoroso Costa, fundadores da Academia Brasileira de Ciências, elaboraram original resposta que se inscreveu na tendência do neopositivismo que, no que tange às ciências humanas, encontrou exímios representantes em Pontes de Miranda e Leônidas Hegenberg. A preocupação de recolher a herança de Marx no contexto da ciência econômica, preservando a tradição científica, deu ensejo à obra de Leônidas de Rezende, intitulada: Economia política, finanças e contabilidade (1918). A herança dos existencialismos europeus inspirou a obra de vários pensadores como Vicente Ferreira da Silva nos seus Diálogos filosóficos, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto.

A Fenomenologia de Husserl encontrou dedicados cultivadores ao longo das últimas décadas, na obra de pensadores como Creusa Capalbo, Aquiles Côrtes Guimarães, Nilton Campos e Isaias Paim. A tradição católica, ancorada na idéia de preservar o humanismo cristão formulado por Jacques Maritain, encontrou seguidores importantes como Alceu Amoroso Lima, Leonardo van Acker, Ubiratan de Macedo, Tarcísio Padilha e Urbano Zilles. No entanto, a tendência doutrinária de maior fôlego intelectual foi, no século XX, a representada pelo Culturalismo, formulado por Miguel Reale (especialmente em Experiência e cultura, publicada em 1978), Antônio Paim (cuja mais importante contribuição é a História das idéias filosóficas no Brasil, com várias edições), Djacir Menezes, Paulo Mercadante (com a obra intitulada: A consciência conservadora no Brasil, de 1982), Nelson Saldanha, Francisco Martins de Souza (com a sua obra O culturalismo sociológico de Alcides Bezerra), Ítalo da Costa Jóia, etc. Estes autores situam-se na trilha humanística deixada pela Escola do Recife, com marcada influência neokantiana, fenomenológica e hegeliana

PENSAMENTO BRASILEIRO NA BAHIA

João Victorino

Uma nova viagem foi programada pelo grupo de estudos do Clube de Aeronáutica, do Rio de Janeiro, que há sete anos vem se empenhando em descobrir todos os meandros que formaram o esboço do Pensamento Brasileiro.

Depois de ter estado na Região Amazônica, tanto a Oriental como a Ocidental, e também em Portugal, desta vez, o grupo foi à Bahia, porta de entrada do descobrimento e também de muitas levas de escravos, para esmiuçar todas as informações que marcaram a formação de um ser nitidamente nacional.

Contando com o apoio incondicional e irrestrito das autoridades aeronáuticas, o grupo se deslocou até Salvador, tendo como base o magnífico Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), na paradisíaca Avenida Oceânica, no bairro de Ondina, que está sob o comando impecável e de dedicação absoluta do Cel Int Murilo R. Viana Filho e do Cel Av José Carlos Silva. Para fazer jus às mordomias oferecidas pelo belo local, cada participante responsabilizou-se por todas as suas despesas em território baiano.

Como o passado está intimamente ligado ao presente, o primeiro passo foi conhecer a Base Aérea de Salvador, e o Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAV), que acaba de completar 71 anos de existência, e tem importante função estratégica na defesa do território brasileiro.

Esse ideal, nascido a 5 de novembro de 1942, permanece ativado com a chegada do FAB 7203, o primeiro P-3AM, que faz parte de um lote de doze P-3A, adquiridos nos Estados Unidos e modernizados com o que há de mais avançado no mundo em sensores, como Radar de Abertura Sintética e Abertura Sintética Invertida; equipamento ESN de busca passiva; sistema FLIR, para busca e identificação em ambientes de baixa visibilidade, e sistema acústico, que tem a capacidade de monitorar 32 boias radiossônicas simultaneamente; e sistema tático de missão, que se denomina FITS (*Full Integrated Tactical System*).

Na véspera da chegada do grupo a Salvador, às três horas da manhã, foi emitido um sinal de que havia um navio estranho, em emergência, nas águas marítimas brasileiras, a 150 milhas de Natal, no Rio Grande do Norte. De imediato a equipe foi acionada para detectar o ocorrido. E, em pouco tempo, teve resposta de que a embarcação mercante era legítima e que o sinal havia sido ocasionado por erro de manuseio do equipamento. Ao relatar esse fato, o Ten Cel José Henrique Kaipper e o Maj Howard demonstraram o total apreço

que têm pela função que desempenham, estando sempre dispostos a entrar em campo.

As tradições místicas

Para abordar a questão religiosa, que ajudou a formar o Pensamento Brasileiro, o grupo pode travar um maior contato com o tema, através do Taata Anselmo Santos Minatojy, que é Mestre em Educação e Contemporaneidade, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com extensão em gestão, história e cultura afro-brasileira; bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Católica do Salvador; e que hoje comanda o Terreiro Mokambo, Casa da Força Espiritual das Divindades Dandalunda e Tempo, na Vila Dois de Julho, um Terreiro de Candomblé Bantu.

Franco e objetivo, ele traçou um amplo panorama entre a chegada dos africanos à Bahia, com as suas tradições culturais, religiosas e gastronômicas, e a inevitável miscigenação com os europeus e os indígenas, principalmente os povos Pankarás, Tupinambás e Pataxós.

Por parte dos africanos, comentou a contribuição que deixaram com a congada, maculelê, puxada de rede, jongo, capoeira, candomblé, pintura, a inclusão de palavras ao vocabulário nitidamente europeu, e a marca da solidariedade e da assistência social, até então inexistente.

“Um sacerdote do Candomblé não se faz da noite para o dia. É necessário um bom tempo de aprendizado e dedicação à religião, para que seja determinando que este ou aquele está apto a manter e dar continuidade às tradições religiosas daquele grupo. Não é uma indicação feita por outro sacerdote, que conduzirá uma pessoa ao sacerdócio, pois cabe apenas às Divindades a condução para o mesmo. Exige muita abnegação, disposição e dedicação exclusiva para que se possa atuar de forma séria e correta dentro do processo tradicional que se apresenta. Por isso, digo sempre: as Divindades não escolhem os capacitados. Elas capacitam os escolhidos” – enfatizou Taata Anselmo dos Santos.

O cérebro do Pensamento

Após percorrer o Centro Histórico e apreciar algumas joias da arquitetura, o grupo viajou no tempo através da palestra do arquiteto Francisco Soares Senna sobre a história da fundação da cidade de Salvador, no século XVIII, – totalmente planejada – e seu desenvolvimento urbanístico através dos séculos.

“Em nenhum lugar do mundo existe uma miscigenação tão grande como a que ocorreu na Bahia. Tem uma construção linguística muito característica. A pluralidade dá a unidade baiana. O único lugar que tem algumas características que podem servir de parâmetro cultural é Cuba” – comentou o arquiteto.

Ainda no espaço do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, instalado na Universidade Católica do Salvador, a sua presidente, Dinorah

d'Araújo Belbert de Castro, doutora em Filosofia, pela Universidade Gama Filho (RJ), mestra em Ciências Humanas, pela Universidade Federal da Bahia, licenciada em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador e pela Faculdade São Bento, discorreu sobre a importância desse trabalho em prol de resgatar informações a respeito do que veio a ser componente da formação do Pensamento Brasileiro, e garantiu que essa descoberta demonstra o quanto somos grandiosos e não apenas grandes demais, como enfatizou.

Na biblioteca onde está sendo conservado um dos mais importantes acervos sobre a história do Pensamento Brasileiro, ela fez questão de ofertar a todos o livro "Histórias das Idéias Filosóficas na Bahia", do século XVI ao XIX, de sua autoria, em parceria com Francisco Pinheiro Lima Junior, diplomado em Filosofia e Teologia pelo Seminário Central da Bahia, pela Universidade Gregoriana de Roma, e doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia.

A riqueza da cultura e dos ensinamentos que a Bahia oferece a quem a visita, de fato, vale os versos de Chianca de Garcia, para a música de Herivelto Martins, que diz: "A Bahia da magia/ dos feitiços e da fé/ Bahia que tem tanta igreja/ e tem tanto candomblé/ vem em busca da Bahia/cidade da tentação/onde o teu feitiço impera/vem e me trazes o teu coração/ vem, a Bahia te espera".

POLÍTICA NACIONAL E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Ives Gandra da Silva Martins

O tema escolhido para minha palestra no Clube de Aeronáutica e que, por moléstia temporária que me impede de viajar de avião, por dever manter as pernas elevadas grande parte do dia (erisipela aguda), está voltada à política nacional. Esta, com a eleição da nova presidente, terá contornos próprios, mas com as balizas colocadas pela Lei Suprema e que permite, no equilíbrio de poderes e na vivência democrática, manter o convívio da sociedade, sem traumas que não aqueles próprios dos embates dessa natureza.

Estamos, não só na vida política, social e econômica em melhor posição que nossos vizinhos, mas também no arcabouço constitucional, que rege a ordem jurídica nacional.

Nos últimos 30 anos, a América Latina conheceu sensível alteração de seus fundamentos constitucionais, com modificação de quase todos os textos vigentes e adoção de novas Constituições.

Até mesmo Argentina, que convivia com modelo vindo do século XIX, reformulou seu texto maior, durante o governo Menem, proclamando uma lei suprema mais reduzida que a brasileira, porém, aproveitando a experiência de nosso constituinte.

À época, seu procurador geral, Dr. Garcia Lema, esteve, algumas vezes em meu escritório para discutir a experiência brasileira, tendo inclusive participado de um programa de televisão comigo e Celso Bastos, organizado pela Academia Internacional de Direito e Economia, denominado “Caminhos do Direito e da Economia”. Sua ideia de discussão prévia de um texto com todos os partidos foi levada ao Governo Menem e adotada. Isto impediu que o texto fosse elaborado exclusivamente pelos partidos, possibilitando que decorresse de um consenso destas agremiações políticas, à luz da reflexão de juristas de cada uma, que participaram da elaboração de um anteprojeto. Nas discussões constantes que tivemos à época, Celso e eu já tínhamos publicado grande parte dos nossos Comentários à lei suprema brasileira, o que viemos a completar, em 15 volumes, pela Saraiva, em 1998. Estimulamos, pois, a adoção do modelo de tramitação do anteprojeto que Garcia Lema sugerira ao Presidente da Argentina. A nosso ver, tal discussão prévia permitiu a rápida aprovação pelos Parlamentares de um texto de 129 artigos apenas e 17 disposições transitórias, sendo técnica e juridicamente inatacável. O Dr. Garcia Lema publicou, após a aprovação, um pequeno livro em que conta o que foi o processo de elaboração da referida Constituição.

Países como Venezuela, Bolívia e Equador preferiram moldar-se de acordo com ensinamentos provenientes de centro espanhol de estudos socialistas. Criaram, de rigor, um modelo diverso daquele da Argentina – em que há equilíbrio de poderes – alicerçado em grande valorização do Poder

Executivo, diretamente vinculado ao povo, mediante consultas constantes e convocadas pelo próprio Executivo, através de referendos e plebiscitos, passando o Poder Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público a exercer funções secundárias.

Acolitam o Executivo, que é colocado como o verdadeiro representante do povo.

Honduras, como o Brasil, alterou sua Constituição na década de 80, tendo, entre as cláusulas pétreas, a impossibilidade de reeleição. Esta cláusula é que o presidente Zelaya pretendeu discutir em plebiscito, não autorizado pelo Legislativo e pelo Judiciário, o que levou a sua deposição, com base no artigo 239 da Lei Suprema.

Logo após a publicação da Constituição brasileira, participei, a convite do governo paraguaio, juntamente com juristas de vários países latino-americanos, de congresso no Paraguai, quando o país preparava a alteração de seu texto maior.

De rigor, quase todos os países da América Latina alteraram seus textos neste período, que antecedeu e sucedeu a queda do muro de Berlim, adotando um modelo socialista. Chávez, apesar de não ter lido Marx, segundo ele mesmo, disse ter criado um modelo marxista próprio, ou seja, bolivariano contrário aos modelos abertos que têm melhor propiciado o desenvolvimento e integração mundial. Com efeito, os países que adotaram os modelos abertos e não ideológicos, como Brasil, Chile e Colômbia, têm, do ponto de vista econômico, se projetado mais no cenário mundial do que os de modelos fechados e ideológicos, como Venezuela, Bolívia e Equador.

O modelo brasileiro merece uma reflexão à parte. A Constituição brasileira trabalhou com 8 Comissões e 24 Subcomissões de parlamentares, de fevereiro de 1987 a setembro de 1988, para produzir um texto menor do que os venezuelanos, boliviano ou equatoriano, porém, muito maior que o da Argentina, com incorporação de diversos princípios, normas e regras constitucionais. Tem o texto, todavia, uma quantidade enorme de disposições que poderiam – e, a meu ver, deveriam – ser veiculadas por legislação complementar, ordinária ou até mesmo por atos regulamentares do Executivo.

A Constituição promulgada em 05/10/88 foi muito criticada pela extensão de seu texto, com 245 artigos de normas permanentes e 70 de disposições transitórias. Hoje, são 250 artigos de normas permanentes e 97 de disposições transitórias, com mais de 70 emendas, em 23 anos.

Apesar desta constante mutação, assim como de sua extensão – que leva a contínua reflexão por parte dos doutrinadores, advogados, membros do Ministério Público e magistrados, com certa flutuação hermenêutica, muitas vezes comprometedoras da necessária segurança jurídica – teve um mérito indiscutível: firmar definitivamente o Estado Democrático de Direito que o Brasil

desejava desde a Constituição de 1891 e que muitos dos textos anteriores (1934, 37, 46 e 67) não conseguiram.

Essa realidade permitiu ao País, pela primeira vez na história da República brasileira, enfrentar sucessivas crises, sem que se cogitasse de rupturas institucionais, golpes de Estado, medida de exceção, como ocorreram nos períodos anteriores.

Assim é que o Brasil passou por um *impeachment* presidencial; crises que atingiram diretamente os governos, envolvendo suspeita de corrupção de autoridades ocupantes de cargos elevados na hierarquia oficial, como o caso dos anões do Congresso e do “mensalão” – quarenta autoridades do governo e pessoas vinculadas estão sendo processadas criminalmente perante o Supremo Tribunal Federal —; alternância de poder; superinflação; crise econômica após a implantação do real, decorrente das crises asiáticas e russa, tudo isso sendo enfrentado com o arsenal jurídico hospedado pela Constituição de 1988.

Vale dizer, mesmo nos momentos de crises políticas e econômicas, as instituições funcionaram bem e a democracia está solidamente enraizada no País, a meu ver, por força da qualidade do texto de 1988.

Atribuo esse resultado, em primeiro lugar, ao fato de o texto ter sido elaborado para adoção de um regime parlamentar de governo. Apenas na undécima hora, já em plenário, e nos últimos meses de discussão, adotou-se o sistema presidencial, sem tempo de alterar muitos dos dispositivos que deram força considerável ao Congresso e ao Poder Judiciário, este podendo exercer um controle concentrado de constitucionalidade tanto sobre os atos do Executivo, como sobre aqueles do Parlamento. Fortaleceu-se, também, o papel do Tribunal de Contas, com o que o equilíbrio de poderes tornou-se a espinha dorsal da lei suprema, como determina, aliás, o artigo 2º da Constituição assim redigido: “Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

O quadro pode ser delineado da forma seguinte: um Legislativo forte, como nos sistemas parlamentares; um Judiciário autêntico, com força maior que nas Constituições anteriores; um Tribunal de Contas, com poderes maiores para responsabilizar e fiscalizar o Poder; e um Executivo que não ficou fragilizado, pois lhe foram outorgados dois instrumentos legislativos um, de urgência (medida provisória) sujeito à aprovação posterior do congresso em 120 dias, risco de caducar o ato normativo, e outro, mediante autorização prévia do Legislativo (lei delegada). Desta forma, o texto constitucional conformando um sistema parlamentar do governo foi transformado, à última hora, em modelo presidencialista, sendo que os instrumentos nele previstos deram aquele equilíbrio de poderes fundamental para uma democracia, pois, como dizia Montesquieu, na sua formulação tripartida de Poder, é necessário que o poder controle o poder, porque o homem não é confiável no poder.

Estou convencido de que o sistema brasileiro funciona bem e, apesar das 72 emendas – que o tornam, no dizer de muitos críticos, uma Constituição provisória, cujos exemplares deveriam ser vendidos em bancas de jornais, dada a sua periodicidade e transitoriedade –, o certo é que nunca tivemos tanta estabilidade institucional como agora. Os direitos e garantias individuais são respeitados, a imprensa é absolutamente livre, não sofrendo nem pressões, nem entraves do governo – como ocorre nos países em que o Poder Executivo dita às regras, por ser mais forte que os outros poderes –, sobre ser o debate político amplo e aberto, em igualdade de condições, além de a liberdade sindical e a econômica serem absolutas.

Grande parte do sucesso internacional do Brasil, que vem de todos os governos pós-Constituição, deveu-se a este equilíbrio de poderes. Collor pode abrir o mercado brasileiro, antes fechado, propiciando a Itamar e Fernando Henrique a instituição do Plano Real, que fez praticamente desaparecer a inflação. Com isso, a estabilidade internacional seguida da estabilidade econômica consolidou, definitivamente, o regime de governo e o sistema constitucional. O mérito do Plano Real baseou-se na eliminação do déficit público, em 1993, na acumulação de reservas cambiais e na adoção de duas moedas por seis meses (a URV, moeda de conta, e a moeda de pagamento). Obrigou-se, nestes meses, todos os índices corretivos da inflação a desembocarem na URV. No momento em que mais de 95% dos contratos eram indexados pela URV, a transformação da moeda de conta em moeda de pagamento eliminou a inflação. Com déficit público zerado, não houve pressão dos gastos públicos para emissão de moeda e, com reservas cambiais mais elevadas, eliminou-se o risco da especulação cambial, pois o governo manteve força interventiva no mercado.

Em outras palavras, a estabilidade econômica foi obtida em 1994 e até hoje mantida.

Tal estabilidade foi testada em 1997/1998, com as crises asiática e russa, assim como com o período de estagnação econômica mundial (1998 a 2002), em que o governo Fernando Henrique manteve o controle das instituições e da economia com fundamentos tão sólidos, que o FMI internacional garantiu, no período turbulento das eleições de 2002, um empréstimo ponte de 30 bilhões de dólares, para ser utilizado, se preciso fosse. Mais do que isto entregou ao governo Fernando Henrique e ao Presidente Lula o País com participação de 2,92% no PIB mundial, superior, portanto, à participação que o governo Lula entregará a seu sucessor, que segundo o FMI ficará em 2,90%.

O episódio sobre o empréstimo ponte é interessante, pois, à época, o candidato Lula, nos primeiros meses de sua campanha, atacara duramente o FMI e as instituições financeiras, o que levou à turbulência do mercado, quando assumiu a liderança das pesquisas para as eleições presidenciais do ano. O Presidente Fernando Henrique, todavia, tendo acalmado os investidores e empresários com o apoio do FMI, chamou os quatro candidatos que concorriam ao pleito presidencial, e mostrou que, se quisessem receber um

País em ordem, teriam não só que respeitar o acordo feito com o FMI, como deixar de atacar o sistema financeiro.

O candidato Lula mudou o seu discurso em 180 graus e teve o bom senso, quando eleito, de indicar um respeitado nome para o Banco Central. Com isso, ao adotar a mesma política econômica de Fernando Henrique, tranqüilizou de vez o mercado e, aproveitando, com habilidade, o *boom* econômico mundial de 2003 a 2008, projetou o Brasil, sobre ter, com suas políticas anticíclicas, superado a crise de 2009/10.

Aliás, todos os países emergentes estruturados aproveitaram-se da crise para substituir o que perderam o mercado externo, pelo alargamento do mercado interno, algo que os países desenvolvidos não puderam fazer, porque seus mercados internos já estavam, praticamente, nos limites da expansão.

Para concluir: tais considerações, eu as faço no intuito de mostrar que a Constituição Brasileira permitiu o equilíbrio de poderes, o que propiciou uma estabilidade econômica com sólidos fundamentos além de assegurar a governança e alternância de poder sem quaisquer riscos para a estabilidade democrática.

Pode-se, hoje, dizer que o Estado Democrático de Direito é uma realidade definitiva no Brasil, graças à Constituição de 1988.

QUEM TEM MEDO DA FILOSOFIA BRASILEIRA?

Ricardo Vélez Rodríguez

Utilizo, para este comentário, título que o mestre Antônio Paim pôs em circulação lembrando Virgínia Woolf, para identificar as mazelas que, no final do século passado, infernizavam a vida de quem se dedicasse ao estudo da nossa cultura filosófica. A situação, como os leitores poderão observar, não mudou muito de 1990 para cá.

Aconteceu, na seara da filosofia, estranho fenômeno de colonialismo cultural que foi extinguindo progressivamente tudo quanto, no nosso País, cheirasse a estudo do pensamento brasileiro ou à consolidação de uma filosofia nacional. Os artífices dessa façanha (ocorrida nas três últimas décadas do século passado) foram os burocratas da CAPES no setor da filosofia, comandados pelo Padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz. Os fatos são simples: no período em que o General Ruben Ludwig foi Ministro da Educação, ainda no ciclo militar, os antigos ativistas da Ação Popular Marxista-Leninista receberam à sombra do Padre Vaz a diretoria dos conselhos da CAPES e do CNPq, na área mencionada. Especula-se que o motivo da concessão fosse uma negociação política: eles prometiam abandonar a luta armada. A preocupação dos militares residia no fato de que foi esse o único agrupamento da extrema esquerda que não se organizou explicitamente em partido político.

Os grupos da denominada “direita” (conservadores, ultraconservadores, liberais, liberais sociais etc.), toda essa imensa gama, ficou do lado de fora dos favores oficiais, no período militar e após.

De um lado, os militares, de uma forma bastante imprecisa, identificavam como perigosos não apenas os ativistas da extrema-esquerda, mas também todos aqueles que se apresentassem como liberais (lembrar as referências do General Golbery à ideologia liberal, como contrária aos interesses do País, o que explica as cassações de liberais linha-dura como Carlos Lacerda, ou os preconceitos contra social-democratas como Juscelino).

Os restantes grupos da denominada “direita” terminaram sendo exorcizados das benesses oficiais, em decorrência do patrulhamento dos ativistas de esquerda, que foram beneficiados pelo regime. Prova documental importante é constituída pelo artigo de Aramis Millarch (“Délcio explica quem são os senhores da direita”, O Estado do Paraná, 28/12/1980, p. 10), que resenha livro publicado em 1980, do jornalista Délcio Monteiro de Lima, intitulado Os Senhores da Direita (Rio de Janeiro, Editora Antares, 168 p.). O saco de gatos é grande. Vão para o mesmo balaio, ativistas da TFP, antigos integralistas, conservadores, e até os membros do staff da Revista Convivium e a entidade que lhe dava sustentação, Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura.

A discriminação foi feita, notadamente, pelo pessoal da Ação Popular, através da CAPES e do CNPq. Um exemplo: quem tiver produção científica publicada na Revista Convivium, não pode (ainda nos dias que correm) registrar, no LATTES, essa publicação como “artigo científico publicado em

revista com corpo editorial”. Embora a mencionada revista possua ISSN (0102-2636), o sistema LATTES simplesmente ignora a tal revista, e a produção tem de ser classificada como publicada em magazine. Pequena retaliação, mas que mostra a que ponto chegou o patrulhamento ideológico (e, evidentemente, orçamentário). Isso sem falar na perseguição da CAPES, explícita e atual, contra os cursos de mestrado e doutorado em filosofia brasileira, que foram sendo extintos, um a um, por pressão do MEC, entre 1979 e 1999. Caíram, sucessivamente, na guilhotina ideológica oficial, o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da PUC do Rio, o programa de mestrado e doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho, bem como o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Semelhante sorte tiveram programas considerados “de direita”, como o mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Isso aconteceu numa conjuntura internacional em que outros países como Espanha, Portugal, México, Argentina e Colômbia passaram a valorizar de forma muito clara o estudo das respectivas filosofias nacionais, como forma de ocupar um lugar no mundo globalizado. Portugal, que não tinha cursos para o estudo da filosofia autóctone, criou esses programas em 1986, com apoio do Curso de Mestrado e Doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho (extinto em meados dos anos 90).

Outra retaliação contra os estudiosos da filosofia brasileira: a Revista Brasileira de Filosofia, fundada por Miguel Reale em 1949, que recebia uma pequena verba do Ministério da Cultura, para custear postagem dos exemplares destinados a bibliotecas e universidades, teve esse auxílio sumariamente cortado pelo Ministro Francisco Weffort (no segundo Governo de FHC). Detalhe: as revistas, Brasileira de Filosofia e Convivium foram, no século passado, as duas mais importantes publicações brasileiras na área da filosofia e das humanidades (a Revista Brasileira de Filosofia completa, em 2009, os seus 60 anos, e a Convivium chegou pertinho dos quarenta, pois foi publicada, ininterruptamente, com periodicidade bimensal, entre 1962 e 2000).

A retaliação dos burocratas contra quem queira estudar filosofia brasileira não conseguiu, contudo, desestimular as novas gerações. São inúmeras as iniciativas empreendidas por estudantes e professores, em prol do estudo da cultura nacional no terreno das idéias filosóficas. Sem mencionar projetos consolidados no século passado (como a criação, pelo professor Antônio Paim, do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro em Salvador, Bahia, na década de 1980), seria grande a lista das iniciativas em curso. Menciono apenas cinco:

1. O Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora se dedica, desde 2003, ao estudo da história das idéias filosóficas no Brasil e na América Latina e publica a revista eletrônica Ibérica (www.estudosibericos.com);

2. A Universidade Federal de São João Del Rei, através do Departamento de Filosofias e Métodos, passou a sediar, desde 2006, os Colóquios Luso-Brasileiros de Filosofia, promovidos pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (com sede em Lisboa). Nesse primeiro ano foi realizado, na mencionada Universidade, o VII Colóquio e, no decorrer de 2009, em

setembro, será realizado o VIII Colóquio, sob a coordenação do Prof. Dr. José Maurício de Carvalho;

3. O Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” publica, na Universidade Federal de Juiz de Fora, o Portal Defesa, dedicado ao estudo e à divulgação do pensamento estratégico brasileiro (www.defesa.ufjf.br). Este Portal constitui, hoje, um dos principais veículos de divulgação dos estudos estratégicos existentes no Brasil, com aproximadamente 30 mil acessos por mês;

4. O Núcleo de Estudos de Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Margutti, promove a pesquisa sobre a história das idéias filosóficas no Brasil, contando atualmente com mais de dez pesquisadores da UFMG, bem como da Faculdade dos Jesuítas de Belo Horizonte;

5. O Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, criado, em 1989, pelo Professor Leonardo Prota, realizou, ao longo dos anos 90 do século passado, sete Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira, com apoio da UEL. A publicação das Atas dos mencionados Encontros constituiu realização editorial das mais importantes no estudo da filosofia brasileira, em confronto com outras filosofias nacionais.

Em boa hora o Clube de Aeronáutica, sob a competente coordenação do Cel Av Araken Hipólito da Costa, e com a colaboração da Academia Brasileira de Filosofia, desenvolve ampla programação de estudos humanísticos e de resgate do estudo do pensamento nacional. Esta iniciativa vem somar-se às já mencionadas e revela a vitalidade que a filosofia brasileira está a manifestar neste início de milênio ☐

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA, NO BRASIL, DA COMUNICAÇÃO TELEVISIVA

Frederico José Bérghamo de Andrade

Espero não cansar o leitor com a obviedade de muitos dos conceitos expostos neste artigo, em parte recuperados de matéria de minha autoria publicada em Caderno de Estudos do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), edição de maio de 2003. Entretanto, no meu entender, é sempre oportuno e da maior conveniência reativar a consciência de todos para um tema relacionado com os efeitos extremamente perniciosos advindos da má utilização desta arma moderna de extraordinário poder, a mídia eletrônica, que vem dando ensejo a visões verdadeiramente apocalípticas, altamente preocupantes. Preocupação que não é nova, pois há mais de meio século, em prefácio para uma nova edição do “Admirável Mundo Novo”, Aldous Huxley, seu autor, ao procurar justificar os motivos que o levaram a escrever aquela profética obra, assim se pronunciava: “um estado totalitário seria aquele (...) que controlasse uma população de escravos que não precisassem ser forçados, porque teriam amor à servidão” (o grifo é meu). Huxley já vislumbrava a perspectiva de que todo um eficiente aparato tecnológico viesse a ser desenvolvido e operado para bem controlar o comportamento humano.

Na mesma época, outros renomados escritores, tais como George Orwell, autor de “1984”, vieram também manifestar, por meio de diferentes e até fantasiosas abordagens, semelhante preocupação.

Em tempo mais recente Zbigniew Brzezinski, autor de “A Revolução Tecnocrônica”, firmava conceito pelo qual a diplomacia do canhão estaria superada, ultrapassada que fora pela diplomacia das redes de comunicação. É que a primeira, a do canhão, agindo horizontalmente, contribuiria apenas para a conquista de territórios, limitados espacialmente; já a segunda, a das redes, agindo verticalmente na alma humana, seria capaz de conquistar milhares de corações e mentes.

Tendo as redes de comunicação, nas quais avulta o sistema televisivo, como suporte, e exercendo o domínio da maioria do fluxo de informações, os EUA exportam para grande parte do mundo a sua mensagem cultural, que desperta, no espírito de muitos, especial admiração e fascínio pelo estilo de vida americano.

É o caso do Brasil onde, principalmente nos grandes centros urbanos, cosmopolitas, a influência da cultura norte-americana é forte, em grande parte veiculada por meios audiovisuais, televisão e cinema.

No Brasil, o apelo midiático, principalmente o televisivo, encontra da parte do público receptor expressiva acolhida, em virtude do baixo nível de escolaridade da maior parte da população, o que a torna menos capacitada para melhor reagir aos estímulos da mídia.

É enorme, pois, o poder da televisão em nosso País, que se traduz das mais variadas formas: em termos eleitorais vai concorrer decisivamente para a composição do quadro político-representativo brasileiro com assento nos Poderes Executivo e Legislativo; no terreno fértil do consumo, frustrando expectativas de ordem material, muitas vezes de bens apenas supérfluos, contribuindo para disseminar a semente da violência; no campo dos costumes, os padrões de moralidade passam possivelmente a ser aqueles ditados pelos programas televisivos, com destaque para as novelas, preterindo valores tradicionais.

Uma verdadeira revolução de costumes como nossa geração assistiu não poderia ter os seus novos “princípios” consagrados sem a convivência, o estímulo, a cumplicidade da mídia, especialmente a televisiva.

Uma breve apreciação se faz imperativa a respeito dos efeitos da atuação da mídia televisiva sobre um público mais jovem. Preocupa-nos, sobretudo, a realidade brasileira, na qual as crianças e os adolescentes são em grande número carentes material e afetivamente.

Assim se manifesta, a respeito, Lúcia Rabello de Castro: “Em relação às crianças e adolescentes a comunicação televisiva vai paulatinamente se sobressaindo a qualquer outro tipo de comunicação, de modo que a informação que a criança obtém na TV passa muitas vezes a se constituir como único e prevalente instrumento de construção da realidade”.

No Brasil, as crianças, muito mais solitárias no lar pelas mudanças que ocorreram na estrutura familiar, assistem a uma média de três horas de televisão por dia, segundo pesquisa, a respeito, realizada. Preocupa-nos o fato de que o efeito deste tipo de “pedagogização” pela mídia supere de longe a influência dos mecanismos educacionais tradicionais.

Por oportuno, transcrevo o pensamento do Professor Darcy Ribeiro, exposto em sua consagrada obra “O Povo Brasileiro”: “Ultimamente, a coisa se tornou mais complexa porque as instituições tradicionais estão perdendo todo o poder de controle e de doutrinação. A escola não ensina, a Igreja não catequiza, e os partidos não politizam. O que opera é um monstruoso sistema de comunicação de massa fazendo a cabeça das pessoas. Impondo-lhes padrões de consumo inatingíveis, desejabilidades inalcançáveis, aprofundando mais a marginalidade dessas populações e seu pendor para a violência. Algo tem a ver a violência desencadeada nas ruas com o abandono dessa população entregue ao bombardeio de um rádio e de uma televisão, social e moralmente irresponsáveis, para as quais é bom o que mais vende, refrigerantes ou sabonetes, sem se preocupar com o desarranjo mental e moral que provocam”.

Aprimorarem o Brasil, bem como outros países, e os mecanismos de controle social a serem aplicados à mídia, especialmente à televisiva, resguardada a liberdade de expressão, são medidas que visam preservar a saúde mental não só do povo brasileiro, mas de toda a humanidade “servida” por esse meio de comunicação; trata-se de uma medida tão ou mais importante do que as que visam preservar o meio ambiente e reduzir o aquecimento global, pois se umas cuidam do corpo, outras cuidam da alma.

Em um mundo onde o avanço científico-tecnológico se processa em ritmo vertiginoso, se o progresso vier a contribuir para o mal da Humanidade, como prenunciava Rousseau, mestre do Iluminismo, e nada for feito para detê-lo, ao progredir nesta funesta direção, breve seus instrumentos o transformarão na Besta do Apocalipse, antecipando em muito o final dos tempos

RONDON E AS MISSÕES DE PAZ

Paulo Dartanhan Marques de Amorim

A saga de Rondon é pouco conhecida no Brasil. Conhecemos apenas a campanha no sertão, o trato com os índios e os trabalhos telegráficos. Desconhecemos o seu desempenho como Diretor de Engenharia do Ministro Calógeras o exitoso Comandante de Força Terrestre em operações militares e o seu desempenho na primeira missão de paz comendada ao Brasil. O credo positivista ornou sempre o seu caráter imaculado e altivez das suas atitudes.

Com a vitória da revolução de 1930 e a conseqüente interrupção do regime democrático solicitou passagem para a reserva, em caráter irrevogável. Ninguém conseguiu demovê-lo da atitude tomada.

Não cessaram, entretanto, os inúmeros apelos aos seus serviços ao Brasil e a paz...

Ao completar 69 anos, já há quatro na reserva, recebeu do governo da República uma nova e inusitada missão no cenário sul-americano e no contexto da Sociedade das Nações, organismo que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas, nos seus fins e objetivos.

O Brasil se oferecera para harmonizar os problemas decorrentes do dissídio entre o Peru e a Colômbia, com propósitos estabelecidos no Protocolo de 24 de maio de 1934 que tomara sem efeito a Declaração de Guerra entre as duas Repúblicas.

Nomeada uma comissão mista de delegados do Peru, da Colômbia e do Brasil, surgiu a questão da designação do brasileiro que seria o Presidente da mesma.

Uma lista de nomes, elaborada pelo Ministro Mello Franco foi apresentada ao Presidente Getúlio Vargas que após examiná-la com minudência escolheu um dos últimos nomes: o de Rondon. O velho soldado, já com idade avançada para a época, procurou declinar do honroso convite, não se achando em condições de cumprir aquela missão de natureza diplomática.

Getúlio, que sabia como ninguém convencer os homens e contornar situações difíceis, conseguiu imbuir Rondon da importância daquela missão e da confiança no êxito da sua atuação.

– "Queira Vossa Excelência designar dia e hora para a minha partida".

Encerrou Rondon, secamente como era do seu feitio, a audiência com o Presidente.

A Comissão teria o prazo de quatro anos para solucionar a intrincada questão. E, assim, a 16 de junho de 1934 voava Rondon do Galeão para

Manaus onde se instalaria a Comissão a 23 do mesmo mês e a 11 de junho partia para Letícia onde montou seu gabinete no bairro La Vitória.

Iniciando os trabalhos, Rondon percorreu todo o território do Solimões e do Putomaio, na área contestada. A dificuldade inicial consistia no complexo Protocolo de 24 de Maio. Procurou ver tudo e muito ouvir, antes de iniciar a missão e estabelecer objetivos.

De início, conseguiu permissão para construir uma casa de madeira, pois seria a primeira vez que se faria acompanhar da sua adorada esposa a quem estava reservado um papel extraordinário no êxito do General. Levou também ternos bem talhados de linho branco e os impecáveis uniformes do novo regulamento. Agiria como diplomata, mas antes de tudo como um soldado que sempre fora.

Considerando a sua idade, o local e as circunstâncias, podemos avaliar que foi uma missão de sacrifício que lhe rendeu restrições para o resto da vida.

No seu período de permanência em Letícia foi surpreendido por um telegrama que anunciava estar tomando vulto o seu nome para candidato de conciliação à sucessão presidencial. Não se entusiasmou com o fato. Por diversas vezes recusou cargos eletivos que lhe foram oferecidos com insistência.

A invulgar inteligência de Rondon, aliada a sua modéstia e paciência, muito contribuiu para o êxito final alcançado quando, na manhã chuvosa de 4 de agosto de 1938, ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro, foi recebido com extraordinárias homenagens decorrentes do cumprimento integral da missão que lhe fora atribuída.

A grandeza de Rondon não se deixou ofuscar pelas homenagens. Atribuiu o êxito da missão a atuação da sua incomparável esposa e a doutrina que norteava toda a uma vida no sentido da Fraternidade Universal.

Cumpre notar, ainda, que os diversos delegados da Comissão Mista por diversas vezes se ausentaram do posto ou foram substituídos pelos respectivos Governos. Rondon não se afastou um só dia.

O rigor naquilo que considerava o cumprimento do dever custou-lhe a perda da visão. Um glaucoma inutilizou um dos seus olhos e reduziu a um quarto a visão do outro que, gradualmente, foi declinando até a cegueira total.

Isolado no setentrão, além de não contar com instruções normativas, não era assistido por pessoal especializado. Não tinha a quem consultar a não ser o seu proverbial bom senso e esclarecida inteligência.

Por que não o consagramos como PATRONO DAS MISSÕES DE PAZ?

SEMANA FARROUPILHA – UMA TRADIÇÃO

Guilherme Sarmiento Sperry

Setembro é um mês de significativa importância para o Rio Grande do Sul. 20 de Setembro é a data máxima do povo gaúcho, quando todos reverenciam a Revolução Farroupilha. É o marco histórico da formação política da Sociedade Rio-grandense. Esse movimento tomou corpo a partir da criação do Departamento Tradicionalista, organizado na famosa Escola Pública Estadual Júlio de Castilho, liderado por João Carlos Paixão Cortes, reconhecido cultuador das tradições gaúchas.

Neste ano, as comemorações terão início no dia 13 de Setembro, data em que a “Chama Crioula” (pira) será acesa em vários pontos do estado, sendo apagada no dia 20, ao encerrar-se a Semana Farroupilha. Durante esse período, a Chama Crioula permanecerá solenemente guarnecida pelos componentes do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), que se alternam de hora em hora, empunhando garbosamente suas lanças em posição de profundo respeito por aqueles que outrora tombaram cumprindo a honrosa missão de Sentinela dos Pampas.

Nessa semana, ergue-se em Porto Alegre, na antiga Praça da Harmonia, uma espécie de vila com cerca de 400 barracas e galpões de madeira, denominada “Ronda Crioula”. Esse nome foi buscado na campanha onde os tropeiros faziam a ronda cuidando das tropas de gado durante a madrugada.

Hoje, na Ronda Crioula reúnem-se os integrantes dos inúmeros CTG’s, piquetes vindos de vários rincões e milhares de pessoas que lá comparecem e celebram a data ao redor do fogo de chão, com churrasco, chimarrão, poesia e dança típica, relembando nossa história.

Como ponto máximo, encerrando as comemorações, segue-se o emocionante e lindo desfile a cavalo dos CTG’s, dos grupos e famílias em carroças e charretes, todas enfeitadas e que em todo Estado reúnem uma multidão de cidadãos trajando vestes típicas: homens de bota, bombacha, chapéu de aba larga e mulheres vestindo saias rodadas e coloridas, sempre com flores no cabelo complementando a beleza das “prendas”, e assim, em clima de união, clamor cívico e consciência viva, os gaúchos dão uma profunda demonstração de igualdade, integração campo/cidade, unindo gerações, classes sociais e etnias.

Mas, isso tudo deve-se ao movimento histórico chamado de Revolução Farroupilha e aqui vai um breve resumo daquele episódio e, por oportuno, vale mencionar a famosa realização da TV Globo que recentemente emocionou o Brasil com a série “A Casa das Sete Mulheres”, onde foi retratada com muita propriedade a saga iniciada em 20 de Setembro de 1835 e que durou 10 anos, envolvendo sucessivos combates.

Unindo e mobilizando os farrapos, sob a liderança de homens e mulheres do porte de Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, David Canabarro, Antônio da Silva Neto, Domingos Crescêncio e Anita Garibaldi, estava o sentimento de rebeldia contra a centralização do Poder Federal, que se manifestava, de forma especial, na espoliação econômica da região. Entre as principais causas do

levante, estavam a penalização dos produtos agropecuários, especialmente o charque, com altos impostos e, também, a expropriação e desvio dos recursos acumulados no Estado, até mesmo para pagar dívidas federais junto à Inglaterra.

Mas, além disso, a Revolução Farroupilha transformou-se em um momento de construção e afirmação dos princípios sociais, políticos, econômicos, culturais, e, talvez, principalmente ideológicos, que orientam a sociedade gaúcha até hoje. Apesar da guerra e do ataque constante do poder imperial, os rebeldes farrapos mantiveram a atividade econômica, desenvolveram as estruturas de poder, tanto civil quanto militar, e introduziram revolucionárias práticas democráticas.

Em 1837 e 1838, libertaram os escravos que haviam participado da revolução, reduziram os impostos sobre exportação e restabeleceram o imposto sobre importação de gado, criaram uma fábrica de arreios e outra de curtir couros e promoveram o recenseamento da população. Ainda, dentre as medidas mais importantes, instituiu-se a Assembleia Constituinte e o sistema eleitoral baseado no sufrágio universal, com voto obrigatório e apuração perante o povo reunido.

Muitas foram às batalhas e inúmeros foram os combates e escaramuças. Entre sucessos e insucessos os historiadores divergem quanto ao número de abatidos em lutas, mas segundo Hernani Donato, no Dicionário das Batalhas Brasileiras, foram registrados 47.829 óbitos entre homens e mulheres, sendo a maioria de revolucionários.

A paz foi assinada em 1º de Março de 1845, com o Tratado de Poncho Verde. A atuação decisiva de Luiz Alves de Lima e Silva foi tão nobre e correta para com os oponentes que a Província, novamente unificada, indicou-o para Senador e o Império, reconhecido, outorgou ao General o título Nobiliárquico de Conde de Caxias e mais tarde, em 1850, com a iminência da Guerra contra Rosas, seria indicado a Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A história em si é muito longa e fartas são as fontes de consulta.

A intenção do autor deste artigo foi, principalmente, a de enaltecer o espírito tradicionalista do povo do Rio Grande do Sul, seu espírito cívico e, antes de tudo, o patriotismo e o amor ao nosso torrão. Para complementar, belos episódios poderão ser apreciados no link: <http://www.archive.org/stream/bentomanoelribe00rodrgoog#page/n9/mode/2up>.

E para encerrar, não poderia deixar de publicar a poesia que leva o título de RETORNO DO BRAVO, a qual traduz com muita emoção a trajetória de um velho Guerreiro que viu seu filho partir para o combate.

UM BRASIL DESCONHECIDO

Carlos Nejar

Conheci, a convite do Clube da Aeronáutica, na companhia de inúmeros pesquisadores do grupo do “pensamento brasileiro”, o que, como a maioria dos cidadãos, eu ignorava: o trabalho anônimo, perseverante e heroico das Forças Armadas na defesa das fronteiras geográficas e do espaço aéreo. E mais, os centros de controle do gerenciamento do tráfego dos aviões. E foi para todos uma experiência nova, de um Brasil diferente, escondido, desafiador, solitário e injustiçado, onde o esforço de nossos militares mal chega ao conhecimento do povo, na política demagógica de alguns que tentam solapá-los. E isso começou, entre nós, na lúcida análise de Vera Lúcia Borges, em seu livro, “A batalha eleitoral de 1910”, a partir da luta civilista de Rui Barbosa (que perdeu a eleição à presidência), contra o Mal Hermes da Fonseca. Na época escreveu o escritor Carlos de Laet, contra o que chamou de “candidato pseudo civilista:” Francamente, porém, mais espero do soldado honesto e sincero que da velha raposa, ultra-preparada para os assaltos ao galinheiro político, e que no dizer do seu próprio panegirista, Sr. Medeiros de Albuquerque, costuma ter por ano trezentas e sessenta e cinco opiniões, todas retoricamente fundamentadas (...). Sem entrar no barco das paixões eleitorais, sim, foi com a visão de soldados honestos, íntegros e sinceros, dedicados ao dever, na obediência à hierarquia, longe do raposismo político que permeia abominável corrupção, que reativei em mim o sentimento de pátria, tão relegado, como coisa ancestral, quando é o princípio de nacionalidade.

Foram três dias de viagem dessa Comitiva cultural pelas cidades de Brasília, Sinop, Porto Velho, em Rondônia, São Gabriel da Cachoeira em Roraima, visita a Yauaretê, a Manaus no Amazonas, Cachimbo no Pará e Brasília, no Distrito Federal. O roteiro foi organizado sabiamente pelo Brig Ten Brig Ar Burnier, atual Comandante Geral de Operações Aéreas e a comitiva foi dirigida pelo Ten Brig Ar Baptista e o Cel Araken, do Clube da Aeronáutica.

O momento mais emotivo: o da formatura, em Yauaretê, dos índios que compõem o batalhão especial de fronteira, defensor da floresta. Não só com a bela “Oração ao Guerreiro da Selva”, como pela apresentação magnífica, o desfile em que eles marcharam camuflados para a guerra, como se dançassem num espetáculo harmonioso que levarei sempre na memória.

Impressionou-me a solidão vivida por esses que vigiam o nosso território contra tantos inimigos, preservando o meio ambiente e guardando perpetuamente as divisas desta República, em lugares tão distantes, inóspitos, longe das cidades, em que a construção de prédios ou de aeroportos se torna penosa, pelo difícil deslocamento do material, muitas vezes pelo rio Negro ou o rio Amazonas, com cachoeiras e constante variação climática.

Outro aspecto foi a visita ao centro dos controladores de voo, além do cortejo dos vários tipos de aviões e helicópteros, ou a demonstração de exercícios utilizados na selva, com descida ou subida em cordas. Percebemos, contrariamente a algumas afirmações isoladas da imprensa, que não há mais pontos cegos no céu de nossa pátria, onde a rota das naves não é só delimitada por convencionais auxílios de solo, mas orientada por satélites, num sistema global de navegação com radares espalhados pelo país, havendo, inclusive, o centro de busca e salvamento em casos de pessoas em perigo real ou iminente. E esse serviço é realizado por maioria militar, altamente treinada tecnicamente, e alguns civis.

Ao ver esse Brasil ignorado e o quotidiano empenho das Forças Armadas, tantas vezes sem razão vilipendiadas, protegendo com denodo, os limites desta Nação, que é Continente, ou resguardando dos interesses estrangeiros, a nossa Amazônia, lembro-me das palavras de Churchill, o admirável inglês: “Nunca tantos deveram tanto, a tão poucos”.

UMA VISADA SOBRE O CULTURALISMO BRASILEIRO

Francisco Martins de Souza

As proposições aqui desenvolvidas têm por objeto apresentar algumas ideias a serem estudadas na reflexão que ora se desenvolve sobre o Conceito de Cultura pela Professora Doutora Irina Malkovskaya do Ensino Universitário em Moscou- Rússia.

O Culturalismo na atualidade brasileira segue as diretrizes históricas traçadas como propedêutica fundante para um desenvolvimento bem ordenado.

Para tal propósito segue, nessa visada filosófica, um roteiro que apresento, sob a ótica histórica para as futuras pesquisas.

Roteiro Histórico

Este trabalho de pesquisa sobre o Culturalismo visa esclarecer a necessidade de maior aprofundamento no sentido do Conceito de Cultura no Pensamento Brasileiro.

A Filosofia Brasileira como parte integrante da Filosofia Ocidental, destacou-se desta na busca de uma organização do pensamento para estudar e entender melhor o Ser nacional em circunstância própria na passagem da Monarquia ao Regime Republicano.

O Culturalismo inicia-se, então, com um grupo de pensadores da Faculdade de Ciências Jurídicas na cidade do Recife que congrega Tobias Barreto (1839-1889); Silvio Romero (1851-1914), ambos sergipanos; Clovis Beviláqua (1859-1955), cearense; Artur Orlando (1858-1916), pernambucano.

Tobias Barreto desenvolve o Culturalismo Filosófico, Silvio Romero o Culturalismo Sociológico e Clovis Beviláqua tanto o Sociológico quanto o Jurídico.

Artur Orlando segue o Culturalismo como sendo uma Teoria do Conhecimento.

Este é o núcleo formador da denominada Escola do Recife, nova vertente de investigação na Filosofia.

Seguindo os passos dos antecessores aparecem Alcides Bezerra (1891-1938) e Câmara Cascudo (1898-1986), ambos voltados na tentativa de esgotar o sentido profundo da Cultura como sendo o poder criativo do ser humano.

Alcides Bezerra, pensador paraibano, segue o Grupo da Escola do Recife e procura aprofundar também a pesquisa pelo lado sociológico para chegar à Moral, ao Direito e à Política.

Já Dom Luis da Câmara Cascudo, pensador potiguar, vai procurar o sentido da Cultura na Etnografia, na Antropologia e no Folclore, mas todos eles não se desviam do foco central que é a tentativa de esgotar o Conceito de Cultura.

A Visada aqui apresentada é parte de um trabalho publicado, de minha autoria, pela Editora Convívio de São Paulo, em 1981.

O Culturalismo que se desenvolve na atualidade brasileira segue as diretrizes traçadas por Miguel Reale (1910-2006) e Antonio Ferreira Paim (1927).

O Culturalismo desenvolvido no Nordeste brasileiro torna-se a base fundamental de nossa Filosofia.

Esta Visada tem o propósito de encaminhar a pesquisa para um maior entendimento de que mesmo sendo o Racionalismo, o Empirismo e o Idealismo os Grandes Sistemas que desenvolveram a Civilização Ocidental, o Culturalismo Brasileiro também pode contribuir nesta evolução.

FILOSOFIA BRASILEIRA E AS CONDIÇÕES DE SUA REPERCUÇÃO NA ANÁLISE DO CONCEITO DE CULTURA:

Proposições.

1. O Pensamento Brasileiro forma-se nos primórdios no berço da pátria mãe, Portugal.

2. É na superação da 2ª Escolástica que se esgota com a Reforma do Ensino promovida pelo Marquês de Pombal em 1772.

3. Ali vão estudar os brasileiros que, de certa forma, vão influir na condução do Pensamento Filosófico e Científico Brasileiro (Universidade de Coimbra).

4. Os reformados de maior relevância são: José Bonifácio, Antonio Carlos Ribeiro e Martin Francisco. Estes reformados terão influência quando voltam ao Brasil, na Ciência, na Política e na Filosofia.

5. Outro reformado de Pombal, Joseph Hippolyto da Costa fica na Inglaterra e funda o “Correio Braziliense” dando o primeiro passo para influir politicamente e transformar a Monarquia absoluta em Monarquia Constitucional.

6. Escreve e envia o primeiro projeto de Constituição para um governo limitado, ou seja, não absoluto.

7. Estes primeiros representantes do Pensamento Brasileiro terão influência decisiva na formação para separar a parte portuguesa da América, da parte europeia.

8. Martin Francisco Ribeiro de Andrada foi o primeiro a ensinar Filosofia de Immanuel Kant no Brasil.

9. Outro pensador que se aplicou na reforma do pensamento foi Silvestre Pinheiro Ferreira.

10. Silvestre Pinheiro Ferreira instala o primeiro curso regular de Filosofia no Rio de Janeiro, em 1810, na forma de preleções; a última preleção trata do sistema econômico que tem como inspiração o Liberalismo de John Locke.

11. Silvestre constrói um sistema filosófico que tem como meta o desenvolvimento das ciências, da linguagem e da política.

12. No **Manual do Cidadão de um Governo Representativo**, já aconselha o monarca Dom João VI a separar a parte americana, o Brasil, da parte europeia, Portugal e formar um Império.

13. Com a organização desde os fundamentos da nacionalidade, o Brasil formou-se de acordo com a vontade lusitana, primeiro em Capitánias Hereditárias, Governadoria Geral e depois Vice-Reino.

14. Com transposição de sede da Corte para o Brasil em 1808, o sistema político muda-se de Vice-Reino para Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

15. Diante desta organização política, conclui-se que o Brasil nunca esteve sob denominação de colônia.

16. Colônias foram as partes da África, Índia (Costa do Malabar) e na Oceania, o Timor, que foram governados a partir do Brasil.

17. Estes pensadores anteriormente referidos nunca citaram o Brasil como Colônia, e sim como uma nação de língua portuguesa e território integrado em uma unidade política e indivisível.

18. O Pensamento Brasileiro segue o curso histórico desde o Reinado, passando pelos 1º e 2º Impérios até a instalação da República, sempre procurando a afirmação, identidade da língua e unidade da federação.

19. A Filosofia Brasileira toma consciência de si, a partir do final do 2º Império e inícios da República.

20. O movimento filosófico da Escola do Recife liderado pelos pensadores, Tobias Barreto, Silvio Romero, Clovis Bevilacqua e Artur Orlando, irá, de fato, formar a Filosofia Brasileira com a denominação de Culturalismo.

21. A corrente filosófica fundada através do conceito de Cultura, para entender o ser do homem pela Escola do Recife, irá das especulações sobre tal corrente, por Miguel Reale na década de 1950 e seguintes do século XX.

22. Na sequência do Culturalismo Filosófico surge o Culturalismo Sociológico para observar os fenômenos sociais e dirigir a compreensão de tais fenômenos para entender o principal deles, o fenômeno Político.

23. Inicia-se essa corrente com Silvio Romero, Alcides Bezerra, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e, atualmente, tentamos dar um sentido ordenado as ideias contidas na lavra destes pensadores.

24. O Culturalismo desenvolve-se com as pesquisas a nível universitário na pós-graduação e ensino em vários campos do saber para formar uma consciência de si, do ser nacional.

25. Cursos para classe militar, indústrias, políticos, visando uma nova mentalidade a partir do problema central do conhecimento: o conceito de Cultura.

26. Com o desdobrar das pesquisas e ensino da Filosofia Brasileira, instalam-se Cursos de Humanidade para integrar os conhecimentos já produzidos e ampliar o campo do saber em setores da sociedade de maior influência.

27. Entender o ser humano pela via da criatividade é a tarefa do Culturalismo como corrente filosófica, ampliar os horizontes das ciências, das artes, da política e dos métodos para alcançar o conhecimento e estabelecer as verdades em cada setor.

28. Natureza e Cultura se complementam a princípio na Escola do Recife. Tobias encontrava uma antítese, só depois com o caminhar do pensamento, encontra-se uma complementaridade, conforme Miguel Reale, Antônio Paim e seguidores.

29. A pesquisa e a produção filosófica têm formado ao longo do tempo no Brasil, grupos ou comunidades com interesses afins, seja nas ciências, nas artes e na política.

30. Levar adiante tal empreendimento enriquece o cabedal de bens objetivados pelo espírito que é apanágio da cultura.

Conclusão:

Na esfera do Culturalismo apresentam-se as seguintes realizações: Mestrado e Doutorado em Filosofia nas áreas do Pensamento Brasileiro e

Pensamento Luso-brasileiro; Cursos de Humanidades; Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro com biblioteca central em Salvador-Bahia, com acervo de mais de quinze mil volumes especializados em Antropologia, Sociologia, Política e Filosofia no Brasil.

Participação efetiva na fundação da Academia Brasileira de Filosofia.
Desenvolvimento de Cursos de Humanidades tanto na esfera civil quanto militar.

Os Mestres e Doutores nesta finalidade espalham-se pelas Universidades em todo território nacional para, junto aos cursos de Filosofia, ensinar o pensamento desenvolvido no Brasil, sem esquecer o grande pensamento que brotou da Grécia antiga.

Esta apresentação esquemática de uma visada filosófica sobre o Culturalismo Brasileiro destina-se a tentar preencher o interesse despertado na pesquisadora Doutora Irina Malkovskaya pela Filosofia Brasileira.

Investigar sobre o Multiculturalismo Americano ainda não foi possível no momento atual, apenas o que tem sido posto para análise. É a formação da Corrente de pensamento denominada Culturalismo Brasileiro e que agora com as informações que nos chegam através da Prof^a Irina e da receptividade de suas ideias pela Academia Brasileira de Filosofia, podemos ordenar em conjunto, o que é posto pelo pensamento cultural Brasil-Rússia no interesse de desenvolvimento da Filosofia nos dois países.

É um projeto ambicioso, mas, prosseguindo com boa vontade, talvez tenhamos um bom resultado favorável para a Educação e Ciências e para a condição do processo Político em benefício de todos.

UMA VISÃO TEOLÓGICA NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

João Geraldo Machado Bellocchio

O homem é o único ser que se angustia no seu questionamento: quem sou eu? Esta pergunta outrora levantada na filosofia antiga perpetua-se até hoje na tentativa de entender a humanidade. Este absurdo do questionamento da própria existência remete o homem a uma realidade de racionalidade, distinguindo-o dos demais seres visivelmente criados. Os demais entes não sofrem desse dilema, submetendo-se às leis e fenômenos da natureza. A compreensão da existência humana é importante para o homem, porque é através desse questionamento que ele criará a rede de informações que o ajudará a manter a consciência sobre os seus atos nos diversos campos necessários à sua sobrevivência. É a partir desse conceito que se examina a formação de um povo, com culturas e etnias diferentes.

Na descoberta do seu ser, o homem se percebe em duas dimensões: a de imanência e de transcendência. O imanente está ligado à dimensão física, corpórea, do factível, das tradições, da realidade presente. O transcendente é o processo de abertura, do ir mais além, perceber-se capaz de um olhar diferente, que o leva ao sonho, a utopia, a necessidade de superar a sua limitação física. É nessa dimensão do extraordinário que levou o homem a conquistas significantes e a uma evolução que ultrapassa meramente o aspecto do corpo. Evoluímos naturalmente, somos diferentes dos homens que nos antecederam no período pré-histórico e dentro da história propriamente dita somos diferentes dos nossos antepassados dentro dos nossos contextos culturais.

O nosso estudo se pautará pela experiência fenomenológica. A evolução do conhecimento como se dá hoje é mais rápida do que em gerações passadas. Atingimos um nível em que o evoluir do pensamento, como dado de ciência, ultrapassa o conhecimento dentro da mesma geração por diversas vezes. Antes não éramos mais o homem do tempo das cavernas, ou da antiguidade, ou ainda da Idade Média... Somos o homem da modernidade, mas dentro dela, já não somos mais o homem de um ano atrás. O que deveria ser apenas uma ordem biológica torna-se imperativo que somos diferentes não apenas fisicamente, pela lei natural das coisas, mas somos diferentes pela forma de agir e pensar. Essa evolução levava anos, senão séculos anteriormente. E, talvez, chegaremos no futuro não sendo mais o homem de ontem, o que irá adormecer e se levantar agindo e pensando diferente.

Essa dinamicidade que está presente na natureza humana em busca de um conhecimento que revele o homem àquilo que ele representa como ente, vem de tempos imemoráveis. Desde que o homem começa a fazer uso da razão, ele se questiona sobre a natureza das coisas. E na ausência da ciência, apoiou-se nos elementos míticos, mais tarde estabelecidos como religião. Esta se torna a precursora do conhecimento do homem e que deveria dar resposta a todas as suas indagações. A certo momento da história a sociedade culta separa o mito da filosofia, do discurso imaginativo para o discurso racional. A intuição, a fantasia, o sentimento, começaram a ceder espaço para a razão. O conhecimento imediato passava para a perícia da racionalidade. Inicia-se um

discurso racional, de ordem filosófica, sobre a vida, imaterialidade das coisas e sobre Deus.

A comunicação humana foi decisiva para a evolução do pensamento da humanidade. O primeiro evento dessa portentosa passagem para o discurso filosófico se dá a partir do ano 3000 a.C. através da escrita, que se aperfeiçoará com os fenícios nos anos 800 a.C., substituindo os ideogramas pelas consoantes e vogais. Com o alfabeto fonético surge uma nova forma de agir. O que antes era apenas uma comunicação oral e auditiva passou para uma expressão desenhada da fala, com transmissão do conhecimento e das informações adquiridas pelas gerações passadas, ampliando a relação do saber. Essa relação vai se ampliar mais ainda no século XII, na baixa Idade Média, quando surgem as primeiras universidades. A discussão e posse do conhecimento facilitaram ao homem, tendo, logo em seguida, a chegada da impressão de Gutenberg. O domínio do saber se popularizou, saiu das mãos dos mestres para os discípulos e desses para todos aqueles que estivessem dispostos a se embrenhar por essas fronteiras, até então reservadas para um mundo seletivo dos senhores do conhecimento. Começa a segunda revolução do saber na humanidade, tendo a primeira ocorrido com a escrita.

O mundo ainda era teocêntrico até esse momento. A sociedade é religiosa, regida pelos dois braços do poder: o religioso e o secular. No ocidente teremos o surgimento da cristandade que dará a direção doravante para a formação dos reinos, estados, em uma educação fortemente alicerçada na construção do reino de Cristo através da cruz e da espada. A cristandade não foi o melhor espelho para a religião cristã, contudo deu seu contributo para a formação do ocidente. Num mundo impregnado de religiosidade, seria ameaçador aparecer com ideias divergentes. Contudo, o primeiro pensamento do materialismo, ceticismo, agnosticismo surgem na Grécia Clássica, no período que compreendem os cinco primeiros séculos que antecedem a era cristã. Não seria uma novidade dentro do período medieval, apenas não se manifestava por medo e receio de uma oposição em uma sociedade estritamente religiosa.

Com o evoluir do pensamento, razão e fé vão tomando caminhos diametralmente opostos a partir da renascença, o que não deveria necessariamente ser assim. Ambas são filhas do mesmo criador, deveriam sempre andar juntas. Elas se complementam, realizam-se quando harmonicamente trabalham unidas. Fé e razão sempre estiverem presentes no homem, em um primeiro momento a fé sobrepôs pelo fato de ser o instrumento mais acessível para o homem. Sem o serviço da ciência, o conhecimento se dava pela subjetividade. A razão exige uma apuração maior dos fatos, enquanto a outra age pelo instinto. Em outra dimensão da história, a razão se sobrepõe a fé, em detrimento da harmonia que deveria estar presente entre elas. Quando elas ficam em lados opostos, nos extremos, é visível a distorção que acontece, gerando segmentos de fundamentalismos e fanatismo. O homem fica distorcido, fragmentado, quando elas não estão suficientemente equilibradas. Não se pode buscar a integridade do ser sem a presença das duas, o que forma e dá consciência da natureza humana é a presença da fé e razão, num movimento contínuo de reciprocidade, sem alterar essa alteridade, sem negar a necessidade de uma e de outra conseqüentemente, ou, tão pouco, diminuir uma e função da outra. João Paulo II, numa linguagem acessível sobre a importância desses elementos na natureza humana, ilustra no livro "No limiar da esperança", por ocasião do novo milênio, que a religião

deve ter presente a imagem da pomba, que necessita de duas asas para alçar voo. Uma é a fé e a outra a razão. Somente assim alcançará a visibilidade de algo mais além, caso contrário ficará mutilada, arrastando a única asa que resta pelo chão.

O homem é um ser inquieto por natureza. As respostas que obtém sobre si nunca ficam totalmente esgotadas. Enquanto nele existir a capacidade de pensar sempre existirão questionamentos e a resposta que lhe satisfaz hoje não servirá para os seus anseios no futuro, até porque outros fatores irão lá adiante contribuir para que o homem busque novas alternativas. Nem sempre os dados empíricos e racionais dão conta de dar satisfação para os anseios do homem, de responder à sua totalidade. Se a ciência não consegue responder a essa inquietação humana, conseqüentemente ela não pode ser tomada como referência exclusiva da antropologia. É aqui que entra o sentido da antropologia: ela procura entender o homem na sua concepção e existência. Por esse motivo é que imanência e transcendência se complementam e são necessárias uma a outra para o entendimento da existência do ser humano. Elas vão entrar nos arquétipos que determinam o conhecimento do homem. Elas trabalham na construção das sínteses que globalizam a existência.

Entretanto, essa duas fontes na natureza humana podem e devem ser ampliadas, tendo novos parâmetros para esse redimensionamento, para que não seja apenas de ordem horizontal. O conhecimento não pode se dar apenas na ordem vertical como se pensava até parte do período medieval ou tão pouco através da visão horizontal, pregado pelos arautos do Iluminismo do século XVIII e de suas correntes derivadas. O homem é um ser complexo, portanto composto. Exatamente por ser um ser que não é simplificado, precisa ser olhado em todas as dimensões possíveis da sua existência. Na busca de sua origem e no desejo de saber quem ele é, o homem foi se percebendo cada vez mais presente em uma relação de unidade com o universo criado. O homem é um ser complexo em união com as coisas criadas, não pode ter uma visão apenas parcial do seu ser. À medida que ele destrói a própria criação ele destrói a si próprio. É a lei do universo na qual ele está inserido. Ele é a obra última do Criador, por isso a relação que existe da criação com o homem forma a lei do universo. Conseqüentemente, o homem não é só matéria. Ele está conectado com tudo que diz respeito à criação. Ele é a referência do Criador. Essa multiplicidade de funções aparentes no homem o torna um ser de complexidade e de superioridade. Nesta dimensão do ente, entenda-se que ele não pode ser um ente indiviso, mas que está em conexão com as coisas criadas visíveis e não visíveis. E para estar nessa conexão com o invisível é necessário ter algo mais do que matéria no ser humano, que nós denominaremos de alma.

Na alma brota a fé, gera a esperança, faz o homem transcender além dos seus limites ou de suas fantasias. Inicialmente pode começar com o mito, depois com o símbolo, rito, religião. Essa vai nortear o pensamento do homem em questões de ética e de moral, ampliando a visão meramente horizontal da vida. O homem vai tomando consciência que por ser feito à imagem e semelhança de um ser divino assemelha-se a Ele, não pela natureza, mas pelo uso livre da razão. O que confere poder ao homem é esse livre arbítrio, diferente dos outros seres criados, nem os anjos tem livre arbítrio, só o tiveram uma única vez, no momento de sua criação. Ao homem é facultado o direito de ir e vir na sua peregrinação terrestre, diferentemente dos demais seres que agem pela sua natureza. Tal poder de liberdade – exclusivo da divindade – e

disputado pelo homem nas religiões desde a antiguidade mostra a relevância desse assunto na antropologia teológica desenvolvida por milênios. O poder de disputa com Deus – que na literatura bíblica ocorrerá pelas figuras de Lúcifer, por parte dos anjos e de Adão, por parte dos homens, refere-se a esta questão do desejo pessoal e irrestrito, a disputa do poder de decidir. E entre essa opção, o de negar a existência de Deus.

Por isso formalizar o Credo de qualquer religião, professar um “Creio em Ti”, é um ato livre e consciente. A fé só pode existir a partir de algo que não é mais factível, mas que esse algo se torna em referência de esperança e de crença. Ela não pode ser imposta. Isso não impede a sombra da dúvida, da mesma forma que aquele que optou por não crer ter o mesmo dilema daquilo que crê. A dúvida, ao contrário, não impede de ver algo mais além, simplesmente ela faz amadurecer o que existe formalizado na racionalidade do ser. Uma fé que não sofra o questionamento da razão permanece infantil e atrofia-se com os anos. A dinâmica está em favorecer, pela dúvida, o sujeito a perceber que ele pode chegar a outro extremo da sua crença. Que ela nunca é o fim, pode se chegar a lugares maiores do que aqueles a que está acostumado. Ter fé, afirmar o cardeal Ratzinger no livro “Introdução ao Cristianismo”, é decidir que na essência do homem há um ponto que não pode ser sustentado nem alimentado pelo que é visível e tangível, mas que toca na essência do que não é visível, a ponto de este se tornar tangível para ele revelando-se como algo indispensável à existência. Isso só é possível através da conversão, ou seja, quando se faz a transformação de algo. Converter é o ato de voltar para algo, na qualidade de ato de fé, é o homem voltar o seu conhecimento empírico para dentro de si, pois é a aí que estará presente toda informação necessária para as respostas da existência humana. Diferentemente do que pregam os empiristas ingleses, não nascemos como uma tábua rasa, mas já temos os programas instalados no nosso ser como uma máquina de computador. Basta apenas acessar e introduzir os dados, as informações serão fornecidas. E quanto mais souber manusear essa máquina, ampliaremos mais ainda a nossa visão de vida. À parte essa visão kantiana sobre o conhecimento adquirido, pode-se dizer que a dificuldade de crer no intangível depende exclusivamente de uma decisão individual que vem acompanhada de uma mudança de vida.

A antropologia teológica tem buscado definir o homem desde tempos remotos. Na tradição bíblica encontramos em Gênesis a formação do homem. A primeira narrativa é através da sacerdotal em que narra o homem feito à imagem e semelhança do seu criador. Na história das religiões a semelhança que ocorre com o texto bíblico é que a decisão da criação do homem é sempre de um ser divino. As metáforas permeiam dentro desse contexto de acordo com o conhecimento que o homem tinha na época. Em todos os textos o homem é o centro da criação. Em Gênesis é o último ato de Deus, sem deixar de ressaltar a dependência do ser criado com o criador. No Novo Testamento ocorre uma valorização do ser humano através da pessoa de Jesus Cristo, mas será Paulo quem vai determinar uma verdadeira antropologia cristã: a comparação paulina do antigo Adão para o novo se evidencia nas cartas paulinas, em que o primeiro, que é terrestre, vai se tornar após a ressurreição, participante da vida espiritual e celeste do segundo Adão. O primeiro Adão é a figura do segundo que deveria vir (Rm 5,14).

A antropologia grega, alicerçada no platonismo, dividida em alma e corpo, acabou gerando um dualismo nas escolas cristãs cujo pensamento

perfilará no primeiro milênio. A dialética do corpo/alma acaba aprisionando o ser imaterial, a alma, na parte terrena, corpo. Escravizada pelo corpo, esse se torna um mal para a alma. Desprezá-lo seria a verdadeira ascese que daria à alma condições de sobrevivência. Por essa razão, o corpo não era algo bom, embora necessário para a condução da alma nesta vida. Subjugá-lo aos interesses celestes seria colocá-lo sob o domínio de uma vontade racionalizada na literatura cristã. Longe dos prazeres mundanos, o corpo deveria estar sempre subordinado à alma. Essa antropologia, fortemente influenciada por Agostinho, influenciará o ocidente cristão, perdendo sua direção cosmológica e cristológica. Na virada do milênio, com a introdução da filosofia aristotélica, a antropologia teve uma nova vertente no ocidente. Tomás de Aquino afirma que o corpo é um componente essencial do ser humano. A ideia agostiniana de o corpo ser o cárcere da alma passa agora para uma necessidade da alma. Ela existe por que tem um corpo. Este é apenas matéria, não subsiste por si mesmo, mas pela existência da alma. É ela que lhe confere a vida. Não existem mais aqui duas substâncias compostas, mas uma unidade integrada. Esta teoria explica a morte, cuja corrupção do corpo não pode afetar à alma, já que esta lhe dá a forma. Muitas outras concepções se farão presentes na antropologia dos séculos posteriores. A referência serão essas duas que marcaram profundamente as diretrizes antropológicas no cristianismo. A teoria mais forte ficou sendo a de Santo Agostinho, influenciando todo o ocidente na literatura cristã. Até chegar à visão tomista muitos anos serão precisos de adaptação, considerando que a primeira predominou por todo o período medieval. Foi essa visão antropológica que chegou às novas terras do mundo novo.

A evangelização não foi a mais eficiente pelos nossos desbravadores e descobridores. Havia a boa intenção, mas o preparo para a recepção do outro estava fadado a um fracasso do diálogo. Ainda se vivia sob a influência da cristandade. Embora o período renascentista já se configurasse no velho mundo, soprando novos ares sobre as velhas e arcaicas instituições, o novo mundo foi catequizado dentro dos acordes do pensamento medieval. Esse encontro díspar da cultura religiosa europeia com a cultura religiosa dos nativos dessa terra proporcionou uma visão distorcida da realidade enfatizada pelo cristianismo. Na formação da cultura do povo brasileiro, veremos que a influência da religião cristã, sob a vertente do catolicismo, com a africana, provocou um novo sistema religioso. No Brasil colônia encontraremos uma diferença cultural e étnica de diferentes povos oriundos da África. Os colonos traziam consigo o cristianismo e sua prática evangélica. Os africanos com os seus sistemas religiosos animistas. Os indígenas viviam com uma prática religiosa xamanista. A mistura das culturas e das crenças acabou resultando em novas crenças, criando o sincretismo religioso de acordo com a população oriunda de determinados pontos geográficos da África. Os indígenas foram os que receberam maior atenção por parte dos missionários, o que os habilitou a uma crença mais específica na religião cristã, abandonando as práticas pagãs. Os negros ficaram com as práticas dos seus patrões que nem sempre zelavam tão ardorosamente como praticantes da fé. O número de missionários também era escasso. Nos grandes centros havia colégios jesuíticos que cuidavam da educação, mas nas fazendas irmandades, confrarias, foram crescendo para cuidar dos interesses espirituais das famílias. A prática religiosa nesses locais era confinada a interesses familiares.

A crença dos africanos de um Deus criador comum a todas as nações africanas foi assimilada ao Deus cristão, o que facilitou a aceitação da nova

religião. É bem verdade que esta aceitação se deu de modo parcial, considerando que a evangelização era mais imposta do que compreendida à luz da razão. A aceitação de elementos cristãos com as práticas e doutrinas religiosas da religião anímica africana deu origem a outras vertentes como o candomblé, umbanda, batuque, saravá, tambor de minas etc. Elas perduram até os dias de hoje e conservam a cultura do seu povo, das suas origens. Alguns elementos da tradição religiosa africana fixaram-se no folclore brasileiro, como a dança da capoeira, o ritmo dos tambores, a comida, a vestimenta etc. Graças a este sincretismo foi possível preservar as tradições da longínqua mãe-terra, como também ter maior conhecimento da cultura e tradição desse povo. Essa associação cultural deu-se de modo diferente nos indígenas, que embora estando na sua própria terra, perderam as suas tradições e identidade com a nova evangelização. Alguns resquícios ainda são notáveis dessa cultura, como o catimbó, mas numa escala bem menor do que a cultura africana. Essa simbiose de princípios cristãos e não cristãos ainda é visível na cultura brasileira até os dias de hoje.

A religião no Brasil é muito diversificada, caracterizada por esse sincretismo. A maior característica do país atualmente é da mobilidade religiosa, muito diferente do Brasil colônia e da época do Império. Tradicionalmente reconhecido como país cristão católico, nas últimas décadas tem ocorrido acentuada queda da transferência de católicos para outras igrejas. O Brasil ainda é um país com maior número de cristãos (87%), cuja maioria é católica (64,4%) de acordo com o último censo religioso acusado em junho/2012. O cristianismo, na vertente do catolicismo, foi a religião oficial do Estado até Constituição Republicana de 1891, que determinou o Estado laico. Estão presentes algumas denominações protestantes históricas e o acento tem se dado, sobretudo, na vertente pentecostal. Outras expressões religiosas também se evidenciam, destacando-se as religiões animistas provenientes dos africanos e indígenas. Uma minoria está classificada nas religiões como budismo, islamismo, judaísmo. No último censo foi declarado que 7,4% da população brasileira (12,5 milhões de pessoas) são ateístas, agnósticas ou deístas. Esse último grupo tem sido a maior preocupação por parte das autoridades em estudo das ciências religiosas, no que tange em crescimento vertiginoso na crença em Deus sem estar ligado diretamente a uma instituição ou agremiação religiosa. Qual a razão desse grupo que mais cresce e se destaca em relação aos demais? Seria um esclerosamento das Instituições atuais? O discurso não estaria inapropriado para a geração da modernidade, da cibernética, cujos conceitos e aplicações se transformam rapidamente da mesma forma que a máquina é substituída em pouco tempo por uma mais adaptada e funcional.

Qualquer que seja a resposta estamos diante de um fato. Também é certo que o acento da queda dos católicos nesta configuração no cenário nacional fará com que nos próximos 20 anos sejam menos do que a metade da população. O Brasil tem sido uma fonte para o neopentecostalismo, com exportação do produto fabricado na própria casa, tipo *made in Brazil*. É possível que o favorecimento dessa religiosidade no país esteja na formação religiosa do Brasil colônia. O sincretismo formulado anteriormente através do encontro das diferentes culturas e religiões fundamente o encontro das diferentes denominações cristãs com seus simbolismos e referenciais religiosos, sendo experienciados na cultura moderna em uma única corrente de pensamento religioso. O espírito da mobilidade religiosa formado na miscigenação do povo brasileiro, que foi elemento provocador da simbiose

religiosa, talvez seja o mesmo na referência do pentecostalismo cristão. As igrejas pentecostais são uma mistura das igrejas cristãs protestantes tradicionais com alguns ritos católicos. Acrescentem-se, ainda, alguns referenciais da religião africana, como necessidade imperativa à religiosidade popular. A religiosidade do povo brasileiro é supersticiosa, recorrente a credulidades.

De certa forma, a questão religiosa no país continua formando os grupos sociais como no tempo da evangelização. Os seguidores do neopentecostalismo são os que buscam soluções imediatas para os seus problemas pessoais e por isso é um grupo volátil, sem fixação de credo. Os tradicionais continuam com as igrejas históricas, mas já sofrem internamente com a mudança proveniente da nova cultura social. Não é de se estranhar que numa mesma família se encontre pessoas vivendo sob o mesmo teto com religiosidade diferente, algo inimaginável no passado. O surgimento de tantas igrejas e seitas proporciona ao brasileiro uma diversidade de opções religiosas. O fenômeno não é tanto pela esfera de algo novo sendo oferecido no campo espiritual, mas do charlatanismo que se faz presente em muitas ramificações cristãs e de credos de ritos afro-brasileiros. E é possível que já em outras também comece a despontar esse mal do século. A manipulação religiosa tornou-se um cancro na sociedade moderna. Antes instrumento de adequação do homem a um campo ético e moral, hoje atende aos ideais pessoais, criando igrejas cujas regras são aquelas que satisfaçam os anseios dos seus líderes, deixando a mente dos seus fiéis num *laissez-faire*, com pontuações relativistas.

VIAGEM À AMAZÔNIA DO GRUPO DE ESTUDOS DO PENSAMENTO BRASILEIRO

Paulo Raimundo Pereira Santos

Quando o piloto do C-99 FAB 2525 do Primeiro do Segundo Grupo de Aviação de Transporte (1º/2º GAV - Esquadrão Condor), posicionado na cabeceira zero dois do Aeroporto Santos Dumont, anunciou “Atenção tripulação! Preparar para a decolagem!”, os trinta e dois componentes do Grupo de Estudos e do Curso do Pensamento Brasileiro II e convidados não imaginavam que naquela manhã de 3 de novembro de 2011 se iniciava uma inesquecível viagem de observação e estudos à Amazônia, descobrindo onde está o futuro do Brasil, como todos testemunhariam nos três dias seguintes.

Atendendo à solicitação do Ten Brig Ar Carlos de Almeida BAPTISTA (Caçador nº 255), presidente do Clube de Aeronáutica (CAER - <http://www.caer.org.br/>), que liderou e conduziu a comitiva, o Comandante da Aeronáutica Ten Brig Ar Juniti SAITO (Caçador nº 421) autorizou a viagem de estudos e observação à Amazônia Ocidental, visitando organizações do Comando da Aeronáutica – (COMAER – <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php>) e do Exército Brasileiro (EB - <http://www.exercito.gov.br>) naquela região.

A viagem foi o coroamento de um processo que se desenvolve há seis anos, idealizado pelo Cel Av ARAKEN (Caçador nº 462) Hipólito da Costa, diretor do Departamento Cultural do CAER, com a criação do Grupo de Estudos e dos Cursos de Humanidade, Filosofia e do Pensamento Brasileiro, frequentados semanalmente por civis e militares no Clube de Aeronáutica, inicialmente, na presidência do Ten Brig Ivan Moacir FROTA (Caçador nº 237), consolidado e ampliado com o irrestrito apoio na presidência do Ten Brig Baptista.

No III COMAR, o grupo embarcou no Força Aérea 2525 (Tripulação: Cap Av Peixoto; Cap Av Delamonica; Cap Av Ventura; SO Laercio, 1º Sgt João Carlos, 1º Sgt Lopes e Taifeiro Williams), decolando para a primeira etapa da viagem. No espaço aéreo da área Terminal *de Brasília*, o C-99 que conduzia a comitiva do CAER foi interceptado *por uma aeronave* Mirage F-103 BR do Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1º GDA – Esquadrão Jaguar), sediado em Anápolis, GO, acionado pelo COpM (Centro de Operações Militares). O acionamento para interceptação está previsto na rotina do serviço de alerta e serviu de treinamento para os pilotos e também para os controladores de Defesa Aérea. As aeronaves de caça de interceptação da Força Aérea Brasileira (FAB) estão sempre em alerta e guarnecidas por equipagens de combate - pilotos e mecânicos, prontas para serem acionadas nos 365 dias do ano.

O planejamento da viagem foi realizado pelo Ten Brig Ar Gilberto Antonio Saboya *BURNIER* (Caçador 543), *Comandante do Comando Geral de Operações Aéreas – COMGAR, onde os participantes da comitiva do CAER assistiram ao Briefing Diário de Situação, sendo informados como seria cada etapa da missão, executada em três dias, cumpridas em 14 horas de voo, com a previsão do tempo nas localidades de Sinop-MT, Porto Velho – RO, São Gabriel da Cachoeira-AM, Iauaretê-AM, Manaus-AM e Cachimbo-PA,*

percorrendo 8.078,2 km. Em seguida, o *Maj Av Pestana mostrou o funcionamento das Operações Aéreas da FAB*. Após o *briefing*, o Ten Brig Baptista destacou a brilhante trajetória do Ten Brig Burnier como oficial aviador e piloto de caça - com mais de 4 mil horas de voo, sendo 3.350 horas somente em aeronaves de caça -, ao longo de mais de 40 anos de carreira na Força Aérea. O presidente do Clube de Aeronáutica entregou ao Comandante do COMGAR uma placa de agradecimento pela recepção e pelo planejamento da missão à Amazônia Ocidental.

A partir de Brasília, o Ten Brig Burnier integrou-se à comitiva, acompanhado do Ten Brig Ar Ref. Sergio Bambini, convidado juntamente com o Cel Av R1 Paulo e o Cel Av R1 Rodolfo, além da equipe de apoio do COMGAR constituída pelo Cap. Av David Cabral, Sgtº Jorge e o soldado Felipe. A comitiva dirigiu-se para o almoço oferecido pelo Maj Brig Ar Jorge KERSUL, comandante do Sexto Comando Aéreo Regional (COMAR VI).

Sinop (MT): Radares entre campos de soja e pecuária

O grupo voou de Brasília para Sinop, no norte do Mato Grosso, onde conheceu o trabalho realizado pelo Destacamento do Controle do Espaço Aéreo (DTCEA-SI), da Aeronáutica. Recebidos pelo 1º Ten Frederico, comandante do Destacamento, acompanhado de sua equipe de sargentos, cabos e soldados, os visitantes conheceram o funcionamento de uma rede móvel, radares e demais equipamentos que integram aquela Unidade da FAB. Em conversa durante o lanche e café oferecido ao grupo, os militares servindo em Sinop, declararam-se satisfeitos e integrados, juntamente com as suas famílias à vida em Sinop, cidade com mais de 110 mil habitantes, onde, inicialmente, a economia dependia da indústria madeireira e hoje predominam os campos de cultivo de soja e a pecuária. A origem da cidade deve-se a empresa "Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná - Sinop", que atendeu ao chamamento do governo nos anos 1970 de "integrar para não entregar" a Amazônia legal, sendo a responsável pela abertura de novas fronteiras e novas cidades. O Ten Brig Baptista entregou ao Ten Frederico uma placa de agradecimento, marcando a passagem do Grupo de Estudos do CAER no DTCEA-SI.

Porto Velho (RO): Berço dos Grifos e dos Sabres

Na etapa seguinte, na aproximação de Porto Velho (Rondônia), uma aeronave AT-29 do Esquadrão Grifo, da Base Aérea de Porto Velho (BAPV), interceptou o C-99. No desembarque, a comitiva foi recepcionada pelo Ten Cel Av Luiz Claudio MACEDO, chefe do GSB - Grupo de Serviço de Base (subcomandante), que deu as boas vindas à comitiva, em nome do Cel Av Roberto Cezar FLEURY Curado Salvado, que se encontrava em viagem. O Ten Cel Macedo apresentou as atividades da BAPV e os comandantes das subunidades abrigadas naquela Base Aérea: Ten Cel Av Ricardo de LIMA E SOUZA, comandante do Segundo Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (2º/3º GAV - Esquadrão Grifo); Ten Cel Av CESAR Farias Guimarães, comandante do Segundo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (2º/8º GAV – Esquadrão Poti) e o Maj Av Ricardo da Silva MIRANDA, comandante do Destacamento de Controle Aéreo (DTCEA – PV), que apresentaram as suas unidades.

O Ten Cel Av LIMA E SOUZA apresentou o Esquadrão Grifo que integra a Aviação de Caça, subordinado à Terceira Força Aérea (III FAe) e opera aeronaves Embraer A-29A e A-29B Super Tucano. O 2º/3º GAV tem como uma de suas mais importantes missões: a vigilância e o patrulhamento aéreo da região Amazônica e da fronteira Oeste do Brasil, participando da manutenção da soberania brasileira na região, como um dos braços armados do COMDABRA - Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro. Realiza missões de interceptação e ataque, reconhecimento armado, reconhecimento visual, ligação, observação, C-SAR (busca e salvamento), controle aéreo aproximado, operações aéreas especiais e com outros órgãos do Governo Brasileiro, como a Polícia Federal atuando no combate a voos ilícitos, principalmente de aeronaves de traficantes e contrabandistas (Assista vídeo em <http://www.youtube.com/watch?v=nZ0NeORAg9Y>).

O Ten Cel Av CESAR apresentou o Esquadrão Poti, que no final de 2009 foi transferido da Base Aérea de Recife para a Base Aérea de Porto Velho, passando então a operar os helicópteros russos de ataque Mi-35M, denominados AH-2 Sabre, na FAB. Com o novo vetor de asas rotativas, o Esquadrão Poti passou a realizar missões de ataque ao solo, apoio aéreo aproximado e escolta armada. A importância do emprego do AH-2 para a FAB não se limita a um determinado cenário. No contexto do teatro de operações da Amazônia Ocidental, o seu emprego tem papel relevante, pois o Sabre opera noturno de um ponto remoto da Amazônia e, por meio de vetorização da aeronave E-99 (AEW&C Alerta Aéreo Antecipado e Controle), intercepta e identifica aeronaves de baixa performance em voos ilícitos à baixa altura. Em 2011 foi realizado o primeiro curso do Sabre na BAPV, ministrados por pilotos e especialistas em manutenção do Esquadrão Poti, treinados na Rússia. Ainda, no mesmo ano, a quarta e última turma de pilotos da FAB realizou naquele país o curso teórico e prático do AH-2 Sabre. O primeiro deslocamento do 2º/8º GAV ocorreu em abril deste ano, entre Porto Velho e o Rio de Janeiro, apresentando-se na Feira Internacional de Aviação, Tecnologia e Defesa (LAAD).

O Maj Av Ricardo da Silva MIRANDA falou da importância das atividades do DTCEA – PV, historiando sobre o crescimento da atividade aérea na Amazônia, desde os anos 1950, com a implantação dos Núcleos de Proteção ao Voo (NPV) para apoiar aos aeronavegantes. A data de 3/11/1955 foi o início da operação da primeira Estação-Rádio, situada às margens do Rio Madeira, onde amerissavam os CATALINAS da FAB e da PANAIR DO BRASIL. Com a ativação do Centro de Controle de Área (ACC) Porto Velho em 1982, houve o redimensionamento dos limites da Região de Informação de Voo (FIR), de Porto Velho, que passou a se responsabilizar por uma área de aproximadamente 1.200.000 quilômetros, a qual inclui o Acre, Rondônia, a terça parte do estado do Amazonas e parte do Mato Grosso. Além da função do Controle de Tráfego Aéreo, no DTCEA - PV destaca-se o Serviço de Meteorologia Aeronáutica, o Serviço de Informações Aeronáuticas e o Serviço de Busca e Salvamento, operando também equipamentos na faixa de UHF, dedicados às operações militares, possibilitando comunicações seguras de voz e dados entre os pilotos da Força Aérea que sobrevoarem Rondônia. Em apoio aos serviços meteorológicos, o Destacamento possui uma estação meteorológica de altitude (EMA), um radar meteorológico e uma estação receptora de sinais do satélite geostacionário de observação da Terra (satélite GOES).

Os visitantes se empolgaram com o voo virtual realizado no simulador do AT-29 Super Tucano. Alguns, entretanto, sentiram a emoção de um voo real, noturno, embarcando no helicóptero AH-2 Sabre. O primeiro dia de viagem terminou em clima de descontração, durante o coquetel no Clube dos Pilotos, em que a nova geração de oficiais da FAB, servindo em Rondônia, trocou impressões sobre a vida operacional em seus esquadrões, conversou sobre a ambientação na cidade de Porto Velho, e, principalmente, ouviu histórias dos veteranos aviadores da comitiva do Clube de Aeronáutica.

São Gabriel da Cachoeira (AM): base de desdobramento

Na etapa seguinte, dia 04/11, o C-99 voou para o Destacamento da Aeronáutica em São Gabriel da Cachoeira (DASG) - antiga Uaupés - no Estado do Amazonas, município que possui uma área equivalente a de Portugal, sendo uma das regiões mais ricas em minérios, no norte amazonense, onde se localiza parte do [Parque Nacional do Pico da Neblina](#), o ponto mais alto do Brasil com seus 3.014 m de altitude. São Gabriel foi o primeiro município brasileiro a escolher prefeito e vice-prefeito [indígenas](#), tendo 85% dos cerca de seus 35 mil habitantes de origem indígena com mais de 22 etnias, sendo o único município do país que tem quatro idiomas oficialmente reconhecidos: as línguas baniwa, tukano e nheengantu ("boa conversa") como idiomas oficiais, além do português.

O Maj Brig Ar Nilson CARMINATI, comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional (COMAR VII), acompanhado da 1º Ten Fátima Cristino, Comandante do DASG, recepcionou com honras militares o Ten Brig Burnier (Comandante do COMGAR) e o Ten Brig Baptista, presidente do Clube de Aeronáutica e ex-Comandante da Aeronáutica. Participaram da comitiva: o Brig Ar CANDEZ, comandante do CINDACTA IV, em Manaus; o Gen Bd^a JABORANDY Jr., comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro (EB), sediada em São Gabriel da Cachoeira, acompanhado do Cel Inf Rezende. No lanche de boas vindas, servido no hangar do DASG, o Maj Brig Carminati falou para Grupo de Estudos do CAER sobre a importância da missão da FAB na Região Amazônica, onde se estabelece o COMAR VII, que abrange os Estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, representando cerca de 25% do Território Nacional, em uma área sobre sua jurisdição com cerca 2.200.000 quilômetros quadrados, equivalentes a nove países da Europa juntos: Holanda, Bélgica, Portugal, Espanha, França, Itália, Suíça, Alemanha e Reino Unido. O Destacamento da Aeronáutica em São Gabriel é utilizado como base aérea operacional e de desdobramento, tendo por objetivo apoiar as unidades aéreas deslocadas para o município, além de fornecer apoio logístico, administrativo e de segurança. O Destacamento trabalha, normalmente, com o Plano de Apoio à Amazônia (PAA), em conjunto com o Exército Brasileiro, na logística de suprimento aos pelotões especiais de fronteira, como lauretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá, Pari-cachoeira e Tunuí. Além dessas atividades, o DASG, por meio do COMAR VII, leva saúde à população ribeirinha, promovendo campanhas de vacinação e realizando atendimentos médicos.

lauaretê (AM): O Grupo de Estudos cruza a Linha do Equador

De São Gabriel da Cachoeira, o Grupo de Estudos e os participantes do Curso do Pensamento Brasileiro II, embarcaram na aeronave C-105A Amazonas (FAB 2801) do Primeiro Esquadrão do Nono Grupo de Aviação (1º/9º GAV) Esquadrão Arara, sediado na Base Aérea de Manaus, cruzando a Linha do Equador e após 40 minutos de voo desembarcaram no aeródromo de Iauaretê, localizado na latitude **0.616.**, já no Hemisfério Norte. Iauaretê fica dentro da [Terra Indígena Alto Rio Negro](#), no extremo noroeste da [Amazônia](#), no Município de São Gabriel da Cachoeira, onde o [rio Uaupés](#) entra em território brasileiro. Apesar do multilinguismo e das diferenças culturais, as diversas etnias presentes nessa região convivem e compartilham o mesmo território, há milênios.

Do aeródromo de Iauaretê, o grupo deslocou-se para o 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro (1º PEF/EB). O 1º Ten Inf Paiva, comandante do Pelotão, apresentou a tropa ao Ten Brig Burnier acompanhado no palanque do Ten Brig Baptista e convidados. Na leitura da Ordem do dia, o 1º Ten Paiva agradeceu a visita da comitiva do Clube de Aeronáutica e enalteceu seus “camaradas e companheiros das remotas fronteiras, que se pautam pelo lema ‘Vida, Combate e Trabalho’, defendendo a Soberania, cumprindo a Missão do Estado Brasileiro pelo Exército com o apoio da Força Aérea, sem cujas presenças teríamos comunidades abandonadas à sorte”. Disse, ainda, que “a melhor maneira de conhecer o trabalho do Pelotão é interagir com os militares, familiares e visitar as instalações”. E, ainda, pediu que “no regresso aos seus lares, os visitantes dessem o retorno da magnitude da imensa tarefa aqui cumprida com vibração, dedicação e amor à Pátria”.

O Ten Brig Baptista declarou-se emocionado e expressou a sua admiração pelo trabalho abnegado dos militares do Exército, ao lado de seus familiares, especialmente, das esposas que alfabetizam os índios da etnia Tucano, incorporados como soldados. Entregou ao comandante do Pelotão de Fronteira uma placa de agradecimento, como lembrança da passagem do CAER ao 1º PEF/EB. Em seguida, o Sargento Lacerda, comandante do 1º Grupamento de Combate, leu a Oração do Guerreiro da Selva:

*“Senhor!
Tu que ordenaste ao Guerreiro de Selva
Sobrepujai todos os vossos oponentes
Dai-nos hoje da floresta:
A sobriedade para resistir;
A paciência para emboscar;
A perseverança para sobreviver;
A astúcia para dissimular;
A fé para resistir e vencer.
E dai-nos, também, Senhor,
A esperança e a certeza do retorno
Mas se defendendo esta brasileira Amazônia
Tivermos que perecer, ó Deus
Que façamos com dignidade
E mereçamos a vitória!
Selva!”*

Cantar o Hino Nacional Brasileiro em plena selva amazônica foi uma experiência marcante e inesquecível para os componentes do grupo. Alguns, emocionados, chegaram às lágrimas e retribuíram aos militares e a seus

familiares, homenageando-os e saudando-os com um forte e sonoro grito do Exército na Amazônia: **Selva!**

A importância da presença das Forças Armadas na Amazônia, observada pelo Grupo de Estudos, pode ser resumida nas palavras do ex-comandante do Comando Militar da Amazônia, Gen Ex Rodrigo Octávio Jordão Ramos (1910 – 1980), em placa afixada numa alameda do 1º PEF: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la”.

COMARA: a grande construtora de obras civis da Aeronáutica

A comitiva do CAER deixou o 1º Pelotão de Fronteira e seguiu em caminhonetes para o escritório da Comissão de Aeroportos da Amazônia – COMARA, a grande construtora da Aeronáutica, onde conheceram os detalhes da obra de ampliação para 2.000m da pista do aeródromo de Iauaretê.

O Cel Av Maurício Augusto Silveira de MEDEIROS, Vice-Presidente da COMARA, narrou a história de sua organização militar, que vencendo o desafio amazônico - desde a sua criação em 12 de dezembro de 1956, quando existiam apenas 17 aeródromos na Amazônia, dos quais, somente Manaus (AM) e Belém (PA) eram asfaltados - consolidou a infraestrutura de pistas de pousos, garantindo a presença da aviação naquela região, fator decisivo de integração nacional. Disse que a COMARA constrói preservando o meio ambiente, reflorestando os locais de canteiros de obra, integrando-se com as comunidades em que atua - locais isolados –, vencendo grandes distâncias e várias doenças tropicais. Nesses 55 anos de atividade, a Comissão foi responsável pela construção e recuperação de 203 obras de reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas, oferecendo apoio a diversos órgãos federais, como quartéis de fronteiras do Exército, Marinha, FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Na Região de Iauaretê, as chuvas intensas prejudicam os trabalhos da COMARA. Os rios Negro e Uaupés servem de meio de transporte para as balsas, algumas de 80 t e um empurrador de 300 t. Entre dezembro e março esses rios baixam o nível de água, prejudicando o transporte (o ciclo do transporte é de 40 dias), além de duas cachoeiras, o que obriga o transbordo da carga de 200 mil sacos de cimento, levados de Manaus até Iauaretê para a ampliação da pista. O Grupo de Estudos testemunhou o trabalho silencioso e difícil das Forças Armadas na Amazônia.

CINDACTA IV – Manaus (AM): Controle do Espaço Aéreo na Amazônia

De Iauaretê o Grupo de Estudos retornou para São Gabriel da Cachoeira, embarcando novamente no C-99, que na aproximação de Manaus foi interceptado por uma aeronave F-5 do Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação (1º/4º GAV – Esquadrão Pacau), da Base Aérea de Manaus (BAMN). Dirigindo-se para o auditório do CINDACTA IV (Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), o Grupo de Estudos foi recepcionado pelo Brig Ar José Alves CANDEZ Neto, comandante do CINDACTA na Amazônia, acompanhado do Ten Cel Caetano, Ten Cel

Bittencourt, Ten Cel Rafael e Ten Cel Paim, além dos demais militares daquela organização.

O Brig Candez falou para uma plateia atenta e interessada em conhecer a grandiosidade do trabalho executado pelos militares da Aeronáutica naquela região, onde mais de trezentos mil movimentos aéreos recebem, anualmente, o apoio do CINDACTA IV, que é subordinado ao -Departamento do Controle do Espaço Aéreo (DECEA - www.decea.gov.br), que tem a tarefa de proporcionar um voo seguro e eficiente a aeronaves nacionais e estrangeiras em todo o espaço aéreo brasileiro, e que envolve diferentes órgãos interligados, como CINDACTA IV, cuidando para que a vigilância e o controle do espaço aéreo sob jurisdição brasileira sejam realizados ininterruptamente, 24 horas por dia, 365 dias ao ano. O CINDACTA IV é responsável pela a cobertura do espaço aéreo de cerca de 60% do território nacional, atuando em uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. Diante da exposição, os visitantes ficaram impressionados ao tomarem conhecimento da importância do CINDACTA na Amazônia e questionaram sobre a possibilidade do complexo sistema do controle do tráfego aéreo brasileiro - gerenciado com competência pela Força Aérea -, sair da jurisdição do Comando da Aeronáutica e passar para o controle civil, como foram as muito discutidas transferências do extinto Departamento de Aviação Civil (DAC), transformado em Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a saída da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) da Aeronáutica para a iniciativa privada. O Ten Brig Baptista interferiu para esclarecer alguns detalhes destas transferências, ocorridas em sua gestão como Comandante da Aeronáutica, contando episódios impúblicáveis, defendendo, com veemência e emoção, a permanência do controle desses sistemas administrados com competência pela Aeronáutica, assediados pela sanha de políticos aproveitadores, que brigam pelos elevados recursos daqueles órgãos, para que saiam do controle da FAB. Ao final, o Ten Cel Ref. Cirurgião Dentista Jesse Ribeiro da Silva, membro do Grupo de Estudos do CAER, entregou uma placa de agradecimento e lembrança da passagem do Grupo naquela unidade da FAB.

A comitiva do CAER percorreu as dependências do CINDACTA IV, encerrando a visita, seguindo imediatamente para a recepção na residência oficial do comandante do COMAR VII, Maj Brig Carminati e sua esposa Sr.^a Nazaré, que ofereceram um coquetel animado com danças folclóricas amazonense, representando o Boi de Parintins Caprichoso e Garantido. Seguiu-se o jantar de conagração, com a presença do Gen Exército Villas Boas, comandante do Comando Militar da Amazônia. Ao final, o Maj Brig Carminati (caçador nº 705) repetindo uma tradição nas passagens de comando, na aviação de caça, entregou a Bolacha (insígnia) de Comandante do Sétimo COMAR ao caçador Ten Brig Baptista, que discursou em agradecimento pela hospitalidade e a inesquecível recepção.

Base Aérea de Manaus

Na manhã do último dia de viagem, a comitiva assistiu a demonstração aérea com aeronaves e militares, sendo recebida pelo comandante da Base Aérea de Manaus, Cel Av José Roberto DE OLIVEIRA, acompanhado pelos comandantes das subunidades abrigadas naquela Base: Ten Cel Av Márcio Antônio ABREU Jorge Teixeira, comandante do Sétimo Esquadrão de

Transporte Aéreo (7º ETA), Esquadrão Cobra; Ten Cel Av Fernando MAURO Medarne, comandante do Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação (1º/4º GAV), Esquadrão Pacau; Ten Cel Av Marcelo Fornasiari RIVERO, comandante do Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (7º/8º GAV), Esquadrão Harpia e o Ten Cel AV José STUMBO Neto, comandante do Primeiro Esquadrão do Nono Grupo de Aviação (1º/9º GAV), Esquadrão Arara) e o Ten Cel Inf Jorge André CARNEIRO DA CUNHA, comandante do Batalhão de Infantaria Especial (BINFAE) em Manaus.

A comitiva do CAER assistiu o acionamento e a decolagem imediata de uma aeronave F-5 do 1º/4º, Esquadrão Pacau, uma operação de rapel (descer verticalmente com utilização de cabo e outros apetrechos) do helicóptero H-60L Black Hawk, o embarque e desembarque rápido de tropa aerotransportada em aeronave C-105 Amazonas e salto de paraquedistas do Batalhão de Infantaria Especial da Aeronáutica em Manaus (BINFAE). O Cel Inf Edmilson LEITE, o primeiro paraquedista a saltar, conduziu o Pavilhão Nacional que foi entregue ao Ten Brig Baptista. A demonstração encerrou-se com a passagem em baixa altitude das aeronaves F-5, C-97 Brasília, C-105 Amazonas, H-60L Black Hawk. O Cel Av De Oliveira entregou placas de agradecimento ao Ten Brig Burnier e ao Ten Brig Ref. Sérgio Bambini, encerrando o evento. O C-99 decolou no rumo da Serra do Cachimbo, no Pará, onde o grupo cumpriria a última etapa da viagem.

Campo de Prova Brigadeiro Veloso (CPBV): Serra do Cachimbo - PA

Do C-99 podia-se avistar a mudança da paisagem, ao sobrevoar a Serra do Cachimbo, já não mais a selva, mas uma vegetação de cerrado em transição para a floresta amazônica, no Campo de Prova Brigadeiro Veloso (CPBV), onde o grupo foi recebido pelo Maj Brig Jorge KERSUL, comandante do COMAR VI, que deu boas vindas à comitiva acompanhado do Ten Cel AV Sandro FRANCALACCI de Castro Faria, diretor do CPBV, que narrou a história do Campo iniciada no dia 3 de setembro de 1950, ocasião em que a primeira aeronave efetuou um pouso em Cachimbo. A sua inauguração, porém, aconteceu oficialmente em 20 de janeiro de 1954.

O CPBV cujo lema é “Você luta como treinou” é reconhecido internacionalmente por sua capacidade de simulação de cenários, estando apta a proporcionar estrutura de apoio de alto nível para o treinamento de equipagens de combate, terrestres e aéreas, além de executar ensaios, testes e experimentos de interesse do Comando da Aeronáutica. Os visitantes conheceram a usina pioneira de geração de energia hidroelétrica, movida ainda por uma roda d’água, no rio Braço norte. O Campo de Provas possui uma pista de pouso asfaltada (2.599 x 45m), equipada com VOR, DME e NDB, em condições de operar noturno e IFR. Em 2004 foi inaugurada uma pista auxiliar com 1.600 x 35m que possibilita pousos e decolagens em emergência. Fazendo parte do projeto SIVAM, foi instalada na área uma Unidade de Vigilância. O pátio de estacionamento principal tem capacidade para receber até 20 aviões de pequeno porte, sendo dotado de um hangar com instalações completas para uma Unidade Aérea.

O antigo aeroporto foi remodelado para receber os passageiros de aeronaves que passam por Cachimbo. O estande de tiro está localizado acerca de 10 km da pista de pouso, ou seja, a partir da decolagem o mesmo já está no

campo visual do piloto. Dessa maneira, o deslocamento até o estande é mínimo, permitindo que horas de voo possam ser utilizadas em outras missões operacionais. O Campo de Provas tem ainda diversos estandes espalhados ao longo de toda sua área, desde objetivos de oportunidade até pistas e instalações simuladas de mísseis e radares. O CPBV-Cachimbo tem também uma forte vertente na área de pesquisa e na preservação ambiental. Estudos das camadas atmosféricas são anualmente realizadas por pesquisadores nacionais e internacionais, vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisa (INPE). Há também um trabalho de preservação da fauna e flora, de reintegração de espécies de animais, dada a parceria entre o CPBV e o IBAMA na região.

Na Serra do Cachimbo o Grupo de Estudos e os participantes do Curso do Pensamento Brasileiro II encerraram a visita e decolaram para Brasília, onde o Ten Brig Burnier e a sua equipe do COMGAR desembarcaram. Na Sala VIP da Base Aérea de Brasília, o Ten Brig Baptista agradeceu ao Ten Brig Burnier pela presença e a operacionalidade do COMGAR, juntamente com a sua equipe de apoio. Carlos Nejar, escritor, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, confessou que durante a viagem sentiu-se como “a maioria dos cidadãos, pois, também ignorava o trabalho anônimo, perseverante e heróico das Forças Armadas na Amazônia” (leia nesta edição o seu artigo “Um Brasil desconhecido”).

A visita à Amazônia proporcionada pelo Clube de Aeronáutica foi inspiradora, modificando a percepção e a sensibilidade do Grupo de Estudos e dos participantes do Curso do Pensamento Brasileiro II que ao conhecerem a Amazônia Legal, com 24,4 milhões de habitantes e que representa só 8% do PIB, constataram a importância do trabalho das Forças Armadas naquela região, que tem sido objeto de muita controvérsia na imprensa mundial e sobre ela muitos falam, inclusive inverdades.

Pelos relatos dos viajantes, baseados no estudo do Pensamento Brasileiro em harmonizar o conceito de Cultura com o de Natureza, agora, após a viagem de observação e estudos, quando pensarem na Amazônia como sendo uma prioridade nacional, motor do novo ciclo de desenvolvimento, lembrarão que tudo na floresta é superlativo e que “cultivar nossas raízes é plantar os seus ‘ontens’ e regar onde, sem dúvida, está o futuro do Brasil”.

CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO VISITA CONGRESSO, BELÉM E CLA

Paulo Raimundo Pereira Santos

Há seis anos, no Clube de Aeronáutica (CAER) com o incentivo e apoio do Ten Brig Ar Ivan FROTA, presidente do Clube, nascia o Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro, idealizado pelo Cel Av Araken Hipólito da Costa, que logo criou os cursos de Filosofia, Humanidades e do Pensamento Brasileiro. Em 2011, pesquisadores do Grupo e participantes do Curso do Pensamento Brasileiro realizaram a primeira viagem de observação e estudos à Amazônia Ocidental (Sinop; Porto Velho; São Gabriel da Cachoeira; Iauaretê; Manaus e Cachimbo). Entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2012 aconteceu a segunda viagem para a Amazônia, desta vez o destino foi Belém do Pará, passando pelo Distrito Federal e pelo Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, no Maranhão. Mais uma vez, o Comandante da Aeronáutica Ten Brig Ar Juniti SAITO disponibilizou uma aeronave C-99 do 1º/2º Esquadrão de Transporte para realizar o deslocamento da comitiva, nomeando para conduzi-la o Ten Brig Ar Nivaldo Luiz ROSSATO, Comandante do Comando de Operações Aéreas – COMGAR.

BRASÍLIA

Em Brasília o grupo foi recepcionado no Congresso Nacional pelo Brig Ar Rui Chagas MESQUITA, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica – ASPAER, acompanhado pela Ten Cel Patrícia Bárbara Cunha V. Colaço e pelo Ten Cel Av Paulo Costa do COMGAR. Na Praça dos Três Poderes o Embaixador Jerônimo Moscardo, assessor especial de cultura do Senador José Sarney, presidente do Senado, deu as boas-vindas ao grupo e o conduziu às dependências da Câmara de Deputados e ao Senado Federal. Na Sala da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, diante do busto de Bartolomeu de Gusmão, o Embaixador Moscardo enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, através do seu diretor, pela iniciativa de promover a reflexão e o estudo do pensamento brasileiro e que esse trabalho tem pontos de interseção, em sintonia com as atividades desenvolvidas no Centro de Estudos do Senado, a Casa da Federação. O diretor do CAER agradeceu e disse que “não adianta termos uma Nação forte economicamente como é o Brasil, considerado a sexta economia do Mundo e termos um pensamento nacional fraco”.

No auditório do Sexto Comando Aéreo Regional - VI COMAR o grupo reuniu-se com oficiais do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica – CECOMSAER. O Brig Ar Mesquita, chefe da ASPAER iniciou a apresentação, ressaltando a importância da visita dos participantes do Curso do Pensamento Brasileiro. Um painel com apresentação de um vídeo institucional foi mostrado aos visitantes pelo Maj Av RODRIGO Alessandro Cano. O Cel Araken disse que “o Pensamento brasileiro quer saber quem é o Ser Nacional e que Nação é essa?” e que o grupo de estudos trabalha “no aprofundamento do ‘bem

comum', este que antecede o estudo dos valores morais". Falou ainda sobre a "necessidade de elaborar o entendimento de que a Nação deve prevalecer sobre o Estado, fundamentado nos valores nacionais". Explicou que "o Brasil nasceu com ideias portuguesas calcadas na unidade indissolúvel da extensão continental e ao mesmo tempo, solidificou-se uma unidade da língua e a miscigenação racial, amalgamando-se povos e credos". Disse ainda que "o grupo de estudos propõe aprofundar no ambiente filosófico e político a questão: qual será o pensamento que vai erigir a nossa esperada civilização brasileira? Copiar ou aceitar modelos que não traduzem os nossos interesses significa desintegrar qualquer projeto nacional futuro".

O CelAv Gustavo Alberto KRÜGER, Vice-Chefe do CECOMSAER, agradeceu a visita e ressaltou a importância do trabalho de divulgação realizado pelo CECOMSAER das ações da Força Aérea Brasileira, no cumprimento de sua missão síntese de "manter a soberania do espaço aéreo Nacional com vistas à defesa da Pátria". O jornalista João Victorino Ferreira ao entregar uma pequena escultura da "cabeça do pensamento brasileiro" ao Cel Krüger, disse "que ela representa a cabeça de todos os pesquisadores do Grupo de Estudos, naquele emaranhado de fios verdes, amarelos e azuis, onde poderia haver divergências, mas onde todos pensavam o Brasil".

Ao pôr-do-sol o C-99 FAB 2520 decolou de Brasília rumo à Base Aérea de Salvador, onde a comitiva foi recepcionada pelo Maj Brig Ar Luis Antonio PINTO MACHADO, comandante do Segundo Comando Aéreo Regional – II COMAR e pelo Cel Av Maurício Carvalho SAMPAIO, comandante da Base Aérea de Salvador. Na etapa Salvador - Belém embarcaram o Ten Brig Ar ROSSATO, comandante do COMGAR, e o Maj Brig Ar Carlos Eurico PECLAT dos Santos, comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional – I COMAR.

Belém

O pouso noturno na Base Aérea de Val-de-Cães colocou o grupo do Pensamento Brasileiro em contato direto com elementos naturais de mistério que fascinam e ofuscam quando se vislumbra a imensa superfície da floresta e água, além de uma realidade histórica que remonta o século XVII, de uma "Amazônia que esteve à beira do colapso e só é brasileira porque o Marquês de Pombal soube fazer uso de todo o seu poder político para evitá-lo", conforme Gilberto Paim em "Amazônia Ameaçada – Da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça", em edição do Senado Federal, livro que foi apresentado a todos os visitantes pelo Embaixador Jerônimo Moscardo, durante a passagem do Grupo de Estudos pelo Senado.

Um ciclo de conhecimento e observação foi fechado com esta segunda viagem do Grupo à Região Amazônica, que desde o século XVI até o final do século XIX, em mais de 500 viagens exploratórias, teve o olhar de cobiça dos estrangeiros naturalistas, cientistas e exploradores de diferentes partes do mundo, motivadas pelo interesse científico, a dominação, a estética e o mistério. No século XX, outras 21 expedições também enfrentaram a cólera dos deuses e dos mitos amazônicos.

Os participantes do curso do Pensamento Brasileiro perceberam nesta segunda viagem à Amazônia, a necessidade de se entender a linha do tempo: “no século XVI disputavam a região da floresta, povos concorrentes no mar e no comércio das especiarias. Portugal, então unido à Espanha dos Felipes, tinha os seus direitos. E os portugueses sabiam o que deveriam fazer para garantir toda aquela vasta terra e rios. Holandeses na foz do Xingu e em Gurupá se haviam estabelecido onde hoje é o Estado do Amapá. Os ingleses, igualmente, se apossavam de áreas na selva. E os franceses em São Luís do Maranhão, que foram os primeiros estrangeiros a serem expulsos, no que foi chamado de uma “Santa Guerra aos hereges”, por não professarem a religião católica, apostólica e romana dos reis de Espanha e de Portugal”.

“Francisco Caldeira de Castelo Branco saiu de São Luís para expulsar os holandeses e ingleses em operação de guerra, quase totalmente naval, cuja base logística foi ‘Presépio’. Numa espécie de carta de Pero Vaz de Caminha amazônica, escrita por André Pereira, Capitão-cronista português – obrigado a usar a língua espanhola, pois a Corte era Madri e Felipe III de Espanha e II de Portugal –, o autor descreve a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, nascida no berço-fortaleza que deram o nome de Presépio - Forte do Presépio –, legalmente fundada por Francisco Caldeira de Castelo Branco em 12 de janeiro de 1616”, conforme descreve Leandro Tocantins em “Grão Pará” (C^{ia} Editora Nacional, 1979), referência obrigatória para o conhecimento da história do Grão Pará, hoje, Estados do Maranhão e do Pará.

Belém – COMARA

Sentimentos foram despertados na primeira manhã em Belém durante visita a sede da Comissão de Aeroportos da Amazônia – COMARA, onde a comitiva do CAER foi recebida pelo MajBrig Ar Peclat, comandante do I COMAR e Presidente da COMARA e pelo CelAv Ricardo José FREIRE de Campos, Vice-Diretor daquela organização. Em sua apresentação, o Cel Freire falou sobre a missão da COMARA em projetar, construir e equipar aeroportos da Região Amazônica ou em outras Regiões do País, executando obras civis para órgãos da administração Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênios, desde que sejam do interesse do Comando da Aeronáutica. Empolgado com o trabalho realizado por sua organização militar em regiões de difícil acesso – onde as empreiteiras evitam atuar devido às inóspitas condições –, o coronel Freire disse que “a construção de uma pista de pouso não significa para a população da localidade apenas uma pista. A pista é a ligação da população com o país, onde chegam a saúde, produtos e outros benefícios materiais e sociais”. O Maj Brig Marcus VINÍCIUS, atual presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Aeronáutica, membro da comitiva, ex-comandante do I COMAR e ex-presidente da COMARA, falou da importância daquela instituição do COMAER, lembrando que sob a sua direção, “a COMARA ainda era subordinada ao Gabinete do Ministro da Aeronáutica e que via com satisfação a evolução e a modernização da Comissão desde os anos 1980, atualmente subordinada ao COMGAR”. Disse ainda que “a construção de Bases Aéreas de Desdobramento na região foi uma excelente solução para ocupar e defender a Amazônia”.

Base Naval de Val-de-Cães (BNVC)

O Grupo de Estudos do CAER visitou a Base Naval de Val-de-Cães (BNVC), sendo recepcionado pelo comandante daquela unidade da Marinha do Brasil, Capitão de Mar e Guerra Ricardo Barbosa de Barros, que apresentou as atividades daquela Base, cuja missão é prestar apoio logístico às Forças e unidades navais da Marinha do Brasil que operem nas águas marítimas, fluvial ou ribeirinha, sob jurisdição do Comando do 4º Distrito Naval, a fim de contribuir para a defesa da navegação de interesse nacional e para o controle dessas áreas. O CMG Barros – após a exibição do vídeo muito aplaudido “Lancha de Ação Rápida”, em que se pode entender bem o lema “Aqui se garante a presença naval na Amazônia” – respondendo a diversas perguntas, explicou que para cumprir a sua missão, a BNVC dispõe de diversos meios, que foram visitados em seguida, tais como, o Dique seco Alte Raul Barros, as oficinas de máquinas, mecânica naval, estruturas e metalurgia, eletricidade, motores e refrigeração, carpintaria e fundição, grupo de reparos de eletrônica a armamento o imenso guindaste de 12 ton. para apoio a navios docados, além da bacia de manobras, com rebocador de porto, uma Chata de óleo, píer para atracação de navios com facilidades de apoio, heliponto permitindo o pouso de todos os helicópteros existentes na Marinha e frigorífico para apoio aos navios docados.

O Cmt Barros salientou que a presença da Marinha na Amazônia é contínua desde 1728 para preservar a soberania nacional, levando apoio de toda a sorte às populações ribeirinhas que se acostumaram, ao longo de várias gerações, a ver nos navios da Flotilha do Amazonas o maior, senão o único, sinal de presença do Estado. Isso ajudou a manter o senso de identidade nacional e de pertinência ao Brasil daquelas populações, muitas das quais têm contato direto e frequente com a população de cidades dos países vizinhos fronteiriços. Após a apresentação do comandante Barros, no auditório da BNVC, os visitantes percorreram as instalações da Base Naval, conhecendo os diques e demais oficinas navais, além de subirem a bordo do Navio Auxiliar Pará.

O Vice Almirante ADEMIR Sobrinho, Cmt do 4º Distrito Naval, acompanhou a visita e recepcionou os visitantes com um almoço, que contou com a presença do Maj Brig Peclat, Cmt do I COMAR, e demais oficiais da FAB e da Marinha. O Capitão de Mar e Guerra Haroldo BELÉM discursou em nome do Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro, enaltecendo o trabalho realizado pela Marinha do Brasil na Região Amazônica.

CLA – Alcântara

No último dia da viagem o C-99 FAB 2520 decolou de Belém rumo ao Centro de Lançamento de Alcântara, município do Maranhão, distante a 408 km da capital do Estado, São Luís. Trata-se da segunda base de lançamentos de foguetes da Força Aérea Brasileira, criada em 1989. A primeira foi a Base de Lançamento de Barreira do Inferno (BLBI), em Natal.

O Grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro foi recebido pelo diretor daquele Centro, Tem Cel Eng Cesar DEMÉTRIO Santos, que deslocou os

visitantes para conhecerem as obras em construção da Agência Espacial Brasileira – órgão subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia –, em área próxima ao CLA. O Ten Cel Demétrio apresentou no auditório o funcionamento e a atuação do CLA nas missões de lançamento e de rastreamento de engenhos aeroespaciais, coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, incluindo testes e experimentos científicos de interesse da Aeronáutica, relacionados com a política nacional de desenvolvimento aeroespacial. Explicou que todas as atividades exercidas pelo CLA decorrem de projetos e programas previamente aprovados em diretrizes governamentais. Disse ainda que os meios operacionais utilizados para o cumprimento dessa missão são organizados e configurados sempre de acordo com as especificidades de cada operação e disponíveis nos sistemas alocados. De uma maneira geral, o CLA não exerce apenas o conjunto de operações de lançamentos, estabelecido em cronograma de eventos e está voltado, também, para a permanente manutenção e atualização de equipagens, aperfeiçoamento e treinamento de técnicos e engenheiros e modernização dos sistemas dedicados. Foi um dia histórico presenciado pelo Grupo de estudos que visitou a sala de operações, já em contagem regressiva, há três horas antes do lançamento de do foguete de sondagem VS-30/Orion, portando uma carga útil com experimentos científicos, envolvendo uma equipe de cerca de 210 profissionais. Com esta operação, o CLA alcançou a expressiva marca de 9 operações realizadas em 2012, sendo 8 de lançamentos de foguetes de sondagem e treinamento.

Na última etapa, Alcântara – Brasília, ao desembarcar na Sala Vip de autoridades da Base Aérea de Brasília, o Cel Araken em nome do Clube de Aeronáutica, homenageou o Ten Brig Ar Rossato, entregando-lhe um exemplar da “cabeça do Pensamento Brasileiro”, agradecendo a presença do Chefe do COMGAR durante a viagem, o que valorizou a importância do Grupo de Estudos. O Ten Brig Rossato agradeceu e falou do privilégio em acompanhar o grupo e de ter retornado a Amazônia para rever antigos companheiros e a atuação da FAB naquela Região. Disse ainda que acrescentou mais saber em contato com o Grupo do Pensamento Brasileiro.

Esta segunda viagem do Grupo de Estudos à Região Norte reforçou nos participantes a ideia de que “não se pode deixar de reconhecer que a Amazônia é objeto de interesse internacional. São numerosos os indícios de que os idealizadores de sua conversão em área administrada por uma junta de grandes potências dão sucessivos passos na direção desse objetivo...” (Gilberto Paim, 2009). E que a atuação conjunta da Aeronáutica com a Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro garante a integridade e a soberania do imenso território nacional na Região Amazônica.

A visita à Belém marcou os 34 membros do Grupo do Pensamento Brasileiro, especialmente pela calorosa acolhida e o apoio do Maj Brig Peclat, comandante do I COMAR e o apoio da equipe de Comunicação Social do COMAR I, Sr^a Sílvia, Ten Fernandes e Ten Gabriela.

“Há lugares no mundo”, escreveu o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, “em que o visitante chega com expectativas ou ideias sobre o que vai encontrar, mesmo quando nunca antes esteve no local. Paris é um desses lugares, mas o detonador do seu fascínio é mais a sua história como produto da ação humana. A Amazônia é outro, mas sua marca é mais a do mito, a natureza ainda superando o homem como protagonista”.

A VERDADE SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO

Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira

A verdade é um aspecto do ser que tem relação com a inteligência. Nesse sentido, deve-se reconhecer que a verdade é conformidade entre o intelecto e a realidade. Essa asserção desdobra-se em dois planos distintos, embora convergentes e complementares. A conformidade do intelecto com a realidade constitui o que normalmente se chama verdade lógica; e, no plano inverso, a conformidade da realidade com o intelecto é conhecida como verdade ontológica.

A verdade das coisas, a verdade ontológica, é fundamento e medida do conhecimento humano. Como afirma Santo Tomás, “qualquer ente se conhece na medida em que está em ato; e por isso a atualidade de cada coisa é como certa luz interior a ela”¹. É a luz interior – o ser, em última análise, o que a faz verdadeira e inteligível. É a nossa inteligência que depende da verdade ontológica, com uma dependência real:

“A verdade que se diz das coisas com relação ao intelecto humano; o que, para as coisas, é algo em certo modo accidental, porque suposto que não existisse nem pudesse existir o intelecto do homem, as coisas continuariam permanecendo em sua essência. Porém a verdade que se diz delas em relação ao intelecto divino lhes está inseparavelmente unida, pois estas não podem subsistir senão pelo intelecto de Deus, que as produz no ser.”²

Em outras palavras, a verdade ontológica é a verdade de uma coisa que é fruto de uma inteligência que a pensou. É por isso que a inteligência se deve submeter à realidade como medida do seu pensamento. Entretanto a aproximação da inteligência humana ao real dá-se de modo gradual e parcial, nem tanto em função da captação da coisa, mas em razão do juízo ou do julgamento que se pode fazer sobre a realidade.

A sede da verdade lógica é, por conseguinte, o juízo, o ato pelo qual o intelecto une conceitos quando afirma, e separa conceitos, quando nega. Mas o ato de julgar é, na verdade, um processo que consta de várias fases, e realizado como se essas fases não existissem. Quando julgo, estou unindo ou separando conceitos que apreendi anteriormente, mas já os comparei, vi sua conveniência ou não etc.

O juízo, como sede da verdade, está sujeito à fidelidade ao real. E a partir dessa consideração podemos dizer que há vários estados da mente em relação à verdade:

- nesciência: o sujeito não possui nem poderia possuir a verdade;
- ignorância: o sujeito não possui a verdade, mas poderia possuí-la;
- erro: aprovação do falso em lugar do verdadeiro;
- opinião: assentimento sem medo da contraditória;
- dúvida: oscilação entre duas contraditórias, suspensão de juízo;
- fé: assentimento firme baseado no testemunho de outrem;
- certeza: assentimento firme baseado na evidência objetiva.

A realidade é, pois, a referência última para a situação do sujeito pensante, e é em relação a ela que ele pode ter certeza, fé, dúvida, dizer-se ignorante etc.

Dentro desse realismo tomista, de inspiração aristotélica, podemos concluir com uma sentença do nosso filósofo medieval, que ilustra com perfeição sua tendência filosófica, que é ao mesmo tempo teórica e prática: “Assim como é melhor iluminar do que só brilhar, é mais perfeito a verdade aos outros levar do que só contemplá-la”.³ n

(Footnotes)

¹ TOMÁS DE AQUINO. In DeCausis, lect.6.

² TOMÁS DE AQUINO. De Veritate, q.1, a.5, c.

³ TOMÁS DE AQUINO. Summa Theologiae, II-II, q. 188, a. 6, c.

PENSANDO OS FUNDAMENTOS DA ÉTICA

Tiago Adão Lara

O ser humano é um ser ético. Implica isso afirmar que ele, à diferença dos outros seres da natureza, é senhor de dar rumo à própria maneira de existir, de situar-se no universo; torna-se, justamente por isso, imputável, ou seja, pode ser questionado a respeito da própria maneira de ser e agir; torna-se responsável, capaz de dar uma resposta; urgido a dá-la.

A imputabilidade e a responsabilidade, que todos admitimos, tranqüilamente, no corriqueiro da vida, apontam para a aceitação, da parte de todos, de que a liberdade de escolha está dentro de um horizonte de justificativas. Não é admitido o capricho. Agiste, assim, baseado em quê, por quê?

Está colocada a questão: **Ética e seus fundamentos**, ou, dizendo de outra maneira, quais são os critérios éticos, nos quais se apóia determinado comportamento humano? A questão não se coloca para os outros seres vivos. Não se pergunta a uma árvore que fere os olhos de alguém, com os seus ramos, por que agiu assim. Não se pergunta ao cão, por que mordeu o passageiro inocente. Mordeu e pronto. Se houver perguntas a fazer, respostas a cobrar, responsabilidade a aferir, dizem respeito ao dono da árvore ou do cão.

A Ética dimensiona-se com a racionalidade. Temos de dar *razões*, justificativas da nossa maneira de ser e de agir.

Por muito tempo, na História da Humanidade, as perspectivas éticas apoiavam-se na experiência religiosa. Religião e moral andavam juntas. Princípios éticos eram princípios que brotavam da experiência religiosa e que fundamentavam códigos morais, que permitiram o surgir de convivências humanas plausíveis, possibilitaram o cultivo dos costumes, o avançar da convivência civilizada, com todas as ambigüidades inerentes às construções ou produções humanas.

Com o surgir da Filosofia e da Ciência e com o processo de secularização em ato, inicialmente no Ocidente, e, a partir dele, no mundo, a fundamentação ética sob perspectiva religiosa vai perdendo a aceitação. Aliás, a fundamentação do comportamento ético em base religiosa torna-se hoje problemática, pois a experiência religiosa é historicamente variada e, para muitos, já não constitui apelo relevante. Coloca-se, então, a questão: é possível uma Ética de valor universal?

Não é viável desenhar, aqui, um panorama abrangente do que acontece, em plano de reflexão, sobre a Ética, no mundo de hoje. Em vista disso, aprouve-me apresentar, em linhas gerais, o pensamento de Jürgen Habermas, como exemplo do que se pode pretender.

Habermas não abre mão de uma justificativa racional como fundamento de uma Ética de valor universal. Não lhe parece que a morte da Metafísica,

decretada por grande parte do pensamento contemporâneo, feche caminho para tal empreendimento. Esforça-se por encontrar na imanência da linguagem humana, nas condições *a priori* que a tornam possível, a base para tal justificativa.

Afirma ele que os *atos de fala* avançam presunções de caráter necessitante e universal, sem a aceitação das quais, a ação comunicativa humana torna-se impensável, impossível. Antes de tudo, os falantes têm de presumir que o ato de fala satisfaça à exigência de inteligibilidade. Como pensar a comunicação pela fala, se *a priori* não se aceita o compromisso dos falantes com a inteligibilidade a gerar? Nos atos de fala referentes à natureza externa aos falantes, a presunção que se avança, inevitavelmente, é aquela da verdade. Se afirmo que *o céu está azul*, o lastro que possibilita a comunicação é a presunção de que minha afirmação corresponda à realidade constatável pelos participantes do ato de fala. Nos atos de fala referentes aos relacionamentos entre os próprios falantes, é de que os atos a respeito obedeçam a uma normatividade como critérios de avaliação ética. E nos atos de fala que tentam expressar a natureza interna dos falantes, seus pensamentos, seus sentimentos, suas vontades, a presunção que se avança é aquela da veracidade.

Não há para o ser humano como viver humanamente, sem conviver. E não há convivência sem presunção de um medium lingüístico, constitutivamente entretecido por relações que avançam compromisso de aceitação de normas *a priori* de convivência, que é conversação. □

SANTOS-DUMONT E A CULTURA NACIONAL

Sonia Maria de Oliveira Carneiro

Estamos próximos da comemoração do Centenário do vôo do “14-Bis”. É hora, pois, de refletirmos sobre a importância da contribuição de Santos-Dumont à cultura aeronáutica e, em decorrência, à cultura nacional, enfatizando tanto suas características pessoais, quanto o contexto em que suas idéias foram materializadas. E, assim como ele, vislumbrar as novas possibilidades que o futuro nos possa oferecer.

Santos-Dumont e o Espírito da Época

Na virada dos séculos XIX e XX, foram dados os passos fundamentais para, praticamente, todos os itens que compõem a vida moderna.

Paris, a capital das Artes, da Ciência e das novidades, encontrava-se envolta em uma atmosfera de progresso, usufruindo de vários “artefatos” da modernidade: o metrô, o automóvel, o telefone e, posteriormente, o ônibus. Os transportes ficavam mais rápidos e as comunicações, mais fáceis. A magia da eletricidade, a beleza da arquitetura e a alegria criativa triunfavam na Torre Eiffel, o coração dessa imensa paisagem.

Santos-Dumont, ao chegar à “cidade-luz”, em 1897, começou a captar o espírito da época e a visualizar um futuro que se mantém presente até agora. O espírito de então não se enquadra nas categorias da razão humana: é uma propensão, uma tendência sentimental, que, por motivos inconscientes, age com soberana força de sugestão. É uma mudança radical na maneira de ver as coisas.

Não se pode aquilatar, julgar, conhecer um período da História, sem conhecer-lhe a alma, seus desejos e imagens, sem tentar ver o mundo com os seus olhos, nele incluindo, assim, as energias que levaram a essas transformações e mudanças.

A “art-nouveau”, que triunfou na Exposição Universal de 1900 em Paris, utiliza um repertório de formas e ornamentos fundados na observação minuciosa do mundo natural. A “Demoiselle” também teve por inspiração a própria natureza: as libélulas.

Existem profundas afinidades culturais que unem Brasil e França. Quando Pereira Passos remodelou o Centro do Rio de Janeiro, antiga Corte e já Capital Federal, os projetos dos principais edifícios da Avenida Central, agora Rio Branco, foram inspirados em prédios da “Belle Époque”.

Cultura não é somente homenagear o passado no momento presente; ela é, principalmente, uma forma de moldar o nosso futuro. Devemos, assim, resgatar nossa cultura não de forma linear, mas holográfica, em que cada uma se constitui num “holon”, integrando-se às demais e, ao mesmo tempo, diferenciando-se.

Assim, ao se traçar o perfil do passado, devemos estudar os movimentos da História e suas relações com as aspirações, os desejos, os sonhos e as idéias dos indivíduos que nele tomaram parte, buscando, não só, o seu traço conservador mas, sobretudo, o inovador.

O impacto do mundo virtual mudou as relações culturais em todo o mundo. E agora é a oportunidade de fundarmos um capital cultural comum, com suas várias possibilidades. A cultura aproxima os homens e os povos.

Culturas Organizacional e Nacional

A Cultura é uma manifestação humana que se constitui numa instância de construção de significados e veiculação de valores. São idéias e atividades com que fabricamos e construímos nosso mundo.

O conceito de Cultura e, em particular, de Cultura organizacional, já foi definido nas mais diversas formas e sob diversos enfoques. Podemos adotar uma visão de Cultura, segundo o enfoque antropológico, que busca desvendar os significados dos costumes de uma sociedade ou, segundo a visão sociológica, que procura compreender a elaboração dos símbolos. Ambas as abordagens focalizam linguagem, símbolos, mitos, histórias e rituais. Mas, enquanto a primeira busca entender essas manifestações da cultura como variáveis, a segunda as vê como geradoras de significados.

A Cultura de uma organização exprime a sua identidade, servindo de elo entre o presente e o passado, e contribuindo para sua permanência e sua coesão. Ela é construída ao longo do tempo e é aprendida, transmitida e partilhada entre os seus membros.

Todavia, a Cultura organizacional necessita ser fortalecida, tanto interna quanto externamente, devendo, para tal, valer-se de mecanismos e formas simbólicas, como as cerimônias, os emblemas e o culto a personalidades que influenciaram seu destino; e de formas materiais e imateriais impregnadas de significados valorativos direcionados, essencialmente, para o nível emocional da comunicação. Como em todo processo de comunicação, a finalidade é implantar idéias numa ação cíclica contínua.

Assim, ao falarmos em culturas nacional e organizacional, não podemos deixar de homenagear o “Pai da Aviação”, o “Patrono da Aeronáutica Brasileira”, Alberto Santos-Dumont, nascido em vinte de julho de 1873.

Podemos apontar, em Santos-Dumont, características como poder nato, pioneirismo e criatividade, que, aliados a firmeza de propósitos, persistência, organização e sistematização, levaram-no a um “espírito construtor”.

Tais características podem ser observadas em sua vida pessoal: a “Encantada”, em Petrópolis, possui um quarto que, durante o dia, lhe servia também de escritório, e onde, sob a cama, existem várias gavetas. A tendência atual de ocupação dos espaços e de produção de mobiliários leva em conta multifuncionalidade e flexibilidade, aspectos já vislumbrados por ele.

A influência de Santos-Dumont também se estendeu a seu próprio estilo: o relógio de pulso, seu chapéu e seu colarinho ditaram moda.

A imagem de Santos-Dumont constitui-se, assim, num elemento consolidador da Cultura nacional, tanto interna quanto externamente, atingindo vários subsistemas: tecnológico (produto e processo), comportamental (liderança e culto à personalidade) e social (mudança nos costumes).

Assim como os heróis, ele cumpriu o seu destino, concretizando toda a sua genialidade.

Santos Dumont e a Cultura Nacional

No Jornal do Brasil do dia três de janeiro de 1914, foi publicada uma reportagem intitulada “Dumont vira Herói em sua Chegada”, cujos parágrafos iniciais serão transcritos a seguir:

“Depois de longa estadia na Europa onde, mais do que ninguém, soube abrilhantar o nome de sua Pátria, graças à conquista do título de pioneiro da navegação aérea, que lhe valeu a mais gloriosa das celebridades, era justo que, na sua chegada, todo o País vibrasse de entusiasmo, como vibrou, num misto de admiração, apoio e carinho com que os pátrios recebem os filhos que os souberam honrar.”

“Ali, na capital do mundo civilizado, após sucessivas tentativas, adaptou seus pensamentos aos fins práticos que idealizara, oferecendo ao mundo a chave da descoberta que devia assegurar à audácia do homem o domínio do espaço: contornou a Torre Eiffel com o seu dirigível, realizando o primeiro vôo mecânico. A navegação aérea saiu do terreno das fantasias.”

O “14-Bis” foi o primeiro da História a decolar, voar e pousar, o que, numa linguagem atual, significa que as etapas de todo o processo foram validadas quando do “momento da verdade”, tanto pelo público presente, com seus chapéus-coco suspensos para o céu, quanto pelo Aeroclube de Paris e pela Federação Internacional de Aviação.

Aviões a jato e foguetes espaciais são encarnações físicas do princípio da transcendência quando nos libertam, ao menos temporariamente, da gravidade. E foi Santos-Dumont quem tomou a frente no momento de revolucionar as condições de locomoção sobre nosso planeta, tornando realidade o sonho mais antigo do homem.

Devemos, portanto, continuar divulgando a vida e a obra deste inventor e pioneiro, não só na cultura aeronáutica, mas no meio acadêmico e industrial, garantindo, assim, uma identidade própria em meio à diversidade de nossa cultura.

Remontamos, finalmente, ao significado da cultura de uma Nação, lembrando que não são apenas raças e etnias, ou ainda suas combinações que a produzem, mas, também, as classes sociais, as instituições e as organizações.

O resgate da cultura nacional não se limita a consolidar a imagem da Nação naquelas características que possuem apelo no exterior. Antes de tudo, é uma oportunidade de modificar esta imagem, acrescentando-lhe novas formas e cores.

E Santos-Dumont é o nosso “marketing” para a compreensão da verdadeira alma brasileira: quem “deu asas ao mundo e glória ao Brasil”.

A SAGA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS NA FRONTEIRA NORTE DA AMAZÔNIA

Aildon Dornellas de Carvalho

Operação Tiriós – 1960

O distante maciço das Guianas, sem se mostrar nitidamente, parece que só existe nos mapas.

Rios preguiçosos escoam dos degraus das serras para o Amazonas, dificultando o avanço do homem.

Do Amapá para Roraima, só a mata desconhecida e nuvens carregadas. Entre as cidades de Oiapoque e Boa Vista, seus campos de pouso são os únicos apoios nos 1.800 km da fronteira com as Guianas, contornando, com um certo medo, a Serra de Tumucumaque.

O então Chefe do Estado-Maior da 1ª Zona Aérea, Cel.-Av. João Camarão Telles Ribeiro, teve a visão estratégica e prospectiva de construir uma pista intermediária na divisa com o Suriname, aproveitando o descampado natural, estimado em 10.000 km².

Os objetivos da missão, considerando o espírito FAB/Missionário/Índio, previam a construção de uma pista pioneira a 30 ou 40 km da fronteira e a instalação de um Destacamento de Proteção ao Vôo e de uma missão franciscana, atraindo, inicialmente, 1.200 indígenas (*Tiriós*, do grupo *Karib*).

Após poucos meses de árduo trabalho, obstinação e vontade de cumprir a missão (nas corredeiras do Rio Paru do Oeste, as canoas eram empurradas por sobre as pedras), a pequena tropa realizou o planejamento.

As aeronaves que operam na área passaram a ter mais um aeródromo alternativo, mais um porto de reabastecimento, informações meteorológicas e tráfego aéreo.

Tempos depois (1997), Tiriós é sede de uma unidade de telecomunicações, contando com a moderna tecnologia do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), com comunicação por satélite, vigilância radar e monitoramento das frequências veiculadas na área e, também, um pelotão do Exército, apoiados pela FAB.

Ao sobrevoar a área, há os que vêm “*algumas casinhas*”; há os que imaginam como deve ter sido difícil a implantação dessa infra-estrutura em região tão remota; e há os que vêm a presença do governo...

Sempre vale a pena lembrar que poderíamos ter pedido para a Guiana Francesa 89.500 km² do Rio Oiapoque ao Araguari (Questão do Amapá, 1900); e que perdemos 19.630 km² para a Guiana Inglesa (Questão do Pirara, 1904).

E Tiriós, valeu a pena? Como disse o poeta, “*tudo vale a pena, se a alma não é pequena (...)*”

Operação Parima (1961)

Foi o planejamento mais complexo e também a missão mais gratificante da era Camarão, com um leque de soluções alternativas, às vezes confundidas com improvisações.

Desde 1935, a Comissão Demarcadora de Limites, presidida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Brás de Aguiar não conseguia domar as Serras do Parima. A implantação dos marcos também se tornara impraticável, na campanha do General Bandeira Coelho, dez anos depois. Os Rios Parima e Uricóera desorientavam até aos ousados garimpeiros...

A concepção da Operação na fronteira com a Venezuela previa a construção de pistas no topo da Serra, a 1.500m.

Uma primeira fase reuniu a logística no “QG” da Fazenda Santa Rosa, onde também seriam realizados os treinamentos, inclusive de pouso em pistas não preparadas (uma competição de pouso-curto foi vencida pelo Cel. Camarão, com seu “pouso glissado”).

A segunda fase consistia de: “limpeza” da área útil com bombas de NAPALM lançadas por um Catalina; pouso de assalto com aeronave L-6; marcação da pista pelo Topógrafo Santana; preparação do terreno por mateiros, para pouso do C-45 e, posteriormente, do C-47, transportando operadores e um trator D-2.

As Cartas Aeronáuticas disponíveis despertavam mais dúvidas do que forneciam ajuda. Trechos “em branco” e alertas como “*dados incompletos*” e “*dados de altitudes não confiáveis*” forçaram a escolha de outra área mais a leste.

Um helicóptero H-13 daria apoio às emergências, em face da alta possibilidade de acidentes. Por ironia do destino, o próprio helicóptero acidentou-se na mata, ao procurar uma clareira de reabastecimento.

Mas as duas pistas foram construídas, apesar dos prognósticos duvidosos. E mais, os Campos de Auaris e Surucucu foram concluídos já na extensão da operação, em 1962-1963.

Parima “A” foi abandonado, após um reconhecimento de T-6, acompanhando um divisor de águas até o Rio Orinoco.

Como saber dos resultados sem a coragem de tentar e a confiança da experiência?

Hoje, Surucucu tem uma UT/UV (Unidade de Telecomunicações/Unidade de Vigilância) com toda a operacionalidade do SIVAM, um pelotão do Exército e um posto da FUNAI, vizinhos aos evangélicos americanos, na área desde 1960.

Operação Mapuera – 1963

A construção de pistas na fronteira sudeste de Roraima com a Guiana foi um chamamento para dar vida à região.

As grandes árvores e os rios traiçoeiros são guardiões da floresta, da fauna e de seus mistérios.

Na década de 60, uma “república cooperativa” de Cheddy Chang atraiu os asiáticos, na maioria indianos e malaios. Além da cultura completamente diferente, com promessas de terras, esta abertura política poderia abrigar alianças contrárias aos interesses brasileiros e à nossa formação democrática.

As cabeceiras dos Rios Anauá e Cafuini são áreas de difícil acesso e de alta precipitação pluviométrica, mas eram as mais indicadas para as novas pistas.

Os planejamentos enfrentaram esse duplo desafio (somente os vôos de reconhecimento da área consumiram 40 horas) e optaram pela combinação do assalto vertical (por nove pára-quedistas do Exército) com a experiência das equipes da 1ª Zona Aérea, hoje 1º Comando Aéreo Regional (I COMAR).

Anauá, nas bordas dos campos gerais de Roraima, foi concluída em prazo relativamente curto.

Já as dificuldades de Cafuini acarretaram a mudança da clareira “Pelegrino” para uma alternativa mais a leste (a aeronave L-6 de apoio pylonou*).

Placas metálicas foram lançadas por um SA-16, para aplacar a reação lodosa da terra ferida.

Com os primeiros 100m desmatados, uma providencial aeronave STOL L-19 iniciou o apoio logístico e a rotatividade do pessoal que chegou pelos Rios Trombetas e Cafuini. A conclusão dos trabalhos dos hércules da COMARA foi uma questão de garra, orgulho e corrida contra o período de chuvas (isto é, de mais chuvas).

Anauá foi desativado após breve operação do CAN da Amazônia. Os imponentes índios Wai-Wai (Grupo Karib) foram remanejados para Porto Trombetas.

Mas o cordão de vigilância foi recompletado com o asfaltamento de Bonfim e Normandia, sedes de Companhias de Selva do Exército Brasileiro.

“Os homens passam, suas obras permanecem”...

Há críticas: “temerários pousos noturnos em Anauá”...; e “pousos em trilhas de jipe em Gun’ Strip e Ganashen”...

Poderiam ser respondidas: “mas eu também as fiz, como tenente...”

Operação “Cabeça do Cachorro” – 1976

Outro amazônida de coração, com o mesmo espírito FAB/Missionário/Índio, continuou a construção de pistas para a segurança da fronteira norte.

O então Comandante do 1º COMAR, Brig. Protásio Lopes de Oliveira, visitava a região do alto Rio Negro, conhecida como “a cabeça do cachorro”.

Em São Joaquim, a escola local tinha uma placa: “*Escuela para Niños*”. Apesar da boa vontade da professora colombiana, o Brig. Protásio resolveu redimensionar a mentalidade de todas as localidades da área. Talvez pela experiência herdada no apoio aos missionários de Porto Nacional, Araguaia, Tapirapé, Gorotire e Kubenkankern, desde quando era capitão, ajudante-de-ordens do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Querari, São Joaquim, Tanuí-Cachoeira, Serra dos Porcos, Traíra, Santo Atanasio, Içana, Uapuí e Anamoim tiveram novas pistas (e escolas)...

O avanço dos aeródromos para o oeste, iniciado na década de 50, escolheu Tapuruquara, Maturacá, Cucuí, São Gabriel da Cachoeira, Parí-cachoeira, Iauaretê e Japurá, a maioria com Unidades do Exército.

Das pistas pioneiras às asfaltadas, a COMARA chega aos 50 anos com a expressiva marca de 150 construídas na maior floresta tropical do mundo.

Completado o arco da vigilância, são operacionalizadas, em São Gabriel da Cachoeira, o 1º Batalhão de Engenharia, posteriormente 1ª Brigada de Selva, uma UV/DT (Unidade de Vigilância/Destacamento de Telecomunicações) do SIVAM e uma Base Aérea.

Assim como a Arte, a Defesa não tem preço. O custo-benefício mede-se pela segurança que deve preceder ao desenvolvimento. O poder de retaliação desestimula a cobiça internacional e o narcotráfico.

Herdamos do colonizador português uma Amazônia de 4.161.000 km², incluindo a “cabeça de cachorro”, que foi a maior pretensão dos espanhóis, com um ardiloso triângulo de linhas geodésicas, tentando confundir o Tratado de Madrid, de 1750.

Continuamos a política da Coroa lusitana, que já dera certo na Ásia e no avanço para a Amazônia Ocidental, com militares à frente, seguidos pelos missionários. A coragem da Força com a força da Fé.

Este conjunto de acertos é fruto dos ideais de nossos antepassados, por uma Amazônia melhor, mais vigiada e desenvolvida. E, com maior poder de pronta-resposta, certamente menos cobiçada.

O pensamento final é dirigido a alguns que se resignam com uma rotina estéril; aos que reclamam da falta de sorte e de meios; e aos escolhidos que realizam obras e transformam a realidade. □

* *Acidente em que a aeronave fica apoiada nas duas pernas do trem de pouso e no nariz.*

A PROBLEMÁTICA AUTORITÁRIA E A SOCIEDADE NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francisco Martins de Souza

1. O autoritarismo no Brasil instala-se, precisamente, com o regime republicano. Nos fundamentos, é a prática autoritária que se caracteriza no presidencialismo da República Velha e o desdobramento desta consequência é a teorização plena por intelectuais que vivenciaram essa primeira República, para dilatar e reafirmar os desígnios do pensamento autoritário republicano.

2. As questões suscitadas para tal iniciativa partem, em primeiro lugar, da necessidade de afirmação rápida da jovem nação no contexto da Civilização Ocidental, com as contribuições sócio-econômicas e culturais e suas deficiências no âmbito de tal proposta.

3. Do modelo importado do Republicanismo Liberal, bem como do Positivismo (Carta Constitucional de 1891), resultou o rompimento com o modelo que se aperfeiçoava, o da tradição monárquica parlamentar. A falta de uma filosofia ou ideologia acabada imprime rumo diverso da tradição, tornando o novo regime político vítima da improvisação empírica e dos abalos catastróficos das revoluções, bem como da especulação internacional. O “*deixar passar*” do Liberalismo sem desenvolvimento estava gerando a competição diante das formas mal definidas da Economia e acelerando o empobrecimento social.

4. Surge o primeiro teórico para compor uma nova ordem nos princípios caóticos do Liberalismo republicano. É Alberto Torres (1866-1917), que busca, por meio de uma proposta revisionista da Constituição de 91, reformular a direção política e transpor, para o plano da teoria, a prática desorganizada da experiência dos primeiros republicanos. Início das idéias nacionalistas, reorganização da economia e da política como pressuposto para reorganização nacional.

5. O ideário de Alberto Torres desencadeia os sentimentos nacionalistas que se manifestam no Tenentismo e na Semana de Arte de 1922, em São Paulo. O sentido expresso pelos modernistas aponta para a captação da realidade brasileira, seja pela via analítica, seja pela sintética. O esquema modernista traz, de forma embrionária, solução no sentido ideológico dos modos de formação do conhecimento da realidade nacional. O intelectual de maior destaque no contexto modernista da Semana de Arte quanto à produção de idéias políticas foi, sem dúvida, Plínio Salgado (1895-1975), que se tornou o ideólogo de uma nova vertente autoritária do Pensamento Político Brasileiro – o Integralismo – com o intuito de solucionar o grande problema da integração cultural e sua projeção para o futuro.

6. Na esteira da modernização e de seu instrumento principal, o autoritarismo, surge outro ideólogo formado na prática do jornalismo e com formação sociológica – Azevedo Amaral (1881-1942), que desenvolve, de modo bastante claro, o conceito que estava sendo posto como solução para

resolver o impasse Liberalismo-Comunismo, que é o Corporativismo. A solução para o enfraquecimento do Liberalismo, de um lado, e a prepotência totalitária comunista, de outro, seria dada no ponto intermediário, com o Estado autoritário-econômico, sendo que a economia organizada sob a influência estatal seguiria a teorização corporativista. Azevedo Amaral torna-se um dos maiores ideólogos, de grande importância para a implantação do Estado modernizador e que viveu parte da experiência do Estado Novo.

7. Para mudar a estrutura sócio-político-econômica seria necessária a reformulação dos métodos de ensino já arcaizados. Francisco Campos (1887-1968) desenvolve a ideologia do Estado Nacional condutor. A modernização seria acelerada a partir da Reforma do Ensino em todos os níveis, da implantação da Universidade; da modernização da infra-estrutura das Escolas Industriais (o ensino industrial seria o primeiro dever do Estado para com os jovens de menor posse); da Constituição orgânica para implantação da Democracia orgânica pelo instrumento do Estado autoritário; da Economia corporativa; e de todas as demais reformas consubstanciadas no corpo da Carta de 37, da qual foi autor.

8. A organização do Trabalho e do Capital para a nova ordem, quanto à parte técnica, é obra do teórico Oliveira Viana (1883-1951), que reitera o papel do Estado condutor da sociedade ao verdadeiro esclarecimento, como termo da passagem à Democracia autêntica, em que os direitos e deveres serão assumidos de forma plena. Teoriza para o Corporativismo grupalista, fornece ao Estado o instrumental jurídico necessário à implantação dos grandes conglomerados econômicos e de assistência social (os Institutos), todos de formação corporativa. A legislação do Trabalho, as Juntas de Conciliação, as Confederações de Indústrias e os Sindicatos são frutos da organização a que estes pensadores sociais se dedicaram e que se encontram em plena vigência. As idéias desenvolvidas por Oliveira Viana seguem o método utilizado por todos os ideólogos de sua geração, que é a compreensão da totalidade dos problemas mais prementes da realidade brasileira.

9. O autoritarismo, na atualidade, desenvolve novos conceitos, principalmente os que emanam da Doutrina da ESG, no sentido de capitalizar o que foi aproveitado dos pensadores precedentes, bem como verificar os modos de assegurar e desenvolver os benefícios sociais e econômicos já conquistados. Os conceitos são os de Segurança e Desenvolvimento.

10. Como vimos a partir desta exposição parcelada do autoritarismo brasileiro, que se nutriu de diversas vertentes proferidas dos ideólogos que se alçaram do seio da própria sociedade civil, e que se tornaram expoentes no pensamento político brasileiro, não tinham sido ainda devidamente reconhecidas suas influências na condução da prática política. Os ideólogos nunca foram devidamente citados pelos autores políticos; só recentemente, por iniciativa da Universidade de Brasília e da Câmara dos Deputados, parte significativa do conjunto das idéias do Pensamento Político Republicano foi, devidamente, avaliada e publicada, estando ao alcance de todos os interessados em pesquisas.

11. Diante da posição que tomaram esses intelectuais, ou seja, a orientação para o autoritarismo modernizador, perguntamos se deve o Estado ser posto como responsável por todo equilíbrio ou desequilíbrio social e econômico. Lançamos uma hipótese que pode ser reformulada conforme o debate a que tal idéia se expõe. A hipótese baseia-se nos fatos de nossa História Política recente, para não ir além do período republicano. É a de que a sociedade, por enquanto, mira-se não em si própria, mas nas iniciativas do Estado e, enquanto assim fizer, não está preparada para assumir seu papel pleno, sem interferência do Estado. O Estado democrático liberal caracteriza-se pelo Estado mínimo, e o que vemos é a sociedade exigir mais amparo da parte de um Estado que, cada vez mais, se tornará forte pelo próprio exercício do poder científico, tecnológico e econômico que desenvolve.

12. Concluindo este roteiro, poderia apenas fazer pequena proposta para uma reflexão sobre a saída do autoritarismo. A saída não será mediante a mudança de partidos no poder ou de políticos com fórmulas mágicas, pois o Estado não está alicerçado em Partidos de última hora e, muito menos, em vontades individuais transitórias. O alicerce do Estado é sua própria História Política que está, por sua vez, embasada em doutrina que já deu frutos e, cada vez mais, a sociedade cobra de sua eficiência. Quando uma parte conquistada, a exemplo dos Institutos de Previdência, não funciona a contento, a organização dessa parte deve ser repensada. Deveriam os Institutos retomar a sua ordem inicial, conforme os interesses dos associados, por classes? Lembrar que os Institutos foram organizados para a defesa dos interesses comuns, tanto na Previdência, como na Produção e na Economia, conforme doutrina de Oliveira Viana.

A saída, então, só será possível, quando a sociedade estiver suficientemente amadurecida para assumir o seu papel, deixando ao Estado, apenas, a regência das leis, o Estado mínimo, e isso talvez seja possível no próximo milênio. Autoritária é a ideologia de todo o ordenamento do Estado e de sua função, que é a burocracia. Desmontar este arcabouço é tarefa para novos ideólogos ou filósofos que consigam ir além, com instrumental de idéias superiores às dos ideólogos das décadas de 20 e 30 que estão sendo revisitados. Não é tarefa para políticos do imediatismo partidário, estes navegam no fluxo autoritário e não têm muita importância no processo. Só uma grande reformulação no plano das idéias políticas poderá fazer surgir uma Nova Ordem com base nos novos princípios □

A CULTURA BRASILEIRA

Fernando Bicudo

O mundo caminha aceleradamente para uma nova gênese. Estamos verificando que as nações e os povos não mais são conquistados pelas guerras, como acontecia na Antigüidade. Não é mais a força militar que determina o poderio de um povo e as suas conquistas. Os impérios também não são mais formados pelo poderio econômico. Com a globalização da economia, com as transnacionais e com a força dos órgãos internacionais, cada vez mais o capital não é fator determinante do poder de um povo sobre outro, de uma nação sobre outra ou de um grupo sobre o outro.

Cada vez mais o homem busca o conhecimento. Cada vez mais a cultura é reconhecida como o tesouro maior de um povo e de uma civilização. Ela é a conquista maior que temos, é o legado que deixamos para as gerações seguintes.

A sobrevivência de uma nação está diretamente ligada à força de sua cultura. As fronteiras de um povo serão determinadas pelo alcance e pela divulgação dela. Estamos verificando a Europa sendo transformada em um país; estamos vendo a Europa unida. As fronteiras estão desaparecendo e os países passam a ser parte uns dos outros. Estamos vendo continentes.

Recentemente, os governos dos países europeus reuniram-se, preocupados com a pasteurização que se está verificando em suas sociedades. Essa homogeneização imposta pelos meios de comunicação e fruto da globalização está descaracterizando as sociedades que, antigamente, e até muito recentemente, tinham características bem distintas. Se a Europa, continente de tradições culturais seculares, está preocupada com a descaracterização de suas origens e raízes diante da globalização e os governantes resolveram investir verbas vultosas em suas culturas populares e folclóricas para preservação da identidade, o que dizer de nós, aqui no Brasil? Somos um país jovem e dentro de mais alguns anos vamos ter a ALCA, com a América unida. Esperamos que seja unida, justa, mas temos muitas dúvidas a respeito disso. O que será de nossa cultura, da nossa sociedade e da civilização brasileira?

Isso me preocupa, porque ainda estamos vivendo um período em que não temos essa união, verificando-se uma descaracterização acelerada da cultura brasileira. Considero, inclusive, absolutamente errados os mecanismos atuais de incentivo a esse quesito. O Brasil está criando sistemas que são incentivos à cultura universal e alienígena, mas não à brasileira.

Recentemente, há dez anos, começamos a ter leis de incentivo à cultura. O que essas leis fizeram até agora? Onde está ela? Está desassistida. As maiores expressões que verificamos em nossa sociedade são atos de marketing e de valorização de marcas comerciais que se refletem nos grandes

eventos culturais. Basta verificarmos o nome dos nossos eventos: *Free Jazz*, *Carlton Dance*, *Kaiser Rock*. Onde está a brasileira? O que isso tem a ver com o maracatu, com o bumba-meu-boi, com o caboclinho, com a essência nacional? Não vemos isso refletido no noticiário dos jornais ou da televisão. O que existe é uma ação mercadológica, como se fosse um complô contra nossa nacionalidade. Os pequenos grupos folclóricos e da cultura popular e as pequenas e as médias companhias teatrais têm dificuldade muito grande de acesso aos incentivos. Quem tem acesso a isso são os grandes grupos e os grandes produtores que, em sua maioria, estão ligados a grandes grupos econômicos, que valorizam seus interesses comerciais em detrimento dos interesses nacionais.

Sou economista e homem acostumado a fazer projetos. Levei sete meses e fiz exaustivas visitas a Brasília e ao Rio de Janeiro para atender ao que era exigido. Para aprovar o meu primeiro projeto, tive de preencher nove formulários, treze anexos e apresentar oito certidões. Ainda tive de cumprir algumas exigências.

Qual é o grupo brasileiro que se pode dar ao luxo de fazer isso? Em sua grande maioria, a arte brasileira funciona independente de burocracia. Quem pode se submeter a essa forma estatizante que emperra a obtenção desses supostos incentivos?

O que aconteceu, a bem da verdade, foi que, com tantas exigências, o apoio à atividade cultural desapareceu. Antes, os produtores iam às empresas e pediam um quilo de miçangas, dez quilos de plumas, madeira. Agora, não podem fazer isso. Na primeira fase da lei, a empresa simplesmente contabilizava o que era feito como doação e apresentava no seu Imposto de Renda, e a coisa funcionava. Agora, o projeto cultural tem de ser prévio, o que é uma ingerência. A atividade no Brasil passou a ser aprovada pelo Ministério da Cultura. Acabou a espontaneidade! Se o projeto não for aprovado, não há como receber nada, o que dificulta a produção.

Estamos vivendo um momento de extrema carência de recursos para a produção brasileira. Por outro lado, não podemos deixar de pensar que a cultura é o fator determinante da cidadania, é o que vai determinar a sobrevivência do povo brasileiro. Sempre foi olhada como supérfluo. Devemos mudar a visão que temos sobre isto.

A cultura é o elemento mais importante do desenvolvimento econômico de um povo. O elemento mais importante para diminuir as injustiças sociais. A indústria cultural é capaz de criar maior número de empregos no Brasil. É a atividade que maior benefício traz ao país. No entanto, é sempre relegada a segundo plano.

Passei quinze anos fora do Brasil, em auto-exílio. Não damos importância aos nossos valores, não conhecemos o Brasil e não conhecemos a cultura brasileira, que não se encontra nos grandes centros, mas na periferia, no Norte e no Nordeste. O mundo inteiro a reverencia.

Por que não investir de forma eficiente e encontrar mecanismos de apoio para que criemos empregos e possamos aumentar o turismo cultural? Seria uma forma de atrair, inclusive, o investidor estrangeiro. Aquele que vem atrás desse tipo de turismo é capaz de investir no País. Uma forma de atrair o capital estrangeiro é vendê-la e incentivá-lo.

Pergunto-me por que o Brasil, que recentemente criou para a pequena e para a microempresa o imposto Simples, pois não têm infra-estrutura para cuidar de tantos impostos, não faz uma lei simples nessa área? Por que não pensamos em diferenciar o pequeno produtor cultural, que não tem infra-estrutura burocrática e administrativa, para que se possa seguir os mesmos princípios do grande? Por que não valorizamos a produção, baseada na cultura brasileira, com incentivos maiores do que aqueles que estão simplesmente servindo de elemento de valorização de uma marca? Temos de pensar nessas coisas.

Verificamos que existe uma carência de financiamento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico recentemente incluiu o “S”, passando a ser Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse “S”, parece-me, entrou apenas para que ficasse politicamente correto, porque não o vemos. Eu gostaria de vê-lo financiando as atividades sociais com a mesma ênfase que dá ao desenvolvimento econômico. A cultura é o vetor mais importante de desenvolvimento econômico da Nação e o fator primordial, principalmente nas regiões mais carentes do Brasil, para a criação de novos empregos, que é um problema nacional.

O dinheiro investido, recentemente, na fábrica da Volkswagen, que criou duzentos empregos, poderia ter criado duzentos mil empregos no Nordeste. Esses duzentos mil empregos no Nordeste atrairiam – o fator é dezenove – esse número multiplicado por dezenove de outros empregos, que, por sua vez, atrairiam o capital estrangeiro. A indústria cultural é a que mais cresce no mundo e a que tem melhor retorno.

Os senhores se lembram de Nova York, em 1975. Decretaram a falência de uma cidade do mundo capitalista. O prefeito daquela cidade, na época, pegou o seu caixa – havia poucos recursos, insuficientes para que qualquer projeto de sua administração pudesse ir adiante – e destinou a verba aos artistas para que falassem do amor que tinham pela cidade. Essa pequena verba resultou na campanha “*I love New York*”. Devido a esse refrão, a Broadway se revitalizou. Era uma cidade extremamente violenta. Eu morava lá naquela época. As indústrias, o comércio e os serviços saíram de lá, indo para os arredores. A cidade tinha um índice de desemprego altíssimo, o maior dos Estados Unidos. Com a criação do grito de amor por ela e com os espetáculos que aconteceram na Broadway, vieram os turistas; com eles, os hotéis encheram; os restaurantes tiveram de contratar mão-de-obra; a indústria de serviços foi aumentando; as conferências e as reuniões anuais das empresas passaram a convergir para lá novamente; a atividade da cidade começou a florescer de novo; os impostos foram recolhidos e as dívidas passaram a ser

pagas. Nova York saiu da insolvência e voltou a ser – estava perdendo para Londres – o centro financeiro. Hoje, indubitavelmente, é a capital do mundo dos negócios.

Tudo isso ocorreu por causa de um bando de artistas que resolveu falar de amor pela sua cidade.

Não há um brasileiro que ouse falar do amor pelo seu País e pela sua cultura e que ache que temos de pensar na alma nacional. É hora de dedicarmos um pouco mais de atenção às expressões autênticas, que são as festas populares, as músicas e as danças do folclore, essência e base da nossa cultura verdadeira. □

A PROBLEMÁTICA DA ÁREA INDÍGENA RAPOSA - SERRA DO SOL

Aildon Dornellas de Carvalho

Antecedentes

No, Brasil a criação de “*terras indígenas*” data de 1947. As terras reservadas para tal fim representam 11% do território nacional.

Somente em 1980 a FUNAI foi o órgão designado para os ESTUDOS e a SELEÇÃO das áreas a serem demarcadas, dentre mais de três centenas.

Na Amazônia havia uma estimativa de 210 etnias e cerca de 144.000 indígenas, dez áreas de grande porte e centenas de pequeno porte, correspondendo a 20% da região.

A demarcação é descritiva, baseada em mapas da FUNAI, promulgada por decreto-lei, com origens no Ministério da Justiça. Deve assegurar a sobrevivência, a preservação étnico-cultural, as tradicionais áreas de caça e pesca, a segurança e o registro no PATRIMÔNIO da UNIÃO. Modernamente, foram acrescentadas “*áreas de trânsito*”, o que aumentou, consideravelmente, as terras indígenas.

Em Roraima, foram demarcadas: a área “*YANOMAMI*”, em 1991, com 94.000 km² (tamanho dos países da extrema Europa Ocidental), e cerca de 9.000 índios, na região noroeste; e RAPOSA-SERRA DO SOL, em 2005, com 1,747 mil km² e cerca de 9.000 “*caboclos*”, agregados com os “*vaqueiros*”.

A estimativa nacional da FUNAI subiu, rapidamente, para 351.000 índios, o que demonstra a não confiabilidade nos dados estatísticos.

O termo “*YANOMAMI*” foi adotado em 1988 pela ONG de Claudia ANDUJAR, fotógrafa belga, englobando as tribos tradicionais (AUARIS, MAIONGONGS, ECUANAS, GUINAUS, UAICÁS, XIRIANAS, GUARIBAS, ARECUNAS).

...Uma Problemática Forjada

A problemática da área Raposa-Serra do Sol está na intransigência do Governo em não considerar as “*áreas-ilhas*”, que beneficiariam, também os fazendeiros, a maioria com TÍTULOS DEFINITIVOS desde 1927.

Os caboclos aculturados são: MAKUXIS, UAPIXANAS, SAPARÁS, TUALIPANGS, INGARICÓS, PAKUS, SOCÓS, PATAMONAS etc.

Roraima ainda possui duas reservas: Waimiri Atroaris (350 indivíduos, ao sul da BR-174) e poucas aldeias dos imponentes WAI-WAI, no MAPUERA, atualmente concentrados em PORTO TROMBETAS. A “*área contínua*” acabou com os tradicionais pólos econômicos – agropecuária e garimpo – e, inviabilizou a agricultura do arroz, único aporte da moderna tecnologia. Equipamentos holandeses de última geração são, hoje, monstros agonizantes da oxidação.

Os Pólos Econômicos

A Pecuária: Historicamente, o gado foi introduzido no Rio Branco em 1787, por Lobo D'Almada, capitão de Barcelos. Além do reconhecimento dos "campos gerais", aprovou a localização do Forte São Joaquim e ajudou na implantação de três "Fazendas Del Rey".

Em 1927, vieram os fazendeiros nordestinos. Em 1939, já havia fazenda com 3.000 cabeças.

Foi instituído o "regime da quarta" já adotado pelas fazendas da Igreja em São Marcos e Alto Surumu (de cada quatro rezes criadas, uma era do vaqueiro). A meta era a ENGORDA nos sopés das serras e a exportação para abate em Manaus.

O que seria a demarcação em torno das malocas, em 1980, tornou-se uma intransigente disputa. De um lado, mais radicais, as ONGs, o CIMI, a CIR incitando a técnica de guerrilha, na suposta defesa das minorias oprimidas e dos objetivos sociológicos da FUNAI e do IBAMA.

Os fazendeiros limitavam-se a contabilizar o prejuízo (algumas fazendas perderam 6.000 cabeças em cinco anos).

Daí para a frente, a proibição do trânsito dos brancos e a demarcação contínua foi uma demonstração de força do Governo.

A Garimpagem: Grande parte do desenvolvimento e da povoação do Brasil deve-se ao heroísmo dos garimpeiros. As "Minas Gerais", Goiás, Cuiabá, até à Bahia e ao Piauí, com suas pedras brancas e coloridas.

Atualmente, a Amazônia tem as maiores produções de ouro em Serra Pelada, Rio Maria, Redenção, Vale do Tapajós, Madeira, Calçoene etc. Em Roraima, os garimpeiros chegaram cheios de esperança no início da década de 1930. Não se pode negar os vícios que contaminaram os índios e o povoamento do interior, com a corrida do ouro no MAU (1932), o faiscar de pequenas pedras no Quinô e na Serra do Sol (1934), além da explosão de garimpos na Serra do Tepequém (1935). Apareceram as figuras dos donos de barranco, dos diamantários, dos intermediários e dos intrépidos aviadores que apóiam os garimpeiros.

Os sonhos foram contaminados pela esperança de "bamburra" (encontrar um grande veio ou uma grande pedra).

Enquanto a sorte não acontecia, os garimpeiros aumentaram a circulação monetária em Boa Vista, mas também, não tendo como vender, contrabandeavam as maiores pedras e pepitas para São Paulo, Rotterdam e Israel.

No período entre 1947 e 1950 já era considerável a produção de diamantes (19.000/13.000 quilates). Em 1990, Boa Vista foi "invadida" por 80.000 garimpeiros e 200 avionetas. A corrida movimentou 85.000 quilates de diamantes e 5.646 kg de ouro.

O garimpo foi fechado pelo Governo, em 1992.

Paráguá, o segundo rio diamantífero do mundo, vende sua produção para o Banco Venezuelano, ao preço do dia, em agências próximas aos garimpos.

Hoje o “*monumento ao garimpeiro*” na praça do centro cívico de Boa Vista, é um marco-fantasma, uma imagem distorcida, de um passado de sonhos.

Finalmente

É difícil opinar sobre fatos consumados. Como se trata de um decreto-lei, é possível uma alteração política. Na prática, os neurônios recebem sinais distorcidos; mesmo assim, ambos os contendores jogaram suas fichas.

A sociedade atônita não compreende como atividades econômicas tradicionais e de desenvolvimento sustentável são trocadas por **áreas indígenas sem planejamentos diretos nem alternativos**.

Em conseqüência, houve um aborto da agricultura do arroz e da soja, onde foram investidos equipamentos de alta tecnologia. Também não entendemos o não aproveitamento da experiência dos Projetos Calha Norte (1986) e SIVAM (1997).

A arrogância dos caboclos proibindo o trânsito dos brancos renova a síndrome do medo a 6.000 habitantes de Pacaraima, 2.000 de Uiramutã e de Normandia e 1.000 de Surumu.

As flexas da radicalização, com o curare dos interesses internacionais, forjaram uma área problemática, com a conivência da lentidão da Justiça e decisões tomadas a 2.400 km do foco.

Fecham-se as cortinas. Um fim melancólico para 72 anos de trabalho. Por ser tão inverossímil, é possível que novos sonhos acalentem novas esperanças.

A História registra atos e fatos, mas somente as verdades históricas permanecem. As ONGs escondem as suas verdadeiras intenções e corrompem aqueles que, como os avestruzes, se iludem que não prejudicam o Brasil e se vendem por trinta dinheiros □

CASTELO BRANCO E O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Tarso Magnus da Cunha Frota

Nos dias atuais, em que as atividades institucionais são por demais comentadas, não faltando aos brasileiros sérias preocupações com os caminhos da República, chegam à nossa memória palavras de Castelo Branco a um grupo de oficiais das Forças Armadas, antes de sua investidura como Chefe da Nação, fato que permite vislumbrar, no grande brasileiro um estadista, voltado para princípios constitucionais, evidenciando na sua personalidade características de uma vocação CASTRENSE-LIBERAL.

As estórias que se seguem demandam de afirmações do general, ao tempo em que comandou o IV Exército, e proferiu suas palavras na Região Militar, em Fortaleza, Ceará.

Como era tradicional, a oficialidade das Forças Armadas foi convidada a assistir a uma palestra, no Quartel-General, dentro do Programa de Instrução Regional. Em atenção ao convite, os oficiais da FAB compareceram ao auditório, onde o saudoso general foi o Conferencista. Já conhecíamos aspectos profissionais da atuação de Castelo, que, em exercícios de “*operação conjunta*”, era sempre presente. Acompanhando as manobras nos mínimos detalhes, discutia aqueles ligados às Missões Aéreas com muita precisão, deixando atônitos aviadores e demais oficiais com sua elevada capacidade profissional, que na verdade, já tinha sido testada na Campanha da Itália, onde, como sabemos, fez parte do Estado-Maior da Força Expedicionária. O tema da exposição oral a que iríamos assistir era o seguinte: DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS.

No sumário que nos foi apresentado, ressaltavam-se dois itens:
DEFENDER AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS e GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI.

Na pauta de sua apresentação, após a introdução, Castelo deteve-se, por um período relativamente grande, no trato da Constituição e da Democracia. Na explanação, podia-se observar um espírito liberal, vinculado a princípios democráticos, afirmando sempre que: a Carta Magna era a “*Bíblia Cívica da Nação*”.

Fazendo referência aos artigos da Constituição de 1946 que interessavam às Forças Armadas, comentou que cabia ao soldado brasileiro garantir o território, os Poderes, a Lei e a Ordem. Não faltou a Castelo uma análise filosófica da Democracia, dissertando no campo do liberalismo, do Constitucionalismo, da federação e da teoria geral do Estado com muita maestria. Nas suas assertivas não faltaram citações de Hobbes, Tomás de Aquino, Montesquieu, Rousseau, Machado Paupério, Kennedy e outros. Castelo não tinha a preocupação com as definições léxicas e, como Orwell, afirmou que a linguagem política não era sincera. Havia uma honestidade de propósitos com a aceitação dos fatos políticos reais, respaldados por uma

linguagem clara, ordenada, correta e simples. No todo, tomou-se evidente que Castelo era um estudioso da Ciência Política.

Quase ao final da alocução, afirmou que a Democracia era o fator decisivo da paz social, enfocando, ainda, que os Direitos Fundamentais do homem seriam os responsáveis pelo equilíbrio social e pelo próprio funcionamento das instituições. No correr dos anos, guardei minhas anotações das palavras de Castelo em 1963, pouco antes do Movimento de 64. Sempre imaginei que essas posições, postas a público numa fase que se apresentou muito conturbada, nos levaria a um raciocínio analítico no campo da História, que gostaríamos de aventar.

Assim, Castelo se somou a muitos outros militares que se alinharam a um Pensamento Político, buscando, com patriotismo e dignidade, ajudar na condução institucional da vida da Nação. Talvez soe estranho que soldados possam exercer um tipo de influência no todo político da nacionalidade. A modesta e opinativa consideração que buscamos comentar nesta matéria traz a lume à permanente e contínua atividade dos nossos soldados no correr da História, que, reconhecidamente, se tornaram marcas incontestes na vida pública da Nação.

Posto assim, há que se comentar o Tenentismo, época marcante na década de vinte, quando o idealismo de jovens oficiais possibilitou uma preocupação com o mais “*justo e democrático*”. Para os “*meninos-tenentes*”, a República, se afastava, cada vez mais, dos sonhos de Rousseau, Montesquieu e da realidade dos “*peregrinos*”, na América do Norte. Urgia uma ação no Campo Político, na busca do aperfeiçoamento da máquina pública. Nesse contexto, assistimos a movimentos de 30 e 32, que traziam, na sua essência, o espírito do Tenentismo. Castelo é um “*tenentista típico*”, fato este comprovado na condução do Estado, como o primeiro presidente do Período Revolucionário; não há que se negar a forte influência Castelista, dimensionada, também, pela Doutrina da Escola Superior de Guerra, sendo não só um dos seus criadores, como também o grande “*Intelectual Castrense*” da importantíssima ESG, símbolo do “*pensamento político*” no período dos Governos Militares. Ouso afirmar, neste modesto trabalho “*Castro-Político*”, que a “*Dinâmica Histórica do Pensamento Político Brasileiro*” começou a aflorar na Guerra do Paraguai, com a revolta dos comandantes das Unidades e oficiais de Estado-Maior, que regressaram da hostilidade “*republicanos convictos*”, como é por demais comentado por grandes figuras da vida nacional, “*in casu*”, o Positivista Coronel Benjamin Constant, Mestre e Líder na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, onde, além de professor e instrutor de Táticas, era um republicano ardoroso, seguidor do Positivismo de Augusto Comte, tão em moda na intelectualidade e, peremptoriamente, no meio militar. A República de Deodoro e Floriano nasceu nos sonhos dos Soldados, dos Positivistas, dos Republicanos e de uma modesta parcela de estudiosos “*Rousseanos*”, que sentiam a Revolução Francesa como uma verdade cívica, necessária e importante na condução de um pensamento que se fazia imperioso às nações civilizadas. Considerando esse enfoque, Castelo é a essência dos SONHOS REPUBLICANOS dos EXPEDICIONÁRIOS do PARAGUAI, da formação POSITIVISTA da PRAIA VERMELHA, dos IDEAIS TENENTISTAS da década de vinte, dos REVOLUCIONÁRIOS de 30 e 32, da DERROCADA IMPOSTA ao

GETULISMO, do MOVIMENTO de 64, da DOCTRINA ESG e, como GÊNESE final das idéias aqui desenvolvidas, a afirmação que sempre aventamos:

O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO faz parte, no âmbito do seu calendário, da vida pública da Nação brasileira, podendo afirmar-se que os eventos aqui arrolados são o grande testemunho da tese que defendemos.

É CASTRENSE A FORMAÇÃO POLÍTICA DA NACIONALIDADE! □

AMAZÔNIA AZUL

Roberto de Guimarães Carvalho

O Porquê da Expressão “Amazônia Azul”

Como é do conhecimento de todos, existe uma grande e legítima preocupação nacional sobre a “Amazônia Verde”. Órgãos da mídia, segmentos significativos da nossa sociedade e o próprio Governo preocupam-se com a nossa capacidade de exercer soberania naquela vasta área do nosso território.

Em razão disso, existem vários programas e projetos governamentais que carregam recursos para a “Amazônia Verde”, como, por exemplo, o Calha norte e o SIVAM/SIPAM.

A Marinha não discorda dessa visão, e também acha a Amazônia importante, tanto que elevou o nível do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus para o de batalhão (Batalhão de Operações Ribeirinhas); transformou o Comando Naval da Amazônia Ocidental, que era exercido por um vice-almirante; e incluiu na sua proposta do Programa de Reaparelhamento a renovação e ampliação dos seus meios na Amazônia.

Entretanto existe uma significativa área marítima sobre a qual o Brasil também tem jurisdição, que é tão grande, tão rica e não menos importante sob o ponto de vista estratégico, do que aquela imensa área verde.

Quando comecei a estudar esse tema, ninguém parecia, e essa percepção de certa forma ainda persiste, estar muito preocupado com o mar, a não ser a Marinha.

Daí a idéia de se tentar criar uma expressão que se correlacionasse com a Amazônia, com a qual todo mundo se preocupa; que despertasse curiosidade; e que tivesse uma espécie de apelo, ainda que poético, visando chamar a atenção da sociedade, do poder político e, também, dos governantes, sobre a importância do imenso mar que nos cerca, e da imperiosa necessidade de termos uma Marinha pronta para defender os interesses do nosso País no mar, para o que são necessários recursos, que tanto nos têm faltado, pelo menos na última década.

Assim nasceu a idéia da “Amazônia Azul”.

Usei essa expressão, pela primeira vez, no texto de um artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo”, na edição do dia 25 de fevereiro de 2004, na coluna Tendências/Debates, sob o título “A Outra Amazônia”. Para esse primeiro artigo contei com a inestimável ajuda do Contra-Almirante Wellington, a quem renovo o meu agradecimento. Na verdade, o texto foi preparado por ele e eu apenas fiz pequenas alterações e, com a devida autorização do autor, assumi a paternidade.

Aproveitando o fato de o Brasil ter apresentado, à Comissão de Limites da ONU a proposta de prolongamento da sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção da Jamaica – e isso foi uma outra grande epopéia da Marinha e da Petrobrás – escrevi um segundo artigo, cujo título é “No mar, a nossa última Fronteira”, publicado no mesmo jornal e na mesma coluna, no dia 14 de abril de 2005.

Em 11 de maio de 2005, seguiu-se o terceiro artigo, que se reportava aos dois anteriores, também na “Folha” e, na mesma coluna, esse sim com o título de “Amazônia Azul”.

Tendo mostrado o “porquê”, e como a idéia foi sendo construída, passemos para o segundo tópico.

O que é a “Amazônia Azul”

Ao iniciar esse tópico, antecipo minhas desculpas aos colegas de Marinha, aqui presentes, pois vou expor alguns conceitos que já são do conhecimento de todos eles.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada pelo Brasil, estabelece uma série de linhas, áreas, direitos e deveres para os estados ribeirinhos.

Essa projeção sintetiza o que é mar territorial; zona contígua; Zona Econômica Exclusiva (ZEE); o possível prolongamento da Plataforma Continental, até o limite de 150 milhas além da ZEE; e um outro conceito, um tanto quanto teórico, que é o da “Área” dita patrimônio comum da Humanidade.

Como nós brasileiros também pertencemos à Humanidade, devemos também ter interesses na “área”.

Ao ratificarmos a referida Convenção, a área total do nosso mar territorial mais a ZEE era de 3.050.000km², conforme mostra a projeção.

O primeiro passo para atingirmos as atuais dimensões da Amazônia azul foi dado pela Marinha no final da década de 90, com relação aos então denominados “rochedos” de São Pedro e São Paulo, tudo com o amparo de dispositivos da Convenção, com as seguintes providências:

- foi construído um farol, para substituir o que havia sido destruído por um sismo em 1930;

- construiu-se uma estação científica, que passou a ser permanentemente guarnecida;

- mudou-se a denominação de “rochedos” para “arquipélago”;

- traçou-se a linha das 200 milhas ao redor do arquipélago nas nossas cartas náuticas.

Com isso, sem alarde e, também sem contestações, ampliamos a área da nossa ZEE em mais 450.000km².

O segundo passo, ainda em análise pela Comissão de Limites da ONU, foi a proposta brasileira para a ampliação da sua plataforma continental que, se aceita na sua totalidade, aumentará as nossas águas jurisdicionais em mais 950.000km².

A área inicial, mais os acréscimos mencionados, constitui a nossa “Amazônia Azul”.

Sua área total (aprovada a proposta brasileira) será de 4.450.000km², equivalente, em área, a uma nova Amazônia, só que azul, e não verde.

Ela corresponde aproximadamente à metade do território terrestre brasileiro, e nela existem, ou por ela transitam, imensas riquezas, que têm de ser exploradas, mas que também têm de ser protegidas.

Sem entrar em mais detalhes sobre as riquezas, bastaria mencionar que:

- cerca de 95% do nosso comércio exterior (importações a exportações) são realizados por via marítima;

- mais de 80% da nossa produção de petróleo são extraídos do mar;

- as maiores jazidas de gás e fatos recentes mostram a importância de buscarmos a auto-suficiência desse produto, também estão no mar;

- a pesca, a navegação de cabotagem, o turismo marítimo, os esportes náuticos e, no futuro, a exploração de energia e a exploração de minérios no leito do mar são outras potencialidades econômicas da nossa “Amazônia Azul”.

Um outro aspecto que diferencia as duas Amazônias, a verde e a azul, é que na primeira as fronteiras são fisicamente demarcáveis, e estão sendo efetivamente ocupadas por pelotões e obras de infra-estrutura; já na segunda, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que as define e faz que sejam respeitadas são os navios da Marinha, patrulhando-as e exercendo ação de presença. Mas, para isso, a Marinha tem de ter navios. E, como sabemos, “Esquadras não se improvisa,”.

Um outro dado é a nossa área de responsabilidade SAR, definida em acordo internacional, do qual o Brasil é signatário. Ela engloba a “Amazônia Azul” e avança pela denominada “Área”, abrangendo, no seu total, uma área marítima equivalente a uma vez e meia o território terrestre brasileiro.

Resultados já Alcançados

A idéia da “Amazônia Azul” ainda não acrescentou um centavo sequer ao nosso orçamento. Mas, desde o início, sabíamos que isso iria demorar.

O importante é que continuemos insistindo com a “propaganda”, o que faço, sempre que tenho chance, em todas as reuniões e apresentações a que compareço. O nome da lancha do Comandante da Marinha é “Amazônia Azul”.

Mas já tivemos algumas conquistas, e dentre elas citaria:

- na nova versão da Política de Defesa Nacional, o Atlântico Sul já possui a mesma prioridade estratégica da Amazônia, o que não ocorria na versão anterior. Ademais, a expressão “Amazônia Azul” é mencionada várias vezes no seu texto;

- em agosto de 2005, no encontro de estudos realizados pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o título “Visão Estratégica dos Recursos do Mar”, a “Amazônia Azul” foi amplamente discutida;

- em dezembro de 2005, em cerimônia realizada na Escola Naval, com a presença do Ministro da Educação, foi lançado o livro “O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro”. Tal livro, elaborado em conjunto pela Marinha e pelo MEC, aborda a “Amazônia Azul”, de forma que temas ligados à importância econômica e estratégica do mar passam a ser inseridos nos parâmetros curriculares na Cadeira de Geografia, para os alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e para os alunos de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio. Com isso, esperamos começar a despertar a consciência marítima dos nossos jovens;

- a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) criou o Pólo Sul da “Amazônia Azul”;

- o tema foi apresentado e discutido em recente encontro realizado na cidade de São Lourenço, pela Secretaria Nacional de Ação da Mulher;

- inúmeros artigos de órgãos da mídia que abordam a “Amazônia Azul”, sem que a autoria dos mesmos seja de pessoal da Marinha, vêm sendo publicados;

- por fim cito, ainda, como uma conquista, o livro que está sendo lançado aqui, hoje, no Clube Naval, assunto do próximo tópico.

Antes, porém, gostaria de comentar com os senhores não uma conquista, mas sim uma nova idéia, ou desafio, que lancei recentemente em mais um artigo publicado na “Folha de São Paulo”, no último dia 20 de maio, cujo título é “auto-suficiência em Petróleo e a Marinha”. A provocação desse artigo é que a Petrobrás seja, mais do que já é, uma parceira da Marinha, aprontando diretamente para a Marinha, e, portanto, fora dos contingenciamentos orçamentários, os recursos necessários para que seja dada a partida no projeto de construção de navios-patrolha, projeto esse que faz parte do Programa de Reaparelhamento, para que possamos realmente patrulhar a nossa “Amazônia Azul”, prioritariamente nas áreas onde estão instaladas as nossas plataformas de exploração.

Para esse artigo, contei com a valiosa ajuda do Vice-Almirante Afonso.

“Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence”

Tive a honra e o privilégio de escrever a página de apresentação desse novo livro, sem dúvida mais uma conquista da nossa “Amazônia Azul”. Seus autores, que são em número de dez, oito dos quais oficiais da Marinha, conseguiram, com rara felicidade e clareza, condensar em um único volume, dividido em nove capítulos, dados e informações valiosas sobre a importância econômica, a estratégica e até social desse nosso imenso mar.

Tenho a certeza de que esse livro contribuirá, de forma significativa, para que a nossa sociedade, de uma maneira geral, mas principalmente o poder político da Nação, aí incluídos os seus governantes, passem a olhar o mar de frente e compreendam a sua importância para um País que precisa, quer e merece ser realmente grande.

Renovo as boas-vindas ao “Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence”, esperando que ele navegue em águas tranquilas e com ventos favoráveis, para que “esse mar que nos pertence” seja realmente nosso.

Texto extraído da Revista do Clube Naval nº338, abr/mai/jun de 2006.

OLIVEIRA VIANNA E A POLÍTICA

Antonio Paim

Com a queda do Estado Novo, em 1945, a elite liberal comportou-se como se a única ameaça ao sistema democrático-constitucional proviesse de Getúlio Vargas e de seus herdeiros políticos. Ignorou-se solenemente a prática autoritária da República Velha e a incapacidade do sistema representativo, como o concebemos, em lograr a estabilidade política, conforme se verificara nos anos trinta. De sorte que voltamos a repetir aquela experiência malograda: sistema eleitoral proporcional; partidos políticos formados em torno de personalidades, desprovidos de programas ou doutrinas; e prática das alianças de legenda, que permitia a formação de algumas grandes bancadas, no Parlamento, ao arrepio dos resultados proclamados nas urnas. Surgia de novo a evidência de que o sistema democrático era uma flor exótica inadapável ao nosso clima. Essa velha tese, contudo, aparece em feição renovada, muito provavelmente devido às idéias de Oliveira Vianna ou, mais amplamente, do que Wanderley Guilherme chamou de autoritarismo instrumental. Agora não mais se exalta o autoritarismo contrapondo-o ao sistema representativo. Trata-se do instrumento adequado às reformas econômico-sociais que darão suporte ao pretendido sistema liberal. Foi o que se viu em relação à Revolução de 64.

A Revolução de 1964 se fez, segundo a parcela mais representativa de sua liderança, para impedir que o Presidente da República em exercício, João Goulart, fechasse o Congresso, postergasse as eleições e proclamasse o que então se denominava de “*república sindicalista*”, espécie de socialismo caboclo que misturava fraseologia esquerdista e corrupção. A derrubada de Goulart facultaria a retomada do processo de exorcizar o fantasma de Getúlio Vargas da política brasileira, mediante a consolidação da Democracia. As eleições em 1965 consagrariam a liderança e a vitória do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que acrescera à pregação udenista tradicional (fidelidade aos princípios liberais, mas resumindo-os a fórmulas jurídicas, desatentas à problemática da representação) uma atuação governamental dinâmica. A vitória eleitoral de Lacerda permitiria afinal que a UDN chegasse ao poder com possibilidades efetivas de dar cumprimento ao seu programa. No ciclo anterior, a presença daquela agremiação no poder, além de efêmera, se fizera através de lideranças não plenamente identificadas com seu ideário (Governo Café Filho, da morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954 a novembro de 1955; e eleição de Jânio Quadros, que governou alguns meses de 1961, renunciando e provocando a crise que acabaria levando à derrubada de Goulart em março de 1964).

Consumado o afastamento de Goulart, entretanto, a Revolução de 1964 encontra dinâmica própria. Aos poucos assume como tarefa primordial a modernização econômica do País, adiando para período cada vez mais dilatado a prática democrática. O primeiro período presidencial exercido em seu nome (Castelo Branco) acabou durando três anos, isto é, não se resumindo ao término do mandato de Jânio Quadros, transitoriamente transferido a Goulart. As eleições de 1965 foram mantidas, mas apenas para governos estaduais. À derrota governamental em importantes unidades da

Federação seguiu-se a dissolução dos partidos políticos. Promulgou-se nova Constituição em 1967, virtualmente revogada pelo AI-5 (Ato Institucional número cinco), decretado em dezembro de 1968. A imprensa e os meios de comunicação foram submetidos ao controle oficial. Consagra-se o princípio da eleição indireta dos mandatários dos Executivos Federal e Estaduais. E assim emergiu plenamente nova forma de autoritarismo, insuspeitado quando da eclosão do movimento.

O novo surto autoritário não era certamente da mesma índole do Castilhismo. Este formulou-se na fase inicial da República, implantou-se firmemente no Rio Grande do Sul, e acabaria transplantado ao plano nacional por Getúlio Vargas. Vargas acresceria ao Castilhismo a dimensão modernizadora. De certa forma, a Revolução de 1964 incorpora essa dimensão modernizadora, mas está longe de pretender, como o Castilhismo getulista, constituir-se em alternativa para o sistema representativo. A Revolução de 1964 manteria o Parlamento, tolerando o crescimento da oposição. Ainda mais: assumindo o poder em 1974, o seu quarto mandatário, General Ernesto Geisel, que ocupara postos importantes no primeiro Governo (Castelo Branco), proclama que o projeto revolucionário não consiste apenas na modernização econômica em curso, devendo completar-se pela consolidação da Democracia. Ao fim de seu Governo (1978) revoga-se o AI-5. O novo Presidente (João Figueiredo) realiza a anistia e dá início à reforma partidária de 1980. A liberdade de imprensa é restaurada em sua plenitude, seguindo-se a aceitação das escolhas de um político civil (Tancredo Neves) para completar a denominada abertura política.

O ciclo de reencontro do Movimento de 1964 com a bandeira da plena instauração democrática – e que, naquela época, ainda se entendia como a eliminação do Getulismo e a vitória do Udenismo – qualquer que seja o seu desfecho, demonstra que o autoritarismo do período 1964/1978 não se identifica com as formas tradicionais do autoritarismo brasileiro, as mais importantes das quais são o conservadorismo (ou tradicionalismo) católico e o castilhismo. Ambos correspondem a uma recusa do sistema representativo, além de que não acalentavam nenhum projeto de modernização econômica. Na matéria, a proposta mais expressiva correspondia ao corporativismo, que não deixava de ser uma recusa da sociedade industrial.

O projeto de modernização econômica gestou-se no seio do Estado Novo, foi retomado no segundo Governo Vargas (sobretudo através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de que resultaria a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e apropriado pelo Governo Kubitschek (1956/1960), contando com a mais ferrenha oposição da UDN. Durante o período Jânio Quadros – João Goulart (1961/março de 1964) seria inteiramente abandonado, o que retira a possibilidade de considerar-se que a Revolução de 1964 a ele teria aderido por uma questão de inércia, já que não o encontrara em pleno curso. Tampouco se pode sugerir que a nova liderança militar, chegando ao poder, tivesse “descoberto” as verdades do Getulismo – e que, à época, eram muito mais do chamado “Pessedismo” que do braço trabalhista do mesmo Getulismo, agora sob a liderança de Goulart – e as limitações do Udenismo, que era afinal a sua verdadeira base de sustentação política.

Os rumos seguidos pela Revolução de 1964 são reveladores da presença de forças sociais poderosas, visceralmente empenhadas na criação da sociedade industrial. O sucesso alcançado por esse projeto serve também para evidenciá-lo. Nesta oportunidade, não desejaríamos encaminhar nossa investigação no sentido da identificação de tais forças sociais – o que, de certa forma, vem sendo efetivado pelos estudiosos do Estado Patrimonial¹ – mas de sugerir que essa nova versão do autoritarismo tem antecedentes doutrinários no pensamento político brasileiro representado, sobretudo, pela obra de Oliveira Vianna.

Oliveira Vianna nunca formulou plataforma de industrialização do País como instrumento adequado à formação do mercado nacional único e de classes sociais diferenciadas, meio hábil, portanto, para a consecução do seu projeto de liquidação da sociedade clânica tradicional. Essa plataforma seria elaborada pela elite técnica, aglutinada em torno do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico nos anos cinquenta, que o Governo Jânio-Goulart não conseguiu extinguir, sendo ressuscitada pelo Ministro Roberto Campos no primeiro Governo da Revolução de 64. Contudo, a obra doutrinária de Oliveira Vianna, retomada pela Escola Superior de Guerra, dava foros teóricos à convicção sugerida pela prática do sistema representativo após 1945: não é possível realizar qualquer reforma no País se depender do Parlamento. Este guardara ciosamente em suas gavetas, naquele período, muitas leis consideradas essenciais. Assim, a minimização do papel do Congresso tornava-se requisito essencial para o desencadeamento do processo modernizador.

As doutrinas de Oliveira Vianna tinham a vantagem adicional de que não se resumiam a considerar o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas expediente transitório. A experiência do Estado Novo comprovava que a manutenção por prazos indefinidos do governo autoritário tampouco assegura a estabilidade política.

As doutrinas de Oliveira Vianna tinham, entretanto, um defeito capital: a subestimação dos institutos do sistema representativo, que no seu horizonte intelectual pareciam resumir-se à fracassada experiência brasileira. Por isto, do conjunto da pregação de Rui Barbosa retiraria apenas o reconhecimento do papel do Poder Judiciário na implantação e consolidação das liberdades civis (*Instituições políticas brasileiras*, Metodologia do Direito Público, capítulo XII). Eximiu-se da tarefa de criticar o liberalismo do período republicano à luz da própria doutrina liberal em sua evolução.

O que se perdeu na prática liberal brasileira foi a doutrina da representação de interesses. Se os interesses são diferenciados, não se trata de averiguar tecnocraticamente, de forma centralizada, que interesses (mais explicitamente: de que segmentos sociais) vamos erigir em *interesse nacional*. Isto só é possível mediante a livre disputa entre facções. Aos partidos políticos compete circunscrever a massa de interesses a reduzido número de vetores e, em nome destes, disputar a preferência do eleitorado. No Brasil republicano, tudo se resume a Governo e Oposição. A força dessa dicotomia vem sendo plenamente ratificada, pelos percalços do período de abertura política

subseqüente à morte de Tancredo Neves. A Assembléia Constituinte não deu de fato qualquer passo efetivo no sentido de facilitar a aglutinação de nossas correntes de opinião em partidos políticos, recusando frontalmente o voto distrital, mantendo o sistema proporcional e criando toda sorte de facilidades à organização de agremiações políticas, nutrindo assim um fracionamento que serve apenas para sustentar a crônica instabilidade.

A missão da intelectualidade não é certamente sobrepor-se à classe política e alimentar ilusões quanto às virtualidades do iluminismo. O processo histórico tem seu curso qualquer que seja o vigor da intelectualidade respectiva. A circunstância não nos desobriga do esforço de recuperar as tradições culturais do País, buscando tornar inteligíveis as linhas segundo as quais se desenvolve o curso real. E, neste, a linhagem representada por Oliveira Vianna voltou certamente a ocupar lugar de primeiro plano. Cumpre, assim, reconhecer que se trata de tradição das mais fortes e arraigadas, remontando ao Marquês de Pombal. Corresponde, portanto, a uma das formas essenciais de nossa maneira de ser. Parecendo insuperável, nosso voto seria no sentido de que o afã modernizador se completasse pela incorporação plena do ideário do sistema representativo, desde que corresponde à maior realização da Humanidade no plano da convivência social □

¹ *A versão mais importante das doutrinas que caracterizam o Estado brasileiro como Estado Patrimonial é devida a Simon Schwartzman, São Paulo e o Estado Nacional, São Paulo, Ditei, 1975.*

A AMAZÔNIA É UM PATRIMÔNIO DO BRASIL – POR QUE SE PREOCUPAR COM A AMAZÔNIA?

Joselauro Justa de Almeida Simões

Espaço Amazônico

Para se ter uma noção do tamanho da Região Amazônica, toda a Europa cabe dentro dela, com exceção da Rússia. São aproximadamente 5.000.000km² representando 56% do território nacional. Dela fazem parte os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e o Estado de Tocantins. Mais do que a metade da nossa nação.

Ambiente Amazônico

Possui o maior banco genético do mundo, incomparável biodiversidade, 1/5 da água doce e 1/3 das florestas do Planeta. Riquezas incalculáveis no subsolo e imenso vazio demográfico.

Hylé, em grego, significa floresta. A Hiléia Amazônica é o ecossistema mais preservado da Terra. O seu clima é equatorial com 100% de umidade e com chuvas abundantes e sistemáticas.

No Escudo das Guianas, ao norte do Rio Amazonas, as riquezas minerais são pouco conhecidas, o mascaramento da cobertura vegetal oculta o tesouro que se encontra no subsolo. O Grupo Roraima tem, na sua estrutura, um dos mais impressionantes conjuntos de rochas sedimentares. É rica em ouro e diamante.

No alto Rio Negro, encontra-se o maior depósito de nióbio (Nb) do Planeta, metal de “última geração”, utilizado na produção de aços especiais e, em combinação com o níquel e o cobalto, compõe as superligas, indispensáveis à Indústria Aeroespacial.

A vocação mineral da Amazônia é imensa; nos reinos vegetal e animal encontramos o maior banco genético do Planeta. Gerarão produtos alimentícios, medicinais, químicos e outros ainda desconhecidos. Neste particular, temos sido alvo de “espionagem” por elementos estrangeiros, travestidos até de turistas, os quais levam, para o exterior, mudas e sementes que tecnicamente pesquisadas, são transformadas em produtos acabados. É a biopirataria. A exploração do ecossistema é um prato feito para o apetite alheio.

Não devemos esquecer a abundância da energia hídrica.

A pauta alimentícia da Hiléia, além da castanheira, possui açaí, bacaba, bacuri, biribá, buriti, cacau, cupuaçu, graviola, inajá, jenipapo, mangaba, mari-mari, patuá, pequi, pupunha, sapoti, sapucaia, sorva, taperebá, tunucá e tantas outras. É apenas uma amostragem – de fome o amazônida não morre.

Os líquidos viscosos de grande valor industrial são, também, uma dádiva de Deus. O látex não somente das seringueiras, mas, também, o látex da

maçaranduba, da mangabeira e da marupita são usados para o preparo da borracha.

As plantas medicinais são objeto de estudos, sobretudo, de estrangeiros. Os nossos índios conhecedores dos segredos das plantas naturais estão sendo objeto de exploração por pesquisadores alienígenas.

Por Bismark: ***“As riquezas naturais nas mãos de quem não sabe ou não as quer explorar constituem permanente perigo para quem as possui.”***

Regiões Críticas e Áreas Estratégicas

Um dos alvos prediletos dos alienígenas são as reservas indígenas, devendo os brasileiros voltar suas atenções para a penetração de estrangeiros nessas áreas.

Os territórios das *“Reserva Ianomâmi”* e *“Raposa Terra do Sol”* são contíguos às áreas de fronteira e ultrapassam a faixa de 150km, prevista na Constituição.

A região da *“Cabeça do Cachorro”* (São Gabriel da Cachoeira) faz fronteira com a Colômbia, envolvida com ações de guerrilha e narcotráfico internacional, bem como as posicionadas ao norte do estado de Roraima, fronteira com a Venezuela e a Guiana, bastantes vulneráveis em face das nossas despovoadas fronteiras.

Urge acelerar o *“Programa Calha Norte”* pela existência de uma região rica e praticamente inexplorada, despovoada e com fraca presença brasileira ao longo de extensa fronteira de 6.771km, ao norte do Rio Amazonas.

Atos de Governo

Decisões questionáveis e problemáticas.

Então vejamos:

O Presidente Fernando Collor, em Decreto Presidencial, assinado em 15 de novembro de 1991, criou a *“Reserva Ianomâmi”* (9.4 milhões de hectares ou 16.642km²), com área equivalente ao estado de Santa Catarina. Consta que a decisão para a sua criação foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa da Casa de Windsor, cujos pormenores e implicações estratégicas foram arquitetados pelo Príncipe Philip da Inglaterra.

Em 14 de abril de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou as terras indígenas de São Gabriel da Cachoeira, formando um polígono contínuo de 10.6 milhões de hectares (quase do tamanho de Cuba).

Por sua vez, o Presidente Lula assinou a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, homologando a Reserva Indígena Raposa Terra do Sol, de forma contínua, uma área de 1.743.000 hectares, considerada posse permanente dos grupos indígenas INGARIKÓ, MAKUXI, TAUREPANG e WAPIXANA. Tal atitude contraria frontalmente todos os estudos e relatórios promovidos pelo Congresso Nacional.

O Presidente Lula sancionou, recentemente, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que promove a indiscriminada concessão de uso de florestas públicas na Região Amazônica.

Indígenas

A polêmica é segregar ou integrar?

Na demarcação das terras indígenas, qual seria o seu tamanho?

Quais os critérios para demarcar as suas terras?

Precisaríamos de respostas para essas indagações, além de não conhecermos qual a regulamentação da Constituição de 1988, com relação à exploração das áreas indígenas.

As comunidades indígenas são constituídas em **tribos**, geralmente nômades de diferentes etnias e línguas diferentes. Não reconhecemos e repelimos a denominação de **nações** que permite interpretações levianas as quais podem ameaçar os interesses nacionais e até a integridade do território e a soberania nacional.

Narcotráfico

Pela extensão das fronteiras “*abertas*” da Amazônia, que facilitou as penetrações, constróem-se **corredores de passagem** do narcotráfico em direção à Europa e aos Estados Unidos. O mesmo acontece com a Bolívia e a Colômbia, tradicionais produtores de coca. Não possuímos domínio sobre as áreas limítrofes com a Guiana e o Suriname.

Campos de pouso clandestinos, em plena selva, permitem o tráfico de entorpecentes, de armas e de dinheiro. A Amazônia é imensa, e os pequenos aviões voam a baixa altura, dificultando a sua detecção pelo radar (SIVAM).

O Inimigo Invisível

A Amazônia é o **paraíso** da proliferação de doenças tropicais, tais como: leishmaniose, malária, febre amarela, hepatite, dengue, lepra (hanseníase †maior índice depois da Índia), tuberculose e mosquitos que transmitem até cegueira (tracoma).

Os habitantes aclimatados à região (caboclos, índios e seringueiros) são menos afetados. Os brancos são mais vulneráveis a essas doenças.

Cobiça Internacional

Considerações

Desde épocas remotas, existem ambições sobre a Região Amazônica, despertando a curiosidade de famosos cientistas e naturalistas do mundo desenvolvido, em torno da grandeza e das riquezas da área. Teses sobre a livre navegação internacional no Rio Amazonas; e as tentativas do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica reforçavam, em épocas passadas, as más intenções com relação ao nosso País.

Hoje, as ações são concentradas pelas Organizações Não Governamentais (ONG), algumas mascaradas com nobres programações sobre fins humanitários, ecológicos ou científicos, direitos humanos, defesa ambiental e combate a desigualdades sociais. Na realidade, pregam o lema de que a “*Amazônia é Patrimônio da Humanidade*”.

A idéia de que o BRASIL é incapaz de preservar a natureza amazônica já tem simpatizantes na ONU, UNESCO e entidades financeiras internacionais, incluindo até a constituição de uma entidade supranacional para intervir na Amazônia.

As pressões e as presenças das ONG nas reservas indígenas e nas regiões de fronteiras formam praticamente um “*corredor de isolamento*” que favorece a estranhos interesses.

Ação psicológica

Uma verdadeira “*cruzada*” se forma contra o Brasil, desde as vozes de personalidades mundiais até à pregação de que a Amazônia pertence ao mundo.

Os países militarmente fracos correm o risco de ter as suas soberanias violadas. Daí vem a concepção das guerras assimétricas.

As perspectivas crescem com a previsão de escassez da água potável no mundo, por volta de 2025.

Frases de efeito

Entre as diversas manifestações de personalidades contrárias à nossa soberania sobre a área, destacaram-se:

1983 - Margaret Thatcher; 1989 - Al Gore; 1989 - François Mitterrand; 1992 - John Major; 1992 - Mikhail Gorbachov; 1994 - Henry Kissinger; 1996 - Madaleine Albright; 1998 - General Patrick Hughes; 2005 - Pascal Lamy (Presidente da OMC): “*A Amazônia e as outras florestas tropicais do Planeta deveriam ser consideradas bens públicos e mundiais e submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional.*” Observem que Mitterrand, na época, criou a doutrina da “*soberania relativa*” e a doutrina do “*direito de ingerência*”. Hoje já se fala de “*soberania compartilhada*”.

Invasão branca

Esta denominação é a mais sutil e perigosa, pois a manobra envolvente acontece sem armas e sem derramamento de sangue.

As ONGs são financiadas por poderosos grupos internacionais que estão de olho nas nossas riquezas naturais. Os órgãos do Governo não controlam ou fiscalizam as suas atividades. Na realidade, as ONGs estão pesquisando, personalizando ou patenteando a biodiversidade da área, e, até, da cultura nativa. Na reserva de MAMIRAUÁ, e outras, brasileiro não entra.

Pelo Padre Antônio Vieira: “***Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens***”.

Desafios

Cobiça internacional na Amazônia, na busca da reserva incomensurável de pedras preciosas, jazidas das mais diversas, madeiras de lei, plantas medicinais e animais exóticos; ausência de órgãos do Governo na Amazônia, fato já reconhecido pela ABIN; o Conselho Mundial de Igrejas; a demarcação contínua de áreas indígenas; na reserva Raposa Terra do Sol; uma fartura de

ONGs; à Reserva Yanomâmi adentra no território venezuelano, o “*ir e vir*” de “*meia dúzia de índios*” da mesma etnia poderá redundar numa “*expectativa*” de nação em terras pátrias e do país vizinho; biopirataria; pressão de ambientalistas e antropólogos; plantas da nossa flora, com aproveitamento medicinal, patenteadas por laboratórios estrangeiros; demarcação, em favor de quilombolas, de áreas exageradas; a demarcação da reserva do Rio Negro †“Cabeça do Cachorro”; e ineficiência da FUNAI e do IBAMA no gerenciamento dos assuntos amazônicos, pela extensão da área a ser fiscalizada.

Focos de Tensão

A Região Amazônica também apresenta, hoje, outros problemas, tais como: grande interesse internacional pelos recursos minerais e pela biodiversidade; utilização predatória dos recursos naturais; existência do contrabando e, sobretudo, do narcotráfico, cujos recursos financeiros chegam a neutralizar, por vezes, a incipiente presença do poder público; o constante descaminho de minerais e pedras preciosas; a desordenada atividade de garimpagem com graves deficiências sociais e trabalhistas; e as questões decorrentes de conflitos, envolvendo, normalmente, índios, posseiros, grileiros, garimpeiros, empresas de mineração e fazendeiros.

Medidas Acauteladoras

Nota-se a ausência do Estado e a falta de vontade política na resolução dos graves problemas dessa área estratégica, nos aspectos econômicos, psicossociais e militares, de modo a proporcionar melhores condições para a ocupação dos pontos-chaves, no vazio habitado pelos amazônidas.

Os brasileiros devem ter em mente que os nossos netos merecem receber um Brasil forte e intacto. Admitir a perda da Amazônia por decorrência de sua internacionalização significa inviabilizar o País como nação, pois perderemos 56% do nosso território. A opinião pública brasileira desconhece a gravidade do problema, por ignorância ou por falta de esclarecimentos da sociedade, veículos de comunicação e órgãos de Governo.

A presença das organizações militares do Exército na área, a vigilância aérea e o essencial apoio logístico da Força Aérea Brasileira (FAB) na ligação dos distantes pontos do continente amazônico, como também o atendimento, pela Marinha de Guerra, das populações ribeirinhas, abandonadas à própria sorte e isoladas da civilização, são respostas à preocupação com a soberania nacional. O Exército Nacional está empenhado no desenvolvimento da chamada “*Estratégia de Resistência*”, cujos princípios básicos são os de se opor ao **Invasor**, que tenha um poder militar incontestavelmente superior ao brasileiro. É necessária determinação, vontade, paciência e fé, para expulsar os alienígenas. Trata-se também de uma demonstração de não ceder à adversidade, apresentando uma política de dissuasão, de maneira que os possíveis invasores pensem duas vezes e estejam cientes de que pagarão com um **elevado preço em vidas** pela sua aventura.

A possibilidade apresentada não é utópica nem paranóica, pois no atual quadro político mundial, predominam as pressões intervencionistas de organismos internacionais. Precisamos, no entanto, de uma “*vontade nacional*”, para não aceitar a limitação de nossa soberania. Todos os cidadãos

responsáveis, políticos ou não, devem “*acordar*” nosso povo, que se encontra desinformado, de modo que surjam pressões legítimas na formação da **vontade nacional**, possibilitando a defesa da nacionalidade, contribuindo para o ressurgimento do sentimento de pátria, a despeito de todas as nossas mazelas.

Conclusão

Vamos **abrir a janela** e observar a situação do nosso Planeta.

Após o aparente término do “*equilíbrio do terror*”, quando duas potências mundiais se digladiavam pela conquista dos povos, seja por meio do controle ideológico, seja pelo econômico, hoje, observa-se a atuação de uma potência hegemônica e de um grupo de países (grupo dos oito) que determinam o destino da Humanidade. A época da chamada “*Guerra Fria*”, em que predominava o conflito Leste-Oeste, foi substituída por uma confrontação Norte-Sul, em que os países pobres, que detêm, no momento, uma grande instabilidade psicossocial, econômica e política, são constantemente ameaçados pelos ricos, ditos desenvolvidos.

Basta consultar a História para saber que, na política internacional, as amizades entre os países são transitórias, o que predominam são os interesses nacionais.

Na realidade, os brasileiros devem voltar as suas atenções, também, para o Pantanal, o Aquífero Guarani e a extensão de nossa fronteira marítima, hoje, denominada de Amazônia Azul, pela riqueza de sua plataforma continental e a importância na defesa da nossa Soberania.

Na época da tão badalada “*globalização*”, na qual não sabemos o que temos a ganhar ou a perder e levando-se em conta a teoria de que os países não têm mais fronteiras, devemos ficar atentos para não sermos **manipulados** por uma mídia que não sabemos até que ponto seria mera transmissora de notícias, favorecendo interesses de grupos internacionais ou mesmo nacionais.

O lema **INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR** está cada vez mais persistente. No entanto, existe uma luta surda entre os **ambientalistas** e os **desenvolvimentistas**. Não se deve degradar o ambiente ecológico da Amazônia, porém não se deve deixar de desenvolvê-la com critério, como, também, não se deve conservá-la virgem para ser aproveitada e até ser possivelmente degradada por outros povos. **O bom senso deve prevalecer.**

Nosso povo, **principalmente a Classe Média**, está preocupado com as nossas deficiências internas, em que a violência, a corrupção, a impunidade e os maus exemplos ocupam os noticiários dos veículos de comunicação, fazendo com que nos esqueçamos de **abrir a janela**, tornando-nos desatentos ao que se passa no mundo, onde há países que hoje sofrem intervenções econômicas e/ou militares.

Ao encerrarmos o presente trabalho, queremos prestar nossas homenagens a brasileiros que formaram a História da Amazônia, como o temido índio e guerreiro AJURICABA, o desbravador PEDRO TEIXEIRA, o patriota PLÁCIDO DE CASTRO, o memorável BARÃO DO RIO BRANCO, o

idealista MARECHAL RONDON e o GENERAL RODRIGO OTÁVIO, autor da célebre frase: **“ÁRDUA É A MISSÃO DE DESENVOLVER E DEFENDER A AMAZÔNIA. MUITO MAIS DIFÍCIL, PORÉM, FOI A DE NOSSOS ANTEPASSADOS EM CONQUISTÁ-LA E MANTÊ-LA”**□□

PROJETO CALHA NORTE

Manoel Soriano Neto

Pródromos

A Amazônia, felizmente, vem despertando o interesse nacional! Ela é alvo de uma pertinaz cobiça, desde o século XVII, a qual se agudizou, nos dias hodiernos, em vista da progressiva escassez de recursos naturais nos países desenvolvidos. Ao Brasil, que detém cerca de 60% da Gran ou Pan-Amazônia, cumpre guardá-la, defendê-la e explorá-la, racionalmente, sem considerar a opinião dos que a desejam, com escusas intenções, “*preservá-la*” como um intocável museu, parque ecológico ou santuário natural do planeta.

A Floresta Amazônica não pode ser “*congelada*”, como se uma estratégica e imensa reserva técnica/almojarifado fosse, para a utilização, a médio e longo prazos, por nações hegemônicas que, por isso, pugnam por seu tombamento como “*patrimônio comum da Humanidade*”, tal e qual vetustos patrimônios, *v.g.*, da arquitetura de países muito antigos.

A Amazônia, bastante diversificada e contrastante, não é o propalado “*inferno verde*”; ela é, sim, dos brasileiros, para o seu próprio usufruto, pelo que devemos estar aprestados contra veleidades alienígenas em internacionalizá-la ou “*planetarizá-la*”, transformando-a em gigantescos laboratórios de experimentação ou em “*jardins botânicos ou zoológicos*”, em nome de questões ambientais, indígenas, climáticas etc. Para tanto, precisamos saber resistir, mesmo que a ferro, a fogo e a sangue, com os meios de que dispomos, um deles, a “*estratégia da resistência*”.

Advertência Preliminar

Assim, traçados esses prolegômenos, passemos à abordagem do Projeto Calha Norte.

Muito já foi escrito acerca do assunto. Destarte, não há como nos afastar da repetição de enfoques dados ao tema, por vários exegetas ilustres e competentes. Uma dificuldade que exsurge, no entanto, é a seleção do que seja mais relevante dentre tantos aspectos importantes.

Um Pouco de História

a) A partir de fins do século XVI, franceses, holandeses e ingleses incursionaram pelo baixo Amazonas, com intuitos exploratórios, de comércio e de fixação na área.

O povoamento da região teve início em 1616, com a construção do Forte do Presépio – origem de Belém do Pará – caracterizando, portanto, há 392 anos, a presença militar luso-brasileira na imensidão amazônica.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, foram erguidas, em pontos estratégicos, 35 fortificações, de que é modelo o monumental Forte Príncipe da Beira, obra-prima da arquitetura militar colonial.

No Segundo Império, dá-se início à colonização, quando foram criadas colônias militares.

b) Nos dias atuais, deparamo-nos com o grave problema da integração da “*Ilha Amazônica*” ao todo nacional. Este, aliás, sempre foi o sonho dourado, o objetivo-síntese, do patriótico Projeto Rondon: “*Integrar para não Entregar*”. Em várias e extensas áreas amazônicas, a única marca da presença governamental é a existência de singelos aquartelamentos de Pelotões de Fronteira do Exército. E tal fato está compaginado com o assunto em comento, o Projeto Calha Norte (PCN), como apresentado adiante.

Acrescente-se a isso, a cobiça internacional sobre a Amazônia, desde os tempos coloniais. A propósito, em apertada síntese, reavivemos, dentre muitos outros, alguns episódios referentes ao desejo de internacionalizar-se a região ou dela tirar-se o máximo de vantagens. Ei-los:

– a esquipática tese esposada pelo Chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury. Ele propunha a ocupação norte-americana da Amazônia, a qual “*formava com o Golfo do México, um único complexo geográfico, sendo o Rio Amazonas nada mais do que o prolongamento do Mississipi*”;

– a tentativa da UNESCO, em 1948, de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, aceita, de forma subserviente, pelo Brasil, e tão somente depois, rejeitada pelo Congresso;

– a proposta do *Hudson Institute*, apresentada em 1967, de nome “*Plano Mar Mediterrâneo*”, que previa a construção de sete lagos – quatro, no Brasil, e três, na Colômbia – na Floresta Amazônica, e a abertura de uma hidrovia interior, com saída para o Pacífico, alternativa ao Canal do Panamá;

– a persistente campanha, desde 1981, do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, para a criação de “*nações indígenas*”;

– a instalação, nas duas últimas décadas, de 20 bases e guarnições ianques, aéreas ou de radar (as “*forward bases*”) em países amazônicos, nossos vizinhos;

– as declarações ofensivas, de gradas autoridades mundiais, como a mais recente, do Diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), o francês Pascal Lamy: “*A Amazônia deve ser considerada um bem público mundial e administrada pela comunidade internacional*”;

– a fim de melhor promover o desenvolvimento e preservar a soberania nacional, os países amazônicos, por iniciativa do Governo João Figueiredo, avançaram, em 1978, o Tratado de Cooperação Econômico-Social, hoje denominado de Organização do Tratado Inter-Regional de Cooperação

Amazônica (OTCA), conhecido como “*Pacto Amazônico*”. Por diversas razões, o Pacto não atingiu os objetivos colimados, um deles a criação de um Mercado Comum Amazônico (como viria a ocorrer com o Tratado do Mercosul, celebrado em Assunção, em 1991);

– frustradas as expectativas do “*Pacto Amazônico*”, o Brasil passou a estudar um projeto especial para a Amazônia brasileira. Eis a gênese do PCN, que saiu do papel, de forma acelerada, em 1985, em face de um incidente de fronteira, linhas à frente referido.

O Projeto Calha Norte (da criação aos dias atuais)

a) A defesa e o desenvolvimento sustentável da Amazônia são os objetivos prioritários do PCN, hoje com dimensões bem maiores daquelas inicialmente estabelecidas, como assinalaremos.

O Projeto possui várias vertentes, não sendo, como alhures difundido, exclusivamente militar, apesar de que cerca de 60% de seus recursos são alocados para projetos militares. Ele foi desencadeado de forma célere por causa de um incidente provocado pela penetração de guerrilheiros colombianos em território brasileiro, no ano de 1985. Em 4 de julho de 1993, em artigo intitulado “*Algo de Novo e o Calha Norte*”, declarou o ex-presidente José Sarney:

“Quando assumi a Presidência, logo nos primeiros meses, maio de 85, éramos surpreendidos com a presença de uma coluna guerrilheira do M 19, grupo revolucionário da Colômbia, entrando em São Gabriel da Cachoeira para abastecer-se. Para lá deslocamos tropas e os mandamos de volta. Determinei que o Conselho de Segurança estudasse imediatamente um programa de defesa das nossas fronteiras mortas e secas das vastas regiões amazônicas. Veio o Projeto Calha Norte.”

b) Em junho de 1985, foi aprovada uma Exposição de Motivos para a implantação, a curto prazo, do PCN. Assim, sob a orientação do Ministro-Chefe da Casa Militar, General Rubens Denys, dá-se início, em 1986, às ações do PCN na região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, daí o nome do programa. O Projeto (hoje muito mais amplo) abrangia 14% do território nacional, numa superfície de 1.221.000 km², povoada por 1,7 milhão de habitantes, que se estendia pelos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Essa área, dissociada geograficamente do restante do Brasil, pelos rios Amazonas, Negro e Solimões, com 160 km de faixa de fronteira, de Tabatinga ao Rio Oiapoque, carecia (e ainda carece) de um trabalho sinérgico e coordenado de ministérios e de órgãos governamentais. Diga-se que a situação de desassistência dessa ampla região foi minimizada, recentemente, pela transferência de três Brigadas de Infantaria, de Santo Ângelo (RS), de Petrópolis (RJ) e de Niterói (RJ), para Tefé (AM), Boa Vista (RR) e São Gabriel da Cachoeira (AM), respectivamente, com as suas peças de manobra transformadas em Batalhões de Infantaria de Selva (dando ensejo à criação de novos Pelotões de Fronteira) e a instalação de outras Organizações Militares, como vários Tiros de Guerra.

c) Os objetivos do PCN são:

- aumento da presença brasileira na área;
- ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos;
- expansão da infra-estrutura viária para complementar o transporte fluvial, o mais importante fator de integração regional;
- fortalecimento da ação dos órgãos governamentais;
- intensificação da demarcação de fronteiras;
- promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas.

Apesar da benemerência desses nobilitantes objetivos, somente as FFAA responderam à altura, aos desafios por eles propostos. O Exército, já razoavelmente articulado na região, disponibilizou, em seus Pelotões de Fronteira, um pavilhão, denominado de “*pavilhão de terceiros*”, para o acolhimento de órgãos governamentais com responsabilidade no Projeto (INCRA, FUNAI, FUNASA, IBAMA, PF, EMBRAPA, Receita Federal etc.). Lamentavelmente, tais pavilhões estão, em sua grande maioria, ociosos. É que os ditos Pelotões encontram-se no meio da floresta, a muitos dos quais somente se tem acesso por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) ou helicópteros do Exército (há um Batalhão de Helicópteros em Manaus).

Acrescente-se que é notável a implantação de uma estrutura viária na Região Amazônica, pelo 2º Grupamento de Engenharia de Construção, sediado em Manaus, por intermédio de seus cinco Batalhões de Engenharia de Construção.

Também a instituição pelo Exército, com a participação das outras Forças co-irmãs, de uma estratégia de dissuasão, chamada de “*estratégia da resistência*”, treinada desde 1994, constituiu-se em fator relevante para a concretização dos objetivos do PCN, em sua expressão militar.

Não podemos deixar de citar os inestimáveis serviços prestados pela Marinha do Brasil, por meio de navios e lanchas da Flotilha da Amazônia (onde se sobrepõem as ações de misericórdia, de seus navios-hospitais), em 22.000 km de rios navegáveis, e pela criação, na Amazônia Ocidental, de um Distrito Naval, na cidade de Manaus.

Quanto à FAB, gostaríamos de destacar as missões do CINDACTA IV (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo IV), aquartelado em Manaus. Tal Centro absorveu as tarefas do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), ativado desde 2002, em uma área de 5,5 milhões de km², que cobre toda a Amazônia sul-americana. Trata-se do mais sofisticado aparato de monitoramento do mundo, de detecção e alarme aéreo por antecipação, sendo também utilizado, em parceria, por países vizinhos. As missões do citado Centro são as de Defesa Aérea, Controle de Tráfego Aéreo, monitoramento de navegação fluvial, observações ambientais por sensoriamento remoto etc., para as quais dispõe de uma densa e complexa rede integrada por três Centros de Vigilância Regionais, por satélites, radares fixos e móveis, estações meteorológicas e de monitoramento ambiental,

equipamentos avançados de telecomunicações, aeronaves de ataque e de características especiais etc. e de pessoal altamente qualificado. Aduza-se que o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) foi concebido para a coleta e integração de informações relativas ao meio ambiente, à climatologia, e outras, com vistas a ações globais do Governo. O Sistema, diretamente subordinado à Casa Civil da Presidência da República, muito se ampara no trabalho do CINDACTA IV, porém ainda não funciona a contento. A respeito do assunto, atentemos para as afirmações do Brigadeiro Ivan Frota, em seu artigo “*Desmilitarizar, Não! Mas, Sim, Completar a Militarização!*”, publicado na *Revista do Clube Militar*, jan. 2007:

“O CINDACTA IV, sozinho, garante toda a Amazônia brasileira (5.200.000 km²), incorporando a atividade complementar de vigilância dos céus daquela área (Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM) e provendo informações eletrônicas, em tempo real, para viabilizar o funcionamento do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).”

E mais: as responsabilidades da Força Aérea na região, assaz se ampliaram, em decorrência da recente “*Lei do Tiro de Interdição*” (mais conhecida como “*Lei do Abate*”), para a interrupção e inibição de vôos clandestinos de narcotraficantes, contrabandistas etc.

Mas façamos uma visada-à-ré e retornemos à evolução do Projeto, criado, repita-se, em 1985, e implementado a partir do ano seguinte.

O Governo de Fernando Collor modificou, radicalmente, o PCN; e ainda criou, em 1991, a descomunal Reserva Indígena Ianomami, de funestas conseqüências, mormente nos dias atuais (quando outra foi criada, de nome Raposa Serra do Sol, também de dimensões colossais, ambas nas “*orelhas*” de Roraima, ricas em minerais estratégicos, e que podem se transformar em “*nações indígenas*”), em frontal testilha com as metas traçadas para o Projeto.

Em 1999, o PCN, subordinado ao Ministério da Defesa, situação em que se encontra até hoje, foi revigorado, tendo sido firmado um convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Superior de Administração Econômica (ISAE) para o estudo sistêmico de sua área de atuação, consoante sete planos elaborados para os municípios mais carentes.

Desafortunadamente, o Projeto não prosseguiu com o desempenho desejado, ressaltando-se o esforço hercúleo das FFAA para o cumprimento de sua parte no programa, pois além de terem as suas atribuições por demais aumentadas, adquiriram o necessário “*poder de polícia*” para nela operarem, “*ex vi*” da Lei Complementar nº 117/2004.

O PCN ampliou, sobremaneira, ao longo dos anos, a sua área de abrangência, pela inclusão de municípios do Acre e de Rondônia; deveria até ter mudado de denominação, pois não mais abarca apenas a “*calha norte*” dos Rios Amazonas e Solimões. Para aferirmos, atualmente, a grandiosidade do programa, diga-se que ele engloba 194 municípios dos estados do Acre,

Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, numa área de 2.743.986 km², correspondente a 32% do território nacional. Esta imensa área possui quase oito milhões de habitantes, dentre estes, 30% da população indígena do País.

Lastimáveis, apesar do gigantismo alcançado pelo PCN, são os sucessivos cortes e contingenciamentos de recursos que o Projeto vem sofrendo desde a sua criação, sendo correto afirmar-se que ele é dinamizado, quase que exclusivamente, pelas FFAA.

Conclusão

Os problemas amazônicos não devem ser vistos somente pelo viés de questões ambientais, indígenas etc. Urge que sejam encarados também sob os enfoques militar, de defesa e de guarda da ambicionada região. Todos esses problemas são imbricados e o PCN, do qual fizemos uma breve abordagem, teve o grande mérito de isso evidenciar.

Na Amazônia brasileira há um “*vazio de poder*”, como afirmou o atual Comandante Militar da Amazônia, General Heleno. Caso não sejam tomadas urgentes providências, aos poucos e sub-repticiamente, máxime por uma “*invasão branca*”, de espiãs e traiçoeiras ONGs, nacionais e estrangeiras, esse vazio vai aumentar.

Infelizmente, nas duas últimas décadas, o Brasil submeteu-se (e continua se submetendo), precipitada e humilhantermente, à “*nova ordem mundial*” – da globalização neoliberal e da ganância desenfreada. Foram, e estão sendo cerceadas, neste período triste e vergonhoso, que, no futuro, inexoravelmente, a nossa História há de apontar, as justas pretensões brasileiras nos campos científico-tecnológico, nuclear, aeroespacial, militar etc., mercê da subserviência de nossos governantes e elites dirigentes aos ditames dos mais poderosos, com quem celebramos vexatórios acordos, como se fôssemos a “*Botocúndia do Jeca Tatu*”, para relembrarmos do nacionalismo de Monteiro Lobato... Precisamos, imediatamente, resistir, reagir e exacerbar o orgulho nacional, hoje bastante amolecido, não vergando nossa cerviz a interesses atentatórios à soberania nacional. Lembremo-nos da altivez de um Brigadeiro Eduardo Gomes que, em 1945, após solicitação do Vice-Almirante dos EUA, Jonas Ingram, para que ele propusesse ao Presidente da República “*uma administração mista*”, acima da soberania brasileira, para as Bases do Nordeste, respondeu, pronta e bruscamente: “*Never!*”.

Por derradeiro, alertemos: o pretexto de que o PCN nada mais é do que “*a militarização da Amazônia – pulmão do mundo*” – vem sendo brandido por entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ONGs de rapina, parlamentares vendilhões e tantos outros “*malditos-sejam*”, inquinados de mentalidade entreguista e/ou revanchista. Tal mentalidade retardou e está retardando as patrióticas e constitucionais atividades do Projeto, principalmente pelos infames e sistemáticos cortes e contingenciamentos de verbas destinadas às FFAA e que o impulsionam, prioritariamente, como nenhuma outra Instituição faz □

A PROBLEMÁTICA INDÍGENA NO BRASIL

Manoel Soriano Neto

Considerações Preliminares

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VIII – Dos Índios – nos artigos 231 e seus parágrafos, e 232, estatui normas a respeito do assunto. O “caput” do precitado artigo 231 reza, “*ipsis verbis*”: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. É preciso que se atente para a expressão “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, ou seja, **ocupavam**, em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação de nossa Lei Magna. Assim, os índios brasileiros só teriam direito às terras que ocupassem naquela data, como assinalou, com acurácia, o eminente jurista Ives Gandra. Entretanto, por força de uma muito complacente, liberal e abusiva legislação infraconstitucional (Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas) com base em laudos antropológicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), eles passaram também a ter direito às terras que dispunham no passado longínquo (“*imemorais*”), de difícilíssima precisão, evidentemente. Por isso, os indígenas são donos, hoje, de 13% do território nacional, discriminando-se, de forma injusta, o restante da população brasileira. A propósito, aduza-se, por ilustração, que está em curso um processo semelhante, “*mutatis mutandis*”, de concessão de terras a comunidades quilombolas (para não falar nas famigeradas cotas raciais para ingresso de sedizentes negros ou “*afro-descendentes*”, nas Universidades), processo esse que também vem sofrendo acerbas críticas de acendrados patriotas que não desejam ver o amado Brasil em desagregação social e, mais ainda, fracionado em sua inigualável integridade territorial, herdada de nossos avoengos lusitanos.

Em decorrência do anteriormente exposto, foram demarcadas, em área contínua e em faixa de fronteira (!), desconuns Reservas Indígenas, como a lanomâmi (uma etnia “*inventada*” por antropólogos, como nos deu conta o saudoso Coronel Carlos Alberto Menna Barreto, em seu livro “*A Farsa lanomâmi*”), e a Raposa Serra do Sol, nas “*orelhas*” ou “*chifres*” do estado de Roraima, correspondendo a quase metade de seu espaço territorial. Isso equivale a uma verdadeira “*reterritorialização*” do mais jovem e pobre estado brasileiro, que se inviabilizou como ente autônomo da Federação, só e tão-somente só para a satisfação de interesses escusos da ONU e de nações hegemônicas, igualmente com espeque em controvertidos argumentos, repise-se, de antropólogos da FUNAI, de que os silvícolas necessitam “*perambular*”, para sobreviver...

Traçadas essas observações iniciais, para melhor entendimento do tema, passemos a analisá-lo em maiores detalhes.

Aspectos Históricos de Relevância

a) A causa indígena remonta à nossa proto-história, devendo-se fazer menção à Igreja Católica, particularmente ao pioneirismo dos jesuítas da Companhia de Jesus, que, desde o século XVI, deram proteção aos aborígenes brasileiros, tudo fazendo para livrá-los da escravidão e da perseguição praticada por não-índios. Extraordinária nesse sentido foi a abnegada atuação dos padres José de Anchieta e Antônio Vieira. Digno de nota, igualmente, foi o processo de evangelização desenvolvido por jesuítas, franciscanos, salesianos, dominicanos, capuchinhos e outros, que pode ser considerado como a gênese da integração dos silvícolas à civilização trazida pelos portugueses, integração essa que correntes neo-humanistas (tendo à frente a FUNAI, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, ONG's nacionais e estrangeiras e diversas outras Entidades) vêm duramente criticando. A causa em comento, hoje umbilicalmente ligada à ambientalista, foi percutientemente estudada por eminentes brasileiros e estrangeiros, por meio dos mais diversos vieses, como o Marquês de Pombal, José Bonifácio, um dos maiores adeptos da tese de integração dos índios ao todo nacional; o escritor José de Alencar e os poetas Gonçalves Dias e Basílio da Gama, inspiradores do *“indigenismo”*, uma corrente da literatura brasileira; os escritores Gilberto Freyre e Antônio Calado; os sertanistas irmãos Villas Boas; o etnólogo Darci Ribeiro; o médico Noel Nutels; os cientistas e pensadores Lévi-Strauss, Curt Unkel e Von Lhering, e tantos outros. Entretanto, o mais gigante deles foi o insigne Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ele labutou com afinco naquele órgão, afirmando, desde sempre, que o fazia *“para a realização do sonho de José Bonifácio”*, na formulação de uma política cujo escopo era *“a incorporação definitiva e espontânea do índio à civilização brasileira”* (o atual presidente da FUNAI, demonstrando um total desconhecimento histórico, para dizer o mínimo, vem distorcendo o pensamento do ínclito Marechal, que sempre lutou, com muito afã, pela aculturação dos índios!). O seu lema: *“Morrer se preciso for; matar, nunca!”*

b) Como hoje se evidencia o sonho de José Bonifácio e de Rondon não foi concretizado, mercê do ideário neoliberal, internacionalista e entreguista dos responsáveis pela condução da Política Indigenista brasileira, que visa, de forma sectária, apartar as tribos, da comunidade nacional. Tal Política é, portanto, *“lamentável para não dizer caótica”* (como afirmou, recentemente, o General Heleno, Comandante Militar da Amazônia), bastando observar-se um único exemplo: os indígenas de Roraima constituem somente 9% da população do estado e ocupam quase 50% de seu território, em duas colossais Reservas que fazem fronteira com países vizinhos, como já assinalamos, e cujo subsolo é riquíssimo em minerais estratégicos, de terceira geração. Acrescente-se que, em todo o Brasil, onde são apenas uma parcela de 0,2% da população, os índios estão estabelecidos em uma área total, que tende a se ampliar, de um milhão e 114.000 quilômetros quadrados, correspondente a 13% de toda a extensão territorial brasileira. Algo, pois, está errado e urge que seja consertado o quanto antes, para evitarmos surpresas funestas à Soberania Nacional, como foi a recente Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU, com o absurdo voto do Brasil.

O País Traído

a) A implosão da brasilidade

O nosso País é fruto do “*luso-tropicalismo*”, como nos ensinou Gilberto Freyre. A consolidação da nacionalidade brasileira se fez, basicamente, por uma intensa miscigenação e pela notável unidade lingüística e territorial, processo que foi consubstanciado com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, há duzentos anos, tudo redundando na invejável Unidade Nacional deste País-Continente. Diga-se que o Marquês de Pombal, em 1759, não mais permitiu que o País tivesse dois idiomas, instituindo o Português como língua oficial do Brasil, eis que o “*nheengatu*”, língua indígena tupi, conhecida como “*língua geral*”, crescia entre a população, chegando a superar o idioma lusitano. Em suma, a nossa nacionalidade é de extração essencialmente portuguesa. Ela não provém das malocas indígenas, nem das cubatas africanas ou de outras etnias, que, inegavelmente, também muito contribuíram para tal. É disto que nos devemos ufanar, máxime no presente ano, quando celebramos o ducentenário da vinda de Dom João para o Brasil.

Desafortunadamente, entretanto, maus brasileiros desejam implodir esse belo legado lusitano, na tentativa (que vem obtendo êxito, consigne-se) de conceder aos diversos grupos indígenas, um “*status*” totalmente diferenciado do restante da população, como se não fôssemos uma só Nação e um só Povo. Assim, deturpam, propositadamente, o conceito semântico de “*Nação*”, a fim de estendê-lo aos aborígenes, com o intuito de conceder-lhes autodeterminação e soberania territorial em relação ao Estado brasileiro, em frontal testilha com os artigos 1º e 4º da CF/88, o que pode redundar no fracionamento da unidade territorial e lingüística, alcançadas com ingentes sacrifícios por nossos ancestrais, ao longo de pouco mais de cinco séculos. É disto que passaremos a tratar.

b) A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas

– Como se não bastasse a aprovação do Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a lesiva e inconstitucional Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com relação aos “*povos indígenas e tribais*”, na qual é repetida, exaustivamente, a expressão “*povos indígenas*” (que é uma porta aberta para a criação de enclaves ultranacionais, com vistas à internacionalização da Amazônia), a ONU aprovou, em 13 de setembro de 2007, com o voto do Brasil, a Declaração em epígrafe, que beneficiará 370 milhões de indígenas em todo o mundo.

– O grande objetivo deste Protocolo internacional é o enfraquecimento dos Estados Nacionais, crime de lesa-pátria, com a intenção de seccioná-los, por meio de ações independentistas de etnias tribais, criando-se Estados dentro de Estados. Aduza-se que já existem estudos no sentido de serem instaladas, em algumas aldeias das terras indígenas brasileiras, zonas francas de livre-comércio com o exterior, operadas pelos índios, com vistas à exploração de minérios e da fauna e flora da biodiversidade amazônica; tudo isso faz parte do que hoje se denomina de “*guerra ou estratégia de quarta geração*”, ou seja, quando um Estado Soberano sofre uma “*invasão branca*”, por parte de entidades e organizações, normalmente a serviço de potências globais, como as ONGs – predadoras e espiãs. Elas são como “*tropas de ocupação*”, sucedâneas de adestradas e bem equipadas tropas de um Exército invasor, com o desiderato de impedir, no caso, o desenvolvimento e o usufruto, pelos brasileiros, da Hiléia Amazônica, visando à sua internacionalização. Os pregoeiros desses despautérios, que vêm brandindo, iterativamente, argumentos favoráveis à causa ambientalista-indigenista, tão em moda,

hodiernamente, citam exemplos de velhos Estados como a Espanha (onde existem províncias com elevado grau de autonomia), como o Vaticano, na Itália, vários Principados etc., que podem conviver com as populações das Nações hospedeiras. Para eles, nada há de novo ou de anormal, se forem criadas “*Nações Indígenas*” no Brasil, pois acreditam no velho mito de que “*o bom selvagem deve ser segregado dos males do mundo*”, como preleciona uma malsinada antropologia de cariz ideológico e antipatriótico, empalmada pela FUNAI, pela CNBB, pelo CIMI, pelo Ministério da Justiça, “*et cetera*”.

– Tudo começou no ano de 1993, declarado pela ONU, como “*Ano Internacional dos Povos Indígenas*”, quando foi elaborada uma minuta sobre os Direitos desses Povos, origem da dita Declaração, à qual o Brasil sempre se opôs. Porém, de uma hora para outra, de forma estupefaciente, votou a favor da mesma, que foi aprovada por 143 países, com 11 abstenções e apenas quatro votos contrários: os do Canadá, dos Estados Unidos, da Nova Zelândia e da Austrália.

– A Declaração é composta de seis Partes, com 15 parágrafos “*preambulares*” e 30 “*operativos*”, cujos termos integrais poderão ser compulsados no portal da ONU: www.onu-brasil.org.br.

Mas atentemos somente para três dos ditames inculpidos nessa infeliz Resolução: “*Os indígenas terão livres estruturas políticas, econômicas e sociais, especialmente seus direitos a terras, territórios e recursos*”. **Observação:** assim, ficam criados Estados dentro de Estados Nacionais e/ou estabelecidos enclaves no País considerado, onde os índios poderão reivindicar a independência.

“*Os indígenas têm direito à autodeterminação, de acordo com a lei internacional*”. **Observação:** por este mandamento, os silvícolas é que arbitrarão, autônoma e livremente, as suas relações com os Estados nos quais habitam.

“*O Estado deve reconhecer a necessidade de desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas*”. **Observação:** eis uma cláusula de gravíssima implicação para as FFAA, que terão, “*verbi gratia*”, de desativar e retirar das terras indígenas (TI), os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e as Bases Aéreas.

E saliente-se, por muito relevante, que a precitada Declaração, se aprovada pelo Congresso, nos termos abaixo transcritos, incorporar-se-á à Constituição, “*ex vi*” da Emenda Constitucional nº 45/2004, já recepcionada pela CF/88, em seu parágrafo 3º, do artigo 5º, com a seguinte dicção: “*Os Tratados e Convenções Internacionais sobre direitos humanos, que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quartos de seus membros, serão equivalentes às emendas constitucionais*”. Ora, uma legislação recém-incorporada à Lei Maior, que dá ensejo à fragmentação de nosso território e à luta fratricida, afigura-se falsa, deletéria e ilegal, e se conflita, lembre-se, com os mandamentos dos artigos 1º e 4º da mesma Carta Magna.

– Muito mais poderia ser dito acerca das esquipáticas regras da Declaração, a qual dará ensejo, certamente, a reivindicações territoriais que poderão amputar partes da Amazônia, como bem observou o eminente

Professor Dr. Marcos Coimbra, alertando que pode ocorrer no Brasil um “*processo de balcanização*”, com a eclosão de movimentos separatistas indígenas, mercê da falta de visão (proposital?) estratégica das autoridades governamentais e da atual Política Externa brasileira. É válido, pois, concluir-se, que vários “*Kosovos*” poderão surgir na Amazônia brasileira, nas reservas indígenas de Roraima e em outras áreas, como por exemplo, na “*Cabeça do Cachorro*”, na região dos “*Seis Lagos*”, onde se encontra a maior jazida de nióbio do mundo – mineral estratégico da maior importância para a tecnologia aeroespacial.

O País foi traído, portanto, de forma torpe e covarde...

Conclusão

a) As despreziosas considerações expendidas no presente trabalho possuem o visor de tão-somente trazer algumas e poucas achegas a um complexo e amplo problema que se constitui, hoje, na maior ameaça à Soberania Nacional – o primeiro dos “*Fundamentos*” da Constituição Brasileira, conforme o inciso I, do artigo 1º, de nossa “*Lex Legum*”.

b) Existem, hoje, cerca de 700.000 índios no Brasil (há quem aumente bastante esse número), cuja população vem crescendo a 3,6% ao ano, bem acima da média anual do restante do País, que é de 1,3%. A população índia, cuja maior concentração se encontra na Amazônia, está distribuída em mais de 200 tribos, muitas das quais poderão transformar-se em “*Nações*”, com o apoio da ONU e de países centrais, caso o Congresso venha a aceitar a catastrófica Declaração, aprovada pela Organização das Nações Unidas (com o voto antipatriótico do Brasil), comentada, de forma perfunctória e incompleta, linhas atrás.

c) Mas a situação pode ainda ser revertida, caso os Ministros do STF e os Congressistas tenham um mínimo de patriotismo e se mirem em edificantes exemplos da História pátria. A propósito, em 1890, Quintino Bocaiúva, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, numa interpretação canhestra de fraternidade continental, propôs a cessão à Argentina, do território a oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, conhecido como de “*Palmas*” ou das “*Missões*”, o que estrangulava o espaço territorial do Rio Grande do Sul. A mãe de Quintino era argentina e, naturalmente, o sentimento filial pesou em sua desastrada iniciativa, a qual, pasmemos (!), foi aprovada pelo Ministério com a exceção do voto de Benjamin Constant. Entretanto, foi fortíssimo o clamor popular e a infeliz idéia acabou sendo derrotada na Câmara dos Deputados, de forma rotunda e acachapante, por 142 votos contra apenas cinco. Posteriormente, o ilustre Barão do Rio Branco, com a sua proverbial competência, defendeu a nossa causa, obtendo brilhante vitória diplomática (diga-se que Quintino Bocaiúva viria, em corajosa e pública autocrítica, a se arrependar da proposta que apresentara).

d) Destarte, é preciso que pugnem, com denodo constante, a fim de que o Supremo Tribunal Federal reveja a demarcação das inconcebíveis e gigantescas reservas indígenas de Roraima, e que o Congresso Nacional, espelhando-se no Parlamento de 1890, rejeite a calamitosa Declaração da ONU; que permaneçamos em verdadeiro apostolado cívico, como incansáveis militantes/ativistas de uma cruzada em prol da Soberania Nacional (princípio basilar que sobrepairá às Constituições de todos os Estados Nacionais), usando os meios de que dispomos – como a internet, para que não sejam consumadas novas traições ao Brasil.

A Unidade Nacional e o bendito solo da Pátria brasileira, ambos herdados de nossos avós, devem ser legados, como os recebemos, a nossos filhos a aos filhos de nossos filhos!

BRASIL ACIMA DE TUDO! SELVA!□□

A VINDA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

Manoel Soriano Neto

Um pouco de História

a) Uma injustiça histórica

Infelizmente, de forma leviana, são emitidos juízos desairosos acerca da pessoa de D. João VI não condizentes com a veracidade histórica e com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, em tempos de paz e de guerra. A nossa Historiografia, com raras exceções, denigre esse personagem exponencial da História brasileira e portuguesa, tratando-o debochadamente, sem levar em conta a justiça e a verdade. O historiador não pode ser motivado por caprichos, simpatias ou antipatias: ele deve primar pela neutralidade, ser isento, amoral (no sentido sociológico do termo), imparcial, enfim. Desafortunadamente, não é isso o que se observa em nosso País. Vários historiadores e jornalistas vêm procedendo, com finalidades ideológicas, a um revisionismo da História pátria – o que seria salutar, se praticado com isenção. Esses revisionistas ocupam-se, de maneira irresponsável e inconseqüente, em reescrever e manipular a História, sob um viés reducionista, por apenas materialista, numa verdadeira inversão de valores.

Destarte, as comemorações da vinda da Corte lusitana para o Brasil afiguram-se como uma oportunidade ímpar de reabilitação da imagem de um Rei injustiçado. Ele, normalmente, é visto de forma folclórica, como um homem fraco, vacilante, glutão, despreparado, de poucos dotes intelectuais, que abandonou Portugal à sanha de invasores, fugindo para o Brasil, onde passou a ter uma vida descansada, ficando totalmente alheio ao múnus de Monarca de um vasto Império. Tal versão, porém, não resiste a uma percuciente análise histórica.

D. João não era o bobo que mal intencionados insistem em propalar, como no filme *“Carlota Joaquina, Princesa do Brasil”*. Longe de querermos fazer do Rei um grande herói, de coragem, intrepidez e caráter adamantino, ou uma pessoa de aguda inteligência, é inconcebível que o aceitemos da forma grotesca como *“malditos sejam”* o retratam. Ele possuía uma mente assaz lúcida, e, o principal, era senhor de excepcional visão prospectiva, digna dos melhores estadistas. O Príncipe amava o Brasil e sabia, com coragem e determinação, tomar decisões.

b) A decisão da mudança para o Brasil

Passados duzentos anos, a interpretação do fato se torna muito mais fácil. Quando Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental, Portugal, aliado da Inglaterra, não dispunha de meios suficientes para enfrentar o poderio bélico francês. D. João seria feito prisioneiro pelas tropas franco-espanholas, como ocorrera com o seu cunhado, Fernando VII, da Espanha, e perderia o Trono. Então, para preservar a Coroa, a dinastia dos Bragança e o próprio reino português, o Príncipe Regente decidiu não se submeter à invasão do General Junot, embarcando para o Brasil, a sua principal Colônia. O Oceano Atlântico, dominado pela Marinha inglesa, seria a natural proteção da Corte em terras brasileiras. Os portugueses permaneceriam resistindo, junto com o Exército

inglês, até à retirada dos invasores. Napoleão diria, ao depois, que fora enganado por D. João. Portanto, a transmigração da Corte lusitana afigura-se, na visão histórica hodierna, como uma alternativa bastante lógica para a sobrevivência de Portugal. Ademais, tal alternativa, longe de ter sido uma fuga covarde, como se apregoa, alhures, foi preparada com bastante antecedência, sem improvisação. Grandes vultos da História lusa, como o Marquês de Pombal e o Conde de Linhares, a haviam aconselhado (diga-se que ela foi vaticinada pelo famoso Padre Antônio Vieira), caso Portugal, um país pequeno, pouco populoso e de reduzido poder militar, fosse ameaçado em sua integridade territorial. Lorde Strangford, à época embaixador inglês em Portugal, nos dá conta de um acordo secreto, celebrado com a Inglaterra, que previa a fundação de um grande Reino no Brasil, com a anexação da Cisplatina (consigne-se que tal viria a ocorrer, além da invasão da Guiana Francesa). Convém lembrar, finalmente, que uma transladação do porte da ocorrida, não se faz de afogadilho. Aproximadamente 15.000 pessoas embarcaram em 36 naus e fragatas, com valiosíssimo acervo, preciosos bens públicos e privados, suprimentos de toda ordem etc. Não houve, pois, uma infame deserção e, sim, uma magistral manobra geopolítica, muito bem planejada.

Principais Atos Régios na Esfera da Administração Civil

a) O notável historiador Pedro Calmon afirmou que “não se mudou apenas a Corte, mas o Estado”, após a vinda de D. João. E as providências tomadas para que a organização político-administrativa funcionasse a contento foram inúmeras e redundaram em incalculáveis benefícios para o Brasil, a ponto de a Colônia ultrapassar a Metrópole, e, poucos anos depois, proclamar a Independência. Isso é assinalado por historiadores e cientistas sociais de nomeada. O ilustre ensaísta Sílvio Romero disse que o período joanino, de treze anos, ensejou a “reversão brasileira”, ou seja, “Portugal passou a ser colônia da Colônia”...

b) Dentre outros, eis alguns dos Atos Régios, julgados de suma importância:

– A “*Abertura dos Portos*”, proporcionando o livre comércio com as nações amigas, concomitantemente com o alvará que permitiu a liberdade de indústria no Brasil, além da posterior elevação da Colônia – um Vice-Reinado – a “*Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*”;

– A implantação da Imprensa Régia, fazendo surgir os primeiros periódicos brasileiros: o jornal “*Gazeta do Rio de Janeiro*” e a revista “*O Patriota*”;

– A criação do Conselho de Estado, do Banco do Brasil, da Casa da Moeda, da Biblioteca Real, do Museu Real etc.;

– O início das atividades das indústrias naval (em especial para fins militares), no Rio de Janeiro e na Bahia, e siderúrgica, com fábricas em Minas Gerais e São Paulo, a par da instalação das Juntas de Comércio e de Agricultura, Fábricas e Navegação;

– A fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes e da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil;

– A criação de duas Escolas de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, quebrando-se a proibição da existência de Ensino Superior no Brasil;

– A contratação de uma Missão Cultural Francesa e de outras de menor porte, de cunho científico e artístico, integradas por nomes consagrados como

os naturalistas Von Spix, Von Martius e Langsdorf, o geólogo Von Eschwege, o escritor Lebreton, o arquiteto Montigny, os pintores Debret, Rugendas e Saint Hilaire, e tantos outros;

– A criação do Horto Florestal, atualmente Jardim Botânico, para a aclimação da cana-caiana, do café, do chá e de outras plantas, entre elas, das mudas de palmeira imperial – a qual se tornaria o símbolo do Império do Brasil – trazidas por D. João, tudo propiciando grande incentivo à agricultura (aduza-se, por ilustração, que após a conquista da Guiana Francesa, de lá vieram árvores frutíferas, aqui desconhecidas, como o abacateiro, a mangueira, a fruta-pão, a moscadeira, a noqueira, a canforeira, o cravo-da-índia e outras).

Principais Realizações na Área Militar

a) D. João, ao chegar ao Brasil, já sabia da fragilidade militar da Colônia, tanto que trouxe a Brigada Real da Marinha, elemento formador do futuro Corpo de Fuzileiros Navais. O Príncipe sentiu a necessidade de fortalecer militarmente o Vice-Reino e, para isso, adotou uma série de medidas, durante os treze anos em que permaneceu em nosso País.

b) Dentre vários, listemos alguns Atos Régios, de magna importância, na esfera militar da administração do Príncipe Regente:

– A criação, tão logo chegou ao Rio de Janeiro, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (separados pelo Decreto de 22 de abril de 1821) e o da Marinha e Ultramar, entregues, respectivamente, aos Condes de Linhares e de Anadia;

– A instalação da Academia de Marinha;

– A instituição do Conselho Supremo Militar e de Justiça;

– A criação das Fábricas de Pólvora e de Armas;

– O reaparelhamento de arsenais e fortalezas, em todo o País;

– A criação da Academia Real Militar;

– A instalação da Repartição do Cirurgião-Mor e do Hospital Real Militar, no qual foram criadas a Botica Real Militar, para atividades farmacêuticas, e uma Escola Médica (assinale-se, por relevante, que o ensino médico e farmacêutico e a indústria farmacêutica, em nosso País, originaram-se dessas beneméritas Organizações Militares);

– A criação dos Arsenais de Guerra e de Marinha;

– A determinação da vinda para o Brasil, da Divisão de Voluntários Reais, e a criação da “*Divisão Auxiliadora*”, para o emprego de ambas na Banda Oriental do Uruguai, posteriormente Província Cisplatina, e para debelar a Revolução Pernambucana de 1817;

– A extinção, transformação e criação, em todo o Brasil, de várias Organizações da Marinha e do Exército, proporcionando-lhes melhores equipamentos e instrução, estabelecendo, inclusive, novos e padronizados uniformes para elas;

– A extinção das tropas de 3ª linha – “*as ordenanças*” – e a reestruturação e o aparelhamento das de 1ª e 2ª linhas: aquelas, Organizações Militares permanentes e regulares, e, estas, denominadas de “*milícias*” (que deram origem às atuais Polícias Militares). Tais tropas foram o embrião do que seria, a partir de 1824, o Exército Brasileiro. Elas, quando convocadas por D. Pedro, juntamente com a frota naval que ele criou, a duras penas, foram as principais protagonistas de nossa emancipação política, em 1822.

c) Para a concretização dessa gigantesca reformulação nas Forças Armadas, ainda luso-brasileiras, D. João contou com o inextinguível labor de seus primeiros Ministros militares: os Condes de Linhares e de Anadia (este, da Marinha, como já foi dito). A ação disciplinadora e centralizadora, de ambos, fez reduzir bastante o enorme poder – especialmente militar – dos capitães-generais, que eram os governadores das Capitâneas, os quais não se subordinavam como deveriam aos Vice-Reis, podendo, *ipso facto*, o Brasil ter sido fracionado em sua integridade territorial. Registre-se, por significativo, que D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foi o “Precursor da Geopolítica Brasileira”, sendo dele esta frase lapidária, de elevada visão geoestratégica: *“O Brasil é, sem dúvida, a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que há, atualmente, mas pelo que pode ser no futuro. A feliz posição do Brasil dá aos seus possuidores uma tal superioridade de forças, pelo aumento da povoação que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio, que, sem grandes erros políticos, jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais”*.

Conclusão

Impende lembrar, por derradeiro, que o maior legado do período joanino foi a garantia de nossa fantástica unidade territorial e lingüística e a consolidação da nacionalidade brasileira, cujas raízes encontram-se fincadas nos veneráveis montes Guararapes. Não apenas por isso, D. João é tido, com justa razão, como *“O Consolidador da Unidade Nacional”*.

E, nos dias de hoje, quando apátridas e entreguistas desejam fracionar o Brasil, brandindo argumentos em defesa da criação de *“Nações Indígenas”*, lembremo-nos de que a nossa nacionalidade, consolidada por D. João VI, é de extração essencialmente lusitana; ela não provém das malocas indígenas nem das cubatas africanas ou de outras etnias, que, inegavelmente, também contribuíram para tal. Somos uma raça cósmica, mistura de todas as raças, sem predomínio de nenhuma delas, fruto do *“luso-tropicalismo”*, na afirmação do saudoso Gilberto Freyre, que, acrescente-se como corolário, soube enaltecer, como ninguém, o altivo, glorioso e invicto Exército de Caxias, o qual, em seu dizer, *“é a mais lídima e representativa das Instituições Nacionais: é o verdadeiro índice do povo brasileiro”*. É disso que devemos nos recordar, com ufania, nas celebrações do bicentenário da vinda para o Brasil da Corte de D. João, um dos pró-homens de nossa História □

SOBERANIA

Paulo de Paula Mesiano

A Soberania não é o exercício do Poder, de um Rei ou de um Soberano, é uma atividade governamental ligada ao domínio dos mares e dos territórios, de uma Nação.

O exercício da Soberania é a prerrogativa dos Povos que adotam como regime político o Estado Democrático de Direito, que os caracteriza como Povos Livres e Independentes.

Soberania engloba os Poderes que formam uma nação independente e politicamente organizada.

A Constituinte em 5 de outubro de 1988, que prolatou a Constituição Vigente, estabeleceu no seu Artigo 1º que a República Federativa do Brasil seria formada pela união, indissolúvel, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em um Estado Democrático de Direito. Ao fazer a Constituição e instituir esse regime político, os Constituintes ataram toda a Nação ao cumprimento da Lei.

Fundamentaram, constitucionalmente, que a Soberania (Artigo 1º; inciso I) caracterizaria o Poder do Estado acima de qualquer outro.

O Estado brasileiro exerce a sua Soberania na área geográfica do seu território, definida pela conquista do Colonizador português, que levou para além da linha do Tratado de Tordesilhas, para ser posteriormente fixado e homologada com engenho e arte pelo Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco.

ONG's

As Organizações Não Governamentais, também conhecidas pelo acrônimo ONG, complementam as Ações do Estado quando o Governo se omite, ou atua de forma tênue, mas não o substituem; o Estado é onipresente, mesmo quando delega a alguma ONG funções de Estado, não está abrindo mão da sua Soberania.

Temos três tipos de ONG's amparadas pelo Código Civil: as Associações, as Fundações e as Organizações Religiosas.

Normalmente, a primeira providência de uma ONG é demarcar seus Limites, a sua Fronteira, mas existem imposições sobre essa demarcação – que não podia ser numa faixa de 150 quilômetros da Linha de Fronteira, que representa mais que uma mera divisão: determina a base, a área territorial precisa do Estado, que é a sua base física.

Fronteiras

As Fronteiras são faixas de terra que se estendem ao longo dos limites do País e podem ser terrestres ou marítimas. O Controle dos Nacionais e dos Estrangeiros que atravessam as Fronteiras é da responsabilidade da Polícia Federal (Ministério da Justiça), cabendo às Forças Armadas a sua Defesa. Às vezes, por necessidade do serviço, essas atribuições se superpõem.

Em sendo um País pacífico, que mantém um envolvimento com os Vizinhos, por raízes históricas e com interesses comerciais, as Forças

Armadas, juntamente com a Polícia Federal e com outros Organismos Governamentais, exercem o Controle sem abrir mão do Domínio.

A atuação depende da Política de Dissuasão e de uma Estratégia de Deterrência.

Dissuasão

Dissuadir é a arte de convencer alguém a mudar de idéia. Dessa Dissuasão nasce a Deterrência, que é a Estratégia Romana denominada de Deterree, ou seja, Desviar de, que passou a ser o Ato ou Efeito de impedir o ataque de um possível agressor, mediante Intimidação ou ameaça de Retaliação.

Nos Atos Hostis, que levam às Guerras, e que hoje são de 4ª geração, passou-se do posicionamento estático das guerras napoleônicas – em que a linha de Fuzileiros ajoelhados é superposta pelos que estão em pé – para chegarmos às Guerras em que não se enxerga o Inimigo e em que a arma mais importante é a Palavra, é o trato da Informação agilizada pela Informática, a qual processa com rapidez e precisão uma gama enorme de Informes. Isso propicia ao Político, ou àquele que dirige, atuar preventivamente; e aos Guerreiros, os combatentes, retaliarem, na hora certa e com o efetivo correto, de maneira a impedir o prosseguimento do ato insensato dos agressores: o ataque.

A condução da Prevenção da Guerra é desenvolvida pela sociedade, permanecendo os Militares como espectadores passivos – sob o comando dos Políticos – prontos para passarem a ser ativos ao menor vacilo, ou fraqueza dos Políticos.

O Território Nacional é imutável, e não se aplica a ele a Extraterritorialidade – como é o caso das Embaixadas e dos Navios de Guerra – não podendo ser seccionado, dado, vendido, isto é, tenha ele a condição que tiver, é uno, íntegro, e pertence aos brasileiros.

Os Estados Independentes e Soberanos se armam de Políticas e Estratégias em que se destaca a Estratégia da Dissuasão ou a Deterrência.

A Deterrência consiste em desestimular o Inimigo Agressor, demonstrando que a Agressão impensada ou deficiente de Informações traz sempre inevitável e pesadas conseqüências; ela está centrada na capacidade de causar danos, não implicando necessariamente na Destruição do Inimigo, nem em uma efêmera vitória militar.

A Dissuasão funciona no sentido de levar o possível agressor à percepção de que, mesmo vindo a conquistar a Vitória Final, os danos causados serão de tal ordem, que seria uma verdadeira Vitória de Pirro, tanto em função de gastos, custos, perdas materiais quanto, principalmente, em vidas humanas. Assim, a opção para o Ataque passa a ser desaconselhável.

Deve estabelecer-se uma Política de Governo, em nível nacional, centrada numa Estratégia de Deterrência, com uma Dissuasão Política conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, com um bom plano de “Marketing”, fazendo, inclusive, a disseminação da retaliação possível.

Com a Política de Deterrência e o Plano de “Marketing”, fazemos a Dissuasão Civil e Militar.

Para elaborar esse Plano de Deterrência, que identifique de onde vêm as ameaças e como podemos nos defender delas, temos de confiar na Rede de Informações existentes nas Embaixadas e nos Consulados.

Iniciam-se então três atividades que são o Monitoramento, o Reconhecimento e a estima da Contramedida adequada.

O Monitoramento e o Reconhecimento nos fornecem a Informação detalhada e, a Contramedida, o Procedimento a ser seguido, efetivando a Deterrência.

A Dissuasão é uma só, tanto Política como Militar, mas obriga a que se tenha duas atitudes concomitantes, que são:

– Estar em condições de combater, devidamente mobilizado com os conhecimentos geopolíticos, estar adestrado em Política Internacional;

– O desejo de combater, sem se deixar abater, pela influência de culturas alienígenas.

Essas duas atitudes, fundamentais na Deterrência, ainda são da área Urbano-policial e devem se contrapor ao Terrorismo, ao Tráfico de Drogas e ao Contrabando de Armas.

Ao efetuarmos uma coleta de Informações sem o conhecimento do país onde se está procurando efetuar um Monitoramento e/ou Reconhecimento, pode-se desencadear uma Crise, que se não for devidamente e diplomaticamente administrada poderá levar a atos hostis, deixando de ser uma Atividade Urbano-Policial, para ser um ato hostil de campo aberto, de combate com o uso das Forças Armadas, mesmo que seja iniciada em território nacional na área Urbana, Suburbana e/ou da Periferia das áreas metropolitanas.

Crise vem do Grego – Krisis – que é uma ruptura ou descontinuidade que tem de ser administrada, entendendo-se essa administração como o – Administratus – dos Romanos, ou seja – gerida – ou melhor, – dirigida.

Ação de Presença

Já dizia SunTzu, que dispensa apresentação:

A Arte da Guerra é de uma importância vital para o Estado, é uma questão de vida ou morte, um caminho para a Segurança como para a Ruína (...)

As Guerras atuais, que são chamadas de quarta geração, começam usando a mais poderosa das armas: as Palavras, pois ditas e argumentadas de forma Inteligente, não existe linha de batalha por mais impermeável que seja que impeça essas armas de atuarem no seio do nosso território.

A guerra envolve toda a nação, é da responsabilidade de todos. Cada indivíduo, dentro de sua esfera de atuação, deve dar o seu quinhão para o bem da pátria.

Não podemos deixar de estar presentes. Se rememorarmos os folgedos infantis, vamos lembrar do brado do participante que, ao perder a posição para o novo ocupante, dizia: (...) quem foi ao vento perdeu assento... Essa frase sintetiza a melhor Ação de Dissuasão que se pode desenvolver, que é a Ação

de Presença. Temos de estar presentes, ao mesmo tempo em que devemos vigiar e efetivar o controle. Para manter a Soberania há que estar sempre presentes. O Estado tem de desenvolver uma Política de ocupação dos espaços vazios, de forma racional, preservando a natureza, impedindo atividades predadoras, impedindo que se extinga a fauna e flora locais, respeitando a sua destinação e seguindo uma política de integração dos Indígenas, não se omitindo, nem se acomodando.

Ao delegar aos Estrangeiros do Primeiro Mundo, por questão de Economia, as atividades do Estado, estamos abrindo mão da nossa Soberania. Se vamos permitir que essas ONG's invistam na nossa terra, vamos vigiá-las e não vamos abrir mão do que é nosso.

Não vamos permitir que eles deixem de autorizar nossa entrada, em qualquer área de nosso País, a que pretexto seja, para que digam que estão preservando o que? Daquilo que já foi chamado de museu antropológico! Mantendo as nossas áreas em redomas, intocáveis! Em que áreas cognominadas de Reservas Indígenas fiquem paradas no tempo e no espaço, a fim de que Estrangeiros, que já exauriram os seus recursos naturais, façam uma exploração inicial, para num futuro não muito longínquo iniciar exploração desenfreada, até exaurir todos os nossos recursos ainda intocados, como fizeram em seus países de origem.

Concluindo, urge incluir na nacionalidade brasileira todos os rincões da nossa terra, elaborando e executando uma política social adequada, desmistificando a política até hoje desenvolvida, com uma Ação de Presença efetiva do Estado brasileiro.

Não se deve atropelar a cultura dos interioranos. Temos de apoiá-los e deixá-los viver em paz, quer sejam silvícolas quer sejam remanescentes dos antigos colonizadores, temos de oferecer a eles um mínimo de saúde, educação e segurança, considerando-se o que preconiza a nossa nação, permitindo que com autodeterminação progridam, sem a interferência de ONG's e de Empresas multinacionais interessadas na exploração das nossas riquezas □

Evolução Histórica da Bandeira Nacional

Símbolo Sagrado da Pátria

Gilberto Affonso Ferreira Paiva

“Todo gerado nasce imperfeito e tende à perfeição.

*Ninguém ama ao desconhecido,
precisamos conhecer para amar mais”.*

Santo Tomás de Aquino

Os autores definem símbolo, de um modo geral, dizendo ser uma palavra que vem do grego, symbolon, sinal de reconhecimento obtido pela aproximação das duas metades de um objeto previamente partido para este reconhecimento. Símbolo é qualquer representação de uma realidade por outra.

O linguista Ferdinand de Saussure definiu-o por oposição ao signo, pelo seu caráter não arbitrário, havendo sempre um liame natural entre o símbolo e aquilo que ele representa: a balança, símbolo da justiça, não pode ser substituída por outro símbolo qualquer. Outra característica do símbolo é tomar emprestadas unidades significativas de um sistema já constituído, submetendo-as a uma nova organização. Assim, em certos contextos, o lírio simboliza a pureza; para os cristãos, a cruz representa o martírio de Cristo.

Guilherme Ferrero, um dos primeiros investigadores da origem psicossociológica do simbolismo, divide os símbolos em duas grandes categorias: intelectuais e emotivas, isto é, aqueles que são destinados a despertar imagens e ideias, e aqueles que são destinados a despertar emoções, porque há diferenças notáveis entre essas duas classes de símbolos.

O símbolo fala à imaginação. Por isto, ele é entendido pelas crianças e, até mesmo, pelos povos primitivos. Se os símbolos não existissem, não haveria a linguagem, que é a materialização simbólica das ideias.

Outro autor exemplifica: “O homem, quando teve ciência de uma verdade divina, simbolizou-a, de modo que a consciência humana pudesse compreendê-la melhor e sempre. As nações, os idiomas e os costumes mudaram. Contudo estes desenhos antigos continuam iluminando a humanidade com sua luz mística”.

Nas épocas mais recuadas da História, a humanidade foi instruída no conhecimento abstrato das verdades, por símbolos e parábolas. E, foi por falarem através de símbolos, que todos os grandes fundadores de religiões foram compreendidos e amados.

“Em 318 depois de Cristo, o imperador Constantino, no momento de entrar em luta com Maxêncio, na Ponte Mílvia, apelou para o Deus dos Cristãos e então, em pleno dia, viu no céu, para o lado da ponte, uma cruz luminosa com estas palavras, em grego: ‘Com este sinal vencerás’. Na noite seguinte, apareceu-lhe Cristo mostrando a Cruz e convidando o monarca a mandar executar uma insígnia que a representasse. Essa insígnia, estandarte em forma de Cruz, dali em diante, acompanhou o exército de Constantino.

Na batalha, Maxêncio perdeu a vida, e Constantino entrou vitoriosamente na Urbe, com o título de Augusto.

Segundo Prudêncio, o lábaro continha uma coroa, uma cruz e o monograma de Cristo.

A cruz de Constantino se perpetuaria em muitas bandeiras modernas por influência do Cristianismo”.

“Nas mitologias etrusca, egípcia, grega, romana, escandinava e indu são conhecidos símbolos nos quais aparecem animais, vegetais, astros e coisas tidas, como protetoras do homem e dos povos, merecendo respeito e adoração. Imperadores e reis, a nobreza e o clero, com esmerado zelo inscreveram nas armas e brasões os feitos destacados dos ancestrais ou os signos diversos que lhes afiguravam propícios”.

“No alvorecer da civilização, quando os homens ainda combatiam nus, facilmente se concebe que eles usassem certos sinais que os distinguissem uns dos outros, na faina da guerra. Herbert Spencer, nos ‘Princípios da Sociologia’, quando trata das instituições cerimoniais, entende que, entre os povos primitivos, as insígnias eram usadas, como trajes, para despertar admiração; e logo no começo da sua obra ‘A educação’, opina que o adorno, cronologicamente, precedeu o vestuário. Os primeiros brasões teriam sido feitos no próprio corpo, por meio da tatuagem e ornamentos grosseiros, como ainda hoje os empregam alguns povos rudimentares”.

“Quando Pedro, o Eremita, mostrou aos povos cristãos a Cruz que os deveriam guiar à conquista da Terra Santa, realizou a epopeia das Cruzadas, principiaram as distinções entre os povos pelas bandeiras. Primitivamente, todos estampavam, em pano branco, a cruz vermelha. Depois à proporção que se reuniam contingentes fortes de diferentes países, cada qual deu à cruz sua cor predileta: os franceses continuaram com a cor vermelha; os italianos e suíços, a cor amarela; os flamengos e holandeses, a verde. Aliás, data dessa época, a verdadeira consagração dos símbolos. Porém, só a partir do século XV, tornaram-se conhecidas as bandeiras na sua forma atual”.

As legítimas Bandeiras Nacionais, encerrando em si o amor e a alma das pátrias, deixando de exprimir simples emblemas de família ou soberanos para serem representações vivas das nacionalidades, datam, ainda, de mais tarde. A primeira que tremulou ao vento foi a norte-americana, em 1775, quando os revolucionários lutavam para libertar a jovem América da Inglaterra. Ela mesma serviu de modelo para a bandeira oficial, criada dois anos após, pelo Congresso Americano.

A França conturbada em 1792, por intermédio de uma Assembleia Nacional, fez das cores azul, branca e vermelha – sob a inspiração de Lafayette – o pavilhão que tantas vezes tem servido de guia dos passos da humanidade.

A origem das bandeiras revela, portanto, sua tradição elevada e nobre, símbolo de glória e de fé, síntese de ideias dos indivíduos e coletividades, elo de coesão e de grandeza das nações.

É, sem dúvida, a bandeira o símbolo que mais de perto fala ao coração de todos aqueles que sentem a chama do patriotismo abrasar-lhe a alma.

Na bandeira, com efeito, estão somados a história e os altos feitos da Pátria. Lembrá-los é reviver o passado.

A nossa Bandeira Nacional, se bem que tenha passado por transformações várias, é uma só. Quer tenha panejado nas naus de Cabral, nas batalhas dos Guararapes, na guerra do Paraguai, na 2ª Grande Guerra Mundial, na Itália, nas batalhas de Montese, Camaione, Monte Prano, Braga e Monte-Castelo, ela é e será sempre a Bandeira do Brasil.

“Sobre a imensa Nação Brasileira. Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre, sagrada bandeira,
Pavilhão da justiça e do amor”.
Olavo Bilac

Mas, quem ama, quer bem e a felicidade do ser amado, não mede sacrifício para colaborar no seu crescimento e sente alegria com seu triunfo.

O amor é alguma coisa de interior ao homem, tendendo, porém, a manifestar-se por meio de sinais exteriores.

“O homem faz a santidade daquilo que crê, como a beleza que ama” (Renan).

O verdadeiro amor se comunica aos outros por meio de símbolos. O mesmo acontece com o amor à Pátria. Queremos vê-la em liberdade, em “Ordem e Progresso”, e sentimos a necessidade de manifestar, externamente nosso amor por meio de símbolos.

A Bandeira simboliza toda uma Nação, assim como a Cruz simboliza uma fé. A nossa Bandeira Nacional, além de simbolizar a sabedoria, é a nossa imagem da Pátria. Por isso mesmo, impõe-se ao culto dos brasileiros. A lei regula a sua apresentação, mas é necessário que o costume a conserve, como uma sugestão permanente da nacionalidade, aos olhos do povo.

É preciso que a educação se faça nos lares, nas escolas, nos quartéis, nas universidades, em qualquer parte, mas sob esse signo de união e fidelidade.

O Brasil, em mais de quinhentos anos de existência, já possuiu dez bandeiras:

- de 1500 a 1521 – Bandeira real de D. Manuel I;
- de 1521 a 1616 – Bandeira real de D. João III;
- de 1616 a 1640 – Bandeira representativa do domínio espanhol sobre Portugal, estabelecido em 1580;
- de 1640 a 1645 – Bandeira real de D. João IV;
- de 1645 a 1816 – Bandeira do Brasil como colônia-principado de Portugal;
- de 1816 a 1821 – Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, proclamado em 1815;
- de 1821 a 1822 – Bandeira do Reino Unido Constitucional;
- de 1822 a 1889 – Bandeira do Brasil Império;
- de 15 a 19 de novembro de 1889 – Bandeira Provisória da República;
- de 19 de novembro de 1889 aos dias de hoje – Bandeira do Brasil-República ou Bandeira Nacional.

A história da Bandeira Nacional é a própria história do Brasil. Quem conhece a história Pátria sabe que o nosso País, na sua evolução política, desde o descobrimento, passou por diversas fases especiais: Brasil-Colônia, Brasil-Reino, Brasil-Império e Brasil-República. E, durante essas fases características, teve dez insígnias que, através dos tempos, se perpetuaram na consagração desse uso convencional dos povos cultos □

PRECISAMOS DESENVOLVER NOSSAS PRÓPRIAS TECNOLOGIAS

Juniti Saito

A afirmação é do Ten Brig Ar Juniti Saito, comandante da Aeronáutica do Brasil, que apresentou no conselho diretor do Clube de Engenharia, dia 11 de julho, a atuação da Força Aérea Nacional, não só em defesa da soberania, como também no controle do espaço aéreo nacional, no trabalho de ocupação e transporte eficiente na Amazônia e, principalmente, como fomentadora da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no país. Segundo Saito, não interessa à Aeronáutica a compra apenas de produtos e peças prontas, e sim a transferência de tecnologia ao longo do processo e o salto tecnológico que isso pode representar. “O investimento em novas tecnologias genuinamente nacionais é o verdadeiro diferencial de um país verdadeiramente desenvolvido”, explicou.

Acompanhado pelo Maj Brig Eng Israel Batista Ferreira, da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG); Ten Brig Ar Ailton Santos Pohlmann, diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); Brig Reginaldo dos Santos, reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); Maj Brig Ar Antonio Franciscangelis Neto, chefe de gabinete do Comandante da Aeronáutica; dos Brig Eng Luiz Sérgio Heinzelmann e Venancio Alvarenga Gomes e do Maj Marcelo Antunes, Saito apresentou a palestra “Um trinômio de sucesso: ensino superior (ITA); pesquisa e desenvolvimento (CTA); indústria aeronáutica (Embraer)”.

No campo da educação e pesquisa, o comandante destacou a importante atuação do ITA desde sua fundação, em 1950, na formação de excelentes profissionais nas áreas da engenharia aeronáutica, eletrônica, mecânica aeronáutica, entre outras. “Formamos, desde a primeira turma até 2009, 5.440 engenheiros. Embora a seleção seja dura e o curso seja exigente, diferente das outras escolas de Engenharia, temos um percentual de desistência de apenas 7% ao longo do curso”, destacou. Sobre o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), Saito elencou grandes contribuições para o desenvolvimento de tecnologias nacionais. “O CTA desenvolveu ou contribuiu diretamente para a concepção e construção do motor a álcool, da urna eletrônica, de simuladores de voo, de radares meteorológicos, entre muitos outros projetos genuinamente nacionais”.

Ao apresentar a Embraer, Saito lembrou sua relevância no mercado das empresas de defesa, representando 8% do mercado mundial, com um amplo portfólio de aeronaves de defesa, como o Super Tucano – com cerca de 150 aviões em cinco forças aéreas do mundo –, aeronaves para o transporte civil, de monitoramento e serviços estratégicos □

A ESQUERDA MITÔMANA

Jarbas Passarinho

Não sou navegador na Internet, mas chego ao e-mail. De uma amiga, recebi um, instando-me a abrir o blog do conceituado escritor Reinaldo Azevedo. Lá estava eu, transcrita minha entrevista à Folha de São Paulo, que provocou críticas e aplausos. Os poucos que me atacaram repetiram inverdades clamorosas. Formuladores de paralogismos, não chegam nem sequer a sofistas. Desminto-os, servindo-me dos seus próprios autores, ou dos fatos irrefutáveis da história. Alguns, irados, não argumentam, falam mal. Chegam a ser o que Rui chamou de “magarefes da honra alheia”. Desprezo-os.

Que dizem os que preferem argumentos? Um afirma que o Brasil nunca esteve ameaçado pelo comunismo, mas os militares de 64 inventaram um perigo comunista para usurpar o poder. Ora, várias têm sido as tentativas comunistas armadas de dominar o Brasil. Prestes tentou, autorizado por Moscou, ao desencadear a revolta sangrenta de 1935. Os comunistas dominaram Natal, que teve até um governador por poucos dias, antes de vencidos. Pernambuco resistiu bravamente ao preço de centenas de mortes. No Rio, a intentona envolvendo o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação matou, à traição, camaradas de farda. Novas tentativas fizeram os guerrilheiros, todos comunistas, de 1967 a 1974. Apelo para Camões, sobre negar-se o real e o verdadeiro: “Quem quiser negar a “grã verdade”, negue, também, ao sol a claridade e certifique-se mais que o fogo é frio”.

A contrarrevolução de março de 64 teve várias causas.

A ameaça comunista, ancilar por sinal, mas importante em plena Guerra Fria, existia na aliança de Jango com Luiz Carlos Prestes. De chefe comunista fracassado em 1935, Carlos Prestes tornou-se aliado de Jango num golpe continuísta em preparo pela massificação das greves políticas e nos motins, em Brasília, dos 600 sargentos da Marinha e da Aeronáutica, armados, em 1963, e os marinheiros, no Rio de Janeiro, em 1964. Prestes confirma a aliança no livro Prestes: lutas e autocríticas. Ao ditar memórias ao jornalista Dênis de Moraes, disse Prestes. “Eu tive vários contatos com o Jango. O último às vésperas do comício de 13 de março. Ele me disse que 20 generais estavam do lado dele. Até queria me apresentar a alguns desses generais. Quem representava o partido nas articulações com Jango era Marco Antônio Tavares Coelho, deputado federal. Em 62, cheguei a participar de uma reunião com Jango e San Tiago Dantas em Petrópolis. Dos políticos importantes, Jango chegou, inclusive, a compreender o papel que a União Soviética desempenhava. No dia do golpe – diz Denis – Prestes descobriu que o movimento de massa estava isolado. Apelou para os comunistas organizados da Aeronáutica e pediu para que fosse bombardeado o Palácio Guanabara onde Lacerda estimulava a ação dos golpistas. A resposta o dissuadiu: todos os oficiais tinham passado para o outro lado” (páginas 165-169). O livro foi publicado estando Prestes vivo. Quanto ao preparo do autogolpe, leia-se o §8º do livro Combate nas Trevas de Jacob Gorender: “A pré-revolução e o golpe preventivo”.

De resto, os militares nunca tiveram vocação usurpadora. Caxias, o condestável do Império, vencedor das insurreições internas e das guerras contra os tiranos do Uruguai, da Argentina e, especialmente, do Paraguai,

permaneceu sempre leal ao Imperador. Ao contrário, os libertadores das colônias hispânicas, nossos vizinhos, transformaram-se em ditadores.

Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a Assembleia Constituinte, que promulgou a Constituição de 1891, os elegeu Presidente e vice-presidente da República. Sucederam-nos próceres civis por mais de meio século. Em 1930, a Revolução fez Presidente o doutor Getúlio Vargas. Deposto em 1945, o Presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu interinamente a Presidência e presidiu as eleições no mesmo ano, vencedor o general Eurico Dutra. Onde está o caráter usurpador? A exceção se deu com a Contrarrevolução de março de 64, apoiada maciçamente pelo povo, pela imprensa, pelos governadores, pelo Congresso e pela Igreja. A demora, não desejada pelos militares, no poder debite-se às guerrilhas comunistas. À mídia, Prestes disse que “só tiveram um efeito: prorrogar no tempo o autoritarismo”.

Outro diz que não eram terroristas. Como classificar o primeiro ato da luta armada no Aeroporto de Recife, senão como atentado terrorista, que causou mortes, mutilações e ferimentos graves? Declara que lutavam pela resistência democrática. Mentem. O ex-guerrilheiro exilado Daniel Aarão Reis repudia a versão oportunista: “Não lutamos pela democracia, mas pela ditadura do proletariado. Nenhum documento nosso, àqueles tempos, fez apologia da democracia”. Finalmente, um dos vencidos na luta armada, que hoje se dizem democratas pragmáticos, afirmou que a tortura foi que os derrotou. Falso. Perderam porque lhes faltou apoio da opinião pública, sem o que, nenhuma guerrilha é vitoriosa. A tortura institucional, eles sabiam existir em Cuba, de Fidel, e na China, de Mao, o que não os incomodava, quando lá se adestravam. Agora são puros e chefiam órgãos de defesa dos direitos humanos, além de receberem “indenizações” por não terem feito o Brasil orbitar em torno de Cuba ou de Moscou. São todos “democratas pragmáticos”

□

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL

Paulo Dartanham Marques de Amorim

“Por ocasião das comemorações do 60º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial a lembrança dos italianos que presenciaram a ação da FEB, na Itália, ressaltou a solidariedade do soldado brasileiro para com a população civil.”

Gen Ex Ivan de Mendonça Bastos

Representante do Brasil nas comemorações do 60º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial.

QUE FOI A “CAMPANHA DO ATLÂNTICO”?

Foi o conjunto de missões desempenhadas pela Marinha e Força Aérea Brasileira que, ao lado das forças similares americanas, permitiram a livre navegação no Atlântico Sul.

QUAL FOI A ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA NESSE EPISÓDIO?

Assegurou, mesmo antes da declaração da guerra, a permanente ligação do Sul com o Norte e o Nordeste do Brasil, protegendo os comboios ao longo do litoral e através do Atlântico. Perdeu, nessa faina, um total de 468 homens. Escoltou, sem nenhuma perda, 2.981 navios em 251 comboios.

QUAIS OS MOTIVOS QUE LEVARAM O BRASIL A DECLARAR GUERRA AOS PAÍSES DO EIXO?

As agressões dos submarinos alemães e italiano aos nossos navios e os acordos internacionais determinaram a declaração de guerra aos países do Eixo no dia 22 de agosto de 1942.

COMO O BRASIL ATUOU NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU?

Sendo o único país da América Latina a combater o nazi-facismo, o Brasil enviou para a Europa, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com um efetivo total de 25.374 homens (15.069 em combate), que em 239 dias, de combate contínuo, capturou 20.573 inimigos, perdeu 451 combatentes, teve 2.722 feridos e 35 foram feitos prisioneiros.

QUAL A IMPORTÂNCIA QUE ASSUMIU O TERRITÓRIO BRASILEIRO DURANTE AQUELE CONFLITO?

Levada a guerra ao Norte da África, o nosso “saliente nordestino” assumiu uma extraordinária posição estratégica em relação à América do Norte e ao Norte da África. Para defendê-lo, o Exército deslocou, para lá, diversas Unidades. Após longas negociações, o Brasil concordou com a instalação de bases americanas nas cidades de Salvador, Recife, Natal, Fortaleza e Belém e na construção de outras pistas alternativas, em nosso território. Essa medida foi tão importante para o apoio logístico aos aliados, que ficou conhecida como “Trampolim da Vitória”. Terminado o conflito, os americanos se retiraram e as instalações construídas passaram a integrar nossa infra-estrutura aeroportuária.

QUANDO TERMINOU A GUERRA PARA O BRASIL?

Na Itália a guerra terminou no dia 2 de maio de 1945, mas antes, renderam-se à FEB, a 148ª Divisão de Infantaria alemã e a Divisão Itália, sob o comando dos Gen Fretter Pico e Carloni, respectivamente.

QUEM FOI O COMANDANTE DA FEB E COMO ELA SE DESLOCOU PARA A ITÁLIA?

Sob o Comando do General de Divisão JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAES, a FEB, após concentrar as Unidades no Rio de Janeiro, foi transportada para o Teatro de Operações Europeu em navios de transportes americanos e escoltados por navios da Marinha do Brasil e dos Estados Unidos, na seguinte ordem: **1º Escalão:** 5.075 homens, a bordo do “Gen Mann”, no dia 2/7/1944, mais o Gen MASCARENHAS e o Estado-Maior da FEB, Comandante Gen ZENÓBIO; **2º escalão:** 5.075 homens, a bordo do “Gen Mann” , no dia 22/9/1944, Comandante: Gen CORDEIRO DE FARIAS; **3º Escalão:** 5.239 homens, a bordo do “Gen Meigs”, no dia 22/9/1944, Comandante; Gen FALCONIÉRE; **4º Escalão:** 4.691 homens, a bordo do “Gen Meigs”, no dia 23/11/1944. **5º Escalão:** 5.082, homens a bordo do “Gen Meigs”, no dia 8/2/1945. Por via aérea foram transportadas 67 enfermeiras e mais 44 militares.

QUAL FOI A ATUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA?

Além de atuar, junto com a Marinha e as forças similares americanas, na campanha anti-submarina e no patrulhamento das nossas costas, a FAB fez-se representar na Itália pelo 1º Grupo de Caça e pela 1ª Esquadilha de Ligação e Observação. Essa última, integrou a Artilharia Divisionária, cumprindo 682 missões de guerra e mais de 400 regulações de tiro. A Caça, enquadrada pela Força Aérea Tática do Mediterrâneo, operou os Thunder Bolt P-47, cumprindo 5.465 horas de voo em operações de guerra. Seu feito mais notável foi a 22 de abril de 1945, ao atacar a região de São Benedetto, preparando o estabelecimento da cabeça-de-ponte sobre o Rio Pó. Aquele dia ficou consagrado como o DIA DA CAÇA.

HISTÓRIA DA AERONÁUTICA É CULTURA EM NATAL

João Victorino

Foi com a intenção de esmiuçar essa importante contribuição, que o Grupo de Estudos do Clube de Aeronáutica e um bom número de participantes do Curso do Pensamento Brasileiro – que vem sendo realizado há cinco anos – se deslocou até Natal, contando com a inestimável colaboração da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti Saito e seus assessores.

Sob o comando do Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes, 2º Presidente -º Vice, do CAER e do Coordenador do Curso Cel Av Araken Hipólito da Costa logo à chegada na Base Aérea de Natal (BANT), o grupo pode sentir o clima de fidalguia e muita informação que o esperava nessa região, que sempre foi considerada como o ponto mais estratégico da costa brasileira, tanto pela Família Real Portuguesa, que determinou a construção da Fortaleza dos Reis Magos, para expulsar os invasores franceses, como também pelos Estados Unidos, que ali instalaram uma base durante a Segunda Guerra Mundial, visando ampliar a defesa do continente americano.

De imediato, o grupo tomou conhecimento das atividades desenvolvidas pela I Força Aérea, através de uma exposição do Brig Ar Hudson Costa Potiguara e sobre a Base Aérea de Natal pelo Sub-Comandante da BANT, Ten Cel Av Botelho e, assim, percebeu que a história de Natal está intrinsecamente relacionada com a história e a cultura da Aeronáutica desenvolvida na região

E, à saída daquele espaço, marcante a cada olhar, em todas as direções, certamente não há quem não tenha ficado tocado pela frase: “pensar nos encaminha numa direção, apesar da diversidade de atividade profissional”.

Marcas do passado

Um grande centro de chegada e saída de aeronaves movimentou o Rio Grande do Norte, durante a Segunda Guerra Mundial e, além de Pearl Harbor, colocou a cidade de Natal como alvo de um possível ataque inimigo.

O Campo de Parnamirim, conhecido como o Aeroporto Internacional Augusto Severo – atualmente desativado e com um interessante projeto de ser transformado num grande museu aeronáutico – era chamado Trampolim da Vitória, pois, dali, os norte-americanos partiam em direção às áreas inimigas.

Atualmente, sendo administrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Forte dos Reis Magos pode ser visitado por uma deferência especial do vigilante ali presente, pois está sofrendo reformas.

Marco inicial da cidade, é uma edificação militar histórica, cuja construção foi iniciada a 6 de janeiro de 1598, no lado direito da barra do rio Potengi, próximo à atual Ponte Newton Navarro. Como essa data marca as comemorações do Dia de Reis, no calendário católico, o nome passou a ser a

forma de homenagem. O mesmo ocorreu com a cidade de Natal, que data de 25 de dezembro de 1599.

A planta foi traçada em 1597, atribuída ao padre jesuíta Gaspar de Sampères, discípulo do arquiteto militar italiano Giovanni Battista Antonelli. Apresentava a forma clássica de forte marítimo seiscentista (um polígono estrelado com o ângulo reentrante voltado para o Norte).

Foi tombado pelo Patrimônio Histórico desde 1949. Esteve sob a administração da Fundação José Augusto, ligada ao governo do Rio Grande do Norte, de 1995 até dezembro de 2013, quando a responsabilidade passou para o IPHAN.

Juntamente com a Catedral Velha (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação), a primeira igreja da cidade; a Igreja de Santo Antonio (também conhecida como a Igreja do Galo); o Museu de Sobradinho e o Palácio Potengi, integra um conjunto urbanístico de grande expressão em termos artísticos e histórico-culturais na cidade.

Lançando o futuro

O espírito de empolgação, com a presença da Aeronáutica na vida cultural da região, voltou a ser sentida na visita realizada ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), que há 49 anos vem dignificando o lema de preparar, lançar e rastrear.

O carioca Cel Av Maurício Lima de Alcântara mostrou toda a sua transparência e emoção ao comentar o trabalho que vem sendo desenvolvido. Alegou que encoraja e recompensa poder sentir a criatividade, a iniciativa e a capacidade de trabalho em grupo. Por isso mesmo acredita que o CLBI será uma referência mundial.

Ainda pensando no futuro, no amanhã, o grupo foi ao Centro de Tecnologias do Gás & Energias Renováveis (CTGAS-ER), que desde 1999 vem desenvolvendo uma parceria entre o SENAI e a Petrobras. A partir de Natal, essa parceria atua em todo o país, através da educação profissionalizante, o desenvolvimento tecnológico e a prestação de serviços para o suporte à indústria do gás natural e energias renováveis.

Com base nas exposições feitas pela diretora executiva, Amora Vieira, e também dos pesquisadores Darlan Santos e Bruno Soares, o Grupo do Pensamento Brasileiro foi levado ao futuro, quando novas fontes de energia poderão ser aplicadas, como a de origem solar, eólica e biogás, entre outras.

Sabor típico

Um outro importante ingrediente adicionado à pesquisa foi a contribuição dos indígenas e os mais diversos imigrantes, principalmente os portugueses, à A combinação de sabores de origem européia com a tradição dos .culinária .trouxo um inusitado e saboroso resultado ,nativos

Ao visitar uma típica fazenda do sertão, com casa de taipa e fogão de lenha, o grupo pode constatar e provar uma infinidade de pratos tradicionais da região, como a paçoca de carne de sol, carneiro e galinha caipira guisados, cuscuz de milho, arroz de leite, macaxeira, feijão verde, queijo coalho com goiabada, baião-de-dois, bolo da moça, bolo de pé de moleque, banana de cartola, cocada e canjica de milho verde, entre outros. Isso tudo regado aos sucos de frutas do local, como mangaba, cajá, caju e acerola.

Rumo à Cultura

A primeira parada foi no Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, que tem Anna Maria Cascudo Barreto como presidente e onde a neta do escritor, Daliana Cascudo Roberti Leite vem se desdobrando para manter viva a memória e o trabalho desenvolvido por esse verdadeiro marco da vida cultural do Rio Grande do Norte.

Funciona na casa em que Luís da Câmara Cascudo residiu por cerca de 40 anos e produziu boa parte de sua obra literária. O acervo bibliográfico e documental está bem preservado, ao lado do mobiliário de época, a coleção de comendas e as mais diversas manifestações artísticas da região, como os estandartes, os móveis e as almofadas de pano de chita.

Para dirimir dúvidas, foi explicado que o nome Ludovicus foi escolhido para identificar o instituto, pois o escritor narrou no seu livro autobiográfico, “O Tempo e Eu”, que ele foi batizado pelo padre João Maria Cavalcanti de Brito, na Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, na Ribeira. Como o padrinho, o desembargador Joaquim Ferreira Chaves, sabia latim, respondeu às perguntas do sacerdote nesse idioma. E então o padre disse que o menino chamava-se Ludovicus. E assim ficou.

A memória do escritor continuou sendo lembrada na visita à Academia Norte-Riograndense de Letras, que data de 1936. O presidente da Casa, Diógenes da Cunha Lima lembrou que se inspiraram na Academia Brasileira de Letras e na Academia Francesa, mas optaram pela simplicidade arquitetônica e pela inovação nos hábitos e na composição de seu núcleo.

Ressaltando a importância do escritor, o presidente afirmou que ninguém foi mais brasileiro do que ele: “A brasilidade fazia dele um ser único”.

Assim, por inspiração de seu fundador, Câmara Cascudo, foi a primeira Academia a receber escritoras entre os seus membros. De início, empossou Nísia Floresta, Izabel Gondim e Auta de Souza. Logo a seguir, vieram outras como Carolina Wanderley, Palmira Wanderley e as mais recentes, Anna Maria Cascudo, Diva Cunha, América Rosado e Sonia Fernandes Faustino.

O acadêmico Diógenes lembrou que a amizade é inerente ao Pensamento Brasileiro, pois não existe educação sem amizade. E ainda ressaltou que é muito bonito esse sentimento de brasilidade, que transpira acima de qualquer outro interesse, mas visa, apenas, saber sobre o País e o seu passado. Finalizando, disse que a Pátria é mãe gentil e o melhor produto do Brasil é o brasileiro ☐

A VEZ DA CULTURA

Jeronimo Moscardo

Há 40 anos, quando iniciei minha participação nos trabalhos da então Alalc (Associação Latino-americana de Livre Comércio), como secretário da delegação do Brasil, pude observar um entusiasmo integracionista somente entre técnicos internacionais e os membros de algumas delegações.

Hoje, o panorama é muito distinto. Os governos parecem empenhados e profundamente comprometidos no trabalho integracionista, dispondo de calendário e data para a culminação do processo. Mas não vislumbro, não vejo, nem percebo entusiasmo pela integração por parte de nossos povos, de nossa cidadania, de homens e mulheres, em Montevidéu, em Brasília, ou São Paulo, ou Rio de Janeiro, em Buenos Aires, ou em Assunção.

A que atribuir essa falta de entusiasmo? Em certos países ou regiões há, o que é pior, temor ou até pânico em relação aos compromissos integracionistas.

Fala-se da necessidade de mercado, e não de nações, de consumidores, e não de cidadãos. As preocupações, até o presente, têm sido estratégico-militares e econômicas. O homem tem sido visto somente como soldado ou como diplomata na área clássica da guerra e da paz, ou como consumidor de produtos e serviços na esfera da economia.

Se é assim no âmbito de cada nação, com muito mais razão verificamos no terreno da integração dos países. O exemplo mais acabado da integração na Europa ocidental não é mais que aparência.

Não podemos deixar de reconhecer que as motivações mais profundas da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, no princípio da segunda metade do século passado e ao finalizar a Segunda Guerra Mundial, foram conter a possibilidade de, uma vez mais, afirmar-se uma Alemanha poderosamente solitária.

E o que temos como realidade hoje, mais de 50 anos depois? Uma Alemanha reunificada e que constitui o centro vital e influente do organismo integrado europeu.

O insucesso da integração europeia foi reconhecido por um dos fundadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço: Jean Monnet (1888-1979). No final dos seus dias, Monnet lamentava o fato de haver a União Europeia começado pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Ele afirmava então: "Se tivesse que começar de novo a construção europeia, o ponto de partida seria a cultura".

Com isso, não teria chegado a hora de pensar seriamente na formulação de um projeto cultural e civilizatório para o Brasil e a América Latina? Dir-se-ia tratar de utopia diante do descaso com que as burocracias vêm abordando a cultura no Brasil. Ainda assim, há razões de otimismo, se

levarmos em consideração alguns episódios de nossa história recente. Senão vejamos:

1) A “refundação” da Academia Brasileira de Letras – em pleno regime militar– sob a liderança de Austregésilo de Athayde, que obteve sustentação material e autonomia financeira para a instituição, transformando-a em um verdadeiro parlamento cultural nacional;

2) A criação de mecanismo de fomento do audiovisual durante o governo Itamar Franco, com o decreto nº 974, de 8 de novembro de 1993. A assinatura desse decreto foi obtida junto ao presidente Itamar por intermédio de uma ampla mobilização de cineastas e intelectuais sob a liderança de Luiz Carlos Barreto;

3) Quanto ao projeto de fazer da cultura um vetor no processo de desenvolvimento do Brasil, caberia evocar o testemunho de Renato Janine Ribeiro (revista “Bravo”, fevereiro de 2003): “Quando um ministro da Cultura – Jeronimo Moscardo, no governo Itamar Franco – afirmou o caráter essencial da cultura, e propôs que 5% do Orçamento da União lhe fossem destinados, cem vezes mais do que os 0,05% da época, ninguém lhe deu importância, e ele foi ejetado do cargo sob pressão daqueles que logo fariam o Plano Real”.

Os economistas contribuíram, positivamente, para a realização do projeto Brasil com o Plano Real, do presidente Itamar Franco. No momento, assistimos ao esgotamento dessa receita. As novas circunstâncias pedem visão de futuro.

Será que nossos intelectuais têm algo a contribuir para que o Brasil volte, realmente, a fazer história, ou lhe estaria reservado o papel de imenso mercado e enorme marginalidade geográfica? □

ALTA TRAIÇÃO

Frederico José Bérghamo de Andrade

Houve tempo em que o Brasil era exaltado por ter uma raça morena, mestiça, fruto de um processo de integração racial sem ódios, sem políticas “*apartadistas*”, sem maiores e mais arraigados preconceitos.

Gilberto Freyre, autor de “*Casa Grande e Senzala*”, considerado por muitos como o mais importante dos livros produzidos por um brasileiro, foi o grande apologista do Brasil mestiço, integrador de raças. Gilberto, até hoje, é considerado um dos intelectuais brasileiros mais festejados, mais aplaudidos pelas elites e pelo público leitor dos países mais cultos e desenvolvidos do mundo.

O pensamento do “*Mestre de Apipucos*”, constante da página 179 da 46ª edição do citado livro, da Editora Record, ano 2002, está assim expresso:

“Sob a pressão moral e técnica da cultura adiantada esparrama-se a do povo atrasado. Perde o indígena a capacidade de desenvolver-se autonomamente tanto quanto a de elevar-se de repente, por imitação natural ou forçada aos padrões que lhe propõe o imperialismo colonizador. Mesmo que se salvem formas ou acessórios de cultura perde-se o que Pitt Rivers considera o potencial, isto é, a capacidade construtora da cultura, ou seu elã, o seu ritmo.”

A partir da leitura do texto acima somos levados a concluir quanto à extrema dificuldade de uma cultura primitiva, como a do índio brasileiro, sobreviver ao contato com uma cultura mais avançada, sobretudo em um mundo midiaticamente globalizado, cada vez mais subordinado aos valores do consumo. O possível a preservar-se na cultura indígena não passaria de certas manifestações, exteriorizadas por meio de ritos, cantos e danças ou de práticas alimentares. A essência mesmo, esta estaria comprometida.

Tal opinião foi de certa forma também esposada por Hélio Jaguaribe, consagrado intelectual brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, em recente palestra proferida no Clube da Aeronáutica. Para ele, manter o índio em um “*jardim antropológico*”, como se refere às reservas indígenas, com o intuito de preservar a sua cultura, é uma falácia.

Hélio Jaguaribe defende, isto sim, que o processo de integração do índio à sociedade brasileira, por opção voluntária, seja realizado de forma a não transformá-lo em um cidadão de segunda classe. Daí a importância de educá-lo no sentido de torná-lo apto a enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Pesquisas cientificamente fundamentadas por intermédio de testes de DNA, aplicadas recentemente de acordo com padrões estatísticos que cobrem o universo do povo brasileiro, acusaram que noventa por cento da população

de aparência branca, assim classificada, tem sangue índio ou negro. Significa que se fôssemos racialmente classificados por nossa origem étnica, como em outros países, seríamos quase todos mestiços, uma vez que também grandes contingentes de índios e de negros, assim considerados, são na realidade caboclos, cafuzos e mulatos.

Por que então usar a etnia como instrumento de desagregação social? A quem interessa?

As políticas étnicas (indigenista, quilombola, cotas universitárias para negros), hoje vigentes no País, fragilizam a coesão social da nação brasileira. Há quem as considere sucessoras das políticas, que, ao tempo da Guerra Fria, formuladas por governos considerados de esquerda, incitavam a luta de classes.

Tais políticas manifestam profunda servidão aos interesses de países hegemônicos, que, a pretexto de defenderem causas nobres e justas, tais como a proteção do meio ambiente, das minorias étnicas, dos direitos humanos, na realidade, pretendem se apropriar dos recursos naturais de países que os possuem em abundância como o Brasil.

Políticas que têm sido postas em prática muitas vezes de forma monocrática, por meio de portarias ou de decretos, culminando por demarcações de extensas reservas indígenas superpostas à faixa de fronteiras. Isto feito para não se exporem à apreciação, ao debate e à aprovação ou rejeição por plenários de maior amplitude e importância como os do Congresso Nacional.

São políticas segregacionistas que têm sido postas em prática desvalorizando por completo os seus reflexos na soberania nacional, na coesão social e na integridade territorial de nosso País.

Políticas que valorizam isto sim a atuação de organizações não-governamentais, mesmo daquelas que agindo perniciosamente a serviço de potências hegemônicas continuam a gozar de toda sorte de favores governamentais para executarem as suas ações de natureza predatória em nosso território.

Penso, ao curso destas reflexões, que o General Heleno, muito digno e admirado chefe militar, foi muito condescendente ao classificar a política indigenista praticada em nosso País, como meramente de caótica.

Muito antes do General Heleno, Orlando Villas Boas, sertanista indicado em duas oportunidades para ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em entrevista concedida a imprensa audiovisual, já advertia o povo brasileiro quanto aos riscos decorrentes da demarcação da Reserva Ianomâmi, riquíssima província mineral, para a soberania nacional.

Julgo oportuno lembrar o eminente Jornalista Barbosa Lima Sobrinho quando afirmava que: *“No Brasil só existem dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. Eu pertenço ao primeiro”*.

Tal assertiva substitui a tradicional divisão político-ideológica entre esquerda e direita por outra que posiciona, de um lado, agentes da desagregação étnica e social, facilitadora de intervenções neocolonialistas, e, de outro, patriotas permanentemente vigilantes com relação às tentativas espoliadoras do nosso patrimônio físico e cultural.

Onde estão e quem são os que militam no partido de Silvério, sabemos todos! Ora travestidos em defensores do meio ambiente, das minorias étnicas, dos direitos humanos, ora arautos da incapacidade de o povo brasileiro gerir o seu próprio destino, há muito que já revelaram publicamente os seus nefandos propósitos internacionalistas.

“ADIÓS PAMPA MIA”

Frederico José Bérghamo de Andrade

Seria válido admitir-se uma parcela de contribuição brasileira à construção musical do tango argentino? Ou ainda à sua vasta bibliografia?

O processo de integração dos países sul-americanos, hoje em pauta no campo político e mesmo no militar, nos parece bastante facilitado quando comparado ao da comunidade europeia – já consumado –, e quando pensamos nas profundas afinidades culturais que nos unem através de uma mesma base linguística e de uma mesma religião dominante.

Nossas fronteiras, com praticamente todos os países sul americanos, funcionam como vasos comunicantes do ponto de vista cultural.

O Rio Grande do Sul, sua região fronteira, compartilhando de uma cultura platina com os países vizinhos, faz constar anualmente de seu calendário oficial o dia do *payador* gaúcho, herdeiro dos trovadores medievais da península ibérica. Os *payadores* são cantadores populares que, se fazendo acompanhar por uma guitarra, geralmente no compasso de uma milonga, improvisam versos. Uma espécie de repentista.

Jorge Luiz Borges, um dos maiores nomes da intelectualidade latino-americana, põe em evidência a vertente autenticamente *criolla* no processo de construção musical do tango, que, certamente, inclui a contribuição provinda dos pampas através, principalmente, das “payadas milongueras”. Ou seja, nas veias do tango corre sangue gaúcho.

“Adiós Pampa Mia” é um dos tangos mais executados até hoje no mundo. Letra de Ivo Pelay: *Al dejarte, pampa mia, ojos y alma llenan com el verde de tus pastos y el temblor de las estrellas, con el canto de tus vientos...* Porque “o pampa” não tem fronteiras culturais. Antes de ser argentino, brasileiro ou uruguaio, é gaúcho. Como Martín Fierro; como Antônio Chimango.

Faz parte da história do tango, ainda na *belle époque* ou no que restava dela, a exigência dos produtores europeus de eventos musicais para que os integrantes das primeiras orquestras típicas desse gênero popular se apresentassem vestidos com indumentárias gaúchas.

Já o tango canção teria surgido na Argentina próximo ao início dos anos 20 do século passado, quase simultaneamente ao movimento da Nova Guarda, sucessor da Velha Guarda, quando o tango era executado de uma forma exclusivamente instrumental, mais alegre, visando preponderantemente a dança, ou seja, a sua rica e revolucionária (para a época de moral vitoriana) coreografia.

Foi Carlos Gardel que, no teatro Empire, em Buenos Aires, interpretou o primeiro tango-canção. Principal parceiro de Gardel, que com ele morreu no acidente de Medellín, Alfredo Le Pera, nascido em São Paulo, é considerado um dos maiores letristas do tango, sendo autor dos versos de *El día que me quieras*, *Por una cabeza* e *Cuesta abajo*, entre outros.

Homero Manzi, grande poeta e escritor argentino, integrante da corrente literária de Boedo, transformou Malena, cantora que conheceu em uma casa noturna de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na mais famosa mulher do universo tangueiro. “*Malena canta el tango como ninguna y en cada verso pone su corazon*”.

A emoção, o sentimentalismo e a nostalgia presentes nas músicas e nos versos dos tangos-canção adquirem uma dimensão universal na medida em que contagiam todas as pessoas atraídas por este gênero musical, o que faz com que cada uma delas possa vir a se encontrar, de alguma maneira, em um determinado tango.

No dizer de Eduardo Romano, moderno poeta e escritor argentino, “a relação entre tango e literatura existe e responde a um processo de ida e volta, ou seja, o tango não teria tido voz sem a literatura (argentina), porém esta, por sua vez, tampouco foi a mesma desde o surgimento do tango-canção”.

Também o vocabulário brasileiro ficou mais rico com o acréscimo de expressões provindas do lunfardo, gíria portenha muito utilizada pelos poetas do tango – como bacana, otário, entre tantas outras.

Por oportuno e pela beleza do texto, de autoria de Mario Sabino, jornalista e escritor brasileiro nascido em 1942, em plena década de ouro do tango argentino – cuja consciência tanguera deve ter sido despertada possivelmente ao tempo de um movimento de vanguarda que tinha em Astor Piazzolla sua maior expressão –, transcrevo o publicado na Folha de São Paulo, edição de 19 de setembro de 2010. Nele, entretanto, Sabino parece nos remeter, por meio de suas metáforas e personagens, ao que o tango tem de mais eterno, sublime e tradicional. De seu texto, selecionei os seguintes trechos:

“O que faz de um tango um tango não são as letras lamuriosas. O que faz de um tango um tango não são os passos ensaiados na tradição. O que faz de um tango um tango não é a orquestra com o ar cansado de quem tudo já viu. O que faz de um tango um tango não são as pernas altas da dançarina, calçadas em meias pretas. Não é seu cabelo preso ora com flor, ora com fita. O que faz de um tango um tango não é o chapéu antigo do dançarino. Não são os seus sapatos lustrosos. Não é o seu terno de risca-de-giz. Não é o seu lenço dobrado no bolso da lapela. O que faz de um tango um tango não é Buenos Aires. Não é qualquer geografia. O tango não está no mundo das latitudes, das longitudes, das cartografia, dos guias turísticos.

O que faz de um tango um tango é a atração e a repulsa. É a tentação e medo. É o afeto e a raiva. [...].

O que faz de um tango um tango sou eu dentro de você na carne e você dentro de mim na alma, depois do último acorde, depois do último aplauso, depois da última lágrima, depois do último gozo.

O que faz de um tango um tango é a música que se quer silêncio. O silêncio dos amantes.”

A bibliografia sobre o tango contém valiosa contribuição de escritores brasileiros, na forma de livros, ensaios, estudos e artigos para jornais e revistas. Entre eles, cito José Lino Grunewald, autor de uma preciosa biografia de Carlos Gardel, que contém ainda, em anexo, um pequeno dicionário de termos lunfardos, e também Hélio de Almeida Fernandes, autor do livro “Tango,

Uma Possibilidade Infinita”, que considero um dos melhores compêndios até hoje escritos sobre o tango. Sendo assim, é possível constatar-se o quanto tem sido intenso o envolvimento de pensadores brasileiros, escritores, ensaístas ou articulistas, com o tango argentino.